



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de teoria literária e literaturas – TEL
Programa de Pós-graduação em Literatura – PÓSLIT

**Representações e práticas de leitura durante a pandemia da covid-19: um estudo de caso
no Instituto de Letras da Universidade de Brasília**

Lorena Ribeiro Melo

Brasília – DF

2023

Lorena Ribeiro Melo

**Representações e práticas de leitura durante a pandemia da covid-19: um estudo de caso
no Instituto de Letras da Universidade de Brasília**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura, do Departamento de Teoria Literária e Literaturas, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Literatura e Práticas Sociais.

Área de concentração: Literatura e Práticas Sociais

Linha de Pesquisa: Políticas e poéticas do texto

Orientador: Prof. Dr. Robson Coelho Tinoco

Brasília – DF

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM528r MELO, LORENA RIBEIRO
REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE LEITURA DURANTE A PANDEMIA
DA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA / LORENA RIBEIRO MELO; orientador
ROBSON COELHO TINOCO. -- Brasília, 2023.
273 p.

Tese (Doutorado em Literatura) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. LEITURA. 2. PANDEMIA DA COVID-19. 3. HISTÓRIA DA
LEITURA. 4. ESTÉTICA DA RECEPÇÃO. 5. FORMAÇÃO INICIAL DE
PROFESSORES. I. TINOCO, ROBSON COELHO, orient. II. Título.

Dedicatória

Aos meus avós Rocilda (in memoriam), Maria do Carmo e José por me presentarem com uma ancestralidade de resistência e coragem de retirantes obstinados pela busca de dias melhores.

Agradecimentos

A identificação e discussão sobre a liquidez e a superficialidade das relações sociais em nossos tempos foi teorizada por Zygmunt Bauman (2001). De modo dialético, a realização dessa pesquisa me fez aprofundar laços com muitas pessoas, em nível pessoal e acadêmico. No primeiro, o apoio constante não só se manteve como intensificou minha relação com muitos familiares e amigos. É por isso que sou extremamente grata ao meu pai Francisco, à minha mãe Cecília e ao meu irmão Leandro por apoiar-me incondicionalmente, acalmar-me, escutar-me e dar-me um norte quando ele não se delineava nítido em meu horizonte e ao meu sobrinho Júlio por representar a leveza e alegria que eu precisava.

Ao Mateus, meu companheiro implacável e incondicional, no amor e nos sonhos, por suportar minhas crises, amparar-me nos momentos de desistência iminente e ser abrigo sempre que precisei.

Ao meu avô José por confiar em minha capacidade e orgulhar-se por eu ser a primeira doutora da família.

À minha prima Gizelle por ser ouvidos para minhas lamúrias e acolhimento inabalável.

Ao meu amigo Luciano pela parceria incessante na vida pessoal, acadêmica e profissional.

Aos meus grandes amigos Ariandeny, Fernanda, Géssica, Peter, Rodrigo, Samuel e Wagner pela disponibilidade em escutar-me e distrair-me nos momentos em que isso era essencial.

Aos meus amigos Manuela e Marcos por motivar-me e alegrarem meus compridos e infundáveis dias de estudo na biblioteca.

Nas relações acadêmicas, o estreitamento deu-se com Eduardo, Júnior, Luciene, Lucimar, Maria Carolina e Paula e lhes agradeço pelas partilhas, indicações e conselhos dados.

Ao meu orientador professor Robson pelo acolhimento, autonomia e atenção concedidos.

Ao meu orientador de mestrado professor Antón por ter acreditado em mim e tornado o início de minha trajetória de pesquisadora mais leve.

Ao professor Alexandre Pilati, meu sincero e profundo agradecimento por participar da banca de arguição desta tese e ter sido extremamente gentil, agradável e cuidadoso. Sua postura é um diferencial no ambiente acadêmico, por vezes hostil e eivado de vaidades. Suas contribuições, fruto de sua leitura atenta e criteriosa, foram valiosas para burilar a construção dessa pesquisa, além de me abrirem caminhos para futuros trabalhos a partir dela.

À professora Suzana Albuquerque, minha gigantesca gratidão pela participação na banca e pela leitura zelosa e rigorosa. Seus apontamentos e reconhecimento de minha dedicação fizeram meu esforço valer a pena.

À professora Adriana Demite pela participação na banca e por suas contribuições.

Ao Álisson pelo trabalho cuidadoso de revisão e formatação deste trabalho.

Ao Criador por ser força espiritual que me faz acreditar na minha potencialidade, compreender os propósitos de meus planos e lhes dar sentido.

Ao IFG pela licença concedida, essencial para dedicação integral e realização desta pesquisa.

Aos meus alunos por inspirar-me e motivarem meus estudos diariamente.

Aos alunos participantes desta pesquisa pelo envolvimento e disponibilidade de seu tempo.

Ao Armando, servidor da secretaria da graduação do Instituto de Letras da UnB, que me ajudou imensamente com a divulgação do convite entre os alunos para participação na pesquisa, mas trágica e infelizmente, foi um dos milhares de vítimas da covid-19.

Todos lemos a nós e ao mundo à nossa volta para vislumbrar o que somos e onde estamos. Lemos para compreender, ou para começar a compreender. Não podemos deixar de ler. Ler, quase como respirar, é nossa função essencial.

Alberto Manguel

Resumo

O presente estudo foi motivado pelos desafios enfrentados, em todo o mundo, durante a pandemia da covid-19 no contexto socioeducacional. A partir da hipótese de que a pandemia tem impactado a leitura dos estudantes, investigo como a crise sanitária instalada pela disseminação do coronavírus tem afetado as representações e práticas de leitura dos alunos do curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília. Adoto o estudo de caso como estratégia de pesquisa (YIN, 2001; LÜDKE; ANDRÉ, 1986) de cunho qualitativo e caráter interpretativista (CRESWELL, 2010; GIL, 2008). A pesquisa tem abordagem qualitativa, com utilização dos seguintes instrumentos: um questionário eletrônico estruturado com questões abertas e fechadas destinado aos discentes, pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de dados sobre fatos relacionados às práticas e representações de leitura, ocorridos durante a pandemia, retirados de veículos de informações como *sites* de periódicos, *sites* de pesquisas em geral, *lives*, redes sociais, dentre outros. Como considero a leitura uma prática sociocultural constituída por costumes, gestos e lugares realizada pelo leitor, que produz sentidos ao interagir com o texto em um contexto sócio histórico, esta pesquisa se fundamenta essencialmente nas correntes teóricas da História Cultural, Estética da Recepção, Sociologia da Leitura e Filosofia Panecástica. Desse modo, os estudos de Chantal Horellou-Lafarge e Monique Segré (2010), Hans Robert Jauss (1994), Joseph Jacotot (1770-1840), mediados pela leitura de Rancière (2015), Paulo Freire (1989), Roger Chartier (1998) e Wolfgang Iser (1996) foram indispensáveis para investigar os desdobramentos da difusão planetária do coronavírus sobre o ato de ler dos professores em formação inicial. As análises empreendidas aqui levaram a compreender muito da singularidade histórica das representações e práticas de leitura dos estudantes no contexto do período pandêmico. As vozes dos estudantes presentes em seus relatos levaram à compreensão de suas representações e práticas de leitura diante da situação de extrema complexidade desse momento histórico de colapso sanitário mundial. O desenvolvimento da pesquisa levou às considerações de que a disseminação do coronavírus afetou os estudantes pesquisados, de modo que a pandemia, com relação às práticas de leitura, foi sentida de maneiras diferentes entre os participantes.

Palavras-chave: Leitura, Pandemia da covid-19, História da Leitura, Estética da Recepção, Formação inicial de professores.

Abstract

The present study was motivated by the challenges faced, all over the world, during the covid-19 pandemic in the socio-educational context. Based on the hypothesis that the pandemic has impacted students' reading, I investigate how the health crisis installed by the spread of the coronavirus has affected the representations and reading practices of students of the Degree in Letters/Portuguese Language and Respective Literature of University of Brasilia (Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília). I adopt the case study as a research strategy (YIN, 2001; LÜDKE; ANDRÉ, 1986) of a qualitative and interpretive nature (CRESWELL, 2010; GIL, 2008). The research has a qualitative approach, using the following instruments: an electronic questionnaire structured with open and closed questions for students, bibliographical research, document analysis and research and verification of data on facts related to reading practices and representations, which occurred during the pandemic, taken from information vehicles such as journal sites, searching engines, lives, social networks, among others. As I consider reading a sociocultural practice constituted by customs, gestures and places carried out by the reader, which produces meanings when interacting with the text in a socio-historical context, this research is essentially based on the theoretical currents of Cultural History, Aesthetics of Reception, Sociology of Reading and Panenchastic Philosophy. Thus, the studies of Chantal Horellou-Lafarge and Monique Segré (2010), Hans Robert Jauss (1994), Joseph Jacotot (1770-1840), mediated by the reading of Rancière (2015), Paulo Freire (1989), Roger Chartier (1998) and Wolfgang Iser (1996) are indispensable for investigating the consequences of the planetary spread of the coronavirus on the act of reading by teachers in initial training.

Keywords: Reading, covid-19 Pandemic, History of reading, Reception aesthetics, Teacher initial training.

Resumen

El presente estudio fue motivado por los desafíos enfrentados, en todo el mundo, durante la pandemia de covid-19 en el contexto socioeducativo. A partir de la hipótesis de que la pandemia ha impactado la lectura de los estudiantes, investigo cómo la crisis sanitaria instalada por la propagación del coronavirus ha afectado las representaciones y prácticas lectoras de los estudiantes de la Licenciatura en Letras/Língua Portuguesa e Respectiva Literatura de la Universidad de Brasília. Adopto el estudio de caso como estrategia de investigación (YIN, 2001; LÜDKE; ANDRÉ, 1986) cualitativa y interpretativa (CRESWELL, 2010; GIL, 2008). La investigación tiene un enfoque cualitativo, utilizando los siguientes instrumentos: un cuestionario electrónico estructurado con preguntas abiertas y cerradas para los estudiantes, investigación bibliográfica, análisis de documentos e investigación y verificación de datos sobre hechos relacionados con las prácticas y representaciones de lectura, ocurridos durante la pandemia, tomados de vehículos de información como sitios de revistas, sitios de investigación en general, lives, redes sociales, entre otros. Por considerar la lectura como una práctica sociocultural constituida por costumbres, gestos y lugares realizados por el lector, que produce sentidos al interactuar con el texto en un contexto histórico y social, esta investigación se sustenta fundamentalmente en las corrientes teóricas de la Historia Cultural, Estética de la Recepción, Sociología de la Lectura y Filosofía Panecástica. De esta forma, los estudios de Chantal Horellou-Lafarge e Monique Segré (2010), Hans Robert Jauss (1994), Joseph Jacotot (1770-1840), mediados pela leitura de Rancière (2015), Paulo Freire (1989), Roger Chartier (1998) e Wolfgang Iser (1996) son indispensables para investigar las consecuencias de la propagación planetaria del coronavirus en el acto de lectura de los docentes en formación inicial.

Palabras-clave: Lectura, Pandemia de covid-19, Historia de la Lectura, Estética de la Recepción, Formación inicial del Profesorado.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrelivros	Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CEP/CHS	Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília
CERLALC	Centro Regional para o fomento do livro na América Latina
CNE	Conselho Nacional de Educação
EaD	Educação a distância
ERE	Ensino remoto de emergência
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IES	Instituição de Ensino Superior
IFCH/UNICAMP	Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas
IL	Instituto de Letras
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPL	Instituto Pró-Livro
LIP	Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras
MEI	Microempreendedor Individual
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PPC	Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE	Plano Nacional de Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto nas Escolas
SARS-CoV-2	Vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa a doença Covid-19
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SESC	Serviço Social do Comércio
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDICs	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESCO-IESALC	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe

Lista de gráficos

- Gráfico 1 - Variação do número de matrículas por modalidade de ensino de 2018-2020
- Gráfico 2 - Dados relativos à idade dos alunos participantes da pesquisa.
- Gráfico 3 - Frequência de uso da internet durante a pandemia
- Gráfico 4 – Dados relativos aos gêneros dos alunos participantes da pesquisa
- Gráfico 5 – Dados relativos ao período do curso dos alunos participantes da pesquisa no momento da pandemia da covid-19
- Gráfico 6 – Dados relativos à carga horária de trabalho semanal dos alunos participantes
- Gráfico 7- Quantitativo de alunos que atuam como professores
- Gráfico 8 – Quantitativo de representação de leitura entre os alunos participantes
- Gráfico 9 – Representações da leitura entre os alunos participantes durante a pandemia
- Gráfico 10 – Impactos da pandemia sobre as práticas de leitura dos alunos participantes
- Gráfico 11 – Suportes de texto
- Gráfico 12 – Mudanças nas práticas de leitura entre os alunos participantes
- Gráfico 13 – Impactos da pandemia na formação inicial dos alunos participantes
- Gráfico 14 – Impactos da pandemia na educação literária dos alunos participantes
- Gráfico 15 – Quantitativo de alunos participantes afetados pela pandemia com relação à educação literária recebida
- Gráfico 16 – Mediadores de leitura

Lista de quadros

Quadro 01 - Cronograma de atividades na UnB durante a pandemia

Quadro 02 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação

Quadro 03 - Variação de número de ingressantes entre a modalidade de ensino presencial e a distância

Quadro 04 - Cursos de graduação do IL

Quadro 05 - Resumo da adesão dos alunos participantes às perguntas do questionário

Quadro 06 - Representações de leitura entre os alunos participantes

Quadro 07 - Leituras realizadas pelos alunos participantes durante a pandemia

Quadro 08 - Respostas à pergunta “Qual último livro ou autor que você leu ou ainda está lendo durante a pandemia”?

Lista de diagramas

Diagrama 01- Categorias analíticas

Diagrama 02 - Mostra de ocorrências de representações e práticas durante a pandemia relatadas pelos alunos

Lista de imagens

Imagem 01 - Impacto da covid-19 na Educação

Sumário

Introdução	12
1 Metodologia	29
1.1 Justificativa	29
1.2 Problematização e hipótese	32
1.3 Perguntas de pesquisa	35
1.4 Objetivos	36
1.5 Estratégia de pesquisa	36
1.6 Sujeitos-leitores: participantes do estudo	40
1.7 Instrumentos de coleta de dados	41
1.8 Análise de dados	45
1.9 Estrutura da tese	45
2 História da leitura e a construção do sujeito-leitor: uma trajetória até a pandemia	49
2.1 A Sociologia da Leitura e a História Literária como caminhos analíticos para compreensão dos modos de leitura durante a pandemia da covid-19	50
2.1.1 <i>Sociologia da Leitura</i>	51
2.1.2 <i>Teorias da Estética da Recepção</i>	55
2.1.2.1 História literária	55
2.1.2.2 Teoria do Efeito Estético	58
2.2 A pandemia circunscrita em um breve percurso histórico das representações e práticas da leitura	60
2.2.1 <i>Estado de exceção</i>	67
2.2.2 <i>Os desafios de estudar o tempo de exceção</i>	70
2.2.3 <i>O cansaço da pandemia</i>	70
2.2.4 <i>As práticas de leitura durante o estado de exceção</i>	77
2.2.5 <i>A educação durante a pandemia</i>	84
2.3 A autonomia do leitor e as possibilidades de construção de sentidos em diferentes tempos históricos: desafios postos pela pandemia	90
2.4 Processo de revolução das estruturas do suporte material até as práticas de leitura em tempo de pandemia	100
2.5 A relevância histórica dos agentes produtores do livro: um breve percurso até a pandemia de covid-19	107
3. A leitura na formação de professores de língua portuguesa e respectiva literatura na UnB durante a pandemia da covid-19	114
3.1 Leitura, ensino de leitura e construção do sujeito-leitor: caminhos históricos no Brasil	115
3.2 A licenciatura em seu papel de formação inicial de professores: as crises do capitalismo e sua relação com a educação	121

3.2.1 <i>Os desdobramentos da expansão capital na formação inicial de professores: um recorte histórico do desenvolvimento das licenciaturas no Brasil</i>	125
3.3 O curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília	133
3.3.1 <i>Breve histórico</i>	133
3.3.2 <i>Documentos</i>	135
3.3.2.1 Projeto Pedagógico do Curso e marcos legais	135
3.3.2.2 Estágio Supervisionado Obrigatório: excepcionalidade em tempos de pandemia	137
3.4 O professor-leitor: a formação docente e os impactos da pandemia	143
3.5 Os impactos da crise do capital nos cursos de formação de professores e os rearranjos realizados no formato remoto decorrentes da pandemia	147
3.5.1 <i>Ensino Remoto Emergencial</i>	148
4. Impactos da pandemia na prática de leitores licenciandos: uma análise da comunidade de leitores formada por alunos da licenciatura durante a pandemia	155
4.1 Representação dos licenciandos: a comunidade de leitores da Licenciatura em Letras	157
4.2 Representações de leitura	164
4.3 Práticas de leitura	177
4.3.1 <i>Espaços de leitura</i>	178
4.3.1.1 A casa como espaço insular	178
4.3.1.2 Espaço do imaginário	185
4.3.2 <i>Materialidades do texto</i>	186
4.3.3 <i>Facetas das práticas de leitura (Repertório, gêneros e intensidade)</i>	189
4.3.4 <i>Intensidade/quantidade de leitura</i>	191
4.3.5 <i>Gêneros textuais</i>	192
4.3.6 <i>Motivações</i>	196
4.3.7 <i>Barreiras para leitura</i>	197
4.3.8 <i>Prazer estético e instrumentalização</i>	197
4.3.9 <i>Impactos</i>	205
4.3.10 <i>Uso da internet</i>	209
4.3.10.1 Formação do professor-leitor	210
4.3.10.2 Formação leitora/Educação literária	210
4.3.10.3 Formadores e mediadores de leitura	220
Considerações finais	226
Referências	234

Introdução

Caberá aos futuros professores orientar leituras. Por isso, fazê-los refletir sobre suas maneiras de ler, sobretudo no contexto da formação inicial, poderia ajudá-los a definir as estratégias de percursos de leitura mais adequados para o desenvolvimento de processos de formação de seus alunos.

Anne-Marie Chartier

A leitura ecoa por todos os espaços da vida de um indivíduo e vai muito além da decodificação de letras. A advertência sensível de nosso excepcional educador Paulo Freire, de que “a leitura de mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p. 9) jamais se tornará desatualizada. O pensamento freireano sintetiza na “palavramundo” (FREIRE, 1989, p. 9) o quanto a leitura está emaranhada à vida das pessoas e não pode ser descolada de suas realidades. O estudioso arremata seu pensamento ao concluir que ler envolve não só a leitura da palavra antecedida pela leitura da realidade, mas compreende também a escrita do mundo, que acaba por atuar sobre ele e transformá-lo, tornando assim o ato de ler tão importante na trajetória do ser humano.

Em momentos rotineiros, o ato de ler está, incessantemente presente, como ler o letreiro de um ônibus por necessidade; em situações de formalidade e obrigação, como a leitura de um ofício; ou em um momento de deleite, em que se lê uma obra por prazer. E quando se remete a uma obra literária, alude-se especificamente à leitura literária. A literatura está entrelaçada a atividades cotidianas das pessoas, já que estamos mergulhados “no universo da ficção e poesia” todos os dias, por meio do que Antonio Candido generaliza como “fabulação” (1995, p. 175). Contudo, a prática da leitura não está restrita somente à leitura literária, nem tampouco circunscrita a moldes limitadores com finalidades impositivas, mas pode ir além, ao ser fruição e um meio livre de construção de sentidos e percepções.

Nesta pesquisa, tomo o fenômeno leitura em sentido amplo e difuso: toda leitura de quaisquer gêneros, com quaisquer finalidades, sob a perspectiva de estudo sócio-histórico, compreendida como um fenômeno histórico constituído socialmente (BATISTA; GALVÃO, 2011). Aproprio-me da concepção de leitura como prática sociocultural; social por se referir a outras leituras e a outros textos, conforme definição de Ângela Kleiman.

Quanto à concepção de leitura pressuposta neste livro, consideramos esta uma prática social que remete a outros textos e outras leituras. Em outras palavras, ao lermos um texto, qualquer texto, colocamos em ação todo o nosso sistema de valores, crenças e

atitudes que refletem o grupo social em que se deu nossa sociabilização primária, isto é, o grupo social em que fomos criados” (KLEIMAN, 2002, p. 10)

E “prática cultural” (CHARTIER, 2011, p. 19) por ser “encarnada por gestos, espaços e hábitos” (CAVALLO; CHARTIER, 1998). Conceção essa que está inclusive em consonância com o preconizado nas novas Diretrizes Curriculares para o curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília (2001) de percepção da língua e da literatura como prática social e como forma estruturada das manifestações culturais.

Pondero necessário também esclarecer, de antemão, que pressuponho o leitor como um sujeito detentor de uma experiência literária significativa, que ocupa um papel central e ativo no processo da leitura, como preconizam as teorias da Estética da Recepção que deslocaram a anterior ênfase no autor/produção para o leitor/recepção. Leitor este que produz sentidos a partir de suas experiências, seu conhecimento de mundo e de seu posicionamento histórico. Defendo aqui uma prática de leitura, quando literária, que proporcione ao leitor uma ampliação da sua percepção de mundo e que lhe alargue seus horizontes para vivências futuras, como recomenda Hans Robert Jauss (1994). Acredito que o estudo da leitura, em todos os níveis de ensino, está circunscrito em uma abrangência histórica, da invenção da escrita às transformações dos suportes do texto. É por isso que este estudo está assentado em uma perspectiva histórica. Essas adoções de posicionamentos teóricos serão desenvolvidas e fundamentadas ao longo deste trabalho.

O ato de ler desvela muito sobre cada sujeito, suas relações e o espaço que ocupa no mundo e pode ser muito mais que um passatempo ou um momento de distração. Michèle Petit, antropóloga francesa, no decorrer de anos de pesquisa na França e em países em desenvolvimento da África e da América Latina, comprovou como a leitura é instrumento de resistência para as pessoas em momentos de crise, seja ela pessoal ou social. Ela constatou, em diversos projetos que acompanhou em suas pesquisas, a relevante contribuição da leitura em contextos críticos. Em consonância com suas investigações, presumi que a leitura possa estar sendo uma ferramenta valiosa para muitas pessoas no auxílio da travessia deste tempo de crise causado pela propagação da covid-19.

Michèle Petit (2010) mostra por exemplo, em *A arte de ler*, como a atividade de ler pode ser crucial ao contribuir para a “construção ou reconstrução de si mesmo” (PETIT, 2010, p. 23), ainda que ocorra eventualmente em situações extremas e de crise.

Uma crise se estabelece de fato quando transformações de caráter brutal – mesmo se preparadas há tempos –, ou ainda uma violência permanente e generalizada, tornam extensamente inoperantes os modos de regulamentação, sociais e psíquicos, que até então estavam sendo praticados. Ora, a aceleração das transformações, o crescimento das desigualdades, das disparidades, a extensão das migrações alteraram ou fizeram desaparecer os parâmetros nos quais a vida se desenvolvia, vulnerabilizando homens, mulheres e crianças, de maneira obviamente bastante distinta, de acordo com os recursos materiais, culturais, afetivos de que dispõem e segundo o lugar onde vivem (PETIT, 2010, p. 20).

A definição acima de situação de crise descreve bem o que estamos passando desde 2019, em todo o mundo, e particularmente desde março de 2020, no Brasil, com o fenômeno pandêmico. É a catástrofe humanitária mais desafiadora desde a segunda guerra mundial

Em dezembro de 2019, em Wuhan, província de Hubei, na China, um grupo de pessoas foi detectado com pneumonia de causa desconhecida, vinculada a um mercado atacadista de frutos do mar da cidade de atacadista e causada por um novo coronavírus (chamado de SARS-CoV-2, pelo Coronavírus Study Group do Comitê Internacional). O vírus foi identificado como causador da doença respiratória aguda que foi nomeada oficialmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como coronavírus 2019 (covid-19). Em 30 de janeiro de 2020, com 98 casos em 18 países fora da China, a OMS “declarou o novo surto de coronavírus uma emergência de saúde pública de interesse internacional” (OMS, 2020); e em 11 de março de 2020, com mais de 118 mil casos, 4.291 mortes, em 114 países, a mesma organização caracterizou a covid-19 como uma pandemia, por todos os continentes serem atingidos pelo novo agente infeccioso. A OMS admitiu também que o espriamento da doença infectocontagiosa seria mais que uma crise de saúde pública, que afetaria todos os setores e que muito deveria ser feito por todos os países no sentido de mitigar as consequências sociais e econômicas. Foi o início do cataclismo mundial gerado pelo vírus.

Dados do Ministério da Saúde informam que no dia 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o primeiro caso de coronavírus no Brasil: um homem de 61 anos que havia chegado da Itália, país que estava, naquele momento, com grande taxa de infecção e mortalidade pela nova doença. Desde então, o número de casos cresceu exponencialmente e, em maio de 2020, o país chegou a se tornar um dos epicentros globais da doença (O ESTADO DE MINAS, 2020) ao ocupar a triste posição do segundo país do mundo em número de infecções. Até 1º de julho de 2020 foram contabilizados 182.436.186 casos e 3.950.530 mortes em todo o mundo, e o Brasil atingiu a triste marca de 18.557.141 pessoas infectadas e 518.066 óbitos, nesse mesmo período. Esses trágicos números levaram nosso país a ocupar a segunda posição no mundo em número de mortes, atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia (JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE, 2020). A pandemia ainda não acabou, mas com a vacinação da

população houve uma imensa diminuição no número de casos e mortes. No dia 26 de fevereiro de 2023, o número de casos confirmados era de 37.020.531 e 698.928 óbitos no Brasil.¹ O cenário brasileiro tornou-se mais desastroso ainda pela forma como o governo federal encarou a pandemia. O negacionismo, o posicionamento contrário ao isolamento, a insistência em tratamento comprovadamente ineficaz e o baixo investimento no enfrentamento à crise dizimou milhares de cidadãos. Segundo Dermeval Saviani (2020), o governo brasileiro só aplicou 29% do valor aprovado pelo Congresso para enfrentar as consequências da pandemia.

Em fevereiro de 2020, com a intensificação da pandemia, o governo brasileiro publicou documentos para enfrentá-la. A Portaria nº 188/2020, do Ministério da Saúde, decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e estabeleceu como mecanismo nacional da gestão coordenada, em resposta a tal emergência, o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública. Já a Lei nº 13.979 /2020 regulamentou medidas para enfrentamento da covid-19, tais como isolamento social, quarentena e restrições de deslocamento. E em 20 de março, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública por meio do Decreto Legislativo nº 6/2020. Foi nessa conjuntura que se instalou em território nacional uma crise sanitária que acentuou e desencadeou as crises política, econômica, social e psíquica, além de intensificar mais uma forma de exclusão social: a desigualdade digital. Os impactos estão sendo sentidos por toda a população brasileira, essencialmente os grupos sociais mais expostos e vulneráveis.

O cenário foi mais preocupante do que se pensava. Devido ao crescente número de casos em diferentes regiões do mundo, no dia 12 de julho de 2022, a OMS advertiu que a pandemia ainda não acabou e manteve a pandemia da covid-19 como “emergência de saúde pública de âmbito internacional”. (CARTA CAPITAL, 2022). No dia 27 de janeiro de 2023, a referida organização reforçou a decisão de que a pandemia ainda não chegou ao fim e a manteve como emergência global². Assim sendo, são três anos de pandemia.

Segundo o professor do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) Luiz Marques, ainda que a pandemia do coronavírus seja menos letal que outras que ocorreram no século XX, torna-se mais grave que todas elas por acontecer em um momento histórico da humanidade no qual a recuperação das sociedades é dificultada pelas graves consequências advindas da associação de três crises estruturais que assolam o convívio entre as sociedades contemporâneas e o planeta

¹ <https://coronavirus.jhu.edu/region/brazil>

² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/01/30/covid-19-continua-sendo-pandemia-e-emergencia-nao-acabou-conclui-oms.htm> Acesso em 30 jan 2023.

Terra. Tais crises são “a emergência climática, a aniquilação em curso da biodiversidade e o adoecimento coletivo dos organismos, intoxicados pela indústria química” (MARQUES, 2020). Essa destruição do meio ambiente em escala industrial reduz a capacidade de sua recuperação e favorece as condições para que os vírus, como o coronavírus, se espalhem entre as espécies, inclusive a humana.

Essa perspectiva a respeito dos desdobramentos do trágico surto viral converge para a defesa de muitos cientistas de que o termo mais adequado para definir a situação sanitária que estamos vivendo é sindemia e não pandemia. O termo criado pelo antropólogo médico norte-americano Merrill Singer, na década de 1990, é resultado da junção das palavras “sinergia” e “pandemia”, que juntas refletem as interações sociais e biológicas ocorridas durante a grande transmissão de uma doença. No editorial “Off-line: covid-19 não é uma pandemia”, da prestigiada revista científica *The Lancet* (26/09/2020), seu editor-chefe Richard Horton defende que a sindemia é aplicável ao SARS-CoV-2 porque está havendo uma interação entre a síndrome respiratória aguda causada pelo coronavírus e uma série de outras doenças (como diabetes, obesidade, hipertensão, doenças respiratórias e cardiovasculares crônicas e câncer) que juntas causam danos muito maior que a soma de duas enfermidades. Ele explica que a associação dessas doenças em um contexto de desigualdade socioeconômica agrava os efeitos danosos de cada enfermidade separadamente.

Admitir a covid-19 como uma sindemia é importante por destacar e reconhecer suas origens sociais para enfrentar a crise sanitária de forma mais ampla, incluindo aspectos como alimentação, meio ambiente, educação, emprego e moradia. O cientista alerta que não resolve ter apenas uma solução biomédica, como uma vacina ou tratamento eficaz; enquanto não forem desenvolvidas políticas públicas para mudar as injustiças sociais, a sociedade não estará de fato protegida contra o coronavírus.

Conforme a definição de crise apresentada por Petit (2020), o fenômeno pandêmico intensificou e acelerou o crescimento das desigualdades e das disparidades em diferentes áreas básicas de direitos humanos, inclusive na educação, além de deixá-las mais notórias. No contexto latinoamericano, crises são recorrentes em detrimento da exploração econômica perversa, de processos duradouros de marginalização e de uma dominação social. (PETIT, 2010, p. 28)

A pandemia é uma denúncia de um sistema em crise. Entretanto, essa crise instalada, segundo Boaventura de Sousa Santos (2020), só agravou um colapso já existente desde a década de 1980, quando o neoliberalismo se consolidou como versão predominante do capitalismo originando um “permanente estado de crise”. (SANTOS, 2020, p. 5)

A permanência da crise garante a concentração de riquezas em uma pequena parcela da população e sabota medidas capazes de evitar a catástrofe ecológica que se aproxima. No campo da educação e da formação de professores, as políticas educacionais são afetadas, tendo os currículos escolares e de formação moldados para manter o funcionamento do capital. A formação nacional docente tornou-se um tema fundamental da reforma alavancada pelos fundamentos neoliberais na década de 90. Fomento à iniciativa privada, precarização do preparo de professores, subordinação da educação aos interesses de organismos estrangeiros e deslocamento da função social da educação para o atendimento dos interesses de reprodução do sistema econômico capitalista são parte dos desdobramentos das crises para a educação (SAVIANI, 2020), como mostrarei historicamente no capítulo 03.

A mencionada crise mantém grande parte da população brasileira marginalizada, que por estar excluída do acesso a direitos sociais, sofre ainda mais com as consequências da virulência da nova doença. No Brasil, o número de desempregados, durante a pandemia, bateu recorde em 2020, com 13,5 milhões de pessoas sem ocupação formal³. A pandemia precarizou ainda mais as relações de trabalho. As medidas trabalhistas legais adotadas para enfrentamento da doença permitiram redução de salário e suspensão de contrato de trabalho (MP 927/2020 e MP 936/2020). Inúmeras famílias passaram por privações de condições básicas de sobrevivência. Como antes da pandemia, muitos estudantes alimentavam-se na escola, tal situação ficou inviável com as escolas fechadas. Sem trabalho, alimentos e condições mínimas de higiene, milhares de famílias não puderam prover maneiras de que seus filhos seguissem estudando em casa. Segundo Santos (2020), embora a etimologia do termo *pandemia* indique a abrangência de todo o povo no surto da doença, suas consequências alcançam mais intensamente uma parte dele. Em uma sociedade que tem presente e acentuada a vulnerabilidade social, em que grande parte da população não tem acesso aos direitos básicos, tampouco terá acesso à literatura - e a outras leituras - que também é um direito humano, como defende Antonio Candido (1995). Quem pode e consegue ler, portanto, está resistindo a um sistema desigual e excludente.

Alfredo Bosi argumenta que “a resistência se dá como processo inerente à escrita” (BOSI, 2002, p. 13), e sendo assim, entendo a leitura dessa escrita também como um ato de resistência, posto que o indivíduo que a pratica está subvertendo a ordem social de exclusão imposta pela lógica capitalista. Nesse sentido, Alberto Manguel (2014) também reforça a ideia

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/23/no-de-desempregados-diante-da-pandemia-aumentou-em-34-milhoes-em-cinco-meses-aponta-ibge.ghtml> Acesso em 09 jul 2022.

de prática leitora imbuída de resistência: “Ler sempre é um ato de poder. E é uma das razões pelas quais o leitor é temido em quase todas as sociedades”.

A conceituação de sindemia deixa muito claro como a nova doença evidenciou as desigualdades e vulnerabilidades sociais graves em que estamos mergulhados, afetando não só a saúde da população, como também a vida social, educacional, cultural, política e econômica. Diante desse imprevisível cenário, ao longo da segunda quinzena de março do ano de 2020, ocorreu a suspensão das atividades presenciais nas instituições educacionais de todo o país. O isolamento e o distanciamento social impostos como forma de minimizar a disseminação do coronavírus trouxeram circunstâncias nunca antes vivenciadas pela maior parte da população. As pessoas deixaram de exercer suas atividades presencialmente, não puderam ver seus parentes mais próximos e se viram, inadvertidamente, sem poder sair de casa. Desde as atividades obrigatórias habituais, como trabalhar e estudar até as descompromissadas, como passear e viajar, tiveram que ser suspensas com a adoção da quarentena. Santos lembra que “qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros” (SANTOS, 2020, p. 15) e poder se adaptar a ela não é privilégio de todos. Prova disso é como a pandemia acirrou a iniquidade social. No Brasil, houve recorde na quantidade de pessoas em condições de intensa pobreza. Em 2021, em comparação a 2020, aumentou em 22,7% o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza e cresceu 48,2% o número de brasileiros vivendo em situação de extrema pobreza. Cruelmente desproporcional foi o aumento da riqueza dos bilionários brasileiros em 30%, ampliando o fosso de desigualdade socioeconômica em nosso país.⁴ Realidade impiedosa não só nacional, mas mundial. Em dois anos de pandemia, a fortuna dos bilionários no mundo cresceu mais do que em 23 anos, resultando na marca de 573 novos ultrarricos.⁵

Assim, a população, que pôde, teve que buscar meios de se adaptar a essa nova condição na tentativa de amenizar os difíceis efeitos causados pelo confinamento. Dentre as diversas maneiras buscadas para se distrair e aliviar o estresse, a leitura está sendo uma prática usual neste novo contexto, isso porque ler é uma atividade que coaduna muito bem com a restrição do isolamento social: pode ser realizada onde a pessoa estiver e não requer socialização para

⁴ Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/#:~:text=O%20aumento%20da%20riqueza%20dos,\(60%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o\)](https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/#:~:text=O%20aumento%20da%20riqueza%20dos,(60%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o).). Acesso em 06 fev 2023.

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/23/no-dia-da-abertura-do-forum-economico-mundial-em-davos-oxfam-propoe-taxar-urgentemente-os-ricos.ghtml> Acesso em 08 fev 2023.

acontecer, uma vez que a interação do leitor ocorre com o texto e não direta e obrigatoriamente com outras pessoas. A própria Organização Mundial da Saúde (OMS), em suas recomendações no manual *Fique fisicamente ativo durante a autoquarentena*, aconselhou a prática da leitura como uma das atividades sugeridas: “Durante o tempo de lazer sedentário, priorize atividades cognitivamente estimulantes, como leitura, jogos de tabuleiro e quebra-cabeças” (OMS, 2020). A FioCruz também recomendou a leitura de livros como estratégia para manutenção da saúde mental da população (FIOCRUZ, 2020). Não é de hoje que a leitura é recomendada como atividade para estímulo mental. Na Antiguidade, os médicos receitavam a leitura como exercício cerebral. (FISCHER, 2006)

Entretanto, a leitura como atividade alternativa durante o isolamento social é um privilégio acessível a apenas uma parcela da população porque depende de uma combinação de circunstâncias propícias: saber ler, ter acesso a um livro impresso ou a um dispositivo eletrônico e ter uma moradia adequada para a prática leitora. Embora grande parte da população não disponha dessas condições favoráveis, há pessoas que têm usufruído do ato de ler. O aumento nas vendas dos livros constatado pela pesquisa de mercado Painel do Varejo de Livros no Brasil realizada pela Nielsen BookScan com o Sindicato Nacional de Editores de Livros (Snel) mostra como a leitura está sendo uma atividade praticada na crise pandêmica (SNEL, 2021). O presidente do Snel, Marcos da Veiga Pereira, relaciona o crescimento na venda de livros com a descoberta do prazer da leitura pelas pessoas que estão adquirindo mais livros por estarem passando mais tempo em casa, por conta da quarentena. (AGÊNCIA BRASIL, 2021)

Outra demonstração de que a leitura foi uma prática constante durante o isolamento decorre da criação de incontáveis clubes e grupos de leitura para os leitores se adaptarem a essa conjuntura restritiva, utilizando ferramentas digitais para garantir as medidas de segurança necessárias, podendo reunir pessoas de localidades diferentes sem precisar sair de casa. São importantes formas de atividade coletiva, ainda que virtual, em meio ao isolamento social. Ana Claudia Fidelis, doutora e professora no curso de Graduação de Letras da PUC-Campinas, participou de um desses grupos em que seus integrantes são aproximados pela leitura e destacou que “o aspecto fundamental que um clube de leitura propõe é a sensação de pertencimento e senso de humanidade, tão necessários para o momento atual” (MATEUS, 2020). Da mesma forma, o projeto do grupo de leitura “Te indico” buscou colaborar “para preencher, com qualidade, o tempo que poderia ser ocioso neste momento de isolamento social” (LIMA et al., 2020). A instituição dos clubes de leitura é antiga, já que eram comuns, no século XIX, no mundo anglo-saxônico e depois de 1990 se espalharam por outros países, como recupera Michèle Petit (2010). A internet impulsionou sua ocorrência favorecendo ainda mais as

“sociabilidades multiformes” (PETIT, 2010, p. 150) que possibilitam às pessoas afastarem-se do isolamento.

Ainda nessa perspectiva, a psicóloga do SESC Fortaleza, Telma Fernandes, também reconhece a importância da leitura durante o isolamento social ao defender que ler é uma forma das pessoas mitigarem o estresse causado por esse novo contexto pandêmico (SISTEMA FECOMÉRCIO, 2020). A amazonense Savana Monteiro igualmente relata como a leitura foi uma descoberta de passatempo fundamental durante a quarentena. (EM TEMPO, 2020)

Disponibilização gratuita de obras virtuais, descontos consideráveis na venda de livros e proposição de palestras foram estratégias de marketing adotadas para estimular o ato de ler e consequentemente, motivar o consumo de livros. A pesquisa “The digital consumer book barometer - Covid-19 Special Edition Brazil”⁶ realizada pela distribuidora de livros digitais e audiolivros no Brasil, *Bookwire*, revela como as campanhas de gratuidade foram exitosas durante o pico do isolamento e levaram ao aumento de venda de materiais pagos e a alcançar novos públicos. (BOOKWIRE, 2020)

A promoção da leitura como ferramenta para atravessar a quarentena em campanhas publicitárias ou até mesmo em ações institucionais vinculou a leitura à efeitos terapêuticos, de passatempo e de deleite, como a campanha *#juntospelolivro* no Instagram, conforme análise de Laura Andreoli Mariano (2021) em sua pesquisa. A campanha Juntos pelo livro, promovida pela união de 130 editoras, dentre outras ações, liberou diariamente um *e-book* de forma gratuita para incentivar a leitura durante o isolamento social e por meio de publicações na referida rede social compartilhava o gosto pela leitura de diversas pessoas. A postagem do dia 15/04/2020, da UNI DUNI Editora “Não deixe o tédio contaminar as crianças. Dê livros para elas” (MARIANO, 2021), ao associar o vocábulo “contaminar” empregado nas referências ao coronavírus, propõe o livro como medicamento indicado para combater o tédio. Sugere-se, portanto, que a leitura traz cura no contexto da pandemia.

A publicidade da ação estampada no meme “Desculpe, Netflix. Se é para ficar em casa, eu prefiro os livros” veicula o estímulo para a busca pelos livros como opção no decorrer do confinamento (PUBLISHNEWS, 2020). Por outro lado, o fechamento do comércio como medida para promover o distanciamento social causou queda nas vendas de livros em livrarias físicas. Já as plataformas de vendas de livros digitais não experimentaram redução em seu faturamento; muito pelo contrário, de acordo com dados da distribuidora *Bookwire*, o gasto com e-books cresceu durante a quarentena. (GADELHA, 2020)

⁶ Tradução livre: O barômetro do livro digital do consumidor - Edição Especial Covid-19 Brasil.

Entretanto, normalmente, o hábito de leitura não é alto entre os estudantes brasileiros. Os resultados do último PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), focado na habilidade leitora em 2018, apontam que metade dos brasileiros, com 15 anos de idade, não apresentam nível básico de leitura. Ainda que o relatório refira-se à educação básica e seja um instrumento discrepante por comparar países de realidades socioeconômicas muito diferentes, serve como parâmetro para se ter uma noção sobre a proficiência em leitura da população brasileira e para repensar o desenvolvimento do ato de ler na conjuntura educacional.⁷

Em meio ao contexto de aumento de consumo de livros impressos e digitais no início do surto viral, houve a proposta da reforma tributária para acabar com a isenção de impostos sobre o livro e taxá-lo em 12% (SENADO NOTÍCIAS, 2020). O tema foi retomado um ano depois pela Receita Federal ao defender que a isenção da taxa sobre os livros deveria acabar porque só beneficia os ricos, já que pobres não compram livros (CORREIO BRAZILIENSE, 2021). A proposta gerou uma grande polêmica por acarretar ainda mais obstáculos para o acesso ao livro, num momento em que a leitura pode ser mais uma forma de entretenimento e uma ferramenta educativa, neste período em que as aulas se tornaram remotas e a crise econômica é mais um empecilho para o consumo de bens tão importantes como o livro.

Nesta conjuntura dos efeitos do isolamento social sobre o consumo de livros, dentre as medidas para o enfrentamento ao agente infeccioso, as aulas presenciais foram suspensas e professores e alunos tiveram que descobrir novas maneiras de ensinar e aprender, mediada pelas tecnologias. Pouco mais de um mês após a declaração de Emergência em Saúde Pública de importância nacional devido à covid-19, o Ministério da Educação instituiu o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (Portaria nº 329/2020) a fim de orientar ações em relação à pandemia, em nível nacional. Dentre as instituições representativas constituintes deste comitê está a ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, para discutir as pautas da educação superior pública.

Em seguida, a suspensão das aulas e a substituição das aulas presenciais por aulas mediadas por meios digitais, com exceção das práticas profissionais de estágios e laboratórios e do curso de Medicina (alterado posteriormente pela Portaria nº 345/2020 que autorizou a inclusão das disciplinas teórico-cognitivas na modalidade a distância), foram autorizadas durante a duração da propagação do SARS-CoV-2, pela Portaria nº 343/2020. Desse modo, muitas instituições aderiram ao ensino remoto letivo já no mês de março, sendo que a Medida

⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/83191-pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil> Acesso em 28 dez 2022.

Provisória 934/2020 dispensou a obrigatoriedade de cumprimento do mínimo instituído como dias letivos anualmente, sob a condição de respeitar a carga horária mínima já estabelecida.

O Conselho Nacional de Educação publicou orientações sobre questões relacionadas à reorganização do calendário escolar e ao cumprimento de carga horária mínima anual no Parecer nº 5/2020. Tal documento frisa que seu intuito é orientar e não determinar, já que as citadas decisões são atribuições dos sistemas e redes de ensino. Especificamente sobre a Educação Superior, o documento recomenda o abundante uso das ferramentas tecnológicas da Educação a Distância, como sistemas AVA e plataformas digitais, para dar seguimento às atividades de ensino-aprendizagem, já que seu uso é anterior à pandemia nos cursos superiores.

Apesar da Portaria nº 343/2020 ter excluído as práticas de estágio das aulas não presenciais, o Parecer nº 5/2020 do CNE considera que seja coerente realizar as práticas didáticas dos cursos de Licenciatura e formação de professores através dos meios digitais, sob a alegação de possibilitar aos alunos concluírem seus cursos, uma vez que os níveis de ensino (educação básica) ao qual estão vinculados também estão acontecendo à distância, virtual ou não presencialmente.

Dessa forma, permite-se aos acadêmicos o aprofundamento acerca das teorias discutidas em sala e complementam a aprendizagem com a aplicação prática, inclusive de forma não presencial, dada sua experiência com o uso de meios e tecnologias digitais de informação e comunicação, sobretudo, nos cursos da modalidade EaD, mas não exclusivamente a eles (CNE, 2020, p. 17).

Posteriormente a Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020, instituiu Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade. Nela, muitas orientações de regulamentos anteriores foram reforçadas, como a adoção de atividades não presenciais para práticas e estágios, a autonomia das instituições de educação superior para definirem seu calendário acadêmico e a dispensabilidade da obrigatoriedade de cumprimento do mínimo de dias letivos.

O MEC divulgou um relatório das ações realizadas de março de 2020 até março de 2021 em resposta ao flagelo da covid-19 e muito embora admita “as precárias condições de acesso às tecnologias digitais por parte dos estudantes e de suas famílias” (MEC, p. 4), dentre as ações executadas pelas Secretaria de Educação Superior, há apenas uma destinada a mitigar este problema: a distribuição de chips com internet 4G entre alunos de baixa renda matriculados em instituições federais de ensino superior. A ação não é abrangente, visto que, além da

possibilidade de alunos não terem computadores para que possam usufruir satisfatoriamente desse benefício em suas atividades acadêmicas, exclui alunos das instituições estaduais e particulares, os quais, por dependerem de bolsas ou financiamento estudantil para estudar, podem não ter internet.

Em um mundo mediado pelas tecnologias digitais, a falta de acesso à internet é uma espinhosa forma de exclusão social, não só em contexto educacional. A segregação digital é apenas mais uma no penoso rol de tantas outras enfrentadas por uma boa parcela de brasileiros. Enquanto no Brasil, milhares de pessoas não têm moradia nem alimentação, a Organização das Nações Unidas declarou, em um documento publicado em 2011 (ONU, 2011), que acessar a internet é um direito humano básico. Ainda que o objetivo dessa inclusão aparentemente tenha sido o de preservar a liberdade de expressão, em países que suspendem o acesso à rede mundial de computadores como forma de opressão, escancara-se o quanto estamos distantes de realidades de vidas melhores. No Brasil, o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) determina a promoção do direito de acesso à internet a todos por ser o caminho para o exercício da cidadania em meios digitais. No entanto, a implementação do ensino remoto emergencial deixou ainda mais inegável que o acesso à rede digital não está garantido para grande parte da população.

No Distrito Federal (DF), a suspensão das aulas presenciais ocorreu em meados do mês de março. O Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020 (SEEDF, 2020), no qual o Governador Ibaneis Rocha determinou situação de emergência na saúde pública do DF, foi acompanhado posteriormente pela prorrogação da suspensão das aulas presenciais em escolas, faculdades e universidades das redes pública e privada, pelo Decreto nº 40.520, de 14 de março de 2020, a fim de combater a disseminação da covid-19. (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2020)

Como instituições de ensino superior públicas e privadas também foram abarcadas pelo decreto governamental estadual de interrupção de aulas, suspenderam o ensino presencial ou seus calendários acadêmicos no mês de março. Segundo Gusso et al., 2020, em maio de 2020, 89,4% das universidades federais suspenderam suas atividades. Na Universidade de Brasília, a resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) nº15/2020, em atendimento ao decreto governamental, suspendeu, por tempo indeterminado, todas as atividades acadêmicas nas modalidades presenciais e a distância dos cursos de graduação e pós-graduação, a partir do dia 24 de março de 2020 (UNB, 2020). A instituição determinou ainda que as aulas presenciais não poderiam ser substituídas por atividades remotas, devido à realidade socioeconômica da maioria dos estudantes da instituição, em que nem todos teriam acesso aos equipamentos

necessários para realização das atividades a distância. O quadro abaixo sintetiza a evolução das atividades na UnB durante a pandemia.

Quadro 01 - Cronograma de atividades na UnB durante a pandemia

Modalidades de ensino durante a pandemia	
Suspensão de todas as atividades acadêmicas nas modalidades presenciais e a distância dos cursos de graduação e pós-graduação	24 de março de 2020
Autorização da realização dos estágios nas licenciaturas de forma remota pela Portaria nº 544/2020 do MEC	17 de junho de 2020
Retomada do calendário acadêmico com atividades acadêmicas de forma não presencial e em caráter emergencial, podendo ser síncronas ou assíncronas, determinadas pelos colegiados dos cursos	17 de agosto de 2020
Retomada gradual da presencialidade	17 de janeiro de 2022
Retorno integral das aulas presenciais	07 de junho de 2022

Fonte: Elaboração própria.

A retomada do calendário acadêmico foi determinada pelo CEPE com atividades à distância no segundo semestre, a partir do dia 17 de agosto de 2020. A Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 59/2020 instituiu um plano de retomada das atividades acadêmicas de forma não presencial e em caráter emergencial, podendo ser síncronas ou assíncronas, determinadas pelos colegiados dos cursos.

A Portaria nº 544/2020 do MEC autorizou a realização dos estágios nas licenciaturas de forma remota, e o Decanato de Ensino de Graduação da UnB publicou orientações para seu desenvolvimento. Além das atividades de ensino, a universidade estimulou ações de pesquisa e extensão adaptadas à realidade não presencial e que tivessem como foco o enfrentamento ao coronavírus. (UNB NOTÍCIAS, 2020)

A suspensão das aulas presenciais foi uma demonstração de como o contexto de propagação da doença infectocontagiosa mudou a rotina e hábitos de pessoas do mundo inteiro, inclusive dos brasileiros. Segundo levantamentos da UNESCO (2020), mais de 90% dos estudantes do mundo foram afetados pela suspensão das aulas em escolas e universidades. No Brasil, em março de 2020, 8.571.423 estudantes do ensino superior foram impactados pela

propagação do novo coronavírus. Após pouco mais de um ano do início da pandemia, o panorama ainda era desolador: aproximadamente metade dos estudantes do mundo sofreu as consequências do fechamento total ou parcial das escolas. A respeito da leitura, o horizonte que se delineia é preocupante, pois o prognóstico da Organização é de que mais de 100 milhões de crianças adicionais ficarão abaixo do nível mínimo de proficiência em leitura como efeito do colapso sanitário.

Crianças, jovens, adultos e idosos, em todos os níveis de ensino, estão sofrendo as consequências de conviver com um vírus de tão fácil infecção. Contudo, a categoria social e o nível de ensino sobre os quais me debruçarei nesta investigação são a de jovens e adultos que estudam no Instituto de Letras na Licenciatura de Língua Portuguesa e Respectiva Literatura, do período noturno da Universidade de Brasília. Esta pesquisa, portanto, foca na formação inicial do professor de Língua Portuguesa e Literatura como professor-leitor ou leitor-professor, durante a pandemia. O recorte de pesquisa foi necessário devido à objetividade do trabalho acadêmico. O ensino superior pode sofrer inúmeras consequências dos efeitos do surto viral do novo coronavírus, como pondera Gusso et al (2020).

a) baixo desempenho acadêmico dos estudantes; b) aumento do fracasso escolar; c) aumento da probabilidade de evasão do Ensino Superior; e, d) desgaste dos professores, que estiveram sobrecarregados pelas múltiplas atividades e pelos desafios de lidar com a tecnologia a fim de promover o ensino (GUSSO *et al*, 2020, p. 5).

De acordo com a União Nacional dos Estudantes, o evento pandêmico causou a evasão de aproximadamente 4 milhões de alunos das instituições de ensino, em todos os níveis de ensino, sendo 16, 3% do ensino superior e em sua maioria da rede privada. (UNE, 2021)

A partir dessa conjuntura singular de desdobramentos imposta pela pandemia, comecei a refletir, primeiramente, sobre a leitura pelo prisma de sua representação em momentos de crise, como Michèle Petit propõe, pois, o momento pandêmico é um deles.

A leitura pode garantir essas forças de vida? O que esperar dela – sem vãs ilusões – em lugares onde a crise é particularmente intensa, seja em contextos de guerra ou de repetidas violências, de deslocamentos de populações mais ou menos forçados, ou de vertiginosas recessões econômicas? (PETIT, 2010, p. 21)

A minha reflexão brotou a partir da minha realidade como docente e passei a me perguntar sobre como estava se dando a leitura da população brasileira neste momento, mais especificamente entre os graduandos do curso de Letras. Tzevan Todorov (2009, p. 17) assinala que “o leitor busca encontrar na obra um sentido que lhe permita compreender melhor o homem e o mundo e conseqüentemente a si mesmo”. As considerações de Petit (2010) e Todorov (2009)

me levaram também a questionar sobre o que esperar da leitura neste contexto específico, no momento em que os estudantes estão sofrendo os efeitos de uma pandemia em todos os âmbitos de sua vida. Vivenciando um processo de formação inicial de professores formadores de leitores, a leitura ocupa um lugar vital em sua vida acadêmica. Daí advieram alguns questionamentos acerca da leitura, parte essencial na formação dessa população a ser pesquisada, de onde emergem múltiplos fatores implicados no ato de ler: as representações e as diversas práticas de leitura em tempos pandêmicos.

As variadas e constantes práticas de leitura favorecidas ao longo do curso de Letras favorecem a formação profissional, crítica e reflexiva dos acadêmicos e, portanto, constituem parte essencial do desenvolvimento profissional. Por isso, acredito ser importante pesquisar o fenômeno da leitura nesse nível de ensino no momento delicado de propagação da covid-19.

O ato de ler é parte indissociável da formação dos alunos. Desde a alfabetização até o ensino superior, os estudantes entram em contato na escola com diversos tipos de leitura, quando, a exemplo, seus professores solicitam leituras como parte de atividades acadêmicas, como leitura de livros didáticos ou textos escolares, livros técnicos para formação profissional e acadêmica, livros literários, jornais e revistas. Na escola acontecem vários tipos de leitura com finalidades pragmáticas. A obrigatoriedade de realização de exames avaliativos leva os estudantes à leitura em livros ou em outros suportes; mal ou bem, a escola os leva à leitura. Como afiança a estudiosa Regina Zilberman (2008), as instituições educacionais e seus professores são os principais mediadores da leitura, que se conecta à escrita sob o entendimento de “letramento literário ser uma apropriação pessoal de práticas sociais de leitura/escrita, que não se reduzem à escola, embora passem por ela” nas palavras de Graça Paulino. (2010, p. 165)

As leituras que os alunos fazem na e por meio da escola acabam sendo estruturantes na construção do letramento literário do estudante. O letramento literário, portanto, é conformado por todo o tipo de leitura e escrita que o aluno realiza. É por isso que nesta pesquisa, será investigada a leitura em sentido bem amplo, já que toda leitura contribui para a formação do letramento do indivíduo.

Historicamente, a instituição de ensino foi, desde sua criação, o espaço de difusão da leitura. Segundo explica Regina Zilberman (2008), a fundação da escola, antes do século V a.C., foi uma das duas medidas, depois da adoção do alfabeto, tanto no Ocidente quanto no Oriente, para disseminar a escrita como forma de comunicação, que por sua vez tornou factível a leitura. A formação do leitor é uma preocupação também dos organismos oficiais, ainda que tenha muito a ser feito para sua devida efetivação. A lei nº 14.407 de 12/07/2022 alterou a LDB ao estabelecer a alfabetização plena e a formação do leitor como objetivos fundamentais da

educação básica por serem condições imprescindíveis para concretização dos direitos e objetivos de aprendizagem e para desenvolvimento dos indivíduos. (BRASIL, 2022)

Ressalto que escolhi pesquisar a leitura entre os estudantes porque o letramento passa por uma “pedagogização”, como elucida Graça Paulino (2004, p. 68). A autora (2004) identifica ainda as diferentes categorias de letramento, que envolvem estratégias de recepção e produção particulares, e o literário, não menos importante, diz “respeito a práticas de leitura sem finalidades pragmáticas, envolvendo gêneros como poemas, contos, crônicas ou romances e realizadas por escolhas mais personalizadas” (PAULINO, 2004, p. 68). Esse tipo de leitura acaba sendo selecionado livremente pelos alunos para seus momentos de ócio, lazer ou até mesmo de superação em momentos desafiadores da vida. Somadas às leituras escolhidas livremente pelos discentes, temos a instrumentalização de leituras com fins pragmáticos necessários para formação acadêmica e profissional, que surgem como obrigatórias para que se alcancem objetivos específicos propostos por professores. Portanto, serão investigados e analisados o impacto da pandemia da covid-19 nas diversas modalidades de leitura que podem alcançar os estudantes de Letras, curso para o qual a leitura é um dos saberes necessários para a formação do profissional.

Pensar a leitura de licenciandos, especificamente no momento da propagação do SARS-CoV-2, implica em lançar um olhar sobre muitos dos fatores envolvidos neste processo: o sujeito-leitor, o texto, sua recepção e seus suportes, a formação inicial do professor e os modos de ler. E ao refletir sobre práticas de leitura, é imperativo dar uma grande atenção à representação da leitura para o leitor investigado e como se constitui enquanto receptor de obras e produtor de sentidos, a partir das leituras que realiza. Diante do exposto, defini a leitura como objeto de pesquisa: serão investigadas as representações e práticas de leitura dos graduandos do Curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília, durante a ocorrência do fenômeno pandêmico.

Ana Maria de Oliveira Galvão e Antônio Augusto Gomes Batista (2011) mostram como as diferentes significações atribuídas ao uso do termo práticas de leitura por várias áreas de estudos (ciências sociais, psicologia, teoria literária e outras) apontam para a interdisciplinaridade de seus estudos. Ademais, para os estudiosos, “a expressão designa uma tendência a lidar com a leitura em seu acontecimento concreto, tal como desenvolvida por leitores reais, e situada no interior dos processos responsáveis por sua diversidade e variação” (BATISTA; GALVÃO, 2011, p. 13). Minha escolha pela pluralidade da expressão “práticas de leitura” deu-se pelo interesse em destacar a crença nessa multiplicidade de realizações possibilitadas pelo ato concreto de ler.

Alinhada essencialmente com a articulação dos estudos da História da Leitura e da Estética da Recepção, esta investigação busca compreender o modo pelo qual os leitores recepcionam os textos, apropriam-se deles a partir de suas práticas de leituras durante a crise gerada pela covid-19. Busco aqui verificar se foram continuadas, rompidas, reconstruídas ou agregados novos valores ao ato de ler, já que a situação excepcional pode ter trazido novos elementos sociais que ressoaram na realização de suas práticas socioculturais. É por isso que este estudo se situa no campo de investigação sobre as experiências leitoras que têm se delineado recentemente, delimitado por Batista e Galvão (2011) como “um conjunto de estudos que, por diferentes razões, com diferentes objetivos e com base em diferentes quadros teóricos e disciplinares, encontra na leitura um instrumento por meio do qual podem ser exploradas dimensões reveladoras de temáticas e problemáticas particulares”. (BATISTA; GALVÃO, 2011, p. 21)

Os mesmos autores identificam que essa área de pesquisa articula as distintas maneiras de abordar e pensar a leitura a partir de dois pontos fundamentais de intersecção: a compreensão de sua singularidade histórica e social e a análise e descrição dessas condições sociais e históricas. Tais condições serão apreendidas no estudo de caso dos estudantes da Licenciatura, no contexto específico da crise pandêmica, por constituírem, por meio de uma reunião de fatores inter-relacionados, os componentes principais da leitura – os leitores e os textos.

1 Metodologia

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino.

(Paulo Freire)

Apresento em seguida as motivações para a realização desta pesquisa, os questionamentos, pressuposições e hipóteses levantados, o método estabelecido e os objetivos definidos para nortear a análise do fenômeno da leitura no bojo da difusão planetária da covid-19 na comunidade de leitores do curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília.

1.1 Justificativa

As variadas e constantes práticas de leitura favorecidas ao longo do curso de Letras favorecem a formação crítica e reflexiva dos acadêmicos e, portanto, constituem parte essencial do desenvolvimento profissional. Por isso, acredito ser importante pesquisar a leitura nesse nível de ensino neste momento delicado.

A leitura é objeto de investigação em diferentes áreas do conhecimento. Inúmeras pesquisas analisam múltiplas perspectivas dentro dessa temática. Além de pesquisadores de instituições superiores de ensino, entidades de classe analisam as práticas de leitura por meio de levantamentos que aferem o consumo, a produção e a venda de livros. A exemplo, existe a ampla e respeitada pesquisa quantitativa *Retratos de Leitura no Brasil* realizada, a cada quatro anos, pelo Instituto Pró-Livro (IPL), sob a coordenação de Zoara Failla, com o apoio da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros), da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Essa pesquisa investiga, em nível nacional, o comportamento do leitor, medindo “intensidade, forma, limitações, motivação, representações, condições de leitura, acesso ao livro impresso e digital” (IPL, 2020, p. 6) e o que denominam de hábitos de leitura dos brasileiros em relação à Literatura. O período de coleta da última edição, publicada em setembro de 2020, foi de outubro de 2019 a janeiro de 2020, antes da pandemia da covid-19 chegar ao Brasil, portanto. Em nível internacional, o CERLALC (Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina) faz um mapeamento do livro e da leitura na Iberoamérica, além de planejar ações para o desenvolvimento de sociedades leitoras.

Para além dessas duas referências de grande relevância, há incontáveis pesquisas acadêmicas que tomam a leitura como objeto. A título de exemplo, a recente investigação de Eduardo Dias Silva (2020) analisou o ensino de literatura e de práticas literárias a partir da mediação das professoras também na Universidade de Brasília, mas no contexto da pós-graduação em Literatura e não na graduação, como o presente estudo. A singularidade deste estudo se confirma pelo fato de que não são muitas as investigações realizadas na pós-graduação.

Dentre a literatura, são muitos os estudos referentes à pandemia em diversas áreas. Encontrei artigos nos campos educacional, biológico, farmacológico, sociológico, antropológico, psicanalítico, epidemiológico, dentre outros. Para verificar o estado da arte, busquei como os estudos têm abordado a relação entre leitura e pandemia em plataformas como *Web of science*, a qual congrega artigos de revistas conceituadas de todo o mundo e conta com quase 2 bilhões de referências de estudos e repositórios de teses e dissertações. Relacionado à leitura, o artigo *Leitura e consumo de livros, no Brasil, em tempos de Covid-19* realiza um levantamento dos hábitos de leitura entre universitários de cursos do departamento de ciências da comunicação de uma universidade durante a pandemia. Quanto às práticas de leitura infantis, o artigo *Hábito de leitura, confinamento e relações de classe: forma-leitura no Brasil contemporâneo* analisa as concepções de leitura em matérias publicadas na internet que visam sugerir dicas para promover o ato de ler em crianças durante a pandemia e o artigo *Leitura e tecnologia: ensino emergencial nos tempos de pandemia* busca discutir como a leitura pode ser trabalhada nos últimos anos do Ensino Fundamental. No estudo *Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da covid-19*, os pesquisadores analisam o aumento nos números de adoecimentos mentais no período pandêmico entre estudantes universitários portugueses. Embora o estudo seja realizado no mesmo nível de ensino que o da presente pesquisa, o objeto é outro e os estudantes não são brasileiros. No artigo *Who gets lost? How digital academic reading impacts equal opportunity in higher education*⁸, busca-se analisar as consequências das variações das experiências com a leitura acadêmica digital para o alcance de oportunidades do ensino superior. Esse estudo também tem o público da educação superior como alvo, mas a leitura em exame é especificamente a digital e o intuito é verificar a exclusão digital sofrida pelos alunos na graduação. Na dissertação *Quarenteners: leituras compartilhadas durante a pandemia da Covid-19*, a pesquisadora buscou compreender o compartilhamento de leituras em espaços interativos da internet. *Ensino informatizado de*

⁸ Tradução livre: Quem se perde? Como a leitura acadêmica digital impacta a igualdade de oportunidades no ensino superior

leitura e escrita para alunos dos anos iniciais do ensino fundamental na abordagem da resposta à intervenção no contexto da pandemia do Covid-19 avalia os efeitos da associação entre um modelo de intervenção e um programa computadorizado para diminuir as dificuldades na aquisição de leitura e escrita de alunos no ensino fundamental. O público desses estudos, portanto, não atinge os estudantes universitários.

Das pesquisas realizadas até o momento, portanto, poucas exploraram os impactos da COVID-19 na leitura de estudantes universitários brasileiros. A maioria das pesquisas que tomam a leitura como objeto aludem ao período anterior ao surto do novo coronavírus, por esta pandemia ser um processo em curso nos dias atuais e muito provavelmente as pesquisas acadêmicas relacionadas a elas estarem em andamento, razão pelas quais ainda não puderam ser divulgadas. Outras grandes epidemias assolaram o Brasil ao longo da história, como a febre amarela, a gripe espanhola e a varíola, mas não encontrei investigações sobre a leitura nesses períodos. Esta pesquisa, portanto, em consonância com a orientação de Francisco Serrano sobre a necessidade de a tese produzir conhecimento “inédito e relevante” (SERRANO, 2011, p. 89), configura-se como uma das que pretendem gerar conhecimento a partir de um estudo feito de maneira sincrônica aos acontecimentos da pandemia que gerará efeitos de médio a longo prazo, no plano sanitário, no plano social, no plano cognitivo e psíquico da população mundial. Neste sentido, poderá beneficiar profissionais e pesquisadores atuantes na área da leitura e correlatas.

A pertinência desta investigação também encontra respaldo na observação de Gizele de Souza (2020) de que a decodificação, durante o fenômeno pandêmico, de determinadas “emoções, gestos e consequências do isolamento social no tocante ao campo educacional e a sua relação com os conhecimentos da história da educação” (SOUZA, 2020, p. 13) pode levar a interpretar desigualdades sociais na história da educação e a produção historiográfica sobre cultural material escolar.

A reflexão sobre os desafios impostos neste contexto extraordinário pretende contribuir para os estudos deste momento histórico ao discutir sobre os fatores envolvidos nas práticas de leitura nessa conjuntura. Assim, este estudo é retrato de um período histórico em nossa sociedade atual e poderá ser um documento para pesquisa de algumas das particularidades desta fase e se conformar como um parâmetro de comparação com outros momentos históricos vinculados ao ato de ler. Mostra-se, inclusive, como uma exploração oportuna sobre a leitura como prática sociocultural e seus desdobramentos na sociedade em crise que vivemos. Tem, portanto, valor histórico. Assim, valho-me do “grau de oportunidade” (SERRANO, 2011, p. 86) propiciado pelo contexto pandêmico para desenvolver um estudo comprometido com seu tempo e com o espaço onde se desenrola. Além do mais, esta pesquisa envolve a formação de

professores e a crença de que ela está inevitavelmente circundada pela formação humana (Seki *et al.*, 2019) é mais um motivo pelo qual considero tão importante estudá-la.

No momento que iniciei essa pesquisa, o tempo pandêmico ao qual fomos arremessados, ainda prenunciava horizontes melhores. O Brasil de 11 milhões de analfabetos, escolas públicas precárias, alunos socialmente marginalizados e professores desvalorizados padecia de uma crise sanitária letal em um momento de tensão política, inflação alta e negacionismo generalizado, germinados por uma presidência desastrosa e desumana. Pensar a leitura nesse trágico contexto é sobretudo um ato político, para além de um posicionamento coerente com o ofício de educadora e pesquisadora dos estudos literários que desempenho. A pesquisa realizada nesta tese tem, portanto, relevância social considerável, além de uma importância acadêmica por oferecer aporte aos estudos sobre as práticas de leitura, contribuindo para o enriquecimento do campo dos estudos literários, sobretudo relacionados às temáticas da recepção e história da leitura. Para mais, a participação neste estudo levará os sujeitos a refletirem sobre sua formação leitora durante a pandemia.

Como o ato de ler é basilar no processo de ensino-aprendizagem, é imprescindível coletar e analisar dados que possam mapear e apontar caminhos para projetos e políticas públicas, a fim de fomentar e incentivar a prática do ato de ler em tempos de crise. Nesse sentido, este estudo promoverá o alargamento dos estudos da história da leitura no Brasil por realizar uma investigação sobre o momento histórico da pandemia do coronavírus e por buscar compreender e dimensionar seus impactos na leitura como prática sociocultural dos estudantes universitários. Por fim, a presente pesquisa mostra-se relevante e singular em um universo em que são reduzidos os estudos com enfoque nas condições de leitura dos alunos universitários brasileiros (CARVALHO, 2002) e por focar um momento de exceção da história mundial e da leitura.

1.2 Problematização e hipótese

Como mencionei, a leitura ocupa seu lugar não só na instituição de ensino. Fora dela, a leitura dos mais variados gêneros acontece nos mais diversos lugares e situações, motivada por múltiplos fatores e mediadores. Na infância, os professores e os familiares costumam ser esses mediadores: pais e avós, por exemplo. Na juventude, além dos educadores, amigos e cada vez mais as redes sociais atuam nesse papel de intermediar e influenciar a leitura das pessoas. O surto viral veio mostrar como o universo da leitura não está e não pode estar restrito à escola,

ressoando para mim a seguinte questão: sem aulas, no primeiro momento, ou sem as aulas presenciais e sem a presença de professores indicando livros com objetivos pragmáticos de avaliações e atividades afins, os estudantes estão lendo?

Tal problematização sobre qual e como tem sido o comportamento dos estudantes em relação à leitura durante o fenômeno pandêmico estará fundamentada na leitura assumida como prática sociocultural. A partir dos objetivos abaixo apontados, verificarei a hipótese de que a pandemia da covid-19 está impactando a leitura dos estudantes universitários do Curso de Letras, Licenciatura em Língua Portuguesa e sua Respectiva Literatura, da Universidade de Brasília.

A escolha pelos discentes do Instituto de Letras como público-alvo deu-se, em grande medida, por fazer parte da minha realidade como estudante da instituição e por ser um espaço de discussões e estudos sobre a leitura. Eu cresci em uma casa com uma mãe professora que sempre lia comigo e me alfabetizou em casa antes que eu fosse para a escola. Estar entre livros, textos impressos e cadernos foi natural para mim desde muito cedo. A cultura material e o ambiente escolar também sempre me foram muito familiares, tanto em casa, em razão dos materiais que minha mãe trazia da escola, quanto por acompanhá-la em seu trabalho na sala de aula e em diversas atividades pedagógicas. Não quero romantizar a leitura na minha infância como uma paixão avassaladora, apenas reforçar que a prática da leitura foi naturalizada em mim desde pequena como resultado das atitudes e modos de convivência da minha família. Depois estudei em uma escola pública que contava com uma grande biblioteca, que nós visitávamos semanalmente, de forma obrigatória, junto com a professora. Tornou-se um hábito prazeroso frequentá-la. E assim, a leitura nunca deixou de fazer parte do meu cotidiano, sendo que meu repertório de leitura foi sendo constituído desde livros infantis, a obras canônicas e mais tarde, sítios eletrônicos e redes sociais. Adolescente, escolhi trilhar o caminho da docência. A opção de estudar Licenciatura em Letras fluiu naturalmente e nunca foi uma incerteza, assim como a convicção de que a leitura é essencial para a formação do sujeito foi se tornando cada vez mais nítida para mim.

Desde o início da minha vida profissional, como professora de Língua Portuguesa e Literatura, a leitura sempre me foi um tema preocupante e recorrente. Fui tendo convicção que estar mergulhado no universo da leitura não era uma situação natural para todos. O desinteresse dos alunos pela leitura me angustiava. Já utilizei várias estratégias na tentativa de motivá-los a ler ou para trazer a leitura para o centro das aulas. Um tanto fracassadas e outras que surtiram efeito. Uma luta constante que me trouxe a necessidade de refletir profundamente sobre minhas práticas e estudar para buscar outras formas de levar a leitura para a sala de aula.

Conjecturando então sobre os possíveis efeitos da pandemia da covid-19 sobre o ato de ler, cheguei na situação dos professores de Língua Portuguesa e por consequência em sua formação inicial, o início de tudo: os graduandos da Licenciatura em Letras. Foi por pensar sobre a responsabilidade da universidade perante a formação de leitores, já que esta instituição, além da formação inicial de professores de linguagens, também promove, em grande medida, a formação continuada, que me limitei nesta pesquisa a analisar os impactos da crise do novo coronavírus na leitura de uma categoria de estudantes de uma universidade pública, em seu processo de formação inicial para uma docência que se efetivará em práticas formadoras de leitores. De igual modo, avento a possibilidade de o estudante de Letras ter uma preocupação mais acentuada com a leitura do que outros discentes de outros cursos, e assim os impactos do fenômeno pandêmico sobre as práticas leitoras poderem ser sentidos mais intensamente por eles.

Ademais, esta pesquisa pode levar os graduandos a refletirem sobre suas práticas de leitura neste momento especial de crise civilizatória. Ao analisar o papel da leitura na formação de futuros professores a partir de dados obtidos em uma pesquisa realizada nos Institutos Universitários de Formação de Mestres da França, Anne-Marie Chartier concluiu que compete aos futuros professores a orientação de leituras. Ela explica: “Por isso, fazê-los refletir sobre suas maneiras de ler, sobretudo no contexto da formação inicial, poderia ajudá-los a definir as estratégias e os percursos de leitura mais adequados para o desenvolvimento de processos de formação de seus alunos”. (CHARTIER, 2011, p. 95)

O recorte estabelecido, portanto, foi o Curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e Literatura da Universidade de Brasília, do período noturno. A seleção de uma instituição pública deu-se por acreditar que nela há o comprometimento maior com uma formação humanizadora, emancipatória, crítica, de qualidade, inclusiva, com respeito à diversidade e produção científica comprometida com a comunidade. Assim, acredito que a representatividade encontrada na instituição me possibilitará uma coleta de dados mais abrangente que reflita melhor a realidade de vários setores da sociedade durante esse tempo pandêmico. A preferência pela mencionada universidade foi porque, além de ser considerada uma das melhores do país, faço parte de sua realidade, cursando meu doutoramento. Em 2020, ela foi classificada no Ranking Universitário Folha (RUF) em 9º lugar dentre as melhores universidades do Brasil e considerada a melhor do Centro-Oeste. Por fim, limitei a coleta de dados ao período noturno porque geralmente reúne alunos que trabalham durante o dia e provavelmente têm que se desdobrar para realizar as leituras do curso. E pode ser que tenham sentido mais intensamente os efeitos calamitosos da irrupção do novo vírus, por ter que lidar

com suas consequências tanto no trabalho quanto na faculdade. Deste modo, considero que a seleção desses participantes me levará a encontrar respostas para a questão de minha pesquisa.

1.3 Perguntas de pesquisa

Minha hipótese surgiu das proposições de que a disseminação do coronavírus pode ter afetado os estudantes citados porque ficaram sem aulas no primeiro semestre de 2020, depois passaram a ter aulas remotas, tiveram que deixar de sair de casa para trabalhar ou passear, ficando, portanto, com menos atividades obrigatórias e com mais tempo livre. O receio de contrair a doença, o estresse e a angústia causados pela imposição de distanciamento e isolamento social podem ter impedido ou dificultado os graduandos de se concentrarem em leituras teóricas ou podem tê-los levado a realizar leituras que os ajudariam a atravessar esse momento desafiador ou que os distraíssem e os alçassem a universos distintos da penosa realidade.

A leitura passa pela escola, e nela são os professores que têm a missão de formar seus alunos nesse sentido. A responsabilidade maior recai sobre os professores de Língua e Literatura. Sendo assim, nossa formação inicial é crucial para a orientação da leitura no espaço escolar e para a formação de leitores. Formação essa que incessantemente foi desafiadora no contexto social normal, e na crise do novo coronavírus tornou-se ainda mais laboriosa. Num primeiro momento, os alunos ficaram sem aula e depois passaram bruscamente a ter aulas remotas. Instalou-se um cenário caótico para professores sem familiaridade com a mediação tecnológica e para os estudantes que não estavam habituados a assistir aulas pela tela de dispositivos eletrônicos. Submersa nessa conjuntura conturbada, veio-me muito forte a reflexão sobre como estariam se dando as práticas de leitura entre os estudantes da Licenciatura. Como estão elaborando este momento de pandemia, mais especificamente relativo à leitura? Quais suas experiências acerca da leitura durante a pandemia? Qual a representação da leitura para eles nesse momento? Se leem, quais são os objetivos? Que tipo de leitura está sendo escolhida e com qual finalidade? Quem são os mediadores da leitura? O vínculo virtual com os professores os manteve como mediadores? A leitura na pandemia está afetando a formação de professores e leitores? Estão realizando as leituras acadêmicas obrigatórias? Estão lendo para ocupar o tempo que passaram a ter inadvertidamente devido ao isolamento social? Estariam realizando leituras que pudessem ajudá-los a atravessar esse momento pandêmico tão angustiante?

Em vista de tantos questionamentos e pressuposições, pretendo encontrar respostas para as seguintes perguntas de pesquisa: Como e por que a pandemia está afetando as representações e práticas de leitura dos graduandos? Minha questão pretende verificar os impactos da tragédia da covid-19 nas representações e práticas de leitura; para tanto, compreende investigar como e por que o momento pandêmico está produzindo efeitos e consequências sobre o ato de ler dos graduandos de Língua Portuguesa e sua Respectiva Literatura, da Universidade de Brasília.

Minhas proposições citadas anteriormente refletem questões teóricas (YIN, 2001, p. 42) que conduzem para a História Crítica da Leitura, Sociologia da Leitura, Filosofia Panec e para a interação do leitor com texto pelo viés da Estética da Recepção. A aplicação dessas teorias é indispensável para embasar toda a definição de todo o contorno do projeto de pesquisa.

1.4 Objetivos

Tendo em vista o problema de pesquisa definido, o objetivo geral é investigar como a pandemia da covid-19 está impactando as representações e práticas de leitura dos estudantes do Curso de Licenciatura em Letras/ Língua Portuguesa e Respectiva Literatura, do período noturno, da Universidade de Brasília. Já os objetivos específicos são:

- Descrever, compreender e dimensionar os efeitos da pandemia da covid-19 na geração atual e na História da leitura;
- Analisar como se constrói a leitura no período pandêmico entre os graduandos;
- Analisar o processo histórico de construção do sujeito-leitor e de suas representações e práticas e caracterizá-lo, especificamente, neste contexto da pandemia.

Tencionando atingir os objetivos propostos, optei pela metodologia de pesquisa e estrutura da tese especificadas a seguir.

1.5 Estratégia de pesquisa

A presente pesquisa configura-se como qualitativa de análise interpretativa por pretender interrogar diretamente os estudantes para analisar suas práticas e representações de leitura a partir da observação de forma natural e sem interferências de minha parte (GIL, 2008). Como esta investigação almeja compreender o caso específico dos efeitos do recente fenômeno da pandemia da covid-19 na leitura, optei pelo estudo de caso como estratégia de pesquisa no

contexto factual de formação acadêmica, por ser “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, (...)”. (YIN, 2001, p. 32)

A seleção do estudo de caso como via metodológica foi amparada fundamentalmente pelos princípios teóricos de Robert K. Yin (1986) e Lüdke e André (1986). Para o primeiro estudioso citado (2010), o estudo de caso é uma abordagem indicada quando o pesquisador deseja explorar um acontecimento contemporâneo inserido em seu próprio contexto de vida real, no caso desta investigação, a crise do SARS-Cov-2, sem que se possa controlar os eventos comportamentais. Meu estudo de caso classifica-se como explanatório por procurar “explicar os vínculos causais em intervenções da vida real”. (YIN, 2001, p. 34)

Por compreender a leitura como uma prática sociocultural, a concepção filosófica orientadora da natureza desta investigação é o sociointeracionismo, caracterizado por Mortatti (2010) como caminho para embasar pesquisadores na busca da compreensão da contribuição dos elementos sociais na constituição do sujeito. Isso porque também compreende o sujeito como leitor e produtor textual, como vemos na afirmação que se segue.

(...) para além dessas finalidades, o interacionismo propicia ousarmos pensar em ampliar as possibilidades de uso e funções sociais do ler e escrever, porque nos propicia pensar na contribuição dessas atividades especificamente humanas para o processo de constituição do sujeito (professor e alunos, no caso da alfabetização escolar), que se constituem também como leitores e produtores de textos como quem busca atribuir sentidos para a vida (MORTATTI, 2007, p. 166).

Com base em uma abordagem histórico-cultural, o sociointeracionismo elaborado por Lev Semenovich Vygotsky (1987, 1991, 2010), debruça-se sobre os mecanismos psicológicos de desenvolvimento e de aprendizagem na formação dos sujeitos. Enquanto processo tecido nas relações sociais estabelecidas pelos sujeitos e mediado por instrumentos materiais e sócio-culturais, relaciona os sistemas simbólicos com o processo de internalização.

Por ter a intenção de compreender os efeitos da pandemia sobre a leitura dos estudantes e de identificar os aspectos que concorrem para este fenômeno (GIL, 2008), pretendo investigar diretamente os graduandos em Letras, ao interrogá-los por meio de um questionário estruturado, para analisar suas práticas leitoras durante propagação da doença infectocontagiosa.

É preciso compreender quem são esses leitores e suas motivações para as leituras. Além disso, o evento pandêmico começou a ser pesquisado há pouco tempo, por ser um fenômeno recente e em desenvolvimento. Uma pesquisa qualitativa atende bem a este tipo de estudo de caráter exploratório, quando a temática é nova, como nos explica John W. Creswell (2010).

Reforço, portanto, a indispensabilidade de empregar o método qualitativo como estratégia de investigação nesta pesquisa.

Para a definição da pesquisa como qualitativa, considero, além de Lüdke e André (1986) demonstrar ser muito usada em pesquisas na área de educação, suas características básicas elencadas por Creswell (2010) como apropriadas aos meus objetivos: os dados são coletados pelo próprio pesquisador no ambiente dos participantes a partir de entrevistas, questionários, observações ou documentos que são analisados por meio de categorias. O interesse concentra-se antes no significado que os participantes conferem ao problema e não ao que o pesquisador apresenta. O planejamento da pesquisa realizado inicialmente pode ser modificado em todas suas fases durante seu desenvolvimento. Um traço marcante da pesquisa qualitativa é o fato de ela ser uma forma de investigação de natureza interpretativa, permitindo aos pesquisadores interpretar o que veem e ouvem a partir de sua história, contexto, origem e experiências anteriores. (CRESWELL, 2010). De forma similar, Lüdke e André (1986) registram o desenvolvimento do estudo qualitativo em uma situação natural e contextualizada e sua flexibilidade em relação à execução do planejamento inicial.

Nessa perspectiva, esta pesquisa conforma-se nesses limites metodológicos de coleta de dados a partir dos instrumentos mencionados mais adiante. O desejo é compreender a questão da leitura no universo pandêmico a partir da ótica dos próprios discentes e não sob meu ponto de vista. Esta pesquisa tem seu lugar na área educacional, em um contexto contemporâneo, sob as influências de uma crise sanitária mundial. A esse respeito, tenho em consideração que “o fenômeno educacional está situado em um contexto social, por sua vez inserido em uma realidade histórica, que sofre toda uma série de determinações” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 3). Ao escolher a estratégia de pesquisa, o estudo de caso orientará as definições acerca das questões motivadoras da pesquisa, da coleta e análise de dados e da escrita da tese.

A partir do entendimento da leitura enquanto fenômeno e prática sociocultural, buscase, neste estudo, compreender as relações que o sujeito engendra nos processos de construção do leitor, resistindo, com Chartier (2011), ao perigo de assimilar o processo, que é construído historicamente, sob o prisma de reconstrução de uma coleção de estudos de caso. Ao dar a voz aos sujeitos, dentro de seu contexto da vida real, urge pensar com Chartier (2011) que testemunhos de leitores são importantes para se reconstruírem as leituras, e portanto, sua história, mas não suficientes para tal empreitada, porque se torna difícil separar o que é um costume individual do que é coletivo. “Acima de tudo, sua raridade impede que sejam considerados como os únicos vestígios a partir dos quais se pode construir uma História da Leitura, que não pode ser uma coleção de estudos de casos” (CHARTIER, 2011, p. 96). Urge

também tomar o dispositivo do texto como objeto cultural e componente importante da cultura escrita. Permeada por esta dialética, aos estudos da História da Leitura será engendrado um capítulo do tempo presente, o de tempos pandêmicos.

Para definir os contornos do caso a ser pesquisado, serão utilizadas etapas metodológicas apontadas por Yin (2001). Primeiramente, a delimitação da pergunta de pesquisa seguida do levantamento das proposições que a circunscrevem e, destas proposições, a identificação das linhas teóricas que trariam ferramentas para investigar e levantar conclusões acerca do problema. As premissas conduziram também a reconhecer quais dados e informações seriam importantes para serem coletadas e por fim, determinar qual seria o caso a ser estudado e sua consequente “unidade de análise” (YIN, 2001, p. 43). O caso a ser investigado trata das práticas e representações de leitura dos estudantes durante o surto viral do novo coronavírus, e a unidade de análise é o curso de Licenciatura em Língua Portuguesa e sua Respectiva Literatura da Universidade de Brasília, ofertado no período noturno.

Atendendo às características da referida estratégia metodológica elencadas por Lüdke e André (1986) de que o estudo de caso precisa ser bem delimitado, esta investigação está restrita às fronteiras da Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília e tenciono chegar a uma descoberta e reprodução dessa realidade integralmente, levando em consideração o contexto da pandemia na citada Licenciatura a partir da exploração de uma diversidade de dados coligidos nesse ambiente, como forma de atender às especificidades de rigor científico do estudo de caso. Assim, estudarei um caso singular que representa uma realidade “multidimensional e historicamente situada” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 31), aspecto esse específico do estudo de caso.

As mudanças causadas pela tragédia da covid-19 foram sentidas em todas as esferas da sociedade de todo o planeta; e na educação, particularmente, produziram sérias transformações temporárias e outras que provavelmente se tornarão permanentes. Para analisar os impactos pandêmicos na leitura de graduandos, é inevitável seu engendramento a outros fatores, já que suas consequências não são isoladas. É por isso que o estudo de caso é tão pertinente para nosso trabalho enquanto abordagem metodológica, em razão de permitir uma investigação para compreender eventos da vida real, sem intervenções, como é o caso do surto viral da Sars-Cov 2. (YIN, 2001)

1.6 Sujeitos-leitores: participantes do estudo

Ao delinear esta pesquisa, foi definida a população-alvo seguindo as orientações metodológicas de Pedro Alberto Barbetta (2002), sendo estabelecido que a população a ser estudada são os estudantes do Curso de Letras/Língua Portuguesa e Respectiva Literatura do período noturno da Universidade de Brasília. O público-alvo desta pesquisa são universitários projetados como professores-leitores em formação, inseridos num espaço de recepção de conhecimentos. Representa, portanto, uma perspectiva microcósmica no universo de leitores. Os graduandos totalizam (em janeiro de 2020) 443 alunos ativos no curso, de acordo com informação do próprio Instituto de Letras, repassada a mim por correio eletrônico, no dia 27 de janeiro de 2021. Embora, por conformidade aos princípios metodológicos, tenha havido uma delimitação do grupo a ser estudado, será considerado, como explica Bogdan e Biklen (1994), a relação desta parte – os estudantes da Licenciatura em Língua Portuguesa e sua Respectiva Literatura - com o todo – os demais graduandos de licenciatura em Letras de universidade no geral.

Após a definição do problema de pesquisa, hipótese, objetivos e do público-alvo e metodologia, estruturei o projeto para obter a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (CEP/CHS) para a realização da investigação, etapa obrigatória por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos. Somente após aprovação pelo CEP, comecei os trâmites para iniciar a coleta de dados. Como já havia tido aprovação da diretora do Instituto de Letras que era necessária para a submissão ao CEP, entrei em contato com a chefe do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras (LIP), ao qual o curso pesquisado está subordinado e com a coordenadora do Curso para solicitar-lhes autorização. Ambas não se opuseram e pude então dar início aos trabalhos.

Serão percorridas três fases do estudo de caso (NISBET; WATT apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 21): exploratória, coleta de dados e análise e interpretação sistemática dos dados. A primeira fase foi quando o projeto de pesquisa se originou, quando se levantou a hipótese a partir do problema identificado, a delimitação do tema e o delineamento e planejamento da metodologia e análise de dados. A seguir, será realizada a coleta e análise de dados.

1.7 Instrumentos de coleta de dados

Para investigar como a pandemia da covid-19 está impactando as representações e práticas de leitura literária entre os graduandos mencionados é necessário realizar a coleta de dados para compreender as dimensões desse fenômeno no campo. Autores como Yin (2001) e Lüdke e André (1986) defendem, para os estudos de caso, o uso de mais de uma fonte de informações para colher diversas evidências com a finalidade de cruzar dados (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 19) com vistas a tornar os resultados da investigação mais criteriosos e indubitáveis. Para obtê-los, os instrumentos serão um questionário eletrônico estruturado com questões abertas e fechadas destinado aos discentes (Apêndice A), pesquisa bibliográfica, análise documental - consulta a documentos da UnB e de instituições governamentais federais - e pesquisa e apuração de dados sobre fatos relacionados à práticas e representações de leitura – incluindo simulações de prática de leitura -, ocorridos durante a pandemia, retirados de veículos de informações como *sites* de periódicos, *sites* de pesquisas em geral, *lives*, redes sociais, dentre outros.

Em consonância com a consideração de Bogda e Biklen (1994, p. 48) de que na pesquisa qualitativa, pelo fato de os investigadores admitirem que o contexto influencia consideravelmente o comportamento humano, os dados são coletados diretamente no ambiente em que a investigação ocorre, sendo colhidas as informações de acordo com o contexto dos alunos da Licenciatura.

O historiador crítico Roger Chartier⁹ propõe uma história da leitura que considere os aspectos de construção do texto e as marcas individuais de sua apropriação que podem ser recuperadas por meio das “confidências dos leitores” (CHARTIER, 2011, p. 20). Considero que as respostas obtidas por meio do questionário proposto como instrumento de coleta de dados são, grosso modo, confidências dos licenciandos nas quais exprimem seus modos de leituras e suas percepções acerca do ato de ler no momento pandêmico.

Segundo Creswell (2010, p. 213), uma vantagem do questionário é o fato de permitir “ao pesquisador controlar a linha do questionamento”. O questionário eletrônico ficou disponível para ser respondido de janeiro a maio de 2021 no aplicativo para gerenciamento de pesquisas Google Forms. É claro que em tempos pandêmicos, outra forma de realizar o questionário não seria possível, mas o questionário eletrônico traz esta vantagem, além de

⁹ Roger Chartier é historiador da cultura escrita e professor francês, especialista em História da Leitura e uma referência mundial nos estudos acerca do livro e da leitura, estudioso da História Cultural, e professor-titular no Collège de France e na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, estudando as práticas de leitura por sua perspectiva histórica.

possibilitar que o participante responda quando e onde lhe for conveniente e pode levar o tempo que julgar necessário. O emprego de questionários eletrônicos e sua divulgação virtual como estratégia de coleta de dados têm sido muito utilizados na era da tecnologia e agora mais do que nunca, já que o distanciamento social forçado impede que esse tipo de atividade seja realizada presencialmente, entre pesquisadora e participantes. Embora houvesse esse benefício, o questionário eletrônico mostrou-se paradoxal, pois ao mesmo tempo que viabilizou nossa geração de dados, também a dificultou. Com as aulas remotas, ficou mais custoso entrar em contato e conseguir a participação dos alunos.

Inicialmente divulguei o convite para participação na pesquisa através das redes sociais, em grupos de alunos de WhatsApp e Facebook. Também enviei mensagens individuais para alunos que exerciam liderança estudantil e ainda assim a adesão foi muito baixa. Pedi à Secretaria de Graduação do Instituto de Letras que me fornecesse a lista de e-mails dos alunos para eu que divulgasse o convite, mas fui informada de que isso não poderia ser feito e me orientaram a realizar uma solicitação via processo administrativo no Serviço de Orientação e Supervisão das Unidades Avançadas da UnB para obter a lista com os e-mails dos alunos. O processo foi aberto no dia 26 de janeiro e recebi a lista do Setor de Atendimento da Secretaria da Administração Acadêmica no dia 17 de março de 2020. Ainda assim, os e-mails que recebi são do domínio institucional “aluno.unb.br”, os quais são criados automaticamente para os alunos matriculados. Creio que não são usados por alunos, já que o convite por esse meio não surtiu efeito no número de adesão dos participantes. Por meio do meu orientador, de colegas doutorandos e da secretaria da graduação, consegui o contato de alguns professores aos quais pedi que divulgassem entre seus alunos o convite para participação na pesquisa. E essa foi a maneira que obtive maior adesão dos participantes – 55 alunos. Como o propósito não era probabilístico, considero significativa a participação dos estudantes, já que no momento pandêmico o contato com os alunos tornou-se mais difícil e os alunos já estavam esgotados de tantas atividades virtuais.

A participação na pesquisa estava condicionada ao pertencimento ao grupo estudado – estudantes, maiores de idade, do curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e Respectiva Literatura do turno noturno, da Universidade de Brasília. A segunda condição referia-se à livre decisão de concordar eletronicamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – incluso nos Apêndices A e B), após todos os esclarecimentos realizados pela pesquisadora, de acordo com Resolução CNS nº 466/2012 e Norma Operacional CNS 001/2013. Deste modo, após a aprovação do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa), foram

convidadas a participar deste estudo as pessoas que se enquadravam nessas condições e que se dispusessem a colaborar.

Ao acessar o questionário pelo Google Forms, o participante era esclarecido, antes de começar a responder as perguntas, sobre o teor da pesquisa e para que ficasse resguardado, lia o TCLE, que elucidava, dentre outros, todos os seus direitos. Após ler o TCLE, o respondente só conseguiria prosseguir se concordasse que havia lido e aceitava as condições nele estabelecidas. Os participantes foram devidamente esclarecidos sobre os objetivos e metodologia da pesquisa, bem como dos possíveis riscos e benefícios individuais e coletivos, da divulgação dos resultados e das normativas que norteavam a pesquisa. Dessa forma, o questionário foi respondido anonimamente pelo próprio elemento da população. A exclusão de participantes dava-se diante da recusa em concordar eletronicamente com o TCLE ou da manifestação de qualquer voluntário, seja qual for o tempo ou a etapa da pesquisa, de retirada do seu consentimento, bem como o não pertencimento à população estudada.

Com relação à coleta de dados, Yin (2001) ressalta que é importante manter o encadeamento das evidências surgidas nas questões iniciais que vão levar às conclusões finais. Para garantir que essa vinculação ocorresse, foram seguidas as orientações sistemáticas de teóricos, como Pedro Alberto Barbetta (2002) e Hartmurt Günther (2003) para a elaboração do questionário.

Conforme as diretrizes definidas por Barbetta (2002) foram separadas as características a serem levantadas a partir de objetivos (geral e específicos) propostos, buscando levantar dados para atingi-los, sendo definidas variáveis visando aos resultados que precisam de análise. Para que as respostas dos informantes fossem homogêneas, as variáveis foram estabelecidas a partir de categorias (variáveis qualitativas). Dessa maneira, cada pergunta estaria relacionada a uma variável. Foram definidas as características a serem levantadas entre os estudantes, a partir de suas práticas e representações de leitura: idade, período da graduação, quantidade de leitura, fatores motivadores de leitura, preferências de leituras, gêneros mais lidos durante a pandemia e outros, sendo consultadas duas pesquisas conceituadas internacional e nacionalmente para basear e mensurar as características acertadamente. O embasamento teórico foi fundamental para nortear a elaboração das perguntas. Foram usados parâmetros do CERLALC por ser um padrão internacional de medição desenvolvido por esta instituição juntamente com a UNESCO e paradigmas de *Retratos da leitura no Brasil*, por representar uma pesquisa séria e extremamente ampla, com abrangência nacional e grande amostra na coleta de dados. Foi formulada uma ou mais perguntas para cada característica a ser observada, sendo elaboradas

perguntas que não fossem óbvias. Nas questões abertas, foram realizadas algumas considerações teóricas para deixar o respondente mais contextualizado com a temática.

Antes de aplicar o instrumento mencionado, foi realizada a pré-testagem em pessoas com o mesmo perfil e mesmo nível de escolaridade definida neste estudo com o fito de realizar um “estudo exploratório” (GIL, 2008, p. 129) para verificar a eficácia das perguntas. Excluí perguntas com opções de respostas com categorias exaustivas e com categorias que se sobrepujam. Após todo esse procedimento, cheguei à elaboração final do questionário com 27 perguntas – 24 perguntas fechadas e 3 fechadas (89% de questões fechadas de múltipla escolha e 11% de questões abertas), previsto para ser respondido em aproximadamente 15 minutos.

Ademais do questionário, a partir da pesquisa bibliográfica reuni dados e informações para subsidiar minha análise e para traçar o breve histórico sobre as práticas de leitura ao longo do tempo. Para a análise documental, recorri a fontes diversificadas: consulta a documentos da UnB e de instituições governamentais federais, tais como: memorandos, resoluções, pareceres, legislações, projeto pedagógico do curso de Letras. Realizei também um levantamento de fontes relacionadas à práticas e representações de leitura que circularam durante a pandemia a partir de veículos de informações, de outras pesquisas e de *lives*, para serem analisados através de categorias pensadas para este fim e interpretadas por meio de aporte teórico e de minhas experiências e percepções enquanto professora e pesquisadora.

As pesquisas *Retratos de Leitura no Brasil (2020)*, *Retratos da Leitura em eventos do livro e literatura (2022)*, *Produção e vendas do setor editorial brasileiro e Painel do Varejo de Livros no Brasil (2021; 2022)*, serão fontes para coleta de dados que serão usados como instrumento comparativo por fazerem levantamentos que ajudam a compreender o interesse de leitores em geral, como o consumo de livros no varejo, a produção e vendas no mercado editorial e índices de práticas de leitura no Brasil, tendo em mente a noção de Roger Chartier do livro como objeto cultural. Mesmo sabendo que os dados relativos ao consumo de livros não necessariamente correspondem às práticas, já que os leitores podem ter lido livros que já tinham em casa, ao mesmo tempo em que livros comprados podem não ser lidos, servem como parâmetro para confrontar dados e ter uma percepção da conjuntura macro, para melhor compreender a conjuntura do micro.

1.8 Análise de dados

Após a finalização da etapa de geração dos dados, aplicarei, conforme esclarece Roque Moraes (1999), a metodologia de análise de dados qualitativos à luz das teorias dos estudos da História Cultural, da Estética da Recepção e da Sociologia da Leitura. Para a análise dos dados, vou me direcionar pelas diretrizes detalhadas estabelecidas por Antonio Carlos Gil em *Métodos e técnicas de pesquisa social* (2008), John W. Creswell em *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2010), Menga Lüdke e Marli E. D. A. André (1986) em *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*, e por Robert C. Bogdan e Sari K. Biklen em *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos* (1994).

Trabalharei o material obtido durante a pesquisa começando por organizá-lo, dividi-lo em partes, relacionando-o e buscando identificar nele “tendências e padrões relevantes” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 45) para agrupar elementos similares. Para analisar esses dados considerados relevantes, os autores citados aconselham organizá-los em categorias que sejam o bastante para abarcar todas as respostas, a partir de conceitos do aporte teórico selecionado.

Em seguida, definirei as categorias estabelecidas para proceder à análise e descrição dos dados coligidos tanto no questionário quanto nas demais fontes de pesquisa, começando pela descrição dos dados para que, em seguida, possa empreender a análise qualitativa a partir de sua interpretação. Tomarei como período para análise os meses de abril a dezembro de 2020. Então terei, para análise e interpretação como dados primários (GIL, 2008), aqueles que serão levantados diretamente da população pesquisada por meio da aplicação do questionário.

No plano analítico, examinarei os efeitos da crise da covid-19 sobre as práticas e representações de leitura dos estudantes e realizarei a triangulação das fontes de dados a fim de verificar se há convergência, diferenças ou alguma combinação entre eles. Isso será feito em uma análise textual visando examinar e mensurar os efeitos do surto viral no comportamento de leitura do graduando em Letras.

Por fim, essa interpretação dos dados se apoiará no universo dos fundamentos teóricos escolhidos e meus conhecimentos prévios. (GIL, 2008). Buscando orientar-me pelo rigor científico, pretendo compreender os impactos causados pelo fenômeno pandêmico.

1.9 Estrutura da tese

Adotando como base filosófica o sociointeracionismo e assumindo a leitura como prática sociocultural, a partir dos objetivos apontados, verificarei minha hipótese de que a pandemia da covid-19 está impactando a leitura dos licenciandos em Língua Portuguesa e

Literatura da Universidade de Brasília. Desenvolverei esta tese em quatro capítulos, que se unem para constituir o panorama da leitura na mencionada Licenciatura no tempo pandêmico.

O primeiro capítulo, Metodologia, apresentou o tipo de pesquisa, o método escolhido, os sujeitos leitores como participantes do estudo, os instrumentos de coleta e a análise de dados selecionados e empregados na investigação.

No segundo capítulo, serão descritos momentos históricos, no Ocidente e no Brasil, da Antiguidade à Pós-modernidade, que constituíram as práticas da leitura na humanidade, em uma abordagem da formação do sujeito-leitor em diferentes eras, a partir da compreensão da história dessas práticas sendo elaboradas pelos homens, em seus diferentes tempos, modos, concepções e intencionalidades, dentre outros aspectos. Para tanto, foi indispensável recuperar a historicidade da leitura a partir da História Cultural e de sua atuação sobre a memória, enquanto sua transmissora.

A intrínseca relação entre a leitura e os tempos históricos está assentada nas correntes de pensamento de Zygmunt Bauman (2001), Guglielmo Cavallo (1998), William R. Cereja (2005), Michel de Certeau (1998), Roger Chartier (1998), Marisa Lajolo (1999), Jacques Le Goff (1990), Alberto Manguel (1997), Perrone-Moisés (2016) e Zilberman (2008). Trazer a historicidade para analisar os impactos da pandemia sobre a leitura dos graduandos é importante para prevenir o risco de conclusões parciais decorrentes de análise concentrada ao não identificar as transformações históricas das práticas de leitura. O recuo histórico advém da compreensão de que as práticas leitoras têm uma trajetória em um processo de constituição e difusão e traduzem as relações sociais nas quais se erguem. Segundo Alcir Pécora (2011), como a materialidade do suporte é inseparável do sentido das representações a que seus usos conformaram, fazer a história das práticas de leitura, para Roger Chartier (1998), implica em investigar os usos históricos do livro e das diversas formas do impresso.

Wolfgang Iser (1996), Hans Robert Jauss (1994) e Chantal Horellou-Lafarge e Monique Segré (2010) trazem abordagens teóricas esclarecedoras sobre recepção e apropriação da leitura para embasar, na Estética da Recepção e Sociologia da Leitura, a análise da recepção dos estudantes enquanto leitores e polos ativos e fundamentais na relação dialógica com o texto. A partir destes estudos e dialogando com a estética da recepção, pretendo com esta tese, investigar como a leitura foi praticada em período pandêmico, a partir da análise de representações e de práticas de leitura de futuros professores e formadores de leitores em suas relações com o texto e o contexto de produção da obra.

Por fim, apoiada nos conceitos de Jacotot, mediado por Rancière, a perspectiva dialógica da Filosofia *Panecástica*¹⁰, na formação de professores, visa trazer o conceito do “todo” para as práticas de leitura como caminho para pensar a formação de leitores no Brasil, ressonante na pedagogia da dialogicidade de Paulo Freire, crucial para pensar os sujeitos leitores em minha investigação. O educador brasileiro alicerça o assentamento deste estudo na importância do ato de ler, particularmente durante a crise do coronavírus, e da construção da vulgarização da leitura enquanto projeto de nação. Por trás de cada movimento nessa ampliação do acesso à leitura tem-se também um papel político. Na contramão da universalização há, por outro lado, os interesses e direitos daqueles deixados à margem do processo, mais acentuadamente nesta catastrófica crise sanitária que estamos atravessando. Conforma-se, portanto, a relevância de um curso de formação de professores, em uma universidade pública, que tenciona essa questão política do ato de ler ao formar leitores visando uma leitura crítica dessa sociedade, em um momento em que as desigualdades sociais estão evidenciadas e potencializadas. É o que será exposto no capítulo seguinte.

No terceiro capítulo, problematizo o papel das instituições universitárias na formação do sujeito professor-leitor destacando historicamente como a crise do capital e o avanço do neoliberalismo são estruturantes para o desmonte do caráter político destes espaços e como isto impacta diretamente na concepção omnilateral de formação humana e profissional em diferentes práticas socioculturais, como a da leitura e escrita. Este capítulo apresentará a trajetória de lutas por parte das universidades na defesa da licenciatura como espaço para a formação crítico-reflexiva. Discuto a leitura na formação de professores de Língua Portuguesa e Literatura na Universidade de Brasília e os impactos causados pela pandemia no processo de ensino-aprendizagem, com a consequente adoção do ensino remoto emergencial. Para contextualizar o curso pesquisado e mostrá-lo como consolidação de um projeto político-pedagógico de formação de professores, apresento dados da Licenciatura investigada, retirados de documentos institucionais e governamentais que instituem diretrizes para os cursos de licenciaturas.

No quarto capítulo, analisarei as representações e práticas de leitura dos estudantes pesquisados durante o surto do novo coronavírus, explicitando seus modos de recepção e os efeitos dos textos produzidos sobre eles, buscando descrever quais são as disposições específicas que os distinguem enquanto comunidade de leitores. No capítulo seguinte, a

¹⁰ Trata-se de uma Filosofia criada por Joseph Jacotot a partir da junção de duas palavras gregas, pan = todo e ekastos, cada um (ALBUQUERQUE, 2019, p. 171).

intrínseca relação entre a leitura e os tempos históricos repousa sobre a perspectiva teórica da História Cultural, da Estética da Recepção e da Sociologia da leitura.

2 História da leitura e a construção do sujeito-leitor: uma trajetória até a pandemia

Como poderiam ter pensado na peste que suprime o futuro, os deslocamentos e as discussões? Julgavam-se livres e jamais alguém será livre enquanto houver flagelos.

Albert Camus

O processo de aquisição da leitura inicia-se mesmo antes da alfabetização, se pensamos na leitura de mundo (FREIRE, 1989), e atravessa todos os níveis e modalidades da educação. Ao possibilitar o contato com diversos tipos de leitura, os professores tornam-se um dos principais mediadores, a qual é vista nesta presente pesquisa, como mencionado na Introdução, sob uma égide ampla, pautada no letramento literário, enquanto apropriação pessoal de práticas sociais de leitura e escrita (PAULINO, 2010) e considerada como prática cultural (CAVALLO; CHARTIER, 1998; CHARTIER, 2011) e social. (KLEIMAN, 2002)

Ao assumir tal concepção do ato da leitura, o presente capítulo objetiva fundamentar teoricamente o trabalho em relação à história da constituição da leitura enquanto ato político e pedagógico no Ocidente e seu engendramento às práticas de construção do sujeito-leitor, contextualizando a pandemia da covid-19 enquanto um momento de crise e exceção nas esferas social, política, ambiental, sanitária, educacional e, mais especificamente a ser analisada nesta tese, na história das práticas da leitura, escancarando a vaticinada crise do capital. Os impactos de tal crise na educação e sobretudo nos cursos de formação de professores e os rearranjos realizados no ensino remoto emergencial decorrente da pandemia serão analisados no próximo capítulo em que será tratada, especificamente, a formação de professores de Língua Portuguesa e Literatura na Universidade de Brasília.

A partir de três abordagens teóricas fundamentais, irei analisar os dados obtidos para verificar como a pandemia do coronavírus está impactando as representações e práticas de leitura dos licenciandos. Para a compreensão desse fenômeno histórico-cultural extraordinário que estamos vivendo, guiar-me-ei pela articulação teórica entre a História Cultural, a Estética da Recepção e a Sociologia da Leitura, que estudam a leitura, o leitor, o texto e a influência dos elementos sociais sobre eles. Não há como desvincular o aspecto sanitário de suas condições estruturantes: a desigualdade, por exemplo, afeta as práticas de leitura também em tempo pandêmico e democratizá-las é tão essencial quanto vencer as discrepâncias existentes entre outros elementos socioculturais.

Essa filiação teórica se faz necessária para verificar os impactos nas práticas e representações de leitura dos estudantes - teorizadas pela História Cultural; sendo necessário entender a recepção das obras pelos alunos e o efeito delas sobre eles - estudados pela Estética da Recepção, dentro do contexto social do surto pandêmico - contribuições trazidas pela Sociologia da Leitura.

2.1 A Sociologia da Leitura e a História Literária como caminhos analíticos para compreensão dos modos de leitura durante a pandemia da covid-19

A investigação empreendida neste trabalho parte da pressuposição de que a disseminação do coronavírus, que se apresenta em um cenário de crise política e sanitária, pode trazer variações na história de leitura do Brasil, a qual é constituída pela trajetória das instituições que a delineiam. A literatura não só é uma delas, como ocupa um lugar, confirma Regina Zilberman, (2008). Dado que a história da leitura e a história da literatura se entrecruzam e se emaranham, cabe trazer os pressupostos teórico-metodológicos dessa última. Para a mesma autora, juntamente com Lajolo, o percurso histórico das práticas brasileiras de leitura não se circunscreve somente à literatura, contudo ela representa “fonte de estudo e campo de manifestação”. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2011, p. 226)

Investigar como a pandemia está impactando as representações e práticas de leituras dos alunos implica analisar como estes interagem com os textos e como estes, por sua vez, atuam sobre aqueles. É importante também identificar os modos de leituras desses estudantes e quais aspectos os afetam. A História Cultural, a Estética da Recepção e a Sociologia da Leitura nos servirão de paradigmas para empreender essa análise. Roger Chartier (1994, 1998, 2002, 2011, 2022), Wolfgang Iser (1996, 1999) e Hans Robert Jauss (1994) trazem, a partir de suas abordagens, contribuições e aspectos importantes para o estudo da leitura neste momento trágico da nossa história coletiva.

A Sociologia da Leitura estuda de que modo os aspectos sociais – como classe social, idade, gênero, escolaridade – influenciam na apropriação da leitura pelo leitor. Já a Estética da Recepção, analisa a interação entre texto e leitor e seus efeitos. Esse arcabouço teórico, portanto, vem ao encontro de minha pesquisa porque busco compreender também, como os fatores sociais do momento pandêmico interferiram na prática da leitura dos alunos e em como estes interagem com os textos, conforme procederei a seguir.

2.1.1 Sociologia da Leitura

O ensino da leitura deve ser observado na conjuntura da sociedade segmentada em classes na qual estamos inseridos (Magda Soares,1994). As classes dominantes e as classes populares apresentam interesses e apropriações da leitura diferentes. Para a elite, a leitura tem como objetivos a fruição, ser instrumento para acessar conhecimentos e como forma de socialização. Enquanto para as classes dominadas, tem fins pragmáticos de qualificação profissional para responder ao modo de produção da sociedade e às imposições da cultura dominante. Aqui reside a indispensabilidade dos estudos sociológicos da leitura neste trabalho. Chantal Horrellou-Lafarge e Monique Segré são autoras de *Sociologia da Leitura*, publicado no Brasil em 2010. Como pesquisadoras na área da Sociologia no Centro Nacional de Pesquisa Científica, da França, referência mundial em pesquisa, seus estudos vinculam-se a saúde, arte e cultura. As autoras destacam a leitura como prática cultural diferenciada, habitual e compartilhada por todos e enfatizam a influência exercida pelo meio social e cultural sobre ela.

Na referida obra, as estudiosas comprovam o quanto a leitura está atrelada ao cotidiano das pessoas, fazendo parte de diversas atividades rotineiras, desde as mais simples, como seguir a receita de um bolo, até as mais complexas, como adentrar o universo de um texto considerado hermético. Além de integrar-se à vida cotidiana, a leitura tem um aspecto diversificado, pois se pode ler de inúmeras maneiras. E por isso ela se distingue das demais práticas culturais, denominada pelas autoras de “polimorfismo social e cultural” (HORRELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 15), porque o uso de outros códigos depende do domínio do escrito. Pelo fato do ato de ler anteceder o acesso a outros sistemas de comunicação, a leitura está associada a outras práticas culturais.

Através do retrospecto da transformação sofrida pelo suporte do texto ao longo da história da humanidade - da argila até o livro eletrônico - as autoras mostram como a evolução no suporte mudou tudo que se relaciona ao ato de ler. A relação do leitor com o texto transformou-se quando os livros menores em formato *in-16* (menor formato do livro quando os impressos surgiram) possibilitaram que as pessoas pudessem carregá-los por onde fossem no século XV. O vínculo do leitor com o objeto livro se transfigurou em um modo pessoal e particular. O livro se transformou em um objeto pessoal em um momento de expansão do individualismo na sociedade.

As adaptações de gêneros mais descomplicados realizados pela *Bibliothèque Blue*¹¹, no início do século XVII, popularizaram e também influenciaram o modo de leitura, ao facilitar o acesso à leitura às camadas populares da sociedade, por adaptar a linguagem, produzir livros com material inferior para tornar o custo mais baixo e vendê-los por meio de ambulantes. Ilustração histórica que mostra como as características de formatos diversos do livro conduzem a diferentes formas de leitura.

O estilo da caligrafia nos manuscritos dependia dos gêneros, das obras e do público a que se destinavam; com a impressão buscando uma competição com os manuscritos, os tipos de caracteres variavam conforme os mesmos critérios. Para os livros clássicos e humanistas, a título de exemplo, utilizavam-se os romanos, enquanto que para os de escolástica se aplicavam os caracteres góticos. Contudo, posteriormente, a imprensa tornou-se mais autônoma e se desligou dos manuscritos; os caracteres foram padronizados no tipo romano por quase toda a Europa; por fim, no período de 1520 a 1540, o livro impresso separou-se totalmente do manuscrito. A partir de então, foi uma sucessão de mudanças nos formatos, lombada, paginação e alterações que melhoraram o manuseio do livro. Da evolução do livro impresso chegou-se ao eletrônico, no final do século XX, o que ampliou enormemente as formas de uso pelo leitor, ao permitir que se armazenassem inúmeros textos com suas anotações e grifos, e deu mais uma opção de suporte alternativo ao papel. Desse modo, “a mudança dos suportes de leitura significa uma mudança nos modos de praticá-la, nas maneiras de apropriar-se dos conteúdos. As maneiras de ler, múltiplas e diversas, e a heterogeneidade das práticas que se impõem atualmente exigem uma análise aprofundada”. (HORRELLOU-LAAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 100)

Como os suportes, os ofícios relacionados à confecção dos livros também sofreram transformações. As autoras atribuem à disseminação da alfabetização no século XVIII e ao

¹¹ Bibliothèque Bleue era a famosa série dos primeiros livros de bolso da França. Na Troyes do início do século XVII, o impressor Nicolas Oudot produzia livros finos, formato pequeno, empregando fontes sobre papel barato encadernado em papel azul (daí o nome “Biblioteca Azul”). Cada exemplar era vendido a uma ninharia. Dezenas de milhares foram comprados. De fato, a ideia revelou-se tão bem sucedida que, no final do século, os sucessores de Oudot em Troyes invadiram Paris, aventurando-se até mesmo no exterior. Em 1722, os acervos de Troyes armazenavam quarenta mil desses livros azuis finos, vendidos a apenas alguns centavos cada um, além de 2.576 resmas de folhas impressas suficientes para produzir 350 mil volumes *in-oitavo* de 48 páginas. Quando a dinastia Oudot finalmente deixou de publicar, a família Garnier assumiu, mantendo um número de exemplares ainda maior na década de 1780. Os temas das obras da Bibliothèque Bleue eram “populares” no sentido mais amplo: fábulas, romances de cavalaria, lendas editadas em estilo erudito (sobretudo no século XVIII), mas também canções de Natal, catecismos, livros cerimoniais e cartilhas escolares. A Bibliothèque Bleue contribuiu de modo significativo para tornar o Leste da França a região mais culta da nação. Outras regiões francesas copiaram, em seguida, a ideia (FISCHER, 2006, p. 224).

progresso das escolas primárias no século XIX o fato de o livro ter deixado de ser privilégio da elite social e dos clérigos e ter se tornado acessível às demais classes sociais.

É necessário reiterar o papel fundamental que a escola sempre exerceu sobre a difusão da leitura e a circunstância de ter estado tutelada pelos poderes religiosos e estatais, como instrumento de propagação da doutrina católica e protestante, por meio das instituições escolares religiosas. Contudo, o cenário nem sempre foi esse, e no século XIX, os leitores se desvencilharam dessa subordinação e buscaram outras perspectivas para a leitura: “instruídos a ler a palavra sagrada, os leitores emancipam-se e procuram uma leitura que lhes convenha, tanto para distrair-se quanto para instruir-se, ou para abrir-se ao pensamento das Luzes”. (HORRELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 49)

A vulgarização do escrito, ainda que tenha atingido diferentes classes sociais, não ocorreu igualmente entre elas. O povo e a elite tinham acesso distinto aos livros. No século XIX, o primeiro adquiria os volumes por correspondência, em bancas nas estações de trem ou em bazares, enquanto o segundo frequentava bibliotecas ou realizava suas compras em livrarias.

A partir de pesquisas realizadas no contexto específico da França, pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto de Comportamento de Lazer Francês, as autoras mostram como os fatores sociais determinam as preferências dos leitores: os gostos relacionados às classes sociais, às profissões, aos gêneros, à faixa etária e à escolaridade. No Brasil, a ampla pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (2020) também nos mostra essa relação.

Chantal Horrellou-Lafarge e Monique Segré (2010) fazem uma observação importante que se aplica a esta pesquisa também ao alertar sobre o cuidado que se deve ter ao manipular as declarações realizadas nas pesquisas sobre os hábitos de leitura da população, pois podem refletir menos a sua prática real do que a representação que as pessoas têm da leitura. Até que ponto isso também ocorre com os alunos da licenciatura? Ainda mais porque já adquiriram representações de leitura que correspondem ao que se considera ideais e legítimas pela academia letrada. Elas afirmam também que na França e em muitos países europeus, os maiores leitores de romances, teatro e poesia são os estudantes de Letras e Ciências Humanas (HORRELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 99), que provavelmente se apropriam de leituras consideradas legítimas pela crítica literária.

A este respeito não podemos ignorar a existência de uma hierarquização dos conteúdos das obras e dos leitores correspondente aos níveis escolar e cultural. Os leitores selecionam suas leituras a partir do lugar que ocupam nessas classificações e dos seus interesses no momento. Podem realizar leituras profissionais ou a leitura de um romance cuja narrativa contenha uma

situação afetiva com a qual se identifique e assim lhe proporcione curar suas feridas. O perfil de leitor que busca esse tipo de leitura está em classes populares e médias e adolescentes, de acordo com as pesquisadoras francesas. E assim, o pertencimento do leitor contribuirá para determinar seus hábitos de leitura. Nisto se evidencia a importância da Sociologia da Leitura para este estudo, por orientar a análise do perfil do leitor na pandemia e dos tipos de leitura que ele realiza.

As estudiosas francesas elencam diversos tipos de leitura mais recorrentes: leituras comuns, de documentação, práticas, autodidáticas, profissionais, de distração e de entretenimento. No viés da diversidade leitora, através das respostas dos questionários, serão analisadas as leituras realizadas pelos licenciandos, buscando saber se o processo de formação e o lugar que ocupam enquanto graduandos em Letras influenciam as leituras que fazem.

Assim como as preferências leitoras, os comportamentos e as maneiras de ler são diversificados e variam conforme as condições e os momentos que lhe são dedicados e as funções que lhe são conferidas pelos leitores. Por conseguinte, as práticas de leitura foram sofrendo mudanças ao longo do tempo, correspondendo a “normas sociais interiorizadas” (HORRELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 129) dos momentos históricos.

O modo de leitura passou por uma transformação no final do século XX que se acentuou no século XXI: o modo linear e contínuo de ler foi substituído por uma leitura fragmentada, dispersa e desconcentrada. As variações no modo de ler ocorrem de acordo com o suporte do texto e os objetivos que se deseja alcançar. Os estudantes, segundo as autoras, usualmente optam por leituras fragmentadas de trechos de obras ao buscarem, muitas vezes, uma leitura utilitária ou prática de documentação e de enciclopédias. Gêneros esses que conduzem a leituras apressadas e descontínuas. Tal fato é constatado também pela última edição da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (2020) por considerar como leitor “aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses” (IPL, 2020, p. 19). Essa noção de leitor mostra como a leitura fragmentada já está patenteada e normalizada em nossa sociedade. Tenciona-se analisar o modo de leitura dos alunos neste processo.

Os espaços destinados à leitura simbolizam o lugar outorgado ao livro na sociedade. As mudanças nos modos de vida levaram a lugares diferentes reservados para o ato de ler. As bibliotecas, que em seu início eram destinadas somente a conservar os volumes, tornaram-se espaço de estudo; as leituras realizadas em espaços compartilhados em razão da leitura oralizada passaram a acontecer em espaços domésticos e íntimos, por passarem a ser silenciosas; e atualmente, devido ao tempo usado para se locomover nas grandes cidades e da evolução do suporte dos textos, o ato de ler acontece em todo e qualquer lugar.

Além dos modos de leitura, a forma como os leitores se apropriam dos textos também variam, de acordo com a definição abaixo das autoras francesas.

A maneira de ler, de se apropriar dos conteúdos variam de um grupo social para outro conforme suas tradições, seus interesses e expectativas. As determinações sociais e culturais da leitura são evidentes, mas surgem exceções que suscitam novos questionamentos. De igual modo, dentro de cada grupo social, localizam-se múltiplas variações nas práticas de leitura, que obrigam a aprofundar análises e levar em conta percursos individuais de leitura, feito às vezes de rupturas, de descontinuidades tanto na intensidade da prática quanto nas escolhas e nos interesses investidos. (HORRELOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 148)

O contexto da pandemia da covid-19 é uma determinação social excepcional que impôs maneiras de ler e de se apropriar de textos correspondentes a essa realidade de distanciamento e isolamento social. É sobre essa excepcionalidade e a dinâmica de elementos sociais, tecnológicos e cognitivos entrelaçados a tal contexto, em uma comunidade específica, que fazemos nosso recorte de pesquisa.

2.1.2 Teorias da Estética da Recepção

Hans Robert Jauss (1994) e Wolfgang Iser (1996; 1999) discutem a literatura sob o enfoque da recepção ao considerar o leitor como produtor de sentidos, conforme suas experiências prévias e posição histórica. Em seguida, apresento seus pressupostos fundamentais como elementos esclarecedores para analisar a interação entre os professores em formação inicial na graduação e os textos lidos.

2.1.2.1 História literária

As variações das formas de apropriação do texto vinculam-se ao horizonte de expectativa dos leitores, teorizado por Hans Robert Jauss, estudioso que juntamente com Wolfgang Iser fundou as bases teóricas da Estética da Recepção, que em 1967, na Universidade de Constança, Alemanha, adota a perspectiva do leitor na produção literária. O primeiro dedicou-se a reescrever a história da literatura ao estudar os elementos envolvidos nos sistemas histórico-literários em uma metodologia proposta em *A História da Literatura como provocação literária* (1994). O segundo concentrou-se na recepção e nos efeitos estéticos dos textos literários sobre o leitor desenvolvidos na leitura em *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético* (1996). Ambos buscaram compreender a leitura por meio da relação dialógica entre

texto e leitor, privilegiando este último como figura central no processo de construção de significados textuais, por ser autônomo e produzir sentidos, para Iser; e por possibilitar a constante atualização das obras literárias do passado ao interagir com a obra por meio de suas experiências anteriores, para Jauss.

Ao propor e fundamentar uma nova história da literatura, Hans Robert Jauss (1994) muda a ênfase da produção para a recepção e concebe a noção de leitor como determinante das formas de reconhecimento e circulação das obras. Para essa teoria da recepção, a história da literatura deve considerar os critérios de recepção e do efeito produzido pela obra no leitor, já que este é aquele que recebe do escritor os textos literários e os atualiza: “A história da literatura é um processo de recepção e produção estética que se realiza na atualização dos textos literários por parte do leitor que os recebe, do escritor, que se faz novamente produtor, e do crítico que sobre eles reflete”. (JAUSS, 1994, p. 25)

O leitor é autônomo e ao ler uma obra que surgiu num dado momento histórico, aciona, para compreendê-la, sua experiência literária constituída por conhecimento de gêneros, de formas e de temáticas de obras já lidas anteriormente; é o que o teórico define como horizonte de expectativas, a bagagem cultural que o leitor já tem quando determinada obra surge. Portanto, “a recepção passiva de leitor e crítico transforma-se na recepção ativa e na nova produção do autor” (JAUSS, 1994, p. 41). Para o estudioso, a intersecção entre os horizontes de expectativas do leitor, autor e crítico do tempo presente e do que está por vir é o que conforma a historicidade da literatura: “A literatura como acontecimento cumpre-se primordialmente no horizonte de expectativas dos leitores, críticos e autores, seus contemporâneos e pósteros, ao experimentar a obra”. (JAUSS, 1994, p. 26)

Leitor e obra literária são dois polos centrais interativos nos sistemas histórico-literários de referências. Nesse sentido, a obra não surge em um vazio, suas marcas familiares, indícios, evidências e indicações implícitas preparam seu público a recepcioná-la quando se apresenta a ele, direcionando-o a um certo posicionamento ao prever um horizonte geral de compreensão. O leitor, por sua vez, ao interagir com a obra, identifica nela os sinais indicados porque possui um “saber prévio” (JAUSS, 1994, p. 28) que amolda sua subjetividade e o leva a uma interpretação vinculada ao seu horizonte de expectativas previsto pela obra. Essa simbiose entre obra e leitor vincula a subjetividade deste aos direcionamentos daquela. O leitor retroalimenta a obra e vice-versa.

A Estética da Recepção vincula os critérios para estabelecimento do valor estético e caráter artístico das obras ao nível de satisfação dos anseios do seu público e as categoriza conforme a dimensão da “distância estética” (JAUSS, 1994, p. 31) existente entre as

expectativas do leitor e o que o surgimento de uma nova obra realiza em seu momento histórico. O leitor recebe e julga a nova obra literária, de acordo com sua experiência de vida, contrapondo-a com outras formas artísticas.

Jauss categoriza três tipos de obras segundo o efeito que ela causa no horizonte de expectativas do público. O primeiro refere-se a obras que mantêm as preferências dos leitores, não impõem mudanças em seu mencionado horizonte, confirmando suas impressões preexistentes. O segundo são as obras que são rechaçadas por contrariarem os desejos do público, desordenando seus paradigmas ao ponto de romperem com seu horizonte de expectativas. E o terceiro tipo compreende as obras que transformam o horizonte ao romperem com as expectativas dos leitores, afastando-os de seus padrões preconcebidos, fundando novas preferências, lançando novas perspectivas que formam paulatinamente um novo público. A experiência da leitura desse último tipo de obras obriga o leitor a uma nova percepção das coisas, ao possibilitar-lhe, além de conservar as experiências já vividas, “antecipar possibilidades não concretizadas, expandir o espaço limitado do comportamento social rumo a novos desejos, pretensões e objetivos, abrindo, assim, novos caminhos para a experiência futura” (JAUSS, 1994, p. 52). O leitor pode ter suas expectativas rompidas por uma obra literária e ser confrontado com uma nova realidade que não pode mais ser compreendida por um horizonte de expectativas predeterminado. Terá, então, por si próprio, que encontrar as questões que lhe mostrem para qual compreensão do mundo e para qual problema humano a resposta da literatura está voltada. É apenas a consideração dessa mudança de horizonte que fará com que a análise do efeito literário entre na dimensão de uma história da literatura escrita pelo leitor.

O teórico alemão defende a indispensabilidade da aplicação da estética da recepção como método para a compreensão da recepção histórica de obras de épocas distantes. Em situações nas quais o autor e seu processo criativo não são conhecidos, reconstruir o horizonte de expectativas sob o qual a obra foi produzida e acolhida no passado permite compreender as contribuições e a intencionalidade do texto e o acolhimento e a percepção do leitor sobre ela.

O projeto estético-recepcional de Jauss apresentado para a história da literatura estuda a historicidade da literatura sob três aspectos definidos em seguida.

diacronicamente, no contexto recepcional das obras literárias; sincronicamente, no sistema de referências da literatura pertencente a uma mesma época, bem como na sequência de tais sistemas; e finalmente, sob o aspecto da relação do desenvolvimento literário imanente com o processo histórico mais amplo. (JAUSS, 1994, p. 40)

A função social da literatura será alcançada integralmente quando a experiência literária do leitor atuar sobre o horizonte de expectativas de sua práxis, influenciando seu comportamento social.

A distância entre Literatura e História pode ser suplantada quando a história da literatura não se restringe à descrição do processo da história geral contido em suas obras, mas quando, no percurso da evolução literária, evidencia a função inerente à sociedade que competiu à literatura e às outras artes de emancipação do ser humano.

2.1.2.2 Teoria do Efeito Estético

Privilegiar os sentidos construídos pelo leitor é assumi-lo enquanto produtor em sua interação com o texto. Dessa forma, Wolfgang Iser ilumina a compreensão do ato individual da leitura ao estudar os efeitos da obra literária provocados no leitor e teorizar sobre a concepção dialógica textual - a teoria do efeito.

Para a estética do efeito iseriana, o texto é um processo completo que abarca desde a atitude do autor diante do mundo até sua experiência pelo leitor. Assim, da preocupação com o efeito da experiência estética no leitor, seu pensamento teórico funda-se na compreensão do processo de leitura com uma “interação dinâmica entre texto e leitor” (ISER, 1996).

Ao analisar a interação dinâmica entre texto e leitor, o autor considera que a obra literária depende do leitor para a constituição de seu sentido. No ato de ler, o leitor, ao preencher os espaços vazios embutidos no texto pelo autor, atualizando-o, produzirá suas percepções, dando novos sentidos a ele ao acionar suas vivências, experiências e lembranças; então ocorrerá a transferência do texto para a sua consciência. É somente dessa atribuição de sentidos e processamento da consciência do leitor que o texto se completa. (ISER, 1996)

Dessa maneira, segundo o pensamento iseriano, o texto só se completa quando o leitor infere sentidos ao texto lido e a transferência do texto para a consciência do leitor dá-se não apenas pelo texto, mas também pela ativação da capacidade de apreensão e de processamento da consciência do leitor. O papel do leitor e a estrutura do texto estão estreitamente conectados, pois, através de orientações, o texto leva o leitor a construir suas representações.

O leitor projetado pelo estudioso é aquele que interage com o texto a partir de seu horizonte de expectativas. Assim, ele elabora sua leitura, interpreta o texto, inferindo novos sentidos. O teórico alemão elabora três concepções de leitor: ideal, real e implícito, sendo que este último é enfatizado por ele. Para o referido teórico, os textos literários são produzidos pelo autor com vazios que permitem a intromissão do leitor, que se dá quando este os preenche com suas projeções. A partir dessa interação com o texto, Iser define o leitor como a “estrutura do leitor implícito embutida nos textos” (ISER, 1996, p. 73), a qual concretiza as pré-orientações oferecidas pelo texto aos seus prováveis leitores.

O leitor implícito é o leitor pressuposto pelo texto, que só pode ser alcançado pelo discurso ali colocado; daí o seu modo sistemático, em que aponta certas intertextualidades que o texto carrega, e que são recuperadas a cada leitura. Este leitor, portanto, existe apenas na obra, numa dimensão estritamente interna, anterior a qualquer leitura e superior a qualquer processo de análise ou interpretação. Ele depende da organização objetiva da obra.

A concepção de leitor implícito é compreendida como uma referência de sistemas de textos, cujo pleno sentido se alcança pelo processo de atualização sobre ele realizado, ou seja, esse leitor é um “indicador” que aponta as marcas que o texto carrega, supondo suas informações, seus repertórios e seus valores comuns.

Neste sentido, pensando ter clara e definida minha finalidade como princípio norteador para a pesquisa que por ora exponho, busco colocar em prática os pressupostos da Estética da Recepção, da Sociologia da Leitura e da História da Leitura. Ao pensar no leitor como sujeito em interação com o texto, identifica-se o estudante da Licenciatura como parte imprescindível do objeto desta pesquisa, o qual se constitui enquanto sujeito na prática social da leitura.

A disseminação da doença infectocontagiosa alterou terminantemente os hábitos e modos de viver da humanidade. Ainda não sabemos o alcance de suas consequências e se as mudanças serão permanentes. Mas algo que não deixa dúvidas é que desordenou todo o cenário mundial e mudou para sempre a história da sociedade. O que pretendo investigar é se as representações e práticas de leitura também foram afetadas, assim como em outros períodos históricos. As formas de ler foram sendo alteradas ao longo da história, de acordo com os momentos e os contextos, por isso é importante essa imersão no campo histórico para compreender os fatores que impulsionaram tais mudanças a ponto de analisar como esta crise sanitária engendra-se ao campo da história da leitura e da construção do sujeito-leitor, causando mudanças no ato de ler e conseqüentemente sendo responsável por novos capítulos na História da Leitura.

Nesse sentido de compreensão histórica, Alberto Manguel (1997) e Roger Chartier (1998; 2011) são dois estudiosos fundamentais para entender o que influenciou a leitura e suas práticas ao longo da história da humanidade.

Tomando como fundamentação, principalmente Alberto Manguel e Roger Chartier, busca-se neste capítulo, fundamentalmente em seguida, analisar em diferentes tempos históricos a Literatura, História e História das práticas de Leitura engendrando a este tempo de crise sanitária, descortinando as transformações imbuídas na formação do sujeito-leitor.

2.2 A pandemia circunscrita em um breve percurso histórico das representações e práticas da leitura

É de bom alvitre lembrar que, no que concerne às teorias da leitura, do livro e do leitor, segundo as correntes aqui convocadas, a Escola de Constança reconstrói uma trajetória histórica da leitura para mostrar como as práticas do ato de ler mudaram de acordo com a transformação de vários aspectos da sociedade e de sua relação com o ser humano. Roger Chartier também, a partir do percurso que a leitura fez, adota uma abordagem metodológica que leva em consideração os aspectos que envolvem as práticas da leitura, tomando não apenas os aspectos quantitativos que antes dele eram priorizados nos estudos históricos, mas soma a eles justamente os qualitativos. Ele considera o estudo dos suportes dos textos tão importante quanto o estudo dos textos porque são eles que os disseminam e adota uma abordagem da História da Leitura no Ocidente a partir de sua materialidade, dos aspectos físicos e sociais que a constituem. Essa perspectiva coaduna com o estudo aqui elaborado sobre a pandemia, uma vez que fatores dela decorrentes podem ter influenciado o modo de leitura, em menor ou maior medida, da comunidade de leitores constituída dos alunos da Licenciatura em Letras na UNB.

O recuo histórico realizado aqui tem como perspectiva o conceito histórico de longa duração do historiador francês Fernand Braudel (2020) para analisar o leitor no tempo da pandemia a partir das permanências e rupturas com a história do livro, da leitura e da formação do sujeito-leitor. O autor propõe a pluralidade do tempo como princípio metodológico, imposta categoricamente na contemporaneidade com seus ritmos diversos (PRADO, 2020). O fundamento de sua teoria é constituído por variados movimentos, durações, variações, rupturas e continuidades. Para ele, três temporalidades constroem esse tempo plural: a longa duração, a conjuntura e o curto prazo, sendo que a primeira é a dominante. A temporalidade sob a compreensão da longa duração é uma estrutura suscetível a transformações lentas que busca adentrar na realidade e manifestar toda sua complexidade (PRADO, 2020). Pelo viés dessa

abordagem, o tempo de exceção da pandemia não está flutuando na história, mas integra um universo de uma realidade complexa e de diferentes temporalidades. É por isso que o movimento histórico e dialético que compõe essas práticas de leitura será revisitado neste trabalho.

A partir de suas memórias individuais e de fatos históricos sobre atos de leitura, entre episódios pessoais – de sua infância, de encontro com autores reconhecidos ou de visitas a bibliotecas e cafés – e episódios históricos – como o surgimento da escrita e a passagem da leitura oralizada para a silenciosa, Alberto Manguel rememora cronologicamente a história da leitura com uma enorme abundância de informações. Em *Uma história da leitura* (1997), ele recupera, por meio do entrelaçamento de sua própria história de vida e da história da leitura, momentos que constituíram a ele e aos demais homens enquanto leitores. O autor é escritor argentino, atuante como editor, ensaísta, romancista e tradutor. Foi diretor da Biblioteca Nacional da Argentina, de 2016 a 2018. Durante quatro anos de sua adolescência, leu para seu compatriota Jorge Luis Borges quando este já estava quase cego.

Do início de suas leituras, de quando aprendeu a ler precocemente, ou de quando sua babá lhe lia livros até momentos narrados de quando ele lia para Borges, o autor adentra a história da humanidade para perpassar desde o início da leitura (juntamente com a escrita), em seus primórdios, por autores do mundo ocidental e oriental, história de bibliotecas, objetos e modos de leitura, para acompanhar a história das práticas leitoras. Atravessa, enfim, um universo – histórico e pessoal - relacionado à leitura, desnudando seus meandros, do encanto que ela causa até o instrumento de poder e coação que pode ser, mostrando como, na história do homem, suas dimensões vão de sensações e atributos variados, do encantamento à coerção e ostentação.

O autor argentino volta no tempo, quando foram encontrados os primeiros sinais de escrita de que se tem conhecimento: o número 10 formado por entalhes em duas placas de argila, datados de 4.000 a.C. Detalha a evolução do suporte da escrita: da tabuleta de argila, ao rolo (confeccionado de papiro ou pergaminho), ao códice e ao livro impresso, para descortinar como o suporte influencia os hábitos de leitura, como a redução do tamanho dos livros que permitiu carregá-los para toda parte e assim ler em qualquer lugar.

A escrita foi uma atividade que surgiu como uma necessidade comercial, criada aos 4.000 a.C., na região da Mesopotâmia. Juntamente com a invenção de técnicas para melhorar a produtividade agrícola e de regramentos jurídicos e comerciais, a escrita foi uma criação necessária para registrar, em forma de incisão em tabuletas de argila, a quantidade de posse de animais, bem como seu transporte. Consequentemente, sua concepção concebeu também seu

leitor, ao mesmo tempo em que antagonicamente eliminou o autor, que deu lugar para que o leitor atribuísse uma significação ao que foi criado.

Leitura e escrita são inseparáveis, foram unidas desde seu nascimento, mantêm uma relação de interdependência: sem o escrito não se tem o que ler, e sem a leitura o escrito não adquire vida. O leitor só pode dar vida àquilo que foi pré-concebido. “A relação primordial entre escritor e leitor apresenta um paradoxo maravilhoso: ao criar o papel do leitor, o escritor decreta também a morte do escritor, pois, para que um texto fique pronto, o escritor deve se retirar, deve deixar de existir”. (MANGUEL, 1997, p. 207)

Manguel (1997) expõe como a leitura não foi feita sempre de maneira silenciosa ao recuperar os períodos históricos do ato de ler. Antes do século X, no Ocidente, era realizada em voz alta, pois, na escrita antiga, as palavras não eram separadas umas das outras, não havia pontuação, nem distinção entre maiúsculas e minúsculas e tampouco a divisão em parágrafos. Sem esses recursos, a escrita, portanto, conduzia a uma leitura oralizada para que se pudesse compreendê-la. Já no século VII, com o benefício do desenvolvimento da pontuação, ainda que parca, há evidência de práticas de leitura silenciosa na observação do teólogo Isidoro de Sevilha, quando reconhece que tal leitura se dava sem esforço, além de facilitar a memorização e uma melhor reflexão.

A separação das letras em palavras, a evolução da pontuação, a disposição de parágrafos e o uso de maiúsculas entre os escribas, no século IX, levaram à consolidação da prática da leitura silenciosa, como atestam “os primeiros regulamentos exigindo que os escribas ficassem em silêncio nos *scriptoriums*” (MANGUEL, 1997, p. 67, grifo do autor); diferentemente do que ocorria até então, onde bibliotecas provavelmente não eram espaços silenciosos, com seus leitores lendo em voz alta ao mesmo tempo. Ao tornar-se um paradigma no mundo ocidental, a leitura silenciosa modificou comportamentos e trouxe apreensão para o mundo cristão sem a possibilidade de controle da leitura pelos líderes religiosos e a com maior independência dos leitores, propiciada pela leitura em silêncio.

Uma discussão levantada por Alberto Manguel sobre a marcante característica memorial do livro é feita ao retomar acontecimentos pessoais e históricos que deixam clara sua dupla possibilidade: tanto as memórias registradas pelos autores quanto as memórias carregadas por seus leitores. A leitura de *Confissões* de Agostinho, em que constam as memórias desse autor, traz a Manguel uma diversidade de memórias. O escritor argentino, como leitor de Agostinho, recorda das aulas em sua adolescência sobre esta obra, quando soube que o poeta renascentista Petrarca, também na posição de leitor, carregava habitualmente consigo uma edição de bolso do livro agostiniano. Manguel teve acesso a essa informação em uma anotação existente em seu

livro de Agostinho. De igual modo, essa ideia foi reforçada pelo exemplificado na situação de Sócrates acreditar que para os genuínos mestres, os livros não deveriam ser imprescindíveis, mas apenas um auxiliar para sua memória. E seus discípulos Platão e Xenofonte registraram em um livro esse ponto de vista desabonador sobre os livros, e assim a memória de Platão e Xenofonte sobre a memória socrática foi preservada para nós, à época, futuros leitores de Sócrates.

Atualmente nossa memória também é confiada aos recursos tecnológicos que nos oferecem computadores para armazenar, em uma memória artificial, todo tipo de informações que necessitamos, seja em bibliotecas ou em dispositivos pessoais. E o receio que hoje podemos ter é de que alguma falha mecânica como a de um vírus ou falta de energia possam colocar em risco o que está guardado na memória. Por outro lado, em nossos antepassados só existiam os riscos decorrentes da idade avançada que poderiam comprometê-la.

Sobre esta relação entre história e transmissão da memória, o renomado historiador francês Jacques Le Goff tem estudos extremamente relevantes. Embora tenha se aprofundado nos estudos sobre a Idade Média, possui trabalhos importantes com outros enfoques. Em seu livro *História e memória* (1990), propõe fundamentos metodológicos para a ciência histórica. Ele discute a relevância da interação entre passado e presente para os estudos históricos, que ele conceitua como “função social do passado ou da história” (LE GOFF, 1990, p. 26). O estudioso é muito claro ao explicar sobre como história e memória se vinculam: “memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1990, p. 49), sendo o objeto da história os acontecimentos e as personagens que são singulares por ocorrerem uma única vez. Logo, a pandemia e os indivíduos que a estão vivenciando são acontecimentos e personagens históricos, do tempo presente, sendo imprescindível o desenvolvimento desta pesquisa como fonte de registro dessas vivências, produção e registro de memórias.

Neste panorama histórico da transmissão da memória torna-se fundamental registrar o momento em que a imprensa cedeu lugar a novas formas de registros na cultura material. Le Goff aponta que Elisabeth Eisenstein (1966) entendeu a imprensa como um novo tempo – o dos livros – por defender que a ideia de tempo depende das formas como os fatos históricos são registrados e disseminados. E essa mudança começou com a passagem do oral para o escrito, acentuada e favorecida pela técnica da impressão de livros. A transição da transmissão da memória do oral para o escrito é considerada pelos historiadores como um evento de progresso extremamente relevante na sociedade, para a história e para a memória, segundo Le Goff. Esta passagem representou uma evolução para o conhecimento, em razão da escrita trazer maior

liberdade, enquanto a oralidade levaria a “um saber mecânico, mnemônico intangível”. (LE GOFF, 1990, p. 53)

Ao tratar de uma perspectiva histórica da leitura, de seus objetos e palavras, entendendo que a produção de sentidos não reside unicamente no texto, mas igualmente na variabilidade de seus suportes, Cavallo e Chartier (1998) explicitam que muitos aspectos objetivos estão envolvidos no ato de ler. Assim, a leitura está sempre encarnada por gestos, espaços e hábitos, sendo fundamental reconhecer “disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores, as tradições de leitura, as maneiras de ler”. (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 6)

Os estudiosos comprovam que historicamente sempre houve uma gama imensa de habilidades de leitura, hábitos, cumprimento de protocolos, regulamentos e interesses dos leitores que apontam para a existência de uma variação entre as práticas de leitura exercidas pelas diversas comunidades de leitores, as quais compartilham de “um mesmo conjunto de competências, de usos, de códigos, de interesses”. (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 7)

Os autores narram que na Grécia Antiga, século V a.C., o suporte do texto era o rolo (*volumen*), destinado a duas funções: leitura e conservação do texto. Embora haja indícios de que o povo grego conheceu vários tipos de leitura, ler em voz alta era a mais praticada e popularizada, sendo que a leitura pública era tão comum que tornou a leitura uma prática de vida em sociedade. No período helenístico, o livro passa a exercer um papel crucial porque cumpre a função de registrar e conservar tudo o que pode ser considerado como obra. Em consequência, as bibliotecas tornam-se símbolo de poder ao abrigar e preservar inúmeros volumes portadores de conhecimento, reservados para o acesso de eruditos. A memorável biblioteca de Alexandria, no Egito, considerada a maior de todos os tempos, abrigou cerca de “meio milhão de rolos” (MANGUEL, 1997, p. 217), os quais cumpriam com a finalidade de serem armazenados e acumulados do que consultados, justamente por ter o objetivo de encerrar a universalidade do conhecimento humano.

Roma, já no século II a.C., herdou o *volumen* grego e algumas práticas leitoras. O progresso da alfabetização impulsionou uma ampla circulação da escrita e como resultado aumentou a demanda por livros, que por sua vez, fomentou a evolução do rolo para o códice – o livro com páginas. Esse novo suporte do texto facilitou o acesso aos livros por mudar as formas de sua produção: passou das técnicas artesanais especializadas e dispendiosas, por usar o papiro importado do Egito, para o menor custo do pergaminho – produto animal, elaborado em qualquer lugar, e ainda permitiu uma leitura mais livre em seus movimentos, além de ser mais apropriado para os textos que demandavam uma maior concentração. Isso mostra como a materialidade do livro influencia as práticas de leitura: “Transformações do livro e

transformações das práticas de leitura somente podiam avançar juntas” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 19). O códice atuou como mediador entre a leitura na Idade Antiga e Média. Entre o século V e o X, a ruptura com as práticas tradicionais aconteceu mais fortemente no Ocidente latino enquanto no Oriente grego, em Bizâncio, foram mantidas muitas das velhas práticas, como mostrarei em seguida.

Ao discutir o binômio progresso/reação na constituição dessa cultura material que envolve as práticas de leitura, Chartier (1998) esclarece que o surgimento da imprensa foi a primeira invenção a ser associada declaradamente à ideia de progresso. Ela revolucionou a memória no mundo ocidental.

O surgimento e difusão da escrita causou a transformação da memória coletiva para a individual e aconteceu de forma particular de acordo com a sociedade e o tempo histórico. Nas sociedades sem escrita, a memória é oral e coletiva, a qual é transformada pela escrita e passa a ser escrita e individual. A escrita revolucionou a memória coletiva, possibilitando-lhe desenvolver dois modos de memória: a comemoração por meio de um monumento para enaltecer episódios extraordinários (como estelas gregas e sarcófagos romanos) e o documento escrito em um suporte elaborado especificamente para a escrita, que foram desde a tabuleta ao pergaminho e papel (as listas lexicais, glossários, tratados onomásticos nas civilizações antigas, museus, arquivos e bibliotecas). Le Goff frisa como na passagem da oralidade à escrita, a memória coletiva “mais particularmente a ‘memória artificial’” (LE GOFF, 1990, p. 435) é acentuadamente modificada. O escritor italiano Petrarca, de igual modo, no prefácio de *De viris illustrivus*, referiu-se ao livro como uma memória artificial, segundo Alberto Manguel (1997).

Le Goff (1990), a partir do teórico Leroi-Gourhan, elucida, no excerto abaixo, como a imprensa revolucionou a memória ocidental.

Até o aparecimento da imprensa... dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, com um quadro imutável desde a Antiguidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor... Com o impresso... não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito. (LEROI-GOURHAN apud LE GOFF, 1990, p. 457)

Após a consolidação da escrita, surgiram e se intensificaram discussões a respeito das interpretações e das formas de leitura. Ainda no século XIV, o poeta italiano Francesco Petrarca já adiantava a compreensão de um modo de leitura que seria difundido muito tempo depois. E,

por que não dizer, de maneira rudimentar, já adiantava os fundamentos das teorias críticas, como a Estética da Recepção, que privilegiam o leitor em detrimento da autoridade do autor na construção de sentidos e que também criariam a intertextualidade como aspecto inegável do texto.

Para o escritor italiano, o texto “deve ser feito mediante as lembranças que se tenha de outras leituras, para as quais flui a memória que o autor pôs na página” (1997, p. 82). Ele, em um posicionamento inovador para época, contrapondo seus contemporâneos, defendia a busca de uma “verdade divina” (PETRARCA apud MANGUEL, 1997, p. 82) que coroava o leitor com a capacidade de fazer suas interpretações a despeito das seduções das páginas, sem tomar como verdade somente a intencionalidade do autor. Acredito que essa noção de leitor como produtor de sentidos converge, séculos depois, com a de Wolfgang Iser, cofundador da Estética da Recepção na década de 1960, que sustentava que o leitor constrói os sentidos do texto ao preencher os vazios deixados pelo autor. Da mesma forma, ao longo da história da leitura, outros autores já renunciavam os princípios da intertextualidade e da produção de sentidos múltiplos pelos leitores, que viriam a ser consolidados e teorizados, anos mais tarde, na concepção de horizonte de expectativas de Hans Robert Jauss (1994) ou de leitor implícito de Iser (1996), como fica claro nas palavras de Alberto Manguel.

Sócrates afirmava que somente o que o leitor já conhece pode ganhar vida com uma leitura, e, para ele, o conhecimento não pode ser adquirido através de letras mortas. Os primeiros eruditos medievais buscavam na leitura uma infinidade de vozes que, em última instância, ecoavam uma única voz: o *logos* de Deus. Para os humanistas da Idade Média, o texto (incluindo a leitura que fez Platão do argumento socrático) e os sucessivos comentários das diversas gerações de leitores implicavam tacitamente que era possível haver não apenas uma, mas um número quase infinito de leituras, todas alimentando-se reciprocamente”. (MANGUEL, 1997, p. 106)

Manguel (1997) corrobora essa ideia ao afirmar que ele está pressuposto em Platão e em todos os outros livros, até mesmo naqueles que nunca lerá ao considerar a importância do leitor para o alargamento dos sentidos do texto. Outra importante abordagem do escritor argentino é a leitura como ferramenta de libertação e de insubmissão social, por exemplo no caso dos escravos afro-americanos que aprendiam a ler escondido de seus donos.

Assim como Alberto Manguel, Roger Chartier reconhece a existência da obra estar subordinada à significação atribuída pelo leitor, e em *A história da leitura no mundo ocidental I* (1998) percorre, juntamente com o professor italiano Guglielmo Cavallo, momentos históricos, desde a Antiguidade, para mostrar em que medida as sociedades ocidentais foram marcadas pelas diferentes formas de ler. Os fundamentos teóricos de Chartier estão alicerçados

em dois pressupostos essenciais: a leitura só é imanente ao texto desde que o sentido dado a ele por seus agentes de criação não seja exatamente o mesmo àquele dado por seus leitores; e a existência do texto condiciona-se a um leitor para atribuir-lhe sentidos.

Os autores dizem que “é preciso identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores, as tradições de leitura, as maneiras de ler” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 6). Pensando nisso, procuro buscar quais disposições específicas distinguem os leitores durante a história da leitura, adentrando, inclusive, no contexto histórico do tempo presente, da pandemia da covid-19.

2.2.1 Estado de exceção

O Estado de Direito, estabelecido no final do século XIX e início do século XX no Ocidente, assegura direitos fundamentais aos cidadãos ao limitar o poder do Estado através da ordem jurídica vigente e dispor aos indivíduos instrumentos jurídicos para combater possíveis abusos por ele cometidos. A exceção ao Estado de Direito é designada como Estado de exceção quando, por necessidade ou crise, é realizada a suspensão ou flexibilização de direitos fundamentais. Castor Bartolomé Ruiz explica simplificadaamente as formas excepcionais de estado advindas da eclosão da pandemia.

A pandemia impôs o estado de exceção como norma. O normal, na pandemia, é a exceção. Quase todos os países afetados, que são a maioria, decidiram decretar medidas de exceção, como meio para controlar, minimamente, a pandemia. A denominação utilizada para os decretos de exceção é muito variada: decretos de emergência, decretos de calamidade pública, estado de exceção sanitária, simplesmente estado de exceção, e até foi decretado estado de sítio em algumas cidades. (RUIZ, 2020)

O Brasil também se insere no contexto das chamadas democracias liberais que nos últimos 30 anos intensificaram medidas de coerção social e repressão sob as mais diversas justificativas. Dentro da situação extrema da veloz disseminação do SARS-CoV-2, o estado de exceção manifestou-se por meio do decreto nº 6/2020 como estado de calamidade pública. Na tentativa de conter o avanço da covid-19 foram impostas medidas excepcionais (atos de exceção), sendo que algumas delas cercearam o direito constitucional de ir e vir dos cidadãos, como toque de recolher, isolamento social, quarentena compulsória, (a despeito de que, na maioria dos casos, os imperativos econômicos provocaram uma quarentena falseada, defendida pela comunidade científica como medida efetiva para um primeiro enfrentamento e repudiada publicamente pelo mandatário maior), uso obrigatório de máscara, fechamento de atividades comerciais e de lazer, suspensão de aulas presenciais e exercícios laborais e o fechamento de

fronteiras; enquanto outras ampliaram a liberdade de ação do governo, como a autorização de aumento do gasto público e a dispensa de licitação para aquisição de bens e insumos de saúde. Essa exceção, pelo mecanismo de suspensão de direitos, gera uma concentração de poder no exercício da soberania dos governantes isentos de passar pelas instâncias democráticas e livres para tomar decisões durante o tempo excepcional do surto viral.

O filósofo Giorgio Agamben (2020) critica a restrição de liberdade imposta pelo governo italiano durante a pandemia e entende sua aceitação por parte da população em prol da obtenção da segurança sanitária despertada pelos próprios governos que prometem alcançá-la. Ruiz explica que o posicionamento crítico de Agamben funda-se no caráter paradoxal da exceção por ela ser necessária e aceita social e juridicamente, mas imposta de forma agressiva. O limite tênue reside na arbitrariedade da decisão do poder soberano do governo de definir a necessidade ou não da exceção. As críticas do filósofo italiano repousam sobre o que ele considera exagero e medidas implantadas desnecessariamente, o que se diferencia do negacionismo do presidente brasileiro Jair Bolsonaro e do norte-americano Donald Trump:

Estes simplesmente negam que a pandemia seja uma doença grave porque querem preservar a lucratividade econômica do sistema capitalista. O negacionismo argumenta que a opção é entre a “bolsa” ou a vida, num sentido literal, e eles optaram por defender a bolsa à custa de milhões de vidas humanas. (RUIZ, 2020)

Situação endossada por Alysson Leandro Mascaro ao definir precisamente a atuação do governo brasileiro durante o estado de exceção ao explicitar que o presidente Jair Bolsonaro atua no sentido de exacerbar o quadro pandêmico, sem adotar medidas expressivas para auxiliar a população: “Trata-se de um governo sem quadros capazes, manietado por um direto controle tanto militar quanto do capital financeiro, dinamizado por milícias de internet, sem oposição forte nem controle institucional pelos poderes Legislativo e Judiciário.” (MASCARO, 2020, p. 12)

Na política contemporânea, para Giorgio Agamben (2020), há uma inclinação crescente de manejar o estado de exceção como uma normalidade no governo e sua maior crítica está na possibilidade de normalização da exceção de forma permanente, mesmo após o fim da pandemia.

No mesmo viés, Ruiz ilustra como dispositivos tecnológicos, como aplicativos, usados para controlar a movimentação de pessoas infectadas em países como China, Cingapura, Israel e Coreia do Sul podem ser convertidos em formas de controle social após a pandemia, sob o mesmo pretexto de política de biossegurança usado agora, como forma de vigilância dos cidadãos. O estado de exceção foi subterfúgio para medidas autoritárias, a exemplo da Hungria,

onde o presidente de extrema-direita Viktor Orban obteve aprovação do parlamento para exercer poderes extraordinários sem controle parlamentar e por tempo indeterminado. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, proibiu a entrada de imigrantes por um período indeterminado. E no Brasil, a aprovação de um orçamento de guerra permitiu, dentre outros, que o Banco Central adquirisse dívida privada. O autor cita além dessas, outras mostras de países em que os governantes se valeram da exceção para exercer a soberania por meio da ampliação de seus poderes pautada na tentativa de solucionar situações críticas causadas pelo colapso sanitário.

As considerações tecidas a respeito do posicionamento questionador de Agamben nos parágrafos anteriores não servem ao propósito de empreender um estudo acerca desses aspectos políticos, mas de trazer as discussões sobre os desdobramentos do tempo de exceção. Embora ultrapassem meu interesse de pesquisa, não podem deixar de ser mencionados como forma de caracterizar, problematizar e alertar sobre as possíveis circunstâncias ameaçadoras do tempo de exceção que estamos vivendo.

Em 12 de abril de 2022, o Brasil chegou a 30.184.286 casos confirmados de Covid-19 e ao fatídico número de 661.741 óbitos (JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE, 2022). Até outubro de 2021, o Brasil foi o país com mais mortes em todo o mundo: 405 mil vítimas. Mais do que EUA (355 mil) e Índia (300 mil), países mais populosos que os nossos. (G1, 2021). Somente a vacinação e sua ampliação foi capaz de conter o rápido avanço do número de mortes entre os brasileiros. Dez meses após o início da imunização, em janeiro de 2021, houve uma considerável queda nos registros de casos, óbitos e internações por covid-19 (AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS, 2021). Entretanto, em fevereiro de 2022, houve um novo pico de mortes e infecções pela nova variante Ômicron. O descuido com as medidas de saúde pública, o relaxamento do uso da máscara, viagens e aglomerações em locais fechados disseminaram o vírus não só pelo Brasil, como por todas as Américas (OPAS, 2022). Afortunadamente, em março de 2022, com a redução expressiva dos casos, vários estados flexibilizaram o uso de máscara (AGÊNCIA BRASIL, 2022). No dia 19 de abril do corrente ano, o ministro da saúde Marcelo Queiroga comunicou o fim do estado de “emergência sanitária nacional” determinado em fevereiro de 2020, em virtude da covid-19. Entretanto, a decisão não significa o fim da pandemia, que só pode ser anunciado pela OMS (CARTA CAPITAL, 2020). Por conseguinte, as medidas adotadas quando da instauração do estado emergencial ficam extintas.

2.2.2 Os desafios de estudar o tempo de exceção

Tenho consciência de que estudar o período pandêmico é uma tarefa extremamente custosa sobretudo pelo fato de ser um evento que estamos conhecendo ao mesmo tempo em que se desenrola, conforme alerta o historiador francês Roger Chartier em uma palestra veiculada no YouTube¹² *Léxico de la Pandemia*, promovida pela Fundação Medifé (dividida em duas partes).

Nesta palestra, Chartier (2020) alerta para o risco de analisar a pandemia a partir de projeções das experiências pessoais tomadas como universais. Somente os diagnósticos realizados por meio de pesquisas e estudos poderiam investigar a leitura, de forma séria e científica, durante a crise que estamos passando. Isso porque existe uma diversidade de leituras decorrente das desigualdades sociais que acometem os indivíduos, como bem frisa o estudioso. O confinamento, por exemplo, é experimentado de maneiras distintas de acordo com a realidade socioeconômica de cada cidadão. De igual modo, “a diversidade de leituras se localiza dentro dessas diferenças” (CHARTIER, 2021). Nesse sentido, a presente pesquisa atende ao rigor científico exposto pelo estudioso por investigar a leitura a partir do estudo da realidade de uma comunidade específica de leitores e não a partir de minha experiência e julgamento pessoais.

2.2.3 O cansaço da pandemia

Diversos estudiosos como Boaventura de Sousa Santos (2020), Byung-Chul Han (2021), dentre outros defendem, e eu compartilho desse posicionamento, que a pandemia é uma das consequências de um estado de crise instalado com a adoção do neoliberalismo como doutrina socioeconômica. O filósofo italiano Franco Berardi, em *Asfixia* (2020), metaforiza a respiração como tema para analisar a desordem socioeconômica atual e responsabilizar, em grande medida, as políticas neoliberais por diversos infortúnios da contemporaneidade. Ele parte das manifestações de artistas, estudantes e trabalhadores ocorridas no mundo contra as devastações do capitalismo global em 2011 para discutir a hegemonia do poder financeiro. A marcante *Occupy Wall Street*, em Nova York, foi mote para outras ocupações reivindicarem o “corpo social do trabalhador cognitivo ‘precarizado’” (BERARDI, 2020, p. 7). O fracasso

¹² As duas partes da palestra estão divididas nos seguintes vídeos:

https://www.youtube.com/watch?v=ob1QHLjY6ig&ab_channel=Fundaci%C3%B3nMedif%C3%A9
https://www.youtube.com/watch?v=iFdmbNG1zbY&ab_channel=Fundaci%C3%B3nMedif%C3%A9

desses movimentos foi o início do processo de asfixia que tem acometido os seres humanos por meio da “poluição do ar, depredação financeira, aumento do empobrecimento, humilhação social”. (BERARDI, 2020, p. 9)

A asfixia concretizada cruelmente na morte do homem negro Eric Garner, imobilizado por um “mata-leão” de um policial em Nova York, em julho de 2014, exhibe as opressões causadas pelo sistema capitalista excludente à população mais vulnerável. Imagens comprovam que Garner implorou por sua vida ao gritar várias vezes “Não consigo respirar”. A tragédia impulsionou os protestos, sob o emblema *Blacks lives matter*, pelas ruas do país norte-americano. Absurdamente, o agente policial branco Daniel Pantaleo não foi indiciado pelo júri e só cinco anos mais tarde, após muita pressão popular, foi demitido pela corporação. A impunidade deixaria rastros. Em maio de 2020, no mesmo país, na cidade de Minneapolis, George Floyd, outro homem negro, foi assassinado sob o mesmo impiedoso *modus operandi*: sufocado pelo joelho do policial por mais de nove minutos. Floyd, assim como Garner, suplicou para não morrer, ao gritar diversas vezes: “Não consigo respirar”. Multidões de protestantes povoaram diversas cidades do mundo, a despeito das medidas de distanciamento social determinadas para contenção da covid-19. Pessoas usando suas máscaras se juntaram para exigir justiça contra o crime racista e brutal. A urgência do protesto suplantava a necessidade dos protocolos sanitários de distanciamento social contra o contágio da doença. A indignação alastrou-se tão rápido quanto o coronavírus. Asfixiados pela revolta e pelo vírus, os cidadãos bradavam por justiça, igualdade racial e fim da violência policial contra negros.

O “Não consigo respirar” dos dois homens mortos covardemente externa uma sensação geral de nossa época: “a falta física e psicológica de ar por toda parte, nas megacidades sufocadas pela poluição, nas condições sociais precárias da maioria dos trabalhadores explorados, na disseminação do medo da violência, da guerra e de agressões” (BERARDI, 2020, p. 137). A asfixia é imposta por um sistema econômico perverso que sufoca os mais vulneráveis e o meio ambiente (deixa sem ar a natureza e seus habitantes), e agora, potencializou e agravou as consequências da pandemia. Garner e Floyd são a representação de uma classe social e de uma raça sem fôlego diante do constante massacre e exploração em busca do acúmulo de capital. Alegoricamente e talvez não por acaso, os pulmões e as vias respiratórias são os principais alvos da covid-19, como elucidada a pesquisadora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) Marisa Dolhnikoff (BBC, 2021).

A metáfora da respiração, sugerida por Berardi, para o sufocamento ocasionado pelo sistema econômico, abrange a falta de ar provocada pela covid-19. A asfixia não começou com a pandemia, foi agravada por ela; intensificou-se, para nós brasileiros, com a consolidação do

neoliberalismo nos anos 80 quando provocou uma condição de crise constante, como defende Boaventura de Sousa Santos (2020) e mencionei na introdução.

A automatização tecnológica da vida pós-moderna torna os seres humanos como organismos desprovidos de vida: “ (...) a vida automatizada dos neo-humanos, cercados e subjugados pela onipresença dos automatismos da máquina digital conectada às redes, se assemelha a um organismo que falta fôlego: sem respiração, sem con-spiração, sem inspiração”. (BERARDI, 2020, p. 9)

Discutir sobre a experiência do tempo pandêmico é falar sobre suas origens casuísticas e nelas estão os sintomas do capitalismo e, por isso, engendra neste escrito a questão da Sociologia da Leitura. Sua crise permanente sustenta o acúmulo de riquezas para uma minoria da população e boicota tomada de decisões capazes de impedir a devastação do meio ambiente e o conseqüente surgimento de epidemias. Sobreviver durante a pandemia é um enorme e necessário ato de resistência, já que o algoz não é só o mortífero vírus, senão uma série de elementos sociais e econômicos que espreitam, sobretudo, as populações mais vulneráveis. A sobrevivência necessária e inalienável é da mente e do corpo. Tivemos que nos habituar a viver em um mundo viral. O vírus invadiu a sociedade e trouxe a preocupação de sobreviver para quem só se preocupava em acumular capital. E a interação entre os indivíduos que era tão natural, agora provoca a existência e alastramento do vírus. Estamos em um momento em que mais do que nunca as ações individuais irão ressoar na coletividade.

O filósofo Slavoj Žižek (2020) compara as cinco fases da reação de quando uma pessoa descobre uma doença terminal com a descoberta da pandemia, denominadas pela psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross: negação ao achar que era alarde de pessoas espalhando o pânico; depois a raiva manifesta na atitude de culpar os chineses; a negociação ao pensar que é menos grave do que outras epidemias; se nada funcionar, a depressão ao temer a situação instalada; e por fim, a aceitação da realidade que pode levar a dois posicionamentos: o de normalizar a doença e seguir vivendo ou o de mobilização para a ação em solidariedade coletiva. Embora tenhamos visto muitas pessoas que não saíram da primeira fase, a maioria de nós atravessou esses cinco momentos.

A letalidade do vírus traz à tona os sentimentos aterrorizantes acerca do implacável momento da morte, dos modos de exclusão e relações de poder a que somos submetidos, segundo Ana Archangelo (2020). Ainda que sintomas de ansiedade, angústia, depressão, insônia, pânico, tristeza, melancolia, dores de cabeça e luto tenham ocorrido em momentos anteriores e já eram doenças do século XXI, por sua recorrência durante a quarentena mundial, conformam um “mal-estar psíquico somático” (ARCHANGELO, 2020) e adquirem contornos

singulares próprios “nessa nova estrutura de sentimento endêmica que repete dores antigas ao mesmo tempo em que se processam os novos sofrimentos no âmago de uma atmosfera de isolamento”. (PAIXÃO, 2020, p. 16)

Byung-Chul Han (2015), filósofo sul-coreano, já apontava para essas doenças neurológicas do século XXI. Han caracteriza a sociedade neoliberal do nosso século como a sociedade do cansaço. A sociedade disciplinar dos sujeitos obedientes, conceituada por Michael Foucault, conforme Han (2015) esclarece, foi substituída pela sociedade do desempenho no século XXI, constituída por sujeitos de superprodução e desempenho. A mudança de paradigma iniciada no fim do século passado, deslocou a negatividade da proibição, calcada em coerções e deveres, para o “poder ilimitado” (HAN, 2010, p. 24), apoiado na responsabilidade própria e iniciativa, da sociedade atual da positividade, em que a própria liberdade é explorada pelo próprio indivíduo.

A convicção na capacidade do indivíduo de fazer tudo eficientemente, representada pelo emblemático lema estadunidense “Yes, we can”, ocasionou o “exagero de positividade” (HAN, 2010, p. 14) centralizador do “eu” e da produtividade, causando patologias neurológicas em pessoas que se sentem fracassadas e depressivas. Essa necessidade de superprodução e de autoexploração levam à violência da positividade, causadora de adoecimentos neuronais, desencadeados pela exaustão e esgotamento em busca da superprodução. Assim, na sociedade do século XXI são comuns os diagnósticos de patologias neurológicas como depressão, Transtorno de Déficit de Atenção com Síndrome de Hiperatividade (TDAH) e Síndrome de Burnout.

O filósofo explica: “O excesso de positividade se manifesta também como excesso de estímulos, informações e impulsos. Modifica radicalmente a estrutura e economia da atenção. Com isso se fragmenta e destrói a atenção” (HAN, 2010, p. 31). A sobrecarga de atividades nesta sociedade trabalhista exige o uso de uma técnica que torne possível a execução de todo o trabalho: a multitarefa. Por essa técnica ser bastante usada entre os animais selvagens como forma de sobrevivência, representa um retrocesso no progresso civilizatório. A atenção fica fragmentada em diversas atividades, impedindo a contemplação de uma delas. A ausência do descanso não dá espaço para a atenção profunda possibilitada pelo tédio, o qual, por sua vez, favorece o processo criativo. A hiperatividade de nossa sociedade impede o estado contemplativo. A atenção necessária para realização de tarefas no mundo digital é dispersa e rasa. Essa atenção fragmentada identificada por Han (2015) reforça a segmentação na realização das atividades pelos indivíduos da sociedade do nosso século e corresponde à lógica da leitura fragmentada e apressada da era de mídia social, descrita por Roger Chartier.

A sociedade pós-moderna do desempenho reduz as atividades humanas ao trabalho e seu sujeito é ativo, dotado de ego, hiperativo e hiperneurótico. Além do mais, ela produz novas coações, quando estabelece uma relação dialética de autoexploração ao transformar o indivíduo em senhor e escravo ao mesmo tempo. Há uma falsa sensação de liberdade, pois na verdade o ser humano explora voluntariamente a si mesmo, servindo a uma lógica de conquista constante.

O desdobramento da sociedade do cansaço é a sociedade do *doping*, causadora de um desempenho sem desempenho. O cansaço do esgotamento é solitário, e conseqüentemente, individualiza e isola. Proveniente da positividade, ele não é inspirador e incapacita. É um cansaço específico dessa sociedade. (HAN, 2010)

Nas redes sociais há pessoas que compartilham sua rotina cheia de atividades diárias e se gabam de conseguir executar várias tarefas em tempo hábil em casa, no trabalho, na academia, e nos cuidados com os filhos. O que fica subentendido é que quem não consegue realizar inúmeras atividades é um derrotado que não sabe fazer uma boa gestão de seu tempo.

A sociedade da pandemia é a sociedade do cansaço vivida digitalmente, em telas, por isso ainda mais estressante. O modo de produtividade conhecido era o presencial, com o movimento de ir e vir. Com o confinamento, abruptamente a produção passou a ser digital, em um mesmo lugar. Essa imobilidade imposta é paradoxal à familiar produtividade. As patologias já conhecidas foram agravadas por uma rotina desconhecida e mais desafiadora, somadas com o temor da morte. Nas redes sociais, vemos pessoas compartilhando atividades que poderiam ser feitas em casa para passar o tempo ou produzir algo. E as comparações com essas realidades podem gerar frustrações em que não podia ou não conseguia fazer o mesmo. A ociosidade forçada para alguns que tiveram aulas ou trabalho suspensos é uma situação muito atípica para a sociedade do desempenho lidar.

No artigo *O vírus capitalista do cansaço incessante* (2021), Byung-Chul Han relaciona a sua teorizada sociedade do cansaço ao momento pandêmico. Segundo ele, o cansaço agravou-se e se ampliou durante a pandemia. Inclusive uma das conseqüências da covid-19 é o cansaço intenso. O cansaço físico deve-se ao acometimento dos pulmões pelo vírus. Entretanto, até pessoas que não contraíram o vírus sentem-se cansadas. Tal como Franco Berardi (2020) metaforiza a asfixia causada pelo sistema capitalista e agravada pelo vírus ao acometer os pulmões, o estudioso sul-coreano alega que o cansaço sentido em conseqüência do contágio do novo coronavírus é a exacerbação do esgotamento iniciado pela sociedade do desempenho desde a passagem do século XX para o século XXI.

O filósofo esloveno Slavoj Žižek (2020) discorda de Han de que a exploração por terceiros foi substituída pela autoexploração. Ele acredita que a exploração só mudou a direção

e passou para os países de Terceiro Mundo, em um movimento de reorganização da divisão do trabalho: trabalhadores autoempregados e autoexplorados no Ocidente desenvolvido, trabalho debilitante na produção dos países periféricos subdesenvolvidos e a exploração de trabalhadores de cuidado humano. Já eu, de certo modo, tomo parte de ambos autores. Penso que a exploração de terceiros provocou a autoexploração. Normalizamos sermos explorados e encontramos na autoexploração o caminho legítimo para lograr os êxitos que desejamos.

Han explica como a autoprodução e a contínua autoexibição promovidas pelas redes sociais causa cansaço e depressão: “As mídias sociais fazem de todos nós produtores, empreendedores cujas vidas são o negócio. Globalizam a cultura do ego que corrói a comunidade, corrói tudo o que é social. Nós nos produzimos e nos colocamos em exposição permanente.”. (HAN, 2021)

Durante a experiência pandêmica, o *home office* intensificou a autoexploração e a solidão diante das telas, impediu o ritual do encontro com o outro, em um movimento que nos força a nos confrontar, refletir sobre nós mesmos e nos privar de contato social que poderia nos distanciar do nosso ego. As outras pessoas foram convertidas em possíveis portadoras do vírus, das quais devemos tomar distância. A privação da convivência em comunidade faz-nos mais solitários e isolados na “era de mídia social” (HAN, 2021) que já estava em crise. Logo, o “cansaço fundamental” inerente à pandemia é uma espécie de “cansaço do ego” (HAN, 2021). Segundo o estudioso, a vida em comunidade precisa ser recuperada mais rapidamente que a economia.

A expansão das patologias neurológicas apontadas por Han foi sentida também pelos alunos. Após a volta às aulas presenciais, em abril deste ano (2022), mais de 20 alunos de um colégio em Recife tiveram uma crise de ansiedade e precisaram ser socorridos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). (UOL, 2022)

A comunicação durante a crise sanitária também cansa, por ser digital e nos afastar de outros corpos. O contato não se dá mais entre olhos, toques, apertos de mão ou presença física, mas sim pela tela e nos obriga a nos deparar repetidamente com nosso próprio rosto, por meios de aplicativos para realização de reuniões virtuais, como o *Zoom*. Nossa imagem especular na tela reforça o narcisismo iniciado antes da pandemia com a vulgarização do hábito das *selfies*. Diferentemente destas o “espelho digital” (HAN, 2021) nas telas é constante nos aplicativos de encontros virtuais, que além de cansar por sermos acareados conosco mesmo, gera preocupações excessivas com imperfeições da aparência física que antes não havia sido percebidas, patologia denominada de “dismorfia do Zoom” (HAN, 2021). Tal distúrbio inclusive levou ao aumento da procura por cirurgias plásticas. A constante comunicação digital

e a ausência da sociabilidade promovida pelos rituais de encontros presenciais entre as pessoas, os quais nos afastam de nossos egos, nos mergulham mais ainda em nosso próprio eu. E isso é mais um elemento que nos exaure.

Mais do que nunca a manutenção da saúde passou a ser o principal objetivo do homem. Em nome dela, renunciamos ao prazer na busca pela sobrevivência. O medo do contágio pelo vírus SARS-CoV-2 e todas as situações descritas acima causam depressão e outros adoecimentos neurológicos, comuns desde o início do nosso século, estendendo o motivo do cansaço para além da sociedade do século XXI: “O vírus da covid-19 desgasta nossa sociedade já esgotada, aprofundando as linhas das falhas sociais patológicas. Isso nos leva a um cansaço coletivo. O coronavírus também poderia ser chamado de vírus do cansaço”. (HAN, 2021)

Os dados divulgados pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2022) revelam que a pandemia da covid-19 provocou aumento de 25% na predominância de ansiedade e depressão em todo o mundo. Reforçam, portanto, a ideia de Han de que estamos também em uma pandemia da depressão. No Brasil, uma pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2020) revelou que o número de casos de depressão entre os brasileiros dobrou e a ocorrência de quadros de ansiedade e estresse aumentaram 80% durante a pandemia. Os cuidados com a saúde mental são urgentes e necessários neste momento, pois já temos vacina contra o vírus, “mas não haverá vacinas contra a pandemia da depressão” (HAN, 2021). Estudiosos como ele falam em uma epidemia de saúde mental durante a pandemia. A pesquisa Covitel (Inquérito Telefônico de Fatores de Risco para Doenças Crônicas Não Transmissíveis em Tempos de Pandemia) da Universidade Federal de Pelotas e da organização global de saúde pública Vital Strategies indicou que entre o período pré-pandemia e o 1º trimestre de 2022, foi registrado um aumento de 41% no número de diagnósticos médicos de depressão (CONASS, 2022). Fato preocupante principalmente entre estudantes, já que a pesquisa aponta que é na faixa etária dos adultos que os casos têm aumentado.

A contaminação mundial pelo vírus afetou todas as áreas além da sanitária e foi sentida agudamente pela esfera econômica. A preocupação maior com a queda no crescimento da economia no mercado mundial do que com as mortes pelo covid-19 mostra que a economia está sujeita aos mecanismos do sistema socioeconômico vigente precisa ser mudada para uma modalidade de estrutura que possa controlar e moderar a economia, além de delimitar a hegemonia do Estado quando for necessário. Para tanto, o estudioso propõe não o comunismo como se conhece, mas um comunismo reinventado em que imperem a solidariedade e cooperação global com intervenção direta e limitada do Estado. O autor acredita que a pandemia

tornará o capitalismo muito bárbaro e que por isso é necessário lutar para substituí-lo por uma nova forma social que passe por uma forma do que se conhece como comunismo.

Alysson Leandro Mascaro (2020) defende que a crise pandêmica não é uma crise do neoliberalismo, mas do próprio capitalismo: “Qualquer constatação crítica que seja rigorosa cientificamente e fecunda só pode analisar a crise presente, exponenciada pela pandemia, tendo em vista que se trata da crise do capitalismo” (MASCARO, 2020, p. 42). Por todas as evidências ao longo da história e posicionamentos de teóricos diferentes, compartilho da ideia de que o fenômeno instaurado pela presença do vírus é mais uma crise do capitalismo.

2.2.4 *As práticas de leitura durante o estado de exceção*

Em meio ao sufocamento causado pelo coronavírus e pelo sistema de poder e financeiro, a leitura pode ser um respiro para nos transportar, ainda que transitoriamente, para zonas de ar mais puro, inundando-nos de outras realidades, durante esse duro processo de catástrofe humanitária que atravessamos. O historiador Roger Chartier (2021) analisa as especificidades das práticas de leitura durante as circunstâncias do período pandêmico.

Referi-me anteriormente à pandemia da covid-19 como um evento amparada na observação do historiador francês, o qual, a partir da consideração de Fernand Braudel de que ele é resultante de transformações prévias que se solidificaram no momento do acontecimento de evento como um surgimento, um nascimento, como define Michel Foucault. Nesse sentido, Chartier (2021) indica dois pontos fundamentais como elementos diagnósticos do momento pandêmico em relação às leituras e que embora sejam consequências da pandemia, não foram inauguradas por elas: a crise nas livrarias e edição e o que ele denomina de existência digital, uma vez que as relações entre os indivíduos e instituições estão ocorrendo majoritariamente de maneira digital. Para acessar revistas e livros, além dos impressos, foi uma atitude natural migrar para a forma eletrônica. Segundo o estudioso, o fechamento das livrarias em decorrência das medidas de isolamento social gerou queda nas vendas dos livros impressos e dificuldades para as editoras. Por outro lado, a venda de livros eletrônicos aumentou em alguns países, como no Brasil, onde as vendas triplicaram no ano de 2020 em relação a 2019, indo na contramão da maioria, que teve um crescimento limitado. Dados que podem ser confirmados pelo aumento, em 2020, de 84% da participação das livrarias virtuais no faturamento das editoras, em comparação a 2019, enquanto as lojas físicas tiveram um decréscimo de 8,8% (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, 2021). Os resultados da pesquisa da *Produção e vendas do setor editorial brasileiro* de 2020 mostram que o faturamento das livrarias exclusivamente virtuais

creceu 12,1% em relação a 2019, ao passo que o faturamento das livrarias em geral, no mesmo período comparativo, diminuiu 11,3%. (SNEL, 2021)

Entretanto, o aumento do preço do papel e dos combustíveis no início de 2022 impactou fortemente o orçamento das editoras, nas tiragens de livros e histórias em quadrinhos (YAHOO NOTÍCIAS, 2022). A alta do dólar e o aumento da demanda da celulose impulsionados pela maior necessidade produção de caixas para entregas que aumentaram durante a pandemia estão entre os maiores motivos para o crescimento do preço. Mais uma razão para prejudicar o consumo dos livros físicos em relação aos eletrônicos, os quais não sofrem esse tipo de reajuste. Ainda assim, o 3º Painel do Varejo de Livros no Brasil deixa o mercado livreiro otimista ao apurar o aumento de 7,52% na comercialização dos livros no primeiro trimestre de 2022, em relação ao mesmo período de 2021. (SNEL, 2022)

A mencionada crise das livrarias está entre as transformações conjunturais e estruturais ocorridas no mundo do livro anteriormente ao colapso sanitário, pois quando o surto viral começou, o número de livrarias já havia diminuído. Em 2020, a rede de livrarias Saraiva fechou metade de suas lojas. A rede já estava em processo de recuperação judicial desde 2018 e a pandemia veio acentuar sua crise financeira (FOLHA, 2021). Em condição similar, a FNAC encerrou suas atividades em 2018. Esse cenário só reforça a ideia de Chartier de que a crise nas livrarias físicas é anterior à covid-19. Por outro lado, há profissionais que acreditam que as *megastores* estão perdendo espaço para as vantagens das livrarias menores para os consumidores, mas que ainda assim são necessárias políticas que deixem mais justa a concorrência com o *e-commerce*, como a legislação em outros países que protege a venda de livros físicos. (VEJA SP, 2021)

O surto da covid-19, portanto, agravou uma crise já iniciada, qualificada pelo autor de “paroxística”. A razão da vulnerabilidade das livrarias deve ser buscada nas modificações dos hábitos dos leitores. Chartier detecta também, a partir de uma pesquisa francesa sobre as práticas culturais, que já havia uma indicação de que já se vivia como na pandemia antes mesmo dela acontecer. Ele identifica que apesar das leituras digitais serem uma realidade, não houve aumento na compra de livros digitais, o que indica a leitura de material baixado ou de redes sociais. O autor questiona se após a pandemia os leitores voltarão às práticas anteriores de consumo ou se o novo hábito será cristalizado; se a situação atual será a do futuro, na qual os leitores seguirão realizando suas leituras digitalmente, mesmo com as livrarias abertas. Para tanto, toda uma conjuntura terá que ser mobilizada: os editores e distribuidores de livros eletrônicos precisarão também contribuir para tornar habitual e prosaico o ato de ler nas telas. Chartier ilustra tal situação com a iniciativa no Brasil de distribuição gratuita de e-books como

estratégia para atrair os leitores para o universo digital sob a justificativa do livro eletrônico ser acessível e solucionar as questões de impressão e distribuição dos livros físicos. Caso essa nova configuração de prática de leitura permaneça, duas consequências serão possíveis: a econômica, devido a possibilidade de haver uma celeridade na concentração da venda de livros em grandes empresas, como a Amazon que já vem dominando o mercado digital. E a segunda consequência é a possibilidade da generalização das práticas de leitura dominantes do mundo digital para a leitura de quaisquer objetos, que por haver uma predominância das redes sociais levam a uma leitura fragmentada, apressada, acelerada e impaciente. Se essa modalidade de leitura for padronizada, impondo-se sobre qualquer modo de leitura, pode trazer riscos para o conhecimento e para a democracia, pois leva a uma leitura acrítica, em que não há verificação do que se lê, culminando em uma apreensão equivocada de informações e em uma vulnerabilidade para a manipulação. Infelizmente, no contexto brasileiro, falsas informações foram vulgarizadas em grande escala durante a pandemia, inclusive disseminadas pelo mandatário acerca dos riscos inventados sobre a vacina contra o vírus, números de contágio e mortes alterados, dentre outras. O que é denominado de *infodemia*. O autor conclui: “Desta forma o que está posto aqui é se esse tipo de leitura que se plasmou no uso das redes sociais se transforma em um modelo, padrão geral, submetendo todas as leituras de qualquer natureza”. (CHARTIER, 2020)

Todavia, o historiador aponta uma consequência positiva: estar diante de tudo isso na pandemia, pode ter feito muitas pessoas enxergarem os perigos e desapontamentos da existência diante das telas e refletir mais sobriamente sobre a diferença entre o mundo impresso e o digital. Uma das frustrações, mencionada pelo autor, sentidas em relação ao mundo digital é o impedimento do contato entre os corpos e de compartilhar experiências no mesmo espaço. De igual modo, há a falta de contato do corpo com o livro. “Desta maneira se vê que também a frustração frente ao eletrônico é a falta, a perda dessa relação com o corpo do livro, que é o corpo do texto que se localiza dentro desse livro” (CHARTIER, 2020). Se há o desejo de que se reestabeleça a realidade em que os corpos humanos e textuais se encontrem, as políticas públicas devem ser adotadas juntamente com o trabalho de cada um de nós.

Roger Chartier explica que não é que devemos esperar que as políticas públicas sejam redentoras e transformadoras na preservação da cultura escrita, mas que as medidas que podem ser tomadas pelo poder público como isenções fiscais, subvenções e empréstimos são passíveis de proteger e evitar o desaparecimento de instituições fundamentais da cadeia do livro, como livrarias e editores, e por consequência acabam por atuar sobre as práticas dos leitores. Ele reforça que se cada instância desempenhar seu papel com consciência da importância de sua

função pode-se vislumbrar um caminho para que cada forma de apropriação do escrito exerça um papel em seu lugar. Assim, a imprescindível pluralidade de culturas escritas estaria assegurada.

O historiador resgata a leitura fragmentada já existente em momentos históricos anteriores ao mundo digital, inclusive no universo pedagógico e intelectual, mas de maneira diferente. A segmentação da leitura foi possibilitada a partir da invenção do códice no século II (já que o rolo não favorecia essa prática), quando excertos eram extraídos e situados em um novo contexto para fins religiosos litúrgicos. Também no Renascimento, como técnica de preparação dos seus discursos, os humanistas, sábios e eruditos extraíam, copiavam e organizavam tematicamente fragmentos de livros em seus cadernos. As antologias de fragmentos e resumos de obras no século XVIII era um gênero comum que, somada aos anteriores exemplos, atesta a historicidade dessa prática estendida do códice às telas de hoje. Porém, duas diferenças distanciam a leitura fragmentada contemporânea das anteriores, as quais remetiam a uma totalidade do texto e poderiam ser aí localizadas quando assim se desejasse, devido à materialidade do livro. A fragmentação da leitura erudita ou pedagógica alude, de modo implícito ou explícito, à arquitetura de uma obra formada por diversos elementos que exercem uma função. O suporte e o texto veiculado por ele são indissociáveis nessa leitura, enquanto na fragmentação do ato de ler do mundo digital, a tela não se identifica com um tipo de texto específico. A outra diferença reside na relação dialética entre o leitor e a leitura: o leitor só lia fragmentos porque antes lia os livros inteiros aos quais pertenciam. Enquanto a leitura digital não exige e não conduz à captação da totalidade textual da qual o excerto foi extraído, levando a um procedimento natural no mundo digital: a autonomização do fragmento em relação à totalidade que fazia parte. O mundo digital inaugura um novo universo da cultura escrita “uma série de entidades textuais separadas e que podem justapor-se, compor-se, separar-se, uma forma de invenção de uma cultura escrita que não precisa do livro como arquitetura monumental” (CHARTIER, 2021). As redes sociais foram concebidas em uma lógica em que não há a totalidade de uma obra que deve se ler. “Então podemos articular uma continuidade morfológica com uma descontinuidade cultural ou material que dá à continuidade morfológica sentidos diferentes”. (CHARTIER, 2021)

Embora esse conceito de experimentação das obras de artes através da segmentação seja mais apropriado às produções simbólicas contemporâneas, para o estudioso, há uma imposição dessas práticas às produções anteriores que foram elaboradas sob outra lógica. Chartier justifica o termo “produções simbólicas” por ser mais amplo que livros digitais, os quais são “produções multimídias abertas”. O ideal é que se concebam novas produções correspondentes a esse

horizonte de expectativa que se configura no mundo digital, ao mesmo tempo em que as tradicionais produções sejam respeitadas e preservadas. A relação dialética entre a permanência das tradicionais práticas culturais anteriores e as novas práticas leva à busca de uma maneira harmônica que mantenham o conceito da obra como um todo arquitetônico e que enxergue a potencialidade das novas criações de integrar um novo paradigma de relação com a obra de arte. Esta reflexão é importante pois essas novas produções podem plasmar e corresponder às novas expectativas. Não menos importante é reconhecer que o mundo digital, por ter suas próprias especificidades, não é equivalente ao mundo impresso, e, portanto, não pode substituí-lo, mas ambos podem coexistir. Ele caracteriza essa situação como uma ambivalência do tempo presente. Para o autor, distinguir entre as duas formas de relação com o escrito: a lógica do livro impresso que leva à viagem entre estantes e páginas do texto e a lógica da produção textual temática tópica e algorítmica do universo digital é fundamental para se ter uma consciência mais crítica a respeito do emprego e das dimensões limitadas do mundo digital sem sobrepô-lo à todas as vivências e práticas. A preocupação expressa pelo autor é do uso perigoso do mundo digital no sentido de dominar todas as demais práticas e experiências de leitura, quando o ideal é que o digital e o impresso ocupem seus espaços sincronicamente.

As inquietações apontadas pelo autor são muito válidas e pertinentes, porém a ênfase dada por Chartier à necessária salvação do livro físico e aos riscos iminentes da leitura digital soa um tanto exagerada e parece às vezes demonizar sua prática. O universo digital foi a saída em um momento em que a presencialidade não era possível. Adquirir *e-books*, ler materiais em formato PDF e compartilhar arquivos em plataformas digitais foram práticas redentoras diante do impedimento de sair de casa. Assim como o mundo impresso também apresenta suas limitações, o digital apresenta. O livro digital é o *e-book* (abreviação inglesa de *eletronic book*) que tem formato digital em PDF, ePub (*eletronic Publication*), dentre outros e são lidos em *tablets*, computadores, *smartphones* e *e-readers* (pequenos dispositivos que exibem em suas telas o conteúdo do livro digital e comportam o armazenamento de inúmeras obras, como o popular *Kindle* da *Amazon*) (SPALDING, 2012). A 5ª edição de *Retratos de Leitura no Brasil* mostra que 73% dos leitores que leram livros digitais o fizeram em celulares ou *smartphones*.

A apropriação dos livros impressos é diferente dos livros eletrônicos. A leitura de *e-books* permite buscas rápidas por palavras-chave muito útil e ágil para estudos específicos. E com relação à sua produção dá mais autonomia ao autor para publicar seus próprios livros por meio de softwares e plataformas. É inquestionável a facilidade da disseminação das *fake news*, do plágio e da leitura desatenta, assim como o livro impresso dificulta o transporte para diversos lugares, encarece o preço da produção e difusão, carece de espaço físico para guardá-lo, torna

a pesquisa mais demorada e dificulta seu compartilhamento (sem falar em quantos livros não perdemos por emprestá-los e não serem devolvidos?). É claro que os perigos e desvantagens oferecidos pelos livros eletrônicos são maiores e mais graves em relação aos impressos.

A leitura não-linear conduzida pelas redes sociais é propensa a deixar a atenção do leitor dispersa e condicioná-lo à dificuldade de concentração. Considero que a prática da leitura digital em si não é problemática (como parece defender o historiador francês em alguns momentos), mas o exagero da leitura das redes sociais ou a prevalência delas sobre a leitura dos livros é, pelos motivos apontados.

Anteriormente mostrei como a evolução do rolo ao códice popularizou a leitura ao reduzir seus custos e ao permitir que os livros fossem carregados por diversos lugares. A história mostra que a mudança nos suportes de leitura foi vantajosa e que um suporte pode substituir ou conviver com o anterior. O códice substituiu e eliminou o uso do rolo e não há registros de que isso tenha desfavorecido ou trazido prejuízos para as práticas de leitura. Embora o livro eletrônico seja diferente, não rompeu totalmente a forma e a estrutura do impresso. Mudanças nas práticas de leitura irão acontecer sempre. O que temos visto até o momento é que a leitura de livros físicos e impressos têm atendido ao horizonte de expectativas dos leitores. Na passagem do século XX para o XXI, muitos produtos deixaram de ser consumidos no formato analógico para o serem no formato digital, mas os livros seguiram sendo consumidos no formato impresso e digital concomitantemente. A maior disponibilidade de títulos em livros impressos do que digitais, o possível maior conforto para a leitura, e a maior atratividade do livro físico são apontados como as razões pelas quais as pessoas continuam lendo livros de papel. (FARINACCIO, 2016)

Na última edição (2020) da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (ano base 2019), 48% dos leitores afirmaram já terem lido livros digitais, o que não se configura como a maioria. E mais importante ainda é o resultado de 67% dos leitores preferirem os livros em papel, diante dos 17% que preferem os livros digitais, e para 16% tanto faz. Dentre os participantes de escolaridade de nível superior, 71% leu livros impressos, ao passo que 13% leu livro digital nos últimos três meses anteriores à realização da pesquisa. Como se vê, um indicativo de que o livro eletrônico não eliminou o impresso, tampouco evoluiu muito seu consumo desde então. Embora o primeiro livro digital date de 1971, quando o estudante Michael Hart criou o Projeto Gutenberg para digitalização, arquivamento e distribuição de livros, o *e-book* foi lançado nos moldes de hoje na década de 90. Portanto, em todos esses anos não eliminou o livro físico; o que pode ser um indício de que o livro eletrônico não suplantará o físico e que, portanto, o

receio de que isso ocorra pode ser mais moderado. O que parece ser mais provável é que o livro eletrônico siga atuando como suplemento ao livro físico.

Analogamente, em outras práticas culturais, como na música, os discos de vinil foram sendo substituídos até chegar ao formato de música digital que temos hoje. A música não parou de ser produzida por isso, as pessoas não pararam de consumi-la e os compositores e cantores não deixaram de existir. Novos formatos de reprodução foram criados, mas ainda se consomem os vinis como objetos de coleção e desejo dos adeptos dos artigos *vintages* e dos apreciadores de versões musicais que nunca mais se repetirão. Duas formas convivendo, ainda que os vinis sejam minoria, mas movimentam um mercado de “sebos” e feiras.

O receio do fim do livro impresso e o conseqüente apelo à sua salvação podem responder ao fetiche como símbolo de status intelectual e social, como mostrei sua construção em várias épocas históricas. Os livros digitais não podem ocupar estantes e avolumar-se em exibição em casas e escritórios; com eles, o status intelectual não é mensurável e palpável. Zilberman aventa como os fundamentos capitalistas poderão proteger os livros do desaparecimento sob

(...) a lógica do capitalismo, fundada na obsolescência programada, sugere que o livro não vai desaparecer, porque encontrará seu nicho no sistema. Talvez se torne ainda mais elitizado; ou, pelo contrário, ameaçado pelo desaparecimento, providencie o barateamento do custo a renovação de popularidade. (ZILBERMAN, 2001, p. 118)

Roger Chartier parece um tanto quanto maniqueísta ao colocar as leituras no âmbito virtual como empobrecedoras, como se todas se resumissem às redes sociais. Pode-se ler digitalmente livros inteiros ou estudos, como artigos, que remetem à arquitetura de uma obra, como ele menciona. Nem toda leitura digital será fragmentada. Do mesmo modo que não se pode garantir que um livro físico será lido em sua totalidade. Uma coisa é certa: a manutenção de políticas públicas é essencial para o fomento da leitura, bem como cada leitor é essencial para preservação das práticas de leitura conscientes e críticas.

Pactuo com Chartier com relação à preservação do livro impresso porque acredito que possibilita uma experiência única em relação ao eletrônico, guarda uma relação com a história do livro e por isso preservá-lo seria manter um quinhão dessa memória, além de manter importantes instâncias referentes à produção do livro e de ser uma resistência à lógica algorítmica coercitiva e assediadora do marketing. Mas, acredito que ambos podem coexistir e não podemos sentenciar o fim do livro físico porque nossa ação enquanto seres históricos no desenrolar do tempo nos mostrará quais caminhos serão percorridos por ele.

Além das produções simbólicas, com o colapso sanitário, o espaço público tornou-se virtual e como nele estão difundidas além de informações e ideias, notícias falsas e teorias

insensatas, é indispensável estarmos cautelosos diante das telas, principalmente diante das redes sociais. Assim como houve uma virtualização do espaço, a cidadania está sendo experimentada também em uma forma digital imposta pelo isolamento social (CHARTIER, 2021), e é exatamente a maior diferença entre o surto de coronavírus e outras pandemias ao longo da história. A obrigação de ficar em casa nas metrópoles é um marco de um novo tempo que sobrepesa o psicológico e por isso demanda atenção. A casa tornou-se o lugar seguro, um esconderijo do vírus, distante do risco maior de contaminação e um espaço ambivalente onde os laços com familiares ou outros moradores podem ser estreitados ou enfrentar conflitos devido a tanto tempo de convivência diária. Ainda de acordo com A. H. Paixão (2020), o desenvolvimento da intimidade consigo mesmo e com os outros é fundamental para sobreviver em tempos de crise, pois auxilia a estabelecer confiança, responsabilidade e estabilidade emocional. Uma reelaboração das significações do espaço doméstico foi necessária. Para além da moradia, é agora espaço de trabalho, de estudo e de relações interpessoais. Mas é como se fosse um espaço mediador, pois essas atividades acontecem nas telas e não em casa propriamente dita, são atividades abrigadas pela casa, mas não é suficiente. A casa deixou de ser um espaço privado para ser público também, já que virou espaço para trabalho e estudo.

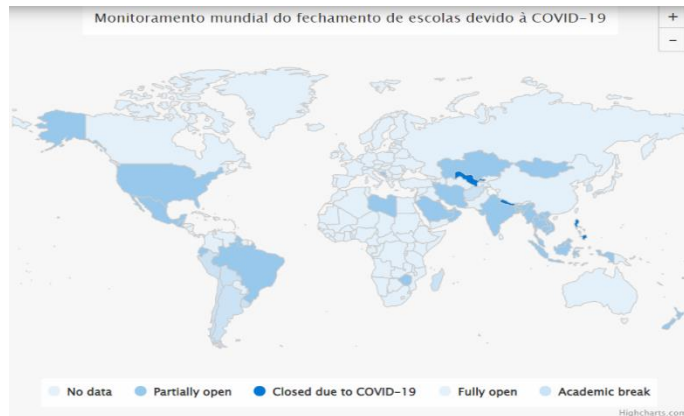
Durante a pandemia, muitos clubes de leitura virtuais desenvolveram práticas de leitura como uma forma de encontro entre leitores e discussão de leitura literária. Uma modalidade de mediadores de leitura também que tem sido muito usual são os *booktubers*, um tipo de influenciadores de leitura. Em seus canais no *YouTube* (ou no Instagram) indicam livros a partir de resenhas críticas e promovem leituras e discussões. Foi recorrente a indicação de livros para ler durante o confinamento. Enredos de situações de epidemia povoaram essas indicações: *A peste*, de Albert Camus, *O Amor nos tempos do Cólera*, de Gabriel García Márquez e *Morte em Veneza*, de Thomas Mann mergulham em contextos de rotinas que são mudadas pela disseminação de doenças contagiosas, similares ao que vivemos agora. A semelhança das circunstâncias pode levar a uma identificação entre os leitores e a uma reflexão maior sobre o momento em que estão passando.

2.2.5 A educação durante a pandemia

O surto do coronavírus também gerou uma crise educacional. Como citei na Introdução e como mostra a imagem abaixo, segundo dados da UNESCO, 90% dos estudantes de todo o

mundo foram afetados pelo fechamento de escolas e universidades no início de 2020. Os prejuízos de aprendizagem poderão ser sentidos por toda uma geração. Recuperar a educação é primordial para a configuração do mundo pós-pandemia.

Imagem 01- Impacto da covid-19 na Educação



Fonte: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>

O último Boletim de Políticas Sociais do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica de Políticas Sociais), nº 28/2021, apresenta, acompanha e analisa as providências tomadas na esfera federal do governo brasileiro diante dos impactos da covid-19 no Brasil nas diversas áreas sociais: previdência e assistência social, saúde, educação, cultura, trabalho e renda, igualdade de gênero e povos indígenas. Na educação, o documento abrange a educação básica e superior em 2019 e 2020.

Quadro 02 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação

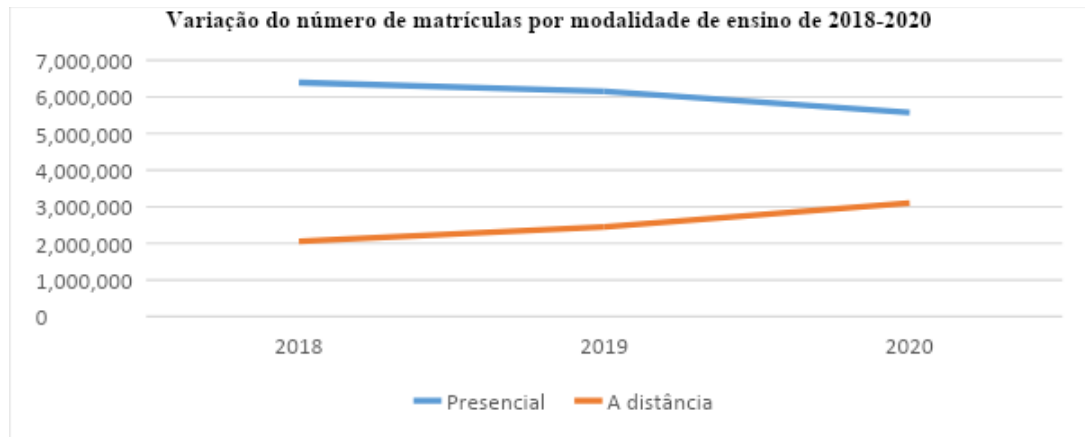
Número de Matrículas em Cursos de Graduação			
	Presencial	A distância	Total
2018	6.394.244	2.056.511	8.450.755
2019	6.153.560	2.450.264	8.603.824
2020	5.574.551	3.105.803	8.680.354

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2020

Segundo o boletim, os pontos de maiores destaques como consequência da pandemia no ensino superior, em 2020, foi o grande número de evasão tanto nas IES privadas quanto nas públicas e a grande evolução na modalidade EaD. O número de alunos ingressantes, nos cursos em geral, na EaD (2.008.979) ultrapassou os que ingressaram na modalidade presencial (1.756.496), como atestam os dados abaixo coletados no Censo da Educação Superior de 2020.

Segundo Chanan¹³, foi a primeira vez que isso aconteceu na história. E de acordo com o mesmo Censo, houve uma queda de ingressantes nos cursos de licenciatura de -4,9%¹⁴, revelando a necessidade de atenção para esta diminuição no interesse pelos cursos de formação inicial de professores.

Gráfico 01 - Variação do número de matrículas por modalidade de ensino de 2018-2020



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 03 – Variação de número de ingressantes entre a modalidade de ensino presencial e a distância

Modalidade	2019	2020	Variação de 2019 a 2020
Presencial	6.153.560	5.574.551	-10%
A distância	2.450.264	3.105.803	21%

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2020

A pandemia afetou mais severamente as IEs privadas, devido ao fechamento das unidades por conta das medidas de distanciamento social, a inadimplência das mensalidades e a retração de programas de apoio estudantil como o FIES, causada pela profunda crise financeira e a consequente evasão dos alunos. Na análise do Censo de 2020 em relação a 2019, nota-se uma diminuição no número das IES privadas (de 2306 para 2153). Nas IEs públicas federais a suspensão de aulas foi mais longa para que adaptassem ao ensino remoto. Segundo o boletim, isso deveu-se à reduzida oferta de EaD nessas instituições, o que levou a não estarem preparados, docentes e discentes, para o uso repentino das TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação). A maior dificuldade para os alunos dessas instituições foi

¹³ Disponível em: http://www.abrafi.org.br/js/ckeditor/foto_internas/ApresentaoCenso2020.pdf Acesso em 10 fev 2023.

¹⁴ Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf Acesso em 25 fev 2023.

prosseguir nos estudos de maneira remota. A crise econômica impactou as instituições, alunos e seus familiares, os quais, em muitos casos, não puderam investir na aquisição de internet de banda larga ou tiveram dificuldade para se manter estudando por conta da diminuição na renda familiar. Um dado importante é o número expressivo de IEs que se envolveram com atividades de pesquisa e extensão para apoiar a comunidade e instituições no combate ao coronavírus, desde a produção de álcool em gel até o desenvolvimento de vacinas. A pandemia evidenciou as deficiências na educação superior brasileira e ao mesmo tempo reforçou a relevância da ciência para toda a sociedade.

A Lei nº 14.172/2021, que começou a tramitar como Projeto de Lei em junho de 2020, foi aprovada em outubro de 2021 e dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. Dentre suas determinações, prevê uma verba destinada pela União aos estados e Distrito Federal para utilização em ações para garantia do acesso à internet para fins educacionais devido à situação da covid-19. Já havia quase um ano e meio de pandemia quando a lei foi aprovada. Uma morosidade para disponibilizar a ferramenta essencial para o acompanhamento das aulas virtuais.

Múltiplas pesquisas validam o quanto a internet é o meio facilitador para realizar atividades no contexto de impossibilidade da execução presencial. A pesquisa Painel TIC Covid-19¹⁵ coletou informações sobre o uso da internet durante a pandemia e na 3ª edição, a investigação da pesquisa foi realizada nas áreas do ensino remoto e do teletrabalho. Dos resultados, 59% dos participantes, de nível superior, usou a internet para realizar atividades ou pesquisas escolares. A UnB realizou uma pesquisa para traçar o perfil socioeconômico da comunidade universitária em julho de 2020, visando avaliar a possibilidade da retomada do calendário acadêmico a partir dos dados de conectividade obtidos. O resultado de que 30% dos discentes têm acesso precário, lento ou não têm acesso à internet (UnB, 2020) ratifica o acesso limitado à rede mundial de computadores pelos estudantes.

Desde a disseminação da EaD na modalidade virtual, a internet tornou-se basilar para sua realização. A promulgação da LDB impulsionou a oferta da EaD no Brasil. Depois, o Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005 regulamentou as metodologias dessa modalidade. As TDIC podem ser empregadas em mais de uma modalidade de ensino mediada pelas tecnologias. Educação *on-line*, Ensino Remoto, Educação a Distância são conceitos de abordagens de educação usadas como sinônimos, porém há distinções entre elas. Arruda (2020) explica que o termo EaD é mais abrangente porque inclui material impresso e outras

¹⁵ Essa pesquisa investiga dispositivos utilizados para acesso à internet e atividades feitas na rede, referenciando-se pela pesquisa TIC Domicílios (mapeamento de acesso às TIC em domicílios).

ferramentas analógicas, além das TDICs e que a perspectiva adotada durante a pandemia não é EaD, pois

A EaD envolve planejamento anterior, consideração sobre perfil de aluno e docente, desenvolvimento a médio e longo prazo de estratégias de ensino e aprendizagem que levem em consideração as dimensões síncronas e assíncronas da EaD, envolve a participação de diferentes profissionais para o desenvolvimento de produtos que tenham, além da qualidade pedagógica, qualidade estética que é elaborada por profissionais que apoiam o professor na edição de materiais diversos. (Arruda apud Maia e Mattar, 2008)

Enquanto o ensino remoto de emergência (ERE), segundo Hodges et al (2020), em razão das circunstâncias da crise sanitária, é uma mudança temporária de oferta educacional para um modo de oferta alternativo. Para estes autores, essa abordagem de ensino, envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para instrução ou educação que, de outra forma, seriam ministradas presencialmente ou como cursos mistos ou híbridos e que retornarão a esse formato assim que a crise ou emergência diminuir. O objetivo principal nessas circunstâncias não é recriar um ecossistema educacional robusto, mas fornecer acesso temporário à instrução e suporte instrucional de uma maneira que seja rápida de configurar e esteja disponível de maneira confiável durante uma emergência ou crise.

Portanto, a modalidade de ensino que houve durante a maior parte da pandemia foi o ERE, inclusive determinado pela Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 59/2020 na UnB, que durou até janeiro de 2022, quando as aulas passaram a ser realizadas de forma híbrida.

Segundo Dermeval Saviani (2020), é provável que no período pós-pandemia haja pressões para o alargamento da Educação a Distância como correspondente ao ensino presencial, o que levará ao aprofundamento da tendência de tratar a educação como mercadoria, envolvendo a prática de diminuição de custos e aumento dos lucros.

Assim como o projeto de lei de educação domiciliar que foi proposto e tramita desde 2012 e ganhou força durante a pandemia, por ter ganhado o argumento de que é possível estudar em casa. Em maio de 2022, o *Homeschooling* foi aprovado pela Câmara dos Deputados e ainda precisa de aprovação do Senado. A professora Carlota Boto (JORNAL DA USP, 2022) critica o projeto por acreditar que ele não respeita o direito da criança à socialização nas escolas; por duvidar da contratação de tutores com formação específica; pelo viés elitista de possibilitar que apenas famílias em condições financeiras privilegiadas possam contratar professores especializados nas diversas disciplinas e por facilitar o acobertamento de violência doméstica.

Durante o período em que as atividades presenciais ficaram suspensas, a UnB manteve as atividades de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão na modalidade remota, ações de apoio físico, psicológico, acadêmico e administrativo e prevenção e protocolos de segurança (UNB NOTÍCIAS, 2021). A Universidade elaborou o plano de retomada de atividades que prevê cinco etapas. A Instrução Normativa 01/2022 instruiu sobre os procedimentos referentes à realização de atividades de ensino na graduação, de forma que, em janeiro de 2021, o 2º/2021 iniciou na etapa 2, em que 15% das turmas teve atividade presencial sendo retomada gradativamente ao longo do semestre, de acordo com a autonomia decisória de cada unidade. No primeiro semestre de 2022, foram oferecidas as disciplinas de forma híbrida: aulas presenciais, semipresenciais e remotas, a depender do planejamento das unidades acadêmicas, cursos e disciplinas (UNB NOTÍCIAS, 2022). No curso de Letras, as aulas ocorreram majoritariamente de forma remota até maio de 2022. Sendo que o uso de máscaras e a apresentação do comprovante de vacinação eram obrigatórios para acessar as dependências do campus. O Cepe definiu que a partir do semestre letivo, com início em junho de 2022, as aulas seriam totalmente presenciais. (UnB, 2022)

O mundo pandêmico e aniquilador afetou gravemente não só a educação, como também a economia brasileira. No primeiro semestre de 2020, o PIB teve o pior resultado desde 1996: uma queda assombrosa de 4,1; 1,6 milhão de pessoas perderam seus empregos formais, elevando significativamente a taxa de desemprego. A desigualdade social também foi um dos fatores responsáveis pela disseminação do vírus entre a população. Moradores de regiões onde não há condições mínimas de higiene, trabalhadores aglomerados em transporte público se contaminaram nas casas dos patrões, os quais, diferentemente deles, têm acesso a tratamento de saúde em hospitais.

A crise sanitária intensificou problemas intrínsecos ao neoliberalismo atual: a precarização das relações de trabalho, *uberização*, aumento das desigualdades sociais, crescimento do desemprego, diminuição dos investimentos públicos em áreas sociais, extinção de direitos em consequência dos planos pela austeridade fiscal. A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do segundo trimestre de 2020 identificou um aumento significativo do número de desempregados em relação a 2020, período pré-pandêmico: a taxa de desocupação registrada foi de 13,3%. (IBGE, 2020)

O governo federal reduziu drasticamente os investimentos em educação. Silva e Matheus (2020) trazem o catastrófico panorama da omissão da política econômica do atual governo. Em 2019 projetos, como o Programa Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE) deixaram de receber repasses e programas de apoio à construção de instituições de ensino sofreram

redução nos recursos recebidos ou foram congelados. No orçamento para o ano de 2021, os investimentos no Ministério da Defesa eram maiores do que os gastos previstos com educação. Os autores noticiam a redução de 73% nos investimentos em infraestrutura das universidades e institutos federais nos últimos 10 anos, tornando escasso o orçamento para as instituições responsáveis pela maior parte da produção científica brasileira. A UnB teve redução de 4,6% no orçamento de 2021, dificultando a continuidade de projetos de pesquisa, inovação e extensão. (G1, 2021)

No orçamento de 2022, o Ministério da Educação sofreu um corte de R\$ 739,9 milhões (GUIA DO ESTUDANTE, 2022). A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), uma das maiores instituições de pesquisa em saúde da América Latina e que teve um importantíssimo desempenho na produção de vacina contra a covid-19, teve corte de R\$ 11 milhões. E 4,2 milhões foi o corte no fomento nacional às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão. Segundo a Academia Brasileira de Ciências, mais de 95% da produção científica do Brasil está nas universidades públicas, gerando benefícios a toda a população e enriquecendo o país a partir de seus resultados nas pesquisas em sofisticação e aumento da produtividade da agricultura, exploração do petróleo do pré-sal, desenvolvimento de fármacos e tratamentos para epidemias, proposição de alternativas energéticas e desenvolvimento de novos materiais (ABC, 2019). Não priorizar a educação, ciência e tecnologia já é grave, ainda mais em um contexto de crise sanitária.

Em contornos gerais, o tempo de exceção da pandemia caracteriza-se pela existência digital, pelo agravamento das características da sociedade do cansaço e da asfixia, pelo aprofundamento das desigualdades sociais advindas do neoliberalismo, pelo Ensino Remoto Emergencial, pela leitura fragmentada e por cidadãos vulneráveis e assombrados com a possibilidade de contágio pelo vírus.

2.3 A autonomia do leitor e as possibilidades de construção de sentidos em diferentes tempos históricos: desafios postos pela pandemia

Neste estudo histórico das práticas de leitura em seus diferentes artefatos materiais e mediadores, busca-se o processo de atribuição de sentidos que envolve a construção do sujeito-leitor, uma vez que a existência do texto é condicionada a um leitor para atribuir-lhe sentidos. Desse modo, é imprescindível pensar a forma como os espaços, as pessoas, seus hábitos, a cultura material e suas crenças modificaram o ato de ler, uma vez que as práticas de leitura

foram sofrendo alterações, de acordo com as mudanças históricas que influenciavam as “relações” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 24) da humanidade com a cultura escrita.

Em sua obra *A história da leitura*, Alberto Manguel (1997) afirma que a aquisição da leitura e escrita nas sociedades letradas simbolizava poder – o “terceiro poder” (MANGUEL, 1997, p. 90) e frequentemente esteve restrita à Igreja, ao Estado e às classes sociais abastadas. Na Baixa Idade Média, a apropriação do letramento dava-se entre os aristocratas e posteriormente na alta burguesia, e era tarefa da ama ou da mãe ensinar o alfabeto às crianças, que mais tarde, teriam professores particulares para dar continuidade à educação dos meninos, sendo que as meninas seguiram sendo ensinadas pela mãe.

A prática de ler, além de estar presente nas casas das famílias abastadas, esteve presente em diversos ambientes religiosos, nestes inicialmente de maneira pública. No mosteiro de São Bento de Nursia, em 529, os frades ouviam a leitura, que um de seus irmãos era eleito para fazer, durante as refeições, com a diferença de que “a fruição do texto deveria ser comunitária, não individual” (MANGUEL, 1997, p. 137), como nas fábricas cubanas que adotaram hábito semelhante séculos mais tarde, em 1866, conforme relatarei mais adiante. Pelo pequeno índice de alfabetização e pelo livro ser artigo de luxo, acessível apenas aos ricos, já que ainda não existia a imprensa, ouvir a leitura de um livro em grupo também acontecia na Idade Média, tanto nas casas mais modestas quanto na corte. O ato de ouvir alguém ler certamente tem suas particularidades que o diferem da liberdade possibilitada por uma leitura individual, porém tem suas vantagens como dar “ao texto versátil uma identidade respeitável, um sentido de unidade no tempo e uma existência no espaço que ele raramente tem nas mãos volúveis de um leitor solitário”. (MANGUEL, 1997, p. 147)

A pedagogia escolástica foi adotada após a queda do método educacional romano, nos séculos IV e V, voltando a ser empregada no século IX e ainda prevalecia no século XVI, em instituições de ensino laicas e religiosas. No método escolástico, a memorização de textos e regras tomava o lugar da compreensão, sendo que a leitura era ensinada por meio de comentários doutrinários, correspondentes às leituras resumidas que temos hoje. (MANGUEL, 1997). Inclusive, a este respeito, Jacques Le Goff (1990), no excerto abaixo, ressalta como, nesse contexto pedagógico, a memória ainda se assentava na oralidade, mesmo a escrita tendo surgido há muito tempo.

No sistema escolástico das universidades, depois do final do século XII, o recurso à memória continua frequentemente a fundar-se mais na oralidade que na escrita. Apesar do aumento do número de manuscritos escolásticos, a memorização dos cursos magistrais e dos exercícios orais (disputas, quodlibet, etc.) continua a ser o núcleo do trabalho dos estudantes. (LE GOFF, 1990, p. 452)

Na educação escolástica, conforme Alberto Manguel (1997), os alunos não tinham liberdade para realizar suas próprias interpretações dos textos, apenas àquelas já construídas por críticos aprovados. Foi só na escola humanista, a partir do século XV, que os estudantes passaram a ter uma maior autonomia para realizarem suas leituras, interpretá-las e discuti-las em sala de aula. Paulatinamente, os aprendizes puderam construir seus próprios sentidos para os textos lidos; os leitores, enfim, assumiram a responsabilidade individual pela leitura, fortalecendo-se enquanto leitores individuais. Fato esse propiciado também pelo advento da imprensa, que possibilitou um maior acesso aos livros. Ao mesmo tempo, os professores e eruditos passaram a se isolar em seus espaços privados para ler e pensar sozinhos.

Outro ponto importante destacado pelo autor é a questão da “natureza criativa do ato de ler” (MANGUEL, 1997, p. 113), uma vez que a criação não está apenas na escrita, mas na leitura também. Leitores diferentes podem atribuir representações diferentes para a mesma obra, principalmente em leituras solitárias.

Embora a leitura silenciosa tenha se tornado um hábito entre os leitores, em Cuba, no ano de 1866, Alberto Manguel relata que a leitura pública começou a ser realizada para trabalhadores na fábrica de charutos enquanto trabalhavam. Tipo de leitura que já tinha sido adotada num período histórico bem anterior, nos mosteiros, como descrevi previamente. Agora, a iniciativa foi do charuteiro e poeta Saturnino Martínez, que, ao publicar um jornal voltado para o público operário, percebeu que grande parte dos operários não liam, por serem analfabetos. Um dos trabalhadores era escolhido para ser o leitor oficial e os demais o pagavam para que desempenhasse essa função. A leitura ouvida obteve muito sucesso e se espalhou por várias fábricas até ser proibida pelo governo sob o pretexto de que distraía os trabalhadores durante o desenvolvimento de suas atividades laborais. Contudo, por volta de 1873, essa leitura foi retomada nos Estados Unidos por imigrantes cubanos nas fábricas de charuto lá localizadas.

Entretanto, o que sem dúvida mudou em absoluto os hábitos e processos que envolvem o ato de ler foi a invenção da imprensa, técnica baseada na prensa e nos tipos móveis, por volta de 1455, por Johannes Gutenberg, na Europa. A maior quantidade de exemplares, confeccionados em um menor tempo de produção, a um custo mais baixo, se comparado aos manuscritos, tornou o livro um objeto mais acessível e menos exclusivo, deixando de simbolizar ostentação para dar lugar a uma representação de intelectualidade e estudo. A impressão vai

facilitando mudanças nos volumes¹⁶, amoldando-se cada vez mais às necessidades dos leitores, como os livros de bolsos que por seu tamanho reduzido podem ser carregados por toda parte, facilitando a leitura para além de bibliotecas, em diversos ambientes e situações. A exemplo das edições da inglesa Penguin, que, em 1935, popularizou grandes títulos da literatura universal ao vendê-los em lojas de uma cadeia diversificada de produtos – a Woolworth –, em volumes impressos em brochuras de boa qualidade, comercializados a preço módico, promovendo assim o acesso e a difusão da leitura de uma coleção de gêneros variados entre pessoas de perfis sociais diferentes e em inúmeros lugares.

Além de o objeto da leitura – o livro – influenciar os costumes dos leitores e os locais, a forma que a leitura é feita também o faz. É o que mostra a mudança de hábitos ao longo do tempo. Tanto que o livro em códice que deixava o leitor com uma das mãos livres foi um dos aspectos que facilitou a leitura silenciosa. As bibliotecas que antes eram espaços destinados à guarda e ao acúmulo de livros passaram também a ser espaço de leitura, e as posições de leitura de igual modo influenciaram no conforto encontrado para o ato de ler. No século XVIII, por exemplo, era usual ler na cama. E no século XIV, os livros deixaram de ser exclusividade da nobreza e do clero e passaram a ser acessados pela burguesia. (MANGUEL, 1997)

Atraiu-me a observação do escritor argentino sobre a simbologia do livro relacionada a sua posse denotar intelectualidade e uma posição privilegiada na sociedade. Essa representação no início da pandemia tornou-se bastante notória quando especialistas dando entrevistas ou realizando *lives* em suas casas tinham sempre suas bibliotecas ao fundo na exibição de sua imagem. Passou até a ser motivo de ridicularização em *memes*, insinuando a compra de papel de parede de diversas bibliotecas para esses momentos. Fato esse que historicamente falando não é inédito. Manguel conta que no século XVIII na Rússia, por exemplo, os cortesãos compravam fileiras compostas por capas preenchidas por papéis velhos para agradar sua intelectual imperatriz Catarina, a Grande. E Horellou-Lafarge e Segré (2010) reforçam o quanto a posse e o acúmulo de livros em casa pode revelar um exibicionismo, além do valor que se dá ao conhecimento.

Ao historicizar as práticas da leitura, Alberto Manguel mostra, por meio dos suportes dos textos, como os hábitos de leitura mudaram ao longo da história: leitura em voz alta, silenciosa, ouvida, leitura realizada pelo próprio autor por várias idades e em várias classes

¹⁶ Uma consequência imediata foi a redução do tamanho do livro. A maioria dos editores no século XV já estava produzindo livros de acordo com um dos três formatos de tamanhos de páginas: *in-fólio* (do latim *folium* ou “folha”), dobrada uma vez; *in quarto* (por causa dos quatro quadrados que esta produzia), dobrada duas vezes; e *in-octavo* (oito quadrados), dobrada três vezes. A impressão agora oficializava essa padronização (FISCHER, 2006, p. 193).

sociais. Não importa como ela é feita, a história revela que a humanidade sempre buscou formas de ler e de aperfeiçoar essa prática de forma que se abrangesse melhor as suas necessidades e realidades. Ademais, vemos que ao longo da história houve permanências e rupturas em relação às práticas leitoras de períodos passados. Roger Chartier (1994) constata que o impresso, por exemplo, embora tenha de certo modo mudado o suporte do texto, manteve a forma do manuscrito, demonstrando uma certa continuidade dentro da mudança. Nesse sentido, neste estudo, portanto, busca-se dimensionar a crise do novo coronavírus nas continuidades ou rupturas nos modos de ler dos licenciandos pesquisados.

Com esse histórico sobre a leitura, constata-se que as ações de várias instâncias influenciaram as mudanças que a leitura sofreu: o escriba, o autor, o suporte do texto, o leitor, os editores, o criador da imprensa, os livreiros e os comerciantes. Ao descrever historicamente essas variações de espaços e práticas de leitura, Alberto Manguel evidenciou como eles alteraram as práticas de leitura.

E é justamente essa concepção de que esses aspectos materiais estão envolvidos na história das práticas de leitura que Cavallo e Chartier (1998) sustentam: “é preciso considerar que as formas produzem sentido e que um texto se reveste de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os suportes que o propõem à leitura” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 6). Portanto, as práticas de leitura foram sofrendo alterações de acordo com as mudanças históricas que influenciavam as “relações” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 24) da humanidade com a cultura escrita.

Nesse contexto dos elementos implicados no ato de ler apresentados por Manguel (1997), Cavallo e Chartier (1998), também compartilho do posicionamento de Michel de Certeau (1998), que, aliás, é assumido explicitamente como influência teórica por Cavallo e Chartier, a respeito de uma noção fundamental em uma sociedade capitalista, como a nossa Ocidental: a autonomia do leitor em relação à produção autoral e à manipulação do mercado editorial.

Michel de Certeau foi um jesuíta francês que se tornou um dos grandes historiadores da França, cujos estudos contribuíram enormemente para diversas áreas de conhecimento, como História, Ciências Sociais, Psicanálise e Literatura. Em *Operação de caça* (1998), ele faz uma importante reflexão sobre o papel que a leitura pode exercer contra a hegemonia dos produtores de consumo e da manipulação das classes sociais dominantes e intelectuais, já que a leitura, embora represente uma parcela do consumo, é primordial. Ele defende que a leitura seja usada como uma arma contra a perpetuação da tentativa de controlar as possibilidades de leitura que pode ser vista de basicamente duas formas na sociedade de consumo: quando se propaga a ideia

de que só privilegiados, como professores e críticos literários têm acesso à leitura, e quando se limitam às interpretações do texto somente às ideias postuladas pelo autor/produtor, mediadas pelos privilegiados detentores do saber, sem dar ao leitor a liberdade de suas construções de sentido. E ao produzir sentidos por outras vias que não aquela imposta pelos que se consideram competentes, “o texto se torna uma arma cultural, uma reserva de caça”. (CERTEAU, 1998, p. 267)

O pensador francês sustenta a ideia de que a literalidade foi criada para possibilitar essa dominação sobre o leitor acerca dos sentidos de um texto produzido pelos produtores de conhecimento. Ele critica o fato de a leitura ser uma forma de perpetuar reproduções na sociedade, em que o autor detém todo o poder e ao leitor cabe seguir irrefletidamente suas criações. Certeau opõe-se veementemente à associação da leitura à passividade e entende que “a autonomia do leitor depende de uma transformação das relações sociais que sobredeterminam a sua relação com os textos” (CERTEAU, 1998, p. 268). E é categórico em seu posicionamento: “o texto só tem sentido graças a seus leitores”. (CERTEAU, 1998, p. 266)

O historiador francês defende ainda que a elite tem acesso à cultura de qualidade e a massa fica à margem, restando a ela as redes midiáticas, as quais priorizam o consumo. Quando os produtores culturais decidem o acesso à cultura que os consumidores terão, controlam os meios midiáticos e os impõem à massa, que privada de escolhas, tem que se contentar com o que lhe é destinado, enquanto para a elite fica reservada a arte considerada de qualidade. É contra esse sistema formado que Certeau propõe uma insurgência.

A consideração de Certeau de que são os leitores que dão sentido ao texto, coaduna com os preceitos das teorias da recepção que considera a interação entre texto e leitor essencial para a compreensão textual, como já mencionei anteriormente. Esse pensamento construído por Certeau de os produtores culturais exercerem controle sobre os leitores de certa forma se articula com a noção dialética de coerção e invenção proposta por Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (1998).

Chartier e Cavallo (1998) se propõem a realizar uma abordagem histórica da leitura analisando, dentre outros aspectos, a relação dialética entre a coerção, estabelecida por elementos limitadores envolvidos na produção de livros – editoras, texto, imagem, leis, autor, e a invenção, delineada pelo leitor – suas expectativas e produção de sentidos, mas que está circunscrita dentro de parâmetros estabelecidos por meio de elementos coercitivos. Isso me chamou a atenção, pois ao rememorar a história, há um aspecto que permanece, olhando para uma categoria de longa duração: os livros e seus leitores sempre ocuparam um lugar de prestígio

na sociedade. Os livros sempre foram considerados objetos de poder e os leitores tidos como intelectuais, os quais, de certa forma, se distinguem positivamente daqueles que não o são.

As pesquisadoras da Sociologia da Leitura, Chantal Horellou-Lafarge e Monique Segré (2010) consideram que a invenção da imprensa transformou a “relação com a leitura” (2010, p. 29), muito embora o progresso tenha sido fundamentalmente técnico. Para Cavallo e Chartier (1998), ainda que a imprensa tenha grande importância e tenha trazido grandes ganhos na difusão de livros, ela por si só não alterou o livro, pelo fato de que ainda se inspirava na estrutura, forma e produção do manuscrito para ser impresso, e ambos, manuscrito e impresso, baseavam-se no códice:

A revolução da leitura precedeu portanto à do livro, visto que a possibilidade da leitura silenciosa é, pelo menos para os leitores letrados, clérigos da Igreja ou notáveis leigos, muito anterior à metade do século XV. Sua nova maneira de considerar e de manejar o escrito não deve, pois, ser imputada muito apressadamente apenas à inovação técnica (a invenção da imprensa). (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 28)

Isso mostra que houve uma continuação entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso, o que Roger Chartier comprova com a existência da hierarquização dos formatos de livros desde os manuscritos, descritos em seguida.

o grande in-fólio que se põe sobre a mesa é o livro de estudo, da escolástica, do saber; os formatos médios são aqueles dos novos lançamentos, dos humanistas, dos clássicos antigos copiados durante a primeira vaga do humanismo, antes de Gutenberg; e o libellus, isto é, o livro que se pode levar no bolso, é o livro de preces e de devoção, e às vezes de diversão. (CHARTIER, 1998, p. 7)

A mudança da leitura intensiva para a extensiva, conforme os autores mencionados, marca a segunda revolução da leitura na Idade Moderna, na segunda metade do século XVIII, quando os leitores deixaram de se restringir à memorização por meio da leitura e releitura de poucos e dos mesmos livros, em geral de caráter espirituais, com subserviência e respeito, compartilhando a leitura em grupos, na família ou na igreja (leitura intensiva). Passaram a ler silenciosamente sozinhos, com privacidade, dedicando-se a uma diversidade de leituras laicas, em silêncio, de forma mais crítica e autônoma, desvinculando o livro de uma representação sagrada, já que o impresso retira do livro seu aspecto de singularidade e exclusividade (leitura extensiva).

Por fim, a terceira revolução da leitura, a do nosso presente, modifica não só a técnica de reprodução de texto, como a de Gutenberg, mas revoluciona a leitura. Trata-se de uma

“alteração radical das modalidades de produção, transmissão e recepção do escrito” (CHARTIER, 1994, p. 185) que modificou “as próprias estruturas e formas do suporte que o comunica a seus leitores”. (CHARTIER, 1994, p. 186)

O título do artigo *Do códice ao monitor* escrito por Chartier em 1994 não se refere a tantas outras telas para leitura que surgiram após essa data. Surgiram outras telas de diferentes dispositivos eletrônicos que estão presentes cotidianamente na vida das pessoas do século XXI: celulares, leitores de livros digitais e *tablets* são outras opções de dispositivos eletrônicos. Aliás, eles talvez sejam até mais usados que o monitor de computador. Durante a pandemia, inclusive, os *smartphones* passaram a ser uma ferramenta no processo de ensino-aprendizagem ao serem largamente utilizados para aulas remotas, por ser mais acessível que outros equipamentos a uma parte da população, embora muitos alunos sem acesso ao celular e à internet tenham sido excluídos da participação das aulas à distância. Não pretendo empreender aqui uma discussão acerca da problemática de todas as limitações e falta de preparo para o uso do celular como recurso de mediação pedagógica (MANDELLI, 2020), mas reforçar o quanto as práticas de leitura em telas digitais têm sido mais frequentes e intensas neste momento pandêmico, num movimento progressivo iniciado no fim do século passado.

Se a passagem do rolo ao códice significou grandes mutações nas práticas de leitura, como a maior liberdade de movimentos e a facilidade para manusear o livro, o invento do texto eletrônico alargou ainda mais suas possibilidades de uso e de edição. O leitor pôde realizar variadas intervenções no texto, tal como copiar fragmentos ou inserir notas, ou ainda exercer uma coautoria, ao recortar trechos e reuni-los para formar um novo texto. Assim, é suprimida a distinção autor do texto e o leitor do livro e entre a leitura e a escrita (CHARTIER, 1994), ao mesmo tempo que ameaça o processo criativo individual e original que deu origem à constituição da propriedade literária.

Chartier é categórico, posicionamento do qual também compartilho, ao reforçar a relevância da materialidade do texto para sua compreensão: “as significações, histórica e socialmente diferenciadas de um texto, seja qual for, não podem ser separadas das modalidades materiais por meio de que o texto é oferecido” (CHARTIER, p. 194, 1994). Ele alerta ainda para a necessidade de valorização e conservação da representação dos suportes anteriores que fizeram parte da construção das significações dos textos ao longo do tempo. Também cumpre manter a conscientização de que os textos eletrônicos são a continuação de revoluções que começaram com seus objetos antecessores, os quais, portanto, não podem ser lançados ao esquecimento. Um olhar atento é vital para a realização de reajustes de concepções que advieram de outra modalidade de produção, conservação e circulação do escrito, como o códice,

para que acompanhem os efeitos das mutações dos textos eletrônicos, indicadas pelo autor como as “noções jurídicas (propriedade literária, direitos autorais, *copyright*), regulamentares (depósito legal) biblioteconômicas (catalogação, classificação, descrição bibliográfica etc.) ”. (CHARTIER, 1994, p. 195)

A recuperação das transformações dos suportes do texto ao longo do tempo é fundamental por levar a enxergar a revolução atual da leitura, a eletrônica, como parte de uma extensa história para administrá-la e compreender suas perspectivas, segundo Roger Chartier (1994). A rememoração que é feita da leitura da Antiguidade clássica à Modernidade ocidental comprova a tese dos autores de que a cultura material do texto: seus suportes, os leitores, os modos de ler, os períodos históricos, as classes sociais em que está inserido influenciam na construção da historicidade da leitura. Inclusive as três revoluções da leitura apresentadas por eles estão relacionadas com essa cultura material.

Para os autores, estes aspectos não podem deixar de figurar nos estudos acerca da história das práticas de leitura: “Uma história sólida das leituras e dos leitores deve, portanto, ser a da historicidade dos modos de utilização, de compreensão e de apropriação dos textos” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 7), concentrando-se nas “materialidades dos textos” e nas “práticas de seus leitores” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 7). Em razão disso, a abordagem desses estudiosos vem ao encontro desta pesquisa porque parto da hipótese de que um momento histórico de exceção – a pandemia da covid-19 – está impactando as práticas de leitura de uma comunidade de leitores específica – os graduandos da Licenciatura em Língua Portuguesa e sua Respectiva Literatura da Universidade de Brasília. Para tanto, devo investigar como está sendo a relação desses leitores com o texto: como o utilizam, o compreendem e como se apropriam dele neste contexto de crise sanitária, através de suas representações e práticas de leitura. De acordo com a teoria proposta pelos autores, partirei da comunidade de leitores escolhida, a referida licenciatura, para buscar identificar e descrever práticas e objetos que ali transitam e que a levou a se distinguir culturalmente de outras comunidades e a se tornar singular em suas particularidades. E pretendo descrever, a partir dos dados coletados, acerca do “conjunto de competências, de usos, de códigos, de interesses” da comunidade dos licenciandos, através de suas práticas de leitura, pois

para cada uma das “comunidades de interpretação” assim identificadas, a relação com o escrito efetua-se com técnicas, gestos e maneiras de ler. A leitura não é apenas uma operação intelectual abstrata: ela é uso do corpo, inscrição dentro de um espaço, relação consigo mesma e com os outros. (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 8)

A partir da história das práticas de leitura no mundo ocidental, desde a Antiguidade à Modernidade, Chartier e Cavallo deixam patente que o texto só pode ser veiculado por meio de um suporte, em um determinado contexto, inscrito em um momento na história e que os espaços, as pessoas, seus hábitos e suas crenças modificaram o ato de ler e que, portanto, são aspectos que não podem deixar de serem estudados para compreender a historicidade da leitura.

Penso que a pandemia, como sintoma (ou consequência) de uma crise muito específica do capitalismo tardio, expresso nas reflexões, seja de Zizek, seja de Agamben, entre outros, enfeixa uma série de fatores que se materializam como desafios reais dentro do contexto amplo sobre qual pesquisamos e específico sobre o qual nos debruçamos em análise. Ao sofrimento psíquico superlativado já presente em todo o processo de exigência de superprodução ao qual estamos vinculados e fatalmente internalizados em nossos comportamentos é adicionado mais exigências de capacidade produtiva. Some-se a isso uma aguda luta com a otimização quase impossível do tempo em suas instâncias reais e virtuais. Essa liquefação de todos os trâmites sociais, econômicos e tecnológicos é, por si só, um dos maiores desafios para a (sobre)vivência em si dos entes comunitários.

O ato de ler, como uma prática estabelecida ao longo desses séculos todos, é lançado em uma espécie de encruzilhada que antecipou certamente todas as discussões acerca das práticas de leitura. A pandemia, sendo esse espaço, nos faz pensar acerca do quanto lemos, como lemos, por onde lemos. Os suportes disputam lugares de excelência e prestígio; legitimam também determinados tipos de suportes, que transitam pelo real e virtual, carregando junto consigo os debates e a atmosfera de cada um. Se ainda vivemos imersos no cosmos da “Galáxia Gutenberg”, o trânsito entre os mares da navegação internética há agora, mais do que antes, um tensionamento entre tais universos, e tal tensão faz com que nos questionemos no como e no quanto lidar com esse movimentar-se cada vez mais rápido e fatalmente incessante.

Em termos de empreender uma leitura, em tempos pandêmicos, refiro-me às preocupações de selecionamento de textos que possam corresponder às preocupações do leitor nesta etapa inicial da prática. Intrinsecamente ligada ao processo aquisitivo (desconsiderando o empréstimo de livros em bibliotecas - obviamente aqui anulado pelas medidas restritivas), que levará à escolha ou não, pela compra em meio virtual, a mais acessível dentro deste recorte, por exemplares físicos ou digitais, começar a ler começa a ser cercado de variáveis e dilemas

outrora até então ausentes. Quando cito as continuidades, interrupções e manutenção da leitura é, sobretudo, pela capacidade de, uma vez iniciada a leitura, continuá-la até o fim, entrelaçando-se ou não às leituras paralelas, pela manutenção do ritmo e de um padrão de escolhas que podem transitar por vários suportes e vários gêneros. Esta parte do processo é perpassada, dentro do quadro pandêmico, por situações de estresse, abandonos de leituras, falta de foco e problemas de fruição dos textos, afinal há, provavelmente, dentro do universo da minha pesquisa, aquelas leituras que compõem o espaço acadêmico. Corre-se o risco, então, com o concurso de inúmeras dessas variáveis, termos leituras iniciadas e terminadas satisfatoriamente até àquelas que sequer serão iniciadas, a despeito do suporte que esteja à disposição.

2.4 Processo de revolução das estruturas do suporte material até as práticas de leitura em tempo de pandemia

Diversas abordagens e correntes teóricas percorrem a História Cultural, entretanto a vertente que conflui para os interesses desta pesquisa é a conhecida por Nova História Cultural, desenvolvida, dentre outras, no século XX, passando a atrair historiadores de diversas abordagens teóricas, até mesmo na vertente da historiografia marxista, segundo Barros (2005). Construindo um novo horizonte teórico na escola francesa, Roger Chartier, um de seus principais representantes, inaugura as bases de sua concepção de modelo cultural, a partir do entendimento da interação entre práticas e representações como meio para estudar as culturas em *A história cultural: entre práticas e representações* (2002). A cultura pode ser analisada por meio do resultado dessa relação, conforme Barros (2005). A noção de apropriação - tomada para o estudo das interpretações pelo viés histórico-social - soma-se às duas outras noções agora citadas para a construção dessa obra fundante de um novo horizonte na história cultural, com a proposta de compreender as práticas que constroem o mundo como representação. (CHARTIER, 2002)

O enfoque histórico-cultural sistematizado por Roger Chartier tem importância medular em minha pesquisa. Segundo ele: “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 2002, p. 17). Por apontar a relação desse campo historiográfico com a história literária, a epistemologia das ciências e a filosofia, Roger Chartier propõe, como terceira via no embate existente neste campo de estudo, uma nova modalidade nos estudos da história cultural francesa, tendo como base os fundamentos conceituais de *habitus* disciplinares do sociólogo Pierre Bourdieu. Em sua perspectiva, o objeto

de estudo são as representações do mundo, consideradas por ele como formas e motivos que manifestam as atitudes e interesses dos atores sociais e simultaneamente caracterizam a sociedade como supõem ser ou como queriam que fossem (CHARTIER, 2002). Relacionada a essa noção de representação foi elaborada a de práticas, resultando em um campo para análise da cultura, para o autor.

Como a noção de representação é objeto teórico-metodológico de análise da história cultural, portanto, está intimamente relacionada com esta pesquisa, pois para entender os impactos da pandemia na leitura é fundamental analisar as representações de leitura que os alunos constroem, como atores sociais que são.

As práticas culturais compreendem domínios oficiais de produção cultural, instituições, técnicas, costumes, atitudes e usos que definem os grupos sociais. José D'Assunção Barros (2005) esmiúça a relação complementar e mútua entre práticas e representações articulada por Roger Chartier (2002): as práticas culturais geram representações que geram as práticas. É muito pertinente para este estudo sua ilustração de que

Um livro é um objeto cultural bem conhecido no nosso tipo de sociedade. Para a sua produção, são movimentadas determinadas práticas culturais e também representações, sem contar que o próprio livro, depois de produzido, irá difundir novas representações e contribuir para a produção de novas práticas. (BARROS, 2005, p. 134)

Ele explica que na elaboração do livro emergem práticas culturais da esfera autoral, editorial e fabril. Durante seu processo criativo de produção, o autor aciona e materializa as suas representações de livro relativas ao gênero literário, à forma e ao tema, além de poder criar novas representações, as quais ressoarão em grande ou menor medida entre os leitores. E do outro lado, o da recepção, Barros reafirma o princípio teórico de Chartier de que a leitura do livro gera práticas criadoras e sociais simultaneamente. De forma que diversas representações sobre os temas presentes nos livros podem ser construídas a partir de sua disseminação. (BARROS, 2005)

Chartier (2002) assume seu interesse pelo estudo do processo de leitura através do qual se constrói um sentido historicamente. Sua motivação reside na possibilidade de reflexão acerca do modo como a representação pode ser apropriada pelos leitores dos textos. Sua compreensão do ato de ler está em consonância com os pressupostos da Estética da recepção ao

Considerar a leitura como um acto concreto requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como estando situado no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua prática do ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos

dispositivos discursivos e formais — chamemos-lhes «tipográficos» no caso dos textos impressos — que são os seus. (CHARTIER, 2005, p. 25)

O livro já era considerado um objeto cultural e seu autor produtor cultural pelas teorias anteriores e conforme ampliação das atuais teorias de comunicação, ao ler um livro, o leitor de igual modo, produz cultura. O que levou a nova História Cultural considerar, além da produção, a recepção também como integrante da prática cultural, e conseqüentemente, a se interessar pelo estudo dos mecanismos que envolvem os sujeitos produtores e receptores culturais, por meio das práticas e dos processos, que são as maneiras como a cultura é produzida e difundida, segundo Barros (2005). Esses elementos somados aos padrões - sistemas de valores dos grupos sociais - conformam os objetos da teoria histórico-cultural.

A ausência de materialidade impressa e localização em um espaço físico específico do texto eletrônico permite o alcance a quaisquer leitores que possuam as ferramentas necessárias para recepcioná-lo, como lembra Roger Chartier (1994), embora exclua parte da população que não possui essas condições. Essa particularidade se ajustou muito bem ao contexto de isolamento social ditado pela crise do coronavírus. Em tempos históricos anteriores, a inexistência do suporte eletrônico não permitiria a realização de inúmeras atividades profissionais e acadêmicas a distância.

O tempo histórico da pandemia da covid-19 é a Pós-modernidade. Quando nos referimos a esse período, antes de tudo, cumpre estabelecer a distinção entre Idade Moderna e Modernidade. A primeira trata-se de um período cronológico que começou em 1453 e terminou em 1789, com a Revolução Francesa, enquanto o termo *modernidade* refere-se à mentalidade teorizada pelos pensamentos filosóficos elaborados a partir do início dessa época histórica e intensificados no século XX. O século XXI, portanto, compreende a sociedade atual da Pós-modernidade, na qual as previsões se cumprem e as discussões iniciadas pelos intelectuais no século passado se acentuam e se mostram cada vez mais acertadas e coerentes. Jürgen Habermas considera mais apropriado intitular a Pós-modernidade de “Modernidade Tardia”. (HABERMAS apud PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 44)

O sujeito-leitor aqui investigado situa-se nessa configuração pós-moderna. Certamente ele se conforma no leitor da Pós-modernidade anunciado por Robson Coelho Tinoco como

Leitor real inserido ativamente na vida atual, em seu ritmo frenético de pesquisas, encontros, reuniões realizadas por videoconferências e celulares digitais de última geração. Assim, sob a óptica ampla da recepção cibernética, é reconstruído o sentido-de-ser-dos templos, das academias, das universidades, dos bares, das bibliotecas, dos ministérios. (TINOCO, 2010, p. 31)

Um dos estudiosos que se tornou uma referência marcante na caracterização crítica da conformação da Pós-modernidade é Zygmunt Bauman. Sociólogo, filósofo polonês e professor na Universidade de Leeds, Inglaterra, nas últimas três décadas de sua carreira acadêmica, é um dos excepcionais pensadores do século XXI, principalmente por constatar como a “modernidade fluida” (BAUMAN, 2001, p. 15) transformou intensamente a existência humana. Através da construção metafórica da liquefação, ele qualificou a Modernidade como líquida. Atribuiu a fluidez, liquidez, mobilidade e inconstância dos líquidos ao modo de viver do homem e de suas relações sociais, para apreender a essência da fase histórica da Modernidade Tardia que vivemos.

Bauman delinea toda a constituição do cenário da sociedade pós-moderna a partir da dissolução dos sólidos valores políticos, sociais, éticos e culturais pré-modernos, já deteriorados, para instalação de uma nova ordem, “definida principalmente em termos econômicos” (BAUMAN, 2001, p. 11). Essa nova ordem se assenta numa vida social que preza pela liberdade individual de ações e escolhas em um mundo em que a relação mutável entre tempo e espaço é a característica distintiva norteadora dos demais atributos da vida moderna. Assim, a individualidade balizadora dos frágeis e efêmeros vínculos sociais é um produto desse novo contexto que estabeleceu um novo poder, com que integrantes da “sociedade da modernidade fluida” (BAUMAN, 2001, p. 34) estão tendo que lidar, como ele explica em seguida.

A desintegração da rede social, a derrocada das agências efetivas de ação coletiva, é recebida muitas vezes com grande ansiedade e lamentada como “efeito colateral” não previsto da nova leveza e fluidez do poder cada vez mais móvel, escorregadio, evasivo e fugitivo. Mas a desintegração social é tanto uma condição quanto um resultado da nova técnica do poder, que tem como ferramentas principais o desengajamento e a arte da fuga. Para que o poder tenha liberdade de fluir, o mundo deve estar livre de cercas, barreiras, fronteiras fortificadas e barricadas. Qualquer rede densa de laços sociais, e em particular uma que esteja territorialmente enraizada, é um obstáculo a ser eliminado. Os poderes globais se inclinam a dismantelar tais redes em proveito de sua contínua e crescente fluidez, principal fonte de sua força e garantia de sua invencibilidade. E são esse derrocar, a fragilidade, o quebradiço, o imediato dos laços e redes humanos que permitem que esses poderes operem. (BAUMAN, 2002, p. 23)

Essa superficialidade dos laços afetivos sobre a qual os poderes globais se assentam se descortinou controversa no contexto da crise sanitária que estamos enfrentando. A dificuldade demonstrada pelos indivíduos de se isolarem durante a pandemia revela que o distanciamento

social não foi totalmente elaborado e assimilado pelas pessoas, apesar de ter sido forjado no próprio bojo da sociedade moderna de seu tempo.

No contexto da contemporaneidade, os limites do conceito de literatura pós-moderna, referente às primeiras décadas do século XXI, ainda são indefinidos entre os pensadores, segundo Leyla Perrone-Moisés. Primeiro, porque ainda não houve uma ruptura com as práticas literárias da Modernidade, mas sim uma continuidade dela ou recorrência de outros estilos artísticos e períodos históricos, como as Vanguardas, o Romantismo alemão ou até mesmo a Antiguidade Clássica. Ela propõe, então, a denominação de literatura contemporânea porque

as inegáveis mudanças tecnológicas e culturais ocorridas na virada do século afetaram a literatura. Entretanto, o que vemos é menos uma liquidação da modernidade do que sua assimilação numa postura irônica, e uma exacerbação de procedimentos existentes, há muito tempo, nas obras literárias. A peculiaridade da chamada literatura pós-moderna é nutrir-se da modernidade, numa atitude consumista que é própria de nosso tempo (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 45).

As características da literatura contemporânea são, segundo a autora, a predileção pela prosa e a despreocupação de se atrelar ao novo modernismo ao valer-se, quando conveniente, de experiências narrativas dos períodos anteriores, empregando estilos e temas do passado e do presente. No tocante aos recursos e à temática, ela aponta: uso difundido da intertextualidade, recorrência de referências e citações, emprego irônico da metalinguagem, combinação de alusões à alta e à cultura de massa; o ceticismo, denúncia de um real trágico, maior interação entre texto e imagens e a preferência pelo eu e suas experiências, efeito do individualismo produzido pela “modernidade líquida”, fundamentada por Bauman. (2001)

Assim como Chartier defende que a imprensa não representou uma revolução na leitura porque não rompeu com os paradigmas de produção do livro manuscrito, Perrone-Moisés não acredita que as novas tecnologias transformaram significativamente a textualidade literária. Embora a forma de realizar o registro verbal tenha sido modificada pela redação informacional, o emprego dos tipos, as marcas gráficas e a paginação conservam o padrão do livro impresso.

A leitura literária é uma das possibilidades das práticas de leitura, as quais sofreram transformações significativas na Pós-modernidade, resultando, dentre outros, em “expansão editorial, textos eletrônicos e escritores midiáticos” (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 23). Quando passou a ser eletrônico, embora exista a tela, o texto propriamente dito não pôde mais ser manipulado diretamente, pelo leitor, deixando de ser, portanto, o objeto da forma como a história da cultura material estudava até então. A revolução do texto eletrônico diz respeito justamente a essa desmaterialização do livro, conforme pontua Roger Chartier (1998). A

disposição do texto na tela rompe com a estruturação de todos os suportes anteriores com os quais os leitores se deparavam: os leitores da Antiguidade lidavam com o rolo e os leitores da Idade Média, Moderna e Contemporânea com o livro manuscrito ou impresso, como foi mostrado em detalhes anteriormente. O autor define as mutações apresentadas pelo texto eletrônico na contemporaneidade como

O fluxo sequencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente, visíveis, como no livro que encerra, no interior de sua encadernação ou de sua capa, o texto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler. (CHARTIER, 1998, p. 12)

O surgimento do texto eletrônico mudou todos os aspectos que a ele se relacionam e consequentemente os rumos da história de leitura e de seus estudos. Transformou a forma de leitura, a edição e distribuição do livro, a relação entre livro e leitor, entre livro e autor e trouxe desdobramentos como o plágio e a mudança das previsões jurídicas dos direitos autorais. Por não ter a consistência dos suportes anteriores, o livro eletrônico deixa o leitor contemporâneo mais livre que seus antecessores por lhe possibilitar uma relação não corporal e mais distante do escrito. Essa nova acomodação corporal e intelectual do leitor é inédita: “ela junta, e de um modo que ainda se deveria estudar, técnicas, posturas, possibilidades que, na longa história da transmissão do escrito, permaneciam separadas”. (CHARTIER, 1998, p. 16)

Lembro, contudo, que, quando dos primeiros passos da consolidação da *World Wide Web*, longe dos braços das grandes corporações que dominaram a chamada internet de superfície ao ponto de confundirem-se com o próprio conceito de *internet*¹⁷, o espaço colaborativo dos internautas era maior, posto que o controle no compartilhamento de arquivos era menor. Logo, grandes quantidades de livros, escaneados ou exaustivamente transcritos por digitação em arquivos *.doc era disponibilizado. A intenção primordial, até a disseminação de outros formatos, como o *.pdf, primeiramente, era a impressão de tais livros, mantendo assim a materialidade deles. Com o loteamento da internet de superfície e o consequente empurrão

¹⁷ Por exemplo, é comum que brasileiros pensem que Facebook é a própria internet. Tal fenômeno pode ser explicado pela baixa inclusão digital e pelos pacotes de dados oferecidos pelas operadoras de telefonia móvel, que privilegiam acesso ilimitado às redes sociais, como o próprio Facebook, WhatsApp, e Instagram, todos da Meta, fundado por Mark Zuckerberg <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/tecnologia/2017/01/pesquisa-aponta-que-55-dos-brasileiros-acham-que-o-facebook-e-a-inter.html>

desse espaço hoje relegado à chamada *deep web*¹⁸, a presença de sites que disponibilizam conteúdo em epub, *.pdf ou outros que permitem a leitura de livros digitais diminuiu drasticamente, mas coincide também com a mudança de postura dos leitores em não mais partir para a impressão dos arquivos que, ao contrário de antes, hoje guardam suas identidades gráficas (capa, orelhas, eventuais imagens), lendo-os nos vários programas de leitura disponíveis de maneira gratuita ou paga.

Mais familiarizados com tais práticas, os nativos digitais encontram menos dificuldades em estabelecer dinâmicas com o virtual, isso é óbvio, mas é bom assinalar que o fluxo contínuo de informações presente no ambiente da internet hoje assentada no ambiente *Google e Meta* é bem diversa daquela ainda presente na antiga internet de superfície hoje relegada a um espaço marginal. Esse achatamento do conceito do virtual deve ser levado em conta, porque é onde a informação é levada ao extremo de sua velocidade, alicerçada no audiovisual e na fugacidade típica dos *feeds* que dispensam a ordem cronológica, o que afeta em geral o pensar sobre a linearidade do tempo. Ora, se a ordem cronológica é abolida em detrimento do que o algoritmo oferece e a linearidade do tempo é frequentemente implodida, liquefeita ou vaporizada, é inegável não apontar o quanto isso afeta as práticas de leitura em todos os suportes possíveis.

Colocando isto tudo dentro da perspectiva pandêmica, creio que a revolução das práticas de leitura, entendendo como revolução um processo permanente de movimento, em termos cósmicos de um universo em expansão mais veloz a partir dos anos de 1990 e, em termos políticos um movimento abrupto dentro de uma ordem estabelecida, estejam ainda em um processo ambíguo e complexo de ordenamento desses fluxos.

Parece-me que a pandemia nos sugere um entrelugar que indique uma convergência ou, talvez, um espaço lacunar, entre tais mundos. Espaço não desprovido de conflitos, até porque o que o mundo virtual assentado na, chamemos de “internet das grandes corporações”, lança-nos em torvelinhos de discussões que muitas vezes se mostra exaustiva e inútil, destruindo nossa capacidade frutiva e atrofiando a nossa capacidade argumentativa. Não que tal debate não viesse a eclodir cedo ou tarde, porém a extraordinariedade e dramaticidade disposto pelo tempo pandêmico nos deixou em companhia de reflexões sobre como podemos lidar com nossas velhas práticas, não somente de leitura, mas políticas, de socialização e do quanto passamos a compreender que grande parte do descabro de nossa saúde, física e mental, passa por reflexões importantes sobre o sistema econômico que nos rege.

¹⁸ Não confundir com a *dark web* que, pode, eventualmente estar ou não nos mesmos níveis de acesso a plataformas da *deep web*, com a diferença de que frequentemente se resume, hoje, a espaços não indexados e não rastreáveis de conteúdo perigoso e criminoso.

2.5 A relevância histórica dos agentes produtores do livro: um breve percurso até a pandemia de covid-19

Roger Chartier deixa claro no prefácio de *Práticas da leitura* (2011) que a leitura é uma prática cultural e reforça, assim como em *História da leitura no mundo ocidental* (1998) que, embora pertença a todos e seja igual para todos, existe um contraste entre os leitores que se apropriam da leitura a seu modo particular: grandes leitores, leitores ocasionais: (...) “podemos reconhecer o contraste entre grandes leitores e leitores de ocasião, entre leitores profissionais, para os quais ler é sempre mais ou menos gesto de trabalho, e todos àqueles para quem o encontro com os textos é simples informação ou puro divertimento”. (CHARTIER, 2011, p. 19)

Chartier retoma por outro viés a dicotômica noção de coerção e invenção inerente à leitura. Há imposições de um caminho a seguir trilhado na leitura do texto para interpretá-lo, instaurado pelas instâncias envolvidas em sua produção, como o autor, o editor, a forma e a disposição tipográfica do texto. Assim, é estabelecida a representação de um leitor ideal habilitado a empreender uma leitura capaz de produzir os sentidos previstos na urdidura de autor e editor. No fato de que nem todos atingirão o perfil ideal de leitor está circunscrita a noção de contraste, por existirem leitores com diferentes competências de leitura, correspondentes às categorias de leitor que se amoldam.

A História da Leitura preconizada por Chartier visa a se dedicar tanto a esses elementos delineadores do texto, engendrados por seus agentes criadores, quanto aos meandros circunscritos nas diversas apropriações que cada leitor pode fazer dos livros, segundo explica: (...) “cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria” (CHARTIER, 2011, p. 20). Recuperar historicamente essas marcas individuais de sentidos, que ele denomina como “*fora-do-texto*” (CHARTIER, 2011, p. 20, grifo do autor) é desafiador pois são necessários registros que contenham as “confidências dos leitores” (*Ibid.*, p. 20), e esses não são encontrados facilmente.

Chartier considera a leitura como uma prática cultural, e como tal o estudo de história deve ser conduzido a partir de duas dimensões: os sentidos do texto são múltiplos e construídos a partir das leituras feitas deles e não impostos tiranamente por aqueles desejados pelo autor. E esses sentidos são construídos duplamente, pela confluência dos comportamentos (interpretações e intenções) de três instâncias: do leitor com suas heterogêneas formas de ler; do autor, ao conduzir o entendimento de sua produção; e do impressor, que concebe a tipografia, de acordo com as tendências de seu tempo.

Ao propor a análise do livro (enquanto objeto, em sua materialidade) como caminho para estudar a História da Leitura, Chartier (2011) considera que o suporte do livro, por não ser imparcial, é imprescindível para tal estudo. E nessa abordagem do teórico francês, o impresso é objeto para recuperar a história da leitura, pois sua estrutura leva às evidências de sua elaboração e impressão e de realização de sua leitura. Mas, para tanto, é importante ter em conta que à elaboração de textos correspondem duas estratégias diferentes: aquelas criadas pelo autor, referentes à produção de texto, e aquelas relativas à produção do livro, pensadas pelo editor, que dizem respeito à tipografia, imagens e disposição do texto. Ambas, juntas, conformam um conjunto de estratégias pensadas para atingirem seus propósitos de produzirem os efeitos planejados no leitor, de acordo com as competências leitoras do público de que faz parte.

A admissão desse leitor projetado que pode ser identificado nos procedimentos tipográficos dos impressos evoca os preceitos da estética da recepção, “mas deslocando e aumentando seu objeto” (CHARTIER, 2011, p. 99), já que, segundo Chartier, a crítica literária da escola de Wolfgang Iser limita sua perspectiva de estudo ao concentrar sua atenção somente na relação entre autor e leitor e nos livros com status literário. Desconsiderar, na recepção dos textos, os efeitos produzidos pelos dispositivos de produção de livros leva, por consequência, a desconsiderar a relevância que têm na construção de significados por meio do ato de ler. O autor mostra o alto nível de influência que os recursos de edição podem ter sobre a interpretação de um texto,

Com maior frequência, o que é contemporâneo do leitor na edição antiga não é o trabalho de escrita, mas o de edição, e a “leitura implícita” visada pelo impressor-livreiro vem sobrepor-se às vezes contraditoriamente, ao “leitor implícito” imaginado pelo autor. Os dispositivos tipográficos têm, portanto, tanta importância, ou até mais, do que os “sinais” textuais, pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto. (CHARTIER, 2011, p. 100)

A função de editor dos livros é quase tão antiga quanto a de escritor e de livreiro, porém, os papéis que estes profissionais exercem na produção da obra e seu reconhecimento passaram por muitas transformações até chegar à configuração contemporânea. Chantal Horrellou-Lafarge e Monique Segré (2010) rememoram como se deu esta distinção entre as atividades profissionais dos ofícios de livreiro, editor, impressor e autor para identificar os elementos envolvidos na produção e circulação de obras na sociedade.

O livreiro, geralmente um monge, passou de simples copista de obras encomendadas e vendedor dos manuscritos, no século XII, a tradutor de textos gregos ou latinos quando se inseriu nas cidades universitárias, no século XIII. Mas é no século XVI que sua ocupação se

mescla com a do impressor, por também poder vender exemplares e que se consolidou como profissional com a fundação da associação e mestres impressores. Os livreiros lançaram-se a sugerir e editar obras que não lhe tinham sido incumbidas para agradar públicos específicos, além de estimular a leitura de textos contemporâneos. E em 1730, surgiu a figura do editor, que se distinguia do livreiro, o qual se limitava à comercialização dos volumes. O editor era o livreiro letrado que tinha a habilidade de identificar escritores que agradariam seus clientes, além de se implicar politicamente ao decidir publicar certos pensadores. E assim, no século XX, se converte na conexão indispensável no arranjo de produção do livro.

A representação de autor que temos hoje de criador e detentor de direitos de autoria preservados só foi consolidada no final do século XVIII. Inicialmente seu papel era o de tradutor dos textos latinos e alemães e até o século XVI era quem escrevia um texto ou quem descobria um manuscrito esquecido. O autor não era remunerado, tampouco proprietário de sua obra, vendia-a definitivamente ao livreiro que poderia revender a seus colegas de profissão. Apenas em 1793 foi promulgada uma lei que acabava com os privilégios dos livreiros e instituía a propriedade do autor sobre os dividendos provenientes de seu trabalho. Observa-se que o autor como criador, autônomo em seu processo criativo, tardou para surgir, se consideramos a invenção da escrita 4 mil anos antes de Cristo. Ao passo que o leitor, comparativamente, se constitui mais ligeiramente enquanto construtor de significados. Quando surgiu a escrita, nasceu o leitor. O leitor, como o temos representado hoje, também foi se formando paulatinamente, já que inicialmente não tinha liberdade para construir suas interpretações, limitando-se a reproduzir os sentidos compostos por pessoas consideradas legitimadas, como professores e críticos.

No Ocidente, a modernização da imprensa profissionalizou ofícios; o aprimoramento das técnicas de produção e o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação facilitaram a distribuição e maior circulação do livro. Orquestrado pelo mercado, o livro tornou-se uma “mercadoria” e a leitura um “consumo” (HORRELOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 39), regido pelas leis de demanda e oferta do capitalismo e subordinado às predileções do público consumidor, “em prejuízo da criação literária e artística”. (HORRELOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 41)

No Brasil, o tardamento, explicado anteriormente, da instalação da imprensa e seu monopólio real em terras brasileiras acarretaram também em obstáculo para a profissionalização dos escritores. Esses, ainda no século XIX, ou se sujeitavam à aprovação de editores portugueses para publicação e preservação de suas obras ou se viam obrigados a se dedicarem, ainda que não fosse sua preferência, à produção de livros didáticos, negócio mais

lucrativo que lhe permitiam obter alguma renda. As autoras de *A formação da leitura no Brasil* (2011) constatam, a partir de missivas trocadas entre autores e editores, a forma em que autores como Gregório de Matos, José de Alencar e Machado de Assis estiveram às voltas entre o mecenato e o mercado, nesse contexto desafiador para os intelectuais.

No século XX desenha-se um cenário mais favorável aos autores que se dedicavam à tradução de obras estrangeiras. Se por um lado, tal atividade se despontava como uma oportunidade de obtenção de renda, por outro os insere numa teia complexa de carência de regramento jurídico que os ampare legalmente. É no início desse século que os papéis de editor e autor vão se consolidando enquanto ofício, situação para a qual o autor brasileiro Monteiro Lobato contribuiu ao se tornar editor e produtor de livros.

Para Lajolo e Zilberman (2011), as maneiras de introdução da literatura na produção corrente variam de acordo com cada momento histórico. Nos tempos modernos, configurou-se uma rede de funções estabelecidas entre o escritor e o editor. Leyla Perrone-Moisés (2016) endossa essa constatação quando acrescenta como propulsores desse engendramento de vários agentes envolvidos na produção literária, até o final do século XX, a propagação de meios de difusão, a rapidez das mudanças tecnológicas e a maior ação do mercado. Compondo essa teia de ofícios, a figura do crítico literário erigiu-se no século XIX; e na contemporaneidade, a estrutura de produção e circulação de livros alargou-se, juntaram-se aos já mencionados escritores, leitores, editores e críticos, mecenas e livreiros, “os agentes literários, publicitários, professores, bibliotecários, animadores culturais” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2011, p. 226). A heterogênea rede de componentes literários na citada composição dificulta o consenso de parâmetros para valorização e reconhecimento de um cânone nos dias atuais, em um cenário em que a circulação do livro não é recorrentemente objeto de estudos da história literária,

Num país de tradição escrita tão recente e precária como o Brasil, e conseqüentemente com uma história de leitura, enquanto prática social, tão incipiente, não deixa de ser curioso que as histórias literárias só muito raramente, e sempre em surdina, se ocupem das condições de produção e circulação dos livros. Esta mal-amada faceta da literatura também faz parte dela, tanto quanto as entrelinhas que a crítica investiga e interpreta e cujo valor se assinala ao longo de um eixo que não só sacramenta certos textos como maiores ou menores, mas também lhes outorga ou denega estatuto de literariedade. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2011, p. 91)

A realização das atividades profissionais foi alterada na contemporaneidade, em grande medida, com o advento do texto eletrônico, de acordo com Roger Chartier,

Um produtor de texto pode ser imediatamente o editor, no duplo sentido daquele que dá forma definitiva ao texto e daquele que o difunde diante de um público de leitores: graças à rede eletrônica, esta difusão é imediata. Daí o abalo na separação entre tarefas e profissões que, no século XIX, depois da revolução industrial da imprensa, a cultura escrita provocou: os papéis do autor, do editor, do tipógrafo, do distribuidor, do livreiro, estavam então claramente separados. Com as redes eletrônicas, todas estas operações podem ser acumuladas e tomadas quase contemporâneas umas das outras. Sequências temporais que eram distintas, que supunham operações diferentes, que introduziam a duração, a distância, se aproximam. Atualmente, é na esfera da comunicação privada ou científica que a transformação vai mais longe: ela indica aquilo que poderia ser amanhã o conjunto da edição eletrônica. (CHARTIER, 1998, p. 17)

O surto infeccioso da covid-19 tem afetado o mercado e a vida desses profissionais ligados à produção e circulação dos livros. O documento *O setor editorial iberoamericano y la emergencia del covid-19* (CERLALC, 2020) cita as medidas governamentais adotadas para ajudar este setor a enfrentar as dificuldades econômicas consequentes da crise sanitária, que vão desde compras de livros, no Paraguai e Portugal, para as bibliotecas públicas até a redução de impostos sobre livros, revistas digitais e jornais, na Espanha, a contrapelo do governo federal brasileiro, que planeja aumentar a taxa de impostos em 12% sobre os livros, como comentei na Introdução. No documento, a medida citada por nosso país foi o auxílio emergencial do governo federal, que efetivamente foi uma ação que podia alcançar, apenas e de forma insuficiente, pequenos empreendedores do setor cultural e foi uma medida para beneficiar todos os trabalhadores informais e não especificamente o setor editorial. No início da pandemia, o sítio eletrônico do Ministério da Cidadania informou que o valor desse auxílio era de R\$ 600 para beneficiar pessoas cadastradas como Microempreendedores Individuais (MEI), contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autônomos e trabalhadores informais que não recebem nenhum outro benefício do Governo Federal, à exceção do Bolsa Família. (BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020)

Os números revelados pelas pesquisas promovidas pelo Snel mostram todo o varejo *online* se movimentando para criar promoções e eventos com o objetivo de chamar as pessoas ainda mais para o livro. Em contrapartida, o lado preocupante é o das livrarias físicas, conforme afirmou Marcos da Veiga: “Nos cerca de 14 meses da pandemia do novo coronavírus (covid-19), as livrarias físicas passaram, pelo menos, metade desse tempo ou fechadas ou com muitas restrições, o que gera forte impacto econômico-financeiro” (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Esse cenário demonstra os desafios enfrentados por todo o setor livreiro e aponta para o risco que o livro impresso corre de ser extinto e, como ele, toda uma rede de profissionais, sem citarmos as

perdas para a leitura da humanidade. Roger Chartier, na *live*¹⁹ *O que a história ou a leitura do tempo podem nos ensinar em tempo de pandemia?*, promovida pelo Instituto Ricardo Brennand durante a pandemia, menciona seu receio de um mundo pós-pandemia sem livrarias.

Em seu discurso nessa *live*, o historiador francês caracteriza o tempo da pandemia como um mundo profundamente transformado, no qual todos estão compartilhando a experiência de uma existência digital. No mesmo movimento do prejuízo a que alguns setores da economia foram lançados, o setor da edição, como apontam projeções do CERLALC, foi profundamente afetado, porque já estava fragilizado antes mesmo da crise sanitária.

Para impedir o fim das livrarias e a redução das editoras, Chartier (2020) sugere que as organizações vinculadas à edição de livros e os cidadãos em geral reivindiquem políticas públicas governamentais, somando a isso, um movimento de responsabilidade pessoal de resistência ao imediatismo do mundo digital (ainda mais atraente na pandemia) adotando atitudes como a compra de livros impressos, pois que, como ele explica, não são equivalentes aos formatos digitais. Estes são desenvolvidos pela lógica do algoritmo, já existe um mundo pronto antes de existirem e expectativas a serem atingidas; enquanto os impressos possuem a lógica topográfica, da viagem e despertam a experiência de buscá-los. A resistência citada por Chartier reside em fazer com que os objetos, as instituições e as práticas da cultura impressa sobrevivam, e isto torna-se imprescindível para enfrentar as graves ameaças do mundo digital. É nessa atitude de resistência que o pensador estabelece a relação entre cultura, escrita e cidadania.

As práticas de leitura no mundo digital se reduzem quase que à leitura das redes sociais. A leitura acelerada e fragmentada própria destes espaços virtuais conduz a uma despreocupação com a veracidade e comprovação do que se lê e, por conseguinte, intensifica os efeitos das manipulações ou falsificações. A despeito dos cuidados que se deve ter com a leitura, é fundamental acompanhar o desenvolvimento nos suportes de leitura, e “o papel é a materialização do discurso” (CHARTIER, 2020). Isso porque Chartier (2020) preconiza um estudo da história da leitura, com certos cuidados, a partir dos impressos, porque eles carregam marcas de edição e recepção que revelam as intenções dos autores e editores e as preferências

¹⁹ Dentro da história da construção do sujeito-leitor, as transmissões de vídeo ao vivo, através de redes sociais, denominadas pelo estrangeirismo *lives*, vêm sendo um recurso de aproximação autor-leitor, de forma remota. E com a suspensão de eventos acadêmicos e científicos presenciais, como congressos e conferências, tornou-se recorrente por tornar possível sua realização em um formato virtual e que possibilitar a interação entre os participantes: “ ‘Live’ é o ao vivo, para todo mundo ao mesmo tempo, para a massa, porém com uma interlocução que busca o individual, o olho no olho; que estimular a interatividade entre o, digamos, protagonista do evento e seu público espectador” (REVISTA INTERTELAS, 2020).

dos leitores de uma época. Assim, no século XXI, na pandemia da covid-19, os textos eletrônicos, guardadas suas particularidades, também apontam para a conformação dessas instâncias. E neles podemos ver essas marcas intencionais, além das referentes à tipografia dos impressos, as marcas nos textos em suportes eletrônicos, como PDFs e *e-books*, que apresentam recursos inviáveis no impresso, como hiperlinks. A convivência dos digitais e dos impressos propicia mais oportunidade de escolha para os leitores, desde que certos cuidados sejam tomados.

O mundo digital transformou não só as práticas de leitura, mas os mecanismos de produção do livro também. A lógica dos algoritmos do marketing tem substituído os editores na tarefa da edição e ameaça a liberdade de escolha dos leitores ao prever seus desejos, num sentido contrário ao mundo da cultura impressa que resguarda a autonomia de chegar a descobertas surpreendentes do que não se procurava em livrarias ou bibliotecas. Chartier (2021, palestra, *YouTube*) compara o leitor a um viajante que ao se deparar em seu caminho com o inesperado pode se afastar dos seus hábitos e consumir leituras diversas. O clique é o perigo do universo digital que foi amplificado durante a pandemia e cabe a cada um de nós resistir em prol da manutenção da cultura escrita, além das políticas públicas que já citei. Segundo o autor francês, o questionamento basilar a ser feito é se toda essa conjuntura da leitura durante a pandemia estreia um novo mundo da cultura escrita regido pela forma digital. Creio que só a distância temporal possibilitará uma reflexão mais embasada sobre isso.

O capítulo seguinte apresentará o papel das universidades e dos cursos de licenciatura na formação de sujeitos leitores autônomos, destacando o papel do professor universitário como mediador destas práticas de leitura e os desafios na articulação destas práticas em tempo digital e de isolamento social. Torna-se importante examinar os efeitos do tempo pandêmico em uma comunidade de leitores que esteja inserida no contexto acadêmico de capacitação de professores e futuros formadores de leitores. Pensando especificamente na formação do sujeito-leitor e na formação inicial de professores, neste capítulo desenvolverei historicamente a ideia de universidade como lócus essencial na construção do sujeito letrado no contexto da UnB, na estruturação do currículo do curso de Letras e nas adaptações necessárias no processo de formação do leitor em tempo de pandemia.

3. A leitura na formação de professores de língua portuguesa e respectiva literatura na UnB durante a pandemia da covid-19

As melhores respostas, em todo o mundo, foram dadas por professores que, em colaboração uns com os outros e com as famílias, conseguiram pôr de pé estratégias pedagógicas significativas para este tempo tão difícil. Um autor francês, Alain Bouvier, chega mesmo a afirmar que os professores salvaram a escola. Este é, talvez, o aspecto mais positivo de tudo o que se está a passar, pois reforça a profissão docente e o seu reconhecimento social e abre novas perspectivas de futuro.

António Nóvoa

Historicamente, as transformações dos modos de leitura tiveram lugar preliminarmente nas universidades, as quais foram espaços de difusão de práticas leitoras. Como registrado no capítulo anterior, Chartier (2011) pontua que a difusão da leitura visual em silêncio no século XIII, no mundo universitário, foi um dos momentos decisivos para a consolidação dessa forma de leitura. Para Paul Saenger (2011), o isolamento propiciado pela leitura silenciosa, juntamente com a escrita sem ditado, compôs um ambiente que favoreceu o desenvolvimento de uma nova Universidade nos séculos XIII e XIV. A Universidade estabeleceu fundamentos para a leitura escolástica, tornando-a “modelo de leitura que impregna profundamente o escrito, esclarece o comentário e difunde sua autoridade” (CHARTIER, 1998, p. 22). Os estudos sobre a leitura no período escolástico identificam imensas transformações no contexto da educação superior, segundo Jacqueline Hamesse (1998). O ato de ler converte-se em uma atividade escolar e em seguida universitária, conduzida por normas próprias. “O principal lugar onde se exercerá essa atividade será, portanto, a escola, seguida pela universidade”. (HAMESSE, 1998, p. 123)

A apropriação da leitura varia conforme vários aspectos, e um deles é o perfil do leitor. A constatação de Roger Chartier de que “para nós leitores profissionais (professores) a leitura é uma forma de apropriação intelectual ou estética de um texto” (CHARTIER, 2020) aponta para as particularidades das práticas de leitura de professores. Com efeito, os alunos da licenciatura estão em processo de formação inicial para a docência e, durante sua formação na

graduação nas universidades, já estão empenhados em desenvolver uma leitura com objetivos intelectuais e estéticos. É por isso que no presente capítulo me dedicarei a compreender o papel da universidade enquanto espaço de formação de professores traçando historicamente a constituição do sujeito-leitor em suas práticas de leitura.

A História da Leitura se configura por meio das várias constituições históricas conferidas pelos sujeitos. A leitura é uma atividade de interpretação que conduz à construção de significados inúmeros e heterogêneos, produzidos pelo leitor. Este sujeito é autônomo, constrói sentidos, em uma relação dialógica com o texto, a partir de suas subjetividades, do tempo, do espaço e do contexto histórico em que está inserido.

3.1 Leitura, ensino de leitura e construção do sujeito-leitor: caminhos históricos no Brasil

Pensando nestes aspectos que envolvem e modificam o ato de ler, é imprescindível pontuar que as leituras que os alunos fazem na/por meio da escola são importantes para a construção do letramento literário do sujeito. Para tal discussão, entende-se que a história da leitura, do livro, do ensino da leitura e das bibliotecas no Brasil tem se mostrado um campo fértil de investigação pela possibilidade de compreendermos as formas de apropriação e a representação das diferentes modalidades do lido e do escrito, em tempo e espaços diversos.

A leitura tem sido inventariada em seus objetos, usos e representações, devendo perpassar, segundo Chartier e Hébrard (1995), a leitura dos outros, dos não letrados, dos que deixaram de ser iletrados, não devendo se restringir aos ambientes mais cultos, onde todos exercitam a crítica, separando nesse momento as representações, tradutoras da experiência vivida ou suposta, dos discursos que enunciam a prescrição ou precaução (ALBUQUERQUE, 2019, p. 21).

Pensar esta construção histórica da leitura no Brasil em seus objetos, usos e representações remete a uma discussão que extrapola as práticas de sala de aula em seus conteúdos mais pragmáticos, trazendo à cena o leitor que, em uma perspectiva dialógica, caminha por outras esferas sociais que o constituem enquanto letrado.

Ao trabalhar categorias como a progressiva distinção entre dois tipos de leitura escolar – a leitura para aprender a ler e a leitura recreativa – além das relações entre as formas do livro e a progressiva consolidação da escola e de seus agentes, Batista e Galvão (2009) apresentam em uma perspectiva histórica o conceito de livros didáticos e dos livros de leitura em sua morfologia no Brasil. Os autores apresentam o século XIX e as primeiras décadas do século XX como um período de progressiva institucionalização da escola como o principal espaço

social da educação, em um período que não obedece a um contínuo e a uma temporalidade linear e homogênea.

Ao historicizar sobre a construção deste sujeito-leitor, Albuquerque (2019) apresentou as apropriações de uma filosofia no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, que ressoou na formação de leitores e de professores para o ensino da leitura. Tratava-se da Filosofia Panecástica, criada pelo francês Joseph Jacotot, que trazia para a prática da leitura o conceito do “todo” envolto de diferentes práticas sociais.

A definição do termo *Panecástica* advém desse princípio da igualdade dos seres falantes, fundamentado na máxima expressa em seu Ensino Universal que “tudo está em tudo”. Rancière (2015) traz essa reciprocidade como da filosofia *Panecástica*, termo esse batizado por Jacotot, a partir da junção de duas palavras gregas, *pan* = todo e *ekastos*, cada um, “buscando o todo da inteligência humana em cada manifestação individual” (RANCIÈRE, 2015, p. 64).

Albuquerque (2019) mostrou como essa filosofia compareceu em diferentes periódicos da época e como teve apropriação por representantes deste pensamento nas áreas da instrução e da homeopatia no Império brasileiro.

O periódico *A Sciencia* circulou durante os anos de 1847 e 1848, com o intuito de divulgar a homeopatia à elite intelectual do Rio de Janeiro, capital do Império. *A Sciencia* tinha por objetivo apresentar e defender a homeopatia perante a elite brasileira, pois, de acordo com os autores, esta moderna forma de medicação resumia toda a inovação científica. Embasada na ciência, na razão e na religião, foi impressa em julho de 1847 a primeira edição do periódico, tornando-se claramente perceptível a compreensão idealizada e fabulosa que os médicos homeopatas brasileiros tinham de si, como pesquisadores desbravadores da “verdadeira” ciência médica. Em sua primeira edição, impressa em julho de 1847, o título na capa do periódico era *A Sciencia*, seguido pelo subtítulo “*Revista Synthetica dos Conhecimentos Humanos*”, contudo, nas 24 edições impressas posteriormente, os autores utilizam como nome para a revista apenas *Sciencia*. A Filosofia Panecástica de Jacotot encontrou seguidores no solo brasileiro. Com a chegada do francês Dr. Mure (1809-1858) ao Brasil, em 1840, o *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro de 1840* registrou um convite para os interessados em conhecer essa filosofia proposta por Jacotot. (ALBUQUERQUE, 2019, p. 171-172)

A importância desta filosofia que circulou no Brasil no século XIX é apresentada na obra de Rancière (2015) como uma subversão da lógica explicadora e da ordem transmissora de saberes por parte do professor, a partir de uma educação, visando, na contramão destas práticas, a abertura para o “todo” relacionável do sujeito comparecer no processo educativo. Walter Kohan (2019) apresentou em sua obra *Paulo Freire mais do que nunca* como as ideias da Filosofia Panecástica de Jacotot ressoam como fundo, por exemplo, na pedagogia da dialogicidade de Paulo Freire. Dessa forma, observa-se que a importância dada ao ato de ler em

uma perspectiva sociointeracionista, dialógica, imbuída no letramento literário resulta de uma construção histórica advinda de inúmeras contribuições sociais, filosóficas, históricas, políticas, dentre outras nuances e, por isso, debruçar sobre as teorias da Sociologia da leitura, estética da recepção e História Cultural nesta tese.

O fundamento primordial para a construção do sujeito-leitor, nesta perspectiva, é o diálogo que este traça com o “todo” que o envolve. A partir da definição de letramento como “o desenvolvimento de competências (habilidades, conhecimentos, atitudes) de uso efetivo dessa tecnologia em práticas sociais que envolvem a língua escrita” (SOARES, 2003, p. 90), torna-se imprescindível pensar na formação dos sujeitos leitores sob o prisma da formação docente e das condições em que estes lidam com a linguagem. Assim, pensar as trajetórias de letramento docente é fundamental, pois “se queremos formar alunos leitores na escola básica, é preciso considerar processos possíveis para os professores se verem antes como produtores de linguagem” (ANDRADE, 2007, p. 127), em uma prática de formação de professores engajada com uma formação omnilateral e que envolve uma dimensão política na relação com os sistemas, alunos e categorias.

Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas de minha atividade pedagógica. Tão importante quanto ele, o ensino dos conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los. É a decência com que o faço. É a preparação científica revelada sem arrogância, pelo contrário, com humildade. É o respeito jamais negado ao educando, a seu saber de experiência feito que busco superar com ele. Tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a minha coerência entre o que digo, o que escrevo e o que faço. (FREIRE, 1996, p. 39-40)

Pensar a formação de sujeito-leitor implica, dentre outros fatores, recuperar a trajetória dos objetos da leitura não só no mundo ocidental, inserindo o Brasil neste contexto histórico. Para Regina Zilberman (2008), a história da leitura no Brasil reúne o caminho das instituições incumbidas de patrociná-la e entre elas está a literatura como uma das elementares a ocupar um lugar nessa história.

A invenção da imprensa, inscrição marcante na história da leitura, foi um dos fatores promotores da difusão da leitura no Ocidente e no Brasil. Contudo, tardou muito para ser inaugurada em solo brasileiro: somente após três séculos de dominação portuguesa, de acordo com Lajolo e Zilberman. A demora foi causada pela proibição da coroa portuguesa de instalação de manufaturas, abrangendo a imprensa. Até que a vinda da corte para o Rio de Janeiro em 1808 impôs a necessidade da instalação de uma oficina tipográfica para a impressão dos atos e

promulgações da administração real inicialmente; e posteriormente de jornais, sermões, obras literárias e livros didáticos. A impressora trazida de Lisboa instalou a Impressão Régia, monopolizada pelo governo ao proibir quaisquer outras prensas, à exceção da Bahia, a qual dispunha da oficina tipográfica de Manuel Antônio da Silva Serva, fundada em 1811. No entanto, houve grande censura por parte do governo até sua abolição e fim do monopólio estatal, por meio da instauração da Constituição em 1821. A autorização governamental permitiu o surgimento de várias tipografias e conseqüentemente o aumento das possibilidades de leitura devido à expansão da oferta de livros.

Com o avanço da imprensa, a impressão de obras didáticas representou uma boa parte da produção da Impressão Régia; e as literárias, ainda que não tenham atingido a mesma predominância, tiveram sua participação na atividade impressora. Os livros didáticos tornaram-se um negócio rentável, porém sob a tutela do Estado. Esses livros objetivavam atender a demanda das escolas superiores, a Academia Naval (transferida de Portugal) e a Escola de Medicina, instaladas no Brasil, quando

Na tensão entre anacronismo e modernidade, inscreve-se a ambivalência peculiar à história do livro didático no Brasil, com repercussões no plano cultural, econômico e pedagógico, por consequência, na história social da leitura no país. A particular atenção dedicada pela Impressão Régia ao livro didático tinha como causa a urgência em fornecer material escolar compatível para as instituições de ensino superior criadas por d. João após se estabelecer no Brasil. (LAJOLO, ZILBERMAN, 2011, p. 100)

À produção de livros didáticos destinados a atender a uma demanda estatal soma-se a exigência de autores e temas nacionais que, conforme as autoras, compuseram as bases inauguradoras da história do livro didático nacional, o qual “ocupa papel central na configuração das questões relativas à leitura e leitores no Brasil” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2011, p. 100). Através dos livros didáticos, portanto, as escolas intensificaram as práticas de leitura. A partir de então, moldaram-se os laços entre a imprensa, livro didático, escola e a leitura. No meio desse encontro posiciona-se o leitor concorrendo para a construção da história das leituras, da qual é sujeito e objeto concomitantemente.

As livrarias cresceram quando passaram a importar livros de Portugal em razão da capacidade de produção de livros da imprensa da administração real não conseguir acompanhar o aumento da demanda por livros. A continuidade dessa importação, mesmo após a Independência do Brasil, gerou posicionamentos contrários à prática comercial por motivações nacionalistas que clamavam pela presença da produção nacional na educação dos brasileiros.

O ensino da leitura, historicamente, ocorre sobretudo nas disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura e em suas formas de didática, embora tais disciplinas tenham mudado, nem sempre priorizam a leitura, que pode ser suplantada por estudos historiográficos. Leyla Perrone-Moisés (2016) alude ao passado histórico a respeito do ensino da Literatura e pontua que esse sempre esteve atrasado em relação à produção; e que no fim do século XIX se privilegiava ainda o ensino da retórica clássica e a análise filológica dos textos canônicos da Antiguidade e dos séculos anteriores: desconsiderava os escritores de seu tempo.

Na mesma direção de resgatar historicamente como o ensino da Literatura chegou aos padrões atuais, Wiliam Roberto Cereja (2005) traça um percurso histórico que nos leva a compreender como esse ensino passou a se dedicar aos estudos historiográficos no currículo escolar brasileiro, em detrimento da leitura propriamente dita. Pondero importante recuperá-lo porque a literatura é umas das mais importantes realizações da leitura, e é no seu ensino que os leitores são formados, de modo oficial.

Os jesuítas introduziram o modelo humanista de educação no Brasil, no qual os estudos da literatura ocupavam um lugar de destaque. Como esse modelo visava a formação integral do ser humano, adquirir uma cultura geral era o meio de atingi-la, divergindo, portanto, da educação voltada para a profissionalização. Após a expulsão dos jesuítas, o ensino no Brasil deixou de priorizar os paradigmas europeus e em decorrência da independência do país, em 1837, efetivou-se a iniciativa de estruturar a educação, por meio da criação do Colégio Pedro II, que pretendia servir de modelo para escolas públicas e privadas. A visão humanista nesta escola era incontestável e tinha como projeto promover um programa escolar erudito voltado à elite.

No referido colégio, o conteúdo literário, sob forma de História da Literatura, começou a ser inserido no currículo a partir de 1860 – “na parte de Rethorica e Poética”, no 6º ano (CEREJA, 2005, p. 95), e oficialmente, a partir de 1862, como “Literatura Nacional” (CEREJA, 2005, p. 93). No 7º ano, a Literatura Nacional, toma o espaço da Retórica e Poética e evidencia o cuidado em “historiar a literatura em língua portuguesa”, a partir de dois parâmetros: o histórico-cronológico e os gêneros literários, que respeitam uma sequência cronológica.

O nome da disciplina “História da Literatura em geral e especialmente da portugueza e da nacional” (CEREJA, 2005, p. 95) dado em 1870 revela a abordagem histórica da literatura. Ainda, segundo o autor, os objetivos explicitados das disciplinas de “Literatura, História da Literatura Portuguesa e História da Literatura Brasileira” (CEREJA, 2005, p. 96), no ano de 1877, apontam para a preocupação do programa em retomar as origens da literatura e apreender seu curso de formação. Cereja enfatiza a relevância desta retomada histórica ao demonstrar “as

semelhanças com o ensino de literatura que tem sido praticado em nosso país” (CEREJA, 2005, p. 97), no que diz respeito ao destaque à visão abrangente da literatura e à organização da produção de cada país em movimentos literários ou épocas.

O autor destaca também que a influência do governo na escolha de materiais didáticos (no caso, de orientação positivista) nesta época acontece ainda hoje, por meio do Plano Nacional do Livro Didático, por exemplo. Outra prática que também ocorre nas escolas atuais e foi adotada em 1881, após uma reforma ministerial, foi o aumento da carga horária da disciplina denominada, a partir de então, como “Portuguez e História Literária”, ministrada por apenas um professor. Ao especificar os conteúdos a serem ministrados – relativos à gramática e literatura – o programa acrescentava um texto que normatizava estratégias a serem empregadas pelo professor, as quais incluíam que o tempo letivo tinha que ser dividido igualmente pelo mesmo docente entre as duas matérias. E foi então que os textos literários deixaram de ser o objeto central das aulas para se tornarem elementos de confirmação das ‘verdades’ que o professor diz”. (CEREJA, 2005, p. 99)

Por fim, sobre os conteúdos de Literatura do Colégio Pedro II, em 1929, em seu programa havia a “observação importante” (CEREJA, 2005, p. 100) de que quando possível, deveria ser feita a leitura comentada de fragmentos dos autores estudados. O que põe em relevo que o texto literário tinha um caráter ilustrativo, submetido à leitura subjetiva do docente.

Os exemplos acima mostram que, mais de um século depois, as práticas pedagógicas – historiografia literária, divisão entre gramática e literatura, relação professor-aluno – do século XIX ainda são semelhantes às adotadas nos últimos anos e orientam os estudos da literatura nas escolas brasileiras. Contudo, o ideal seria que os alunos fossem tomados como leitores que são, e a construção disso deveria ser priorizada a partir de práticas de leitura efetivas e cotidianas, dentro e fora da sala de aula.

Por outro lado, a fim de que os alunos consigam ler as obras literárias e apreendam seu sentido, como mostram os teóricos aos quais me referi, é fundamental desenvolver a capacidade de leitura lendo de “maneira formativa” (COSSON, 2014, p. 46), que implica em ler “diversos e diferentes textos; de diversos modos; para conhecer o texto que nos desafia e que responde a uma demanda específica; avaliamos o que lemos, e lemos para aprender a ler” (COSSON, 2014, p. 46). A literatura é o âmbito adequado para o desenvolvimento dessa leitura formativa, visto que a partir dela acessamos uma ampla pluralidade de textos e integra “os diversos discursos e estruturas de uma sociedade”. (COSSON, 2014, p. 54)

A leitura – que ecoa por todos os espaços da vida de um indivíduo, que vai muito além da decodificação de letra e que está na “palavramundo” (FREIRE, 1989, p. 9), que está

emaranhada à vida das pessoas, que está precedida da leitura da realidade e que compreende também a escrita do mundo para atuar sobre ele e transformá-lo – sofreu impactos com o advento da pandemia da covid-19. A leitura que o sujeito faz do mundo, essencial na perspectiva freireana de ensino, conduz à liberdade de escolhas de práticas de leitura, pois “enquanto ato de liberdade, a leitura é uma escolha individual que pressupõe uma finalidade, um objetivo, um propósito e, tanto a leitura utilitária quanto a leitura por fruição (pelo prazer em ler) são atividades motivadas pela inserção no e pela leitura de mundo”. (TINOCO, 2021, p. 123)

Estudar as práticas de leitura envolve estudar os elementos que a constituem. Um livro, para existir, passa pelas mãos de muitos profissionais: autores, editores, livreiros, até chegar aos leitores. Como todos eles estão sendo afetados pelos efeitos do surto da covid-19, torna-se imprescindível abordar suas perspectivas neste contexto. As universidades têm papel indiscutível na produção de conhecimento desde seu surgimento e na história da leitura não é diferente. Por isso torna-se importante examinar os efeitos do tempo pandêmico em uma comunidade de leitores que esteja inserida no contexto acadêmico de capacitação de professores que serão formadores de leitores.

3.2 A licenciatura em seu papel de formação inicial de professores: as crises do capitalismo e sua relação com a educação

A educação, como mais uma instância que está sob o funcionamento do capitalismo, sofre as consequências de suas oscilações. O economista britânico John Maynard Keynes e outros teóricos defendem que as crises do capitalismo são cíclicas. Historicamente, os organismos internacionais exerceram forte influência no gerenciamento dessas crises e no desenvolvimento do capitalismo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, conforme explica Dermeval Saviani (2005). Após a gigantesca depressão de 1929, no período de sua recuperação, de 1930 até a crise 1970, o taylorismo-fordismo (métodos de organização do trabalho) regeu o sistema produtivo e a organização do trabalho. O aumento da produção para larga escala e o modo de produção em série para o consumo de massa demandou um enorme número de trabalhadores, favorecendo assim a regulamentação estatal e a agremiação sindical. Esse comprometimento entre empresas, sindicato de trabalhadores e Estado propiciou uma fase de crescimento econômico, designado de “Estado de Bem-Estar”, em que houve um equilíbrio social e alavancou o desenvolvimento das forças de produção

capitalistas. O resultado foi um grande avanço tecnológico advindo de uma nova (terceira) revolução industrial: a revolução da informática. Usado como instrumento de exploração da força de trabalho, o progresso tecnológico possibilitou a mudança no modo de produção para o *toyotismo*. Nele, as próprias empresas assumiram os mecanismos de controle, deixando a atuação do Estado e dos sindicatos de trabalhadores em segundo plano. Uma consequência é o aumento do desemprego, mantido para funcionar como um dos elementos para controle das crises. (SAVIANI, 2005)

Com efeito, os gastos com educação passaram a ser vistos, por razões econômicas, como investimentos de retorno mais rentáveis do que os de outra ordem. Foi assim que surgiu a concepção da educação ter seu próprio valor econômico e ser considerada como um bem de produção e não só de consumo. Sob o capitalismo, o saber também é propriedade privada e como objeto da educação sofre suas influências, como mencionei anteriormente, já que

(...) a sociedade capitalista se funda exatamente na apropriação privada dos meios de produção. Assim, o saber, como força produtiva independente do trabalhador, se define como propriedade privada do capitalista. O trabalhador, não sendo proprietário de meios de produção, mas apenas de sua força de trabalho não pode, portanto, se apropriar do saber. Portanto, a escola pública, concebida como instituição de instrução popular destinada, portanto, a garantir a todos o acesso ao saber, entra em contradição com a sociedade capitalista. (SAVIANI, 2017, p. 42)

Dermeval Saviani (2005) situa-nos nesse contexto no qual a educação é colocada a serviço das condições de funcionamento do mercado capitalista, ao invés de promover a universalização do ensino a partir do desenvolvimento tecnológico para desenvolver as potencialidades dos educandos, busca formar os indivíduos para o mercado de trabalho, conforme as necessidades da sociedade tecnológica e industrial. É a visão produtivista de educação que prevalece no contexto educativo da segunda metade do século XX. Essa concepção se delineia na década de 1950 atendendo às exigências da ideologia empresarial convertidas na imposição da planificação dos sistemas de ensino e dos métodos pedagógicos calcados na técnica e na tecnologia: é a pedagogia tecnicista. Em sua primeira fase, de 1950 a 1970, a educação foi inspirada pelos mecanismos de materialização do trabalho do taylorismo-fordismo. Para Saviani, a formação docente torna-se desejável à medida que ela contribui para a produção capitalista e desde que

(...) os dispêndios com educação passaram a ser considerados desejáveis, não apenas por razões sociais ou culturais, mas especificamente por motivos econômicos, e transformam-se num investimento de retorno ainda mais compensador do que outros tipos de investimento ligados à produção material. (SAVIANI, 2005, p. 22).

No Brasil, a busca por essa implantação foi concretizada pela Lei nº 5692/1971. A função social da educação passa a estar submetida a atender os interesses de reprodução do sistema econômico capitalista.

As reformas educacionais neoliberais, segundo Saviani, mais sistematicamente a partir do final dos anos 80, marcam a segunda fase da abordagem tecnicista, insuflada pelo *toyotismo*. A flexibilização e diversificação da organização do trabalho e seu controle desse modo de produção foi transposto para o fazer pedagógico, bem como os modos de investimento. Nesse quesito, o Estado transfere sua responsabilidade de financiamento na área educacional, com o objetivo de atingir o máximo investindo o mínimo, porém mantém as formas de avaliação institucional sob seu controle, em uma inserção da educação no contexto geral de administração de crises para manutenção da ordem vigente. A educação é legitimada como estando a serviço do capital por meio de legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases, que admitiram a existência de instituições educacionais com fins lucrativos

A educação é posta na condição de capital humano. A teoria da educação como capital humano, disseminada na década de 70, pressupõe a educação como produtora de capacitação para o trabalho. A ideia fundamental é de que o nível maior de instrução reflete em uma maior capacidade de produção e trabalho. Logo, é rentável investir em capital humano, como explica Frigotto (2003, p. 41). Tal teoria foi disseminada por organismos internacionais, como BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e FMI, como solução para mitigar as disparidades entre indivíduos em países desenvolvidos e subdesenvolvidos; por isso intervêm e estimulam políticas educacionais. Para essas corporações transnacionais, a educação, representada fundamentalmente pela escrita e leitura, é a forma de obter o desenvolvimento econômico.

O capital humano foi materializado no Brasil na defesa do alto investimento educacional e da igualdade de acesso à escola. Os fundamentos dessa teoria influenciaram sobremaneira as práticas educacionais durante o período mais ferrenho da ditadura militar, de 1968 a 1975. A materialização do alinhamento da educação à concepção capitalista deu-se na reforma universitária de 1968 e principalmente na Lei de Diretrizes e Bases de 1971, no âmbito político. (FRIGOTTO, 2003)

Gaudêncio Frigotto (2003), a partir de outros teóricos, defende que os mecanismos do Bem-estar social não foram capazes de conter grandes problemas do capitalismo: o agravamento da destruição do meio ambiente em prol do desenvolvimento desenfreado, da desigualdade entre países pobres e ricos e da deterioração das relações interpessoais por submeter a humanidade à economia. Esse contexto gerou a profunda crise de 1970, que foi a crise do Estado de Bem-estar. A incidência de tal crise, após a de 1929, reforça o caráter cíclico

das crises do capital. A origem da crise de 1970 foi a intervenção do Estado por meio de políticas estatais para superar a crise de 1929. O autor enfatiza bastante que a crise do capitalismo é, na verdade, estrutural já que são inerentes ao movimento cíclico capitalista de acúmulo de capital. Portanto, as crises apresentam a mesma origem, só que em cada ocorrência produz uma materialidade particular. A exemplo, as crises de 30 e 70 foram manifestações específicas da crise estrutural.

Conforme Frigotto (2003), a crise estrutural mais intensa do capitalismo foi enfrentada no final do século XX, nas décadas de 70 e 90. Tal crise impacta todo o complexo do sistema capitalista que ainda seria posto em xeque mais uma vez em 2008 com a crise dos *subprime* nos EUA, cujos reflexos ainda são sentidos e que, podemos pensar que foi “contaminada” pela crise que sobreveio após a pandemia. A diferença a ser observada é que, de acordo com muitos críticos, as crises do capitalismo surgem a partir de “provocações” desta entidade abstrata que é a “mão invisível do mercado”. Por exemplo, em situações de pleno emprego, há uma movimentação, segundo estudiosos, para que essa mão de obra que agora se emprega sem muitas dificuldades passe a ser tratada como reserva de mercado, pela repentina falta de oferta de emprego, defasagem de salários e inflação de preços. O que provoca preocupação aos defensores da ideologia neoliberal é quando uma crise como a que é provocada por situações como a da pandemia expõe de maneira mais aguda as desigualdades do capitalismo, suscitando reflexões à necessidade de uma alternativa, o que vai contra o pensamento liberal, principalmente o *thatcherismo*, que preconiza que “não há alternativa” ao capitalismo. As crises, segundo Saviani (2020) podem ser, além dessa estrutural mencionada por Frigotto, parciais ou conjunturais. A crise causada pela pandemia do coronavírus é conjuntural, já que é específica do momento atual e deve ser contornada, permitindo a continuidade da vida. Ao contrário da estrutural, não ameaça a sobrevivência do sistema. Saviani (2020) explica que a luta de classes pode ser vista durante as crises, as quais são compreendidas de maneiras diferentes pelas classes sociais, que é o que está ocorrendo nesta crise sanitária, que é propensa a ser utilizada pelas classes dominantes para aumentar as maneiras de dominação, ao passo que as classes dominadas notam a falta de capacidade daquelas de solucionarem os problemas aprofundados pela pandemia e, portanto,

(...) podemos considerar que essa situação de crise global, de caráter estrutural, impacta fortemente a educação de várias maneiras as quais, no entanto, podem ser agrupadas em duas modalidades: a primeira corresponde à tendência que vem prevalecendo na qual a educação, de modo geral, e a escola em particular cada vez mais se vergam ante as imposições do mercado. A segunda tem sua possibilidade condicionada à reversão da primeira expectativa, o que implica a transformação radical, isto é, revolucionária da ordem atual. (SAVIANI, 2020, p. 9)

A hegemonia da primeira possibilidade coaduna com o contexto da crise pandêmica e se expressa nas ações de entes privados e de políticas educacionais governamentais que tratam a educação como meio de investimento. No universo das teorias pedagógicas, a hegemonia do neoprodutivismo e suas variantes representam essa tendência e se propagam na forma das aparentes novidades das diversas versões das pedagogias do “aprender a aprender”, segundo o autor, ratificando o projeto capitalista histórico.

A educação e a formação humana são definidas e subordinadas aos interesses do acúmulo de capital, conforme Frigotto (2003). Ideia reforçada por Rafael et al quando afirmam que o capitalismo em suas crises, e na crise atual não tem sido diferente, além de usar a educação como forma de abastecer o capital com mão de obra barata e instável, emprega-o como ferramenta para inflar a crença na empregabilidade propagada pelo fordismo. Conseqüentemente, toda a engrenagem educacional, suas políticas e a formação de professores são atingidas pelos fundamentos capitalistas, que moldam os currículos escolares e de formação a fim de assegurar o funcionamento do capital.

Tendo em vista a formação de sujeitos autônomos, leitores e críticos, neste contexto econômico, político e social, é imprescindível aprofundar, conhecer e se tornar partícipe da história da leitura no Brasil para fortalecer a luta desta como ato de resistência, no movimento que Certeau (1998) defende, por exemplo, opondo-se veementemente à associação da leitura à passividade, entendendo que “a autonomia do leitor depende de uma transformação das relações sociais que sobredeterminam a sua relação com os textos” (CERTEAU, 1998, p. 268). Para a formação de um professor-leitor, ativo e resistente à alienação do sistema, torna-se, categórico retornar as correntes filosóficas, históricas e sociais já analisadas nesta tese para reafirmar o posicionamento que “o texto só tem sentido graças a seus leitores” (CERTEAU, 1998, p. 266). A crença de Seki et al (2019) de que a formação do professor está inevitavelmente circundada pela formação humana é mais um motivo pelo qual considero tão importante estudá-la.

3.2.1 Os desdobramentos da expansão capital na formação inicial de professores: um recorte histórico do desenvolvimento das licenciaturas no Brasil

Aos impactos da crise mundial do capitalismo na década de 30, a economia brasileira reagiu dinamicamente. Diante da queda das exportações e do crescimento do mercado interno, foi adotada a estratégia de transferir a renda do setor agrícola para o industrial, como esclarece Romanelli (2005). O fortalecimento do capitalismo industrial acarretou novas demandas educacionais para atender à necessidade de conhecimento tanto para a produção quanto para

seu consumo. A leitura e a escrita representam, nesse contexto, pré-requisitos para a concorrência no mercado de trabalho. “Então a leitura e a escrita passam a ter preço, pela escassa demanda social de educação. Era esse também um dos aspectos assumidos pelo nosso subdesenvolvimento” (ROMANELLI, 2005, p. 61). Para minha pesquisa, é importante frisar que historicamente, a leitura está, de certo modo, a serviço do capital, já que seu desenvolvimento era buscado como uma forma de atendimento a uma necessidade profissional. Na década de 30, portanto, mudaram não só as pretensões sociais relacionadas à instrução como também a atuação do Estado a fim de atender às pressões da população em detrimento de constituir uma política nacional de educação.

Assim como a expansão capitalista, a ampliação do sistema escolar se deu de maneira desigual no território brasileiro, reproduzindo as contradições e desigualdades sociais: “Assumindo a forma de uma luta de classes, a expansão da educação no Brasil, mormente a contar de 1930, obedeceu às normas de instabilidade própria de uma sociedade heterogênea profundamente marcada por uma herança cultural academicista e aristocrática.” (ROMANELLI, 2005, p.61). Além da instituição escolar ter permanecido defasada em relação ao desenvolvimento. A autora explica que a educação escolar brasileira estava defasada em relação ao desenvolvimento, já que a escola se organizava em princípios e noções pré-capitalistas, ao passo que o desenvolvimento se expandia no capitalismo industrial.

O ensino superior foi criado durante a permanência da família real portuguesa no Brasil, mas só em 1920 o governo federal determinou sua organização como Universidade com a fundação da Universidade do Rio de Janeiro. No entanto, ela foi a junção das escolas superiores de Direito, Medicina e Politécnica, já existentes no estado. De acordo com os estudos de Santos e Mororó (2019), três marcos legais ao longo da história das licenciaturas foram decisivos na trajetória da política de formação de professores. O primeiro foi o decreto nº 19.851/1931 que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, adotando o regime universitário para o ensino superior. A Universidade de São Paulo foi a primeira a ser criada sob as normas do Estatuto, em 1934, e a ter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como cerne do sistema e que tinha a formação de professores para o ensino secundário e a pesquisa como finalidade. A licenciatura estava vinculada à faculdade de Filosofia. Foi nesse momento, portanto, que as licenciaturas foram criadas, a fim de atender a preocupação de regulamentar a habilitação de professores para o ensino secundário, como reconstitui Pereira (2000). Elas se constituíam pela fórmula 3+1, pois acrescentava-se aos três anos de estudo de disciplinas de conteúdo para formação de bacharel um ano de disciplinas de natureza pedagógica. O estudante optava por licenciar-se ao final do bacharelado. A formação para o magistério era uma complementação

justaposta à de bacharel, evidenciando a desarticulação entre esses dois universos e o lugar secundário da licenciatura no curso superior.

Foi nessa época da década de 1930 que os primeiros cursos de Letras foram criados no Brasil em atendimento a reivindicações realizadas, em 1921, na aula magna da Universidade do Rio de Janeiro, conforme Zanatta e Verardi (2021) recuperam o percurso de implementação e desenvolvimento do curso de Letras a partir de outros autores. As estudiosas relatam que até 1939 o estudo de nenhuma literatura era contemplado no currículo, quando foi incluído um ano de estudos de Literatura Portuguesa e Brasileira, sendo que esta passou a ter autonomia em relação àquela no currículo opcional da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP em 1946, atingindo, portanto, posição de igualdade entre elas.

As autoras constataam a menor importância que a disciplina de Literatura teve no curso, denotada por sempre estar subordinada à oferta de uma língua estrangeira. E mesmo após reformas no currículo dos cursos de Letras, as disciplinas de estudos literários estavam restritas às de línguas, deixando à parte o desenvolvimento de atividades focadas na leitura. Por consequência, a leitura com fins de emancipar e tornar o leitor crítico era quase inexistente: “a formação do profissional dessa área se limitava a uma prática técnica e não reflexiva e crítica”. (ZANATTA; VERARDI, 2021, p. 403)

Romanelli (2005) explica que em 1935, o secretário da Educação, Anísio Teixeira, criou a Universidade do Distrito Federal, a qual tinha como particularidade não ter as três faculdades tradicionais e ter Faculdade de Educação. Porém, tal universidade existiu somente até 1939, quando foi incorporada à Universidade do Brasil, transformada em Universidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, muitas outras universidades públicas e privadas se espalharam pelo território nacional.

Reformas básicas foram planejadas como reação à crise da educação brasileira no fim da década de 60, a fim de realizar uma reorganização no âmbito educacional. Sob medidas legais, a reforma universitária de 1968 tinha a pretensão de reformar o ensino superior para solucionar os problemas advindos da crise e nesse contexto encontrava-se também o movimento para reformulação dos cursos de formação de educadores (PINHEIRO, 2020). Para tanto, o governo brasileiro firmou acordos com o grande capital. O MEC assinou convênio (MEC-USAID) com o AID (Agency for International Development), para o qual passou a reorganização do sistema de ensino brasileiro. Visando a realização da reforma, também foram constituídos pelo governo a Comissão Meira Matos e o Grupo de trabalho. Ambos levantaram proposições coincidentes com as do acordo MEC-USAID e definiram a política educacional nos termos deste (ROMANELLI, 2005). A política educacional foi materializada na reforma

geral do ensino. Dentre outros, a reforma universitária resultou na consolidação regulamentar das licenciaturas de 1º grau de curta duração, por meio da lei 5692/71, conhecidas como “licenciaturas curtas” (3 anos de duração) (PINHEIRO, p. 55, 2020) objetivando atender a grande falta de professores na rede pública devido à expansão do acesso ao Ensino Fundamental, mas causando uma certificação aligeirada. Na educação superior, a Lei 5540/1968 definiu regras para sua organização e funcionamento, atendendo aos pressupostos do sistema político-econômico capitalista, em um claro posicionamento de dependência das universidades norte-americanas. Entretanto, a reforma sob a pretensa modernização, na verdade aumentou o controle externo sobre a universidade tornando-a mais conservadora em sua estrutura geral do que a do antigo padrão. (ROMANELLI, 2005). Essa reforma das licenciaturas concretizada na Lei nº 5.540/1968, que versa sobre a reforma das universidades, foi o segundo marco na política de formação de professores. (SANTOS; MORORÓ, 2019)

O cenário desfavorável à formação de educadores motivou, no final da década de 70, o início de um forte movimento dos educadores em prol da reformulação dos cursos de formação de professores. De acordo com Pereira (2000), em 1980, esse movimento se estruturou melhor com o estabelecimento do Comitê Nacional Pró-Formação do Educador, o qual visava organizar a participação de docentes e discentes nos debates sobre os referidos cursos, marcando sua oposição às proposições apresentadas pelo MEC. Em 1983, o comitê foi substituído pela Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), o qual apresentou um documento com as demandas tidas como essenciais para reformular os cursos. A questão das licenciaturas curtas e da plena foi reiteradamente ponto de discussão dentro do movimento, principalmente no sentido de extinguir as licenciaturas curtas e de não autorizar novos cursos nesta modalidade.

Mais recentemente, desde 1990, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) tem ocupado o espaço de defesa de uma política nacional de formação de professores. Esse e outros movimentos compostos por educadores são importantes para a defesa da universidade como espaço para o preparo de professores, ao invés de diversificar espaços com essa finalidade. (PINHO, 2007)

O terceiro momento referencial na política de preparo dos professores é a atual LDB 9394/1996, e o contexto atual da crise política brasileira (SANTOS; MORORÓ, 2019). Essa lei está vinculada às propostas do Banco Mundial e sua aprovação ocorreu na conjuntura da reforma de Estado promovida no governo de Fernando Henrique Cardoso. A reestruturação do estado na década de 90 trouxe sérias consequências para a educação. A construção da LDB deu-

se num momento em que uma reforma estatal era empreendida com fins de adotar uma administração pública empresarial.

Maria José de Pinho (2007) explica que a intenção de adotar uma política de Estado neoliberal começou no governo do Collor, mas foi com FHC que se concretizou a almejada reforma estrutural da administração pública, em 1995, com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare). O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) buscava a substituição da administração pública patrimonialista e burocrática pela gerencial, valorizando a eficiência na prestação dos serviços públicos e compartilhando as políticas sociais com instituições de propriedade pública, não-estatal ou privada. Nesse contexto, os princípios gerencialistas incidiram sobre as políticas educacionais, e a educação passa a ser tida como um negócio e deve ser então regulada pelo mercado. A reforma educacional brasileira na década de 1990 foi vinculada a essa reforma estatal, marcada pela elaboração da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 e pelas consequentes políticas dela derivadas. Sua controversa aprovação redefiniu a educação brasileira através da implementação de medidas como a fundação dos Institutos Superiores de Educação, o processo avaliativo das instituições de ensino superior e a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE). Aprovado em 2001, o PNE contou com objetivos relacionados à formação de professores. (PINHO, 2007). A aprovação da LDB foi marcada por um processo polêmico por realizar manobras usando Darcy Ribeiro para encaminhar o projeto e por ignorar as discussões e debates realizados pelos profissionais e entidades da educação durante sua elaboração. No fim, venceu o projeto de educação de natureza neoliberal.

Considerar a formação de professores indispensável para o aprimoramento da qualidade de ensino como indicaram as reformas educacionais envolve ações e os objetivos para atingi-las. As reformas empreendidas desde a década de 1990 têm atendido às orientações do modelo de formação tecnicista proposto por organismos internacionais de financiamento, ao favorecer a formação continuada em detrimento da inicial e ao incentivar a educação a distância. (PINHO, 2007)

Diversas políticas educacionais no âmbito da formação de professores para a educação básica foram institucionalizadas em decretos, resoluções e pareceres, além da LDB. As diretrizes curriculares para os cursos de formação de professores, a criação dos institutos superiores de educação, o estabelecimento e regulação do curso normal superior e a criação dos institutos superiores de educação estão entre elas. Essas instituições destinam-se a formar professores para lecionar na Educação Básica e promover a formação continuada, a qual conta com modalidades já rechaçadas pelos movimentos dos educadores, que são aquelas de

complementação pedagógica aos cursos de bacharelado. (PINHO, 2007). A unificação de uma base comum para a formação de professores é impedida pelos diferentes tipos de formação em nível superior, segundo Pinho (2007, p. 47): os cursos de licenciatura, o curso de Pedagogia, o curso normal superior e os cursos de complementação pedagógica.

Felipe et al (2021) explicam que organizações financeiras internacionais, como o Banco Mundial, concedem empréstimos a países em desenvolvimento e em troca de ajustes sociais e econômicos. Na década de 90, esses ajustes condicionados são reverberados nas reformas educacionais no Brasil, claramente evidenciados no documento “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia” do Banco Mundial o qual elencou os pilares para as reformas no ensino superior e o empenho a ser empregado para conseguir financiamento com o banco. Também na década de 90 ocorreu um congelamento do orçamento para a educação pública, levando as universidades a uma crise geral, de acordo com Seki et al. (2019)

Segundo Felipe et al (2021), no Brasil, nos anos 2000, iniciou-se uma nova etapa de governo com relação à formação de professores. Um ciclo de diretrizes regulamentou as mudanças, numa reestruturação da formação docente no Brasil por meio das Reformas curriculares para formação inicial de professores de educação básica. As três resoluções elaboradas nas primeiras duas décadas, CNE/CP nº 01/2002, nº 2/2015 e nº 2/2019, reproduziram, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica, uma intensa mercantilização dos cursos de formação de professores e um aumento gigantesco da oferta de vagas na Educação a Distância; evidenciando, portanto, o triunfo do projeto neoliberal iniciado nos anos 90 e mantido no pós-1990. Inclusive no segundo governo Lula da Silva e no governo de Dilma Rousseff o Brasil atingiu o posto de educação mais mercantilizada do mundo, sob o pretexto de democratizar o acesso ao ensino superior. (LEHER apud FELIPE *et al*, 2021)

Segundo Felipe et al (2021), a elaboração da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (instituiu o currículo nacional para educação básica e reformulou o ensino médio) contou com a influência/intervenção/atuação de uma rede de organizações sociais coordenada pelo movimento Todos pela Educação. O ajuste do sistema educacional às necessidades mercadológicas presente nas reformas da BNCC e da BNC (formação de professores) foi coordenado e apoiado pela convergência de interesses entre instituições estatais e instâncias empresariais.

O aparelho estatal foi reajustado, com o golpe de 2016, causando o impedimento da presidente Dilma Rousseff, para acomodar as reformas pretendidas pelo grupo que o realizou. No campo educacional houve o alargamento da participação do setor privado por meio da

reestruturação do CNE em 2016. Na mesma perspectiva, em 2018 o referido conselho foi composto em grande medida por membros ligados ao setor privado e organizações como UNESCO, OCDE e OEA. Sendo que na comissão nomeada para elaborar o novo projeto de diretrizes, uma pequena parte tinha relação com instituições públicas de educação superior, denotando a predominância da governança corporativa no conselho. (FELIPE *et al*, 2021)

A resolução CNE/CP nº 2/2019 definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e estabeleceu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Nela a intervenção do Estado foi ampliada nas instituições de formação, percebida pelo aspecto prescritivo de suas disposições das temáticas privilegiadas no currículo dos cursos. Também foi intensificada a lógica gerencial na formação de professores percebida na proposição das teorias tradicionais do currículo que presumem uma estruturação assentada na justaposição entre teoria e prática (FELIPE *et al*, 2021). A resolução, portanto, permanece como cerne das reformas curriculares para a formação inicial de professores da educação básica. Sobre as últimas Diretrizes, as de 2019, os autores concluem: “Menos autonomia e mais controle, menos heterogeneidade e mais homogeneidade, mais conhecimento útil e menos conhecimento crítico sintetizam as bases técnico-políticas sob as quais elas foram produzidas.”. (FELIPE *et al*, 2021, p. 147)

Avila et al (2019) defendem que a determinação mais geral da formação de docentes advém do fato da política educacional, historicamente, estar localizada no processo de crise do capital. E por isso, tal formação é estratégica para o desenvolvimento de projetos políticos históricos, seja para mantê-los ou para superá-los.

Como os ajustes políticos e econômicos empreendidos e com a hegemonia dos fundamentos neoliberais e imperialistas após 1990, no Brasil, a formação dos professores converteu-se em um tema essencial da reforma educacional impulsionada. Desse contexto histórico, resultou um educador esmagado gradativamente pelos interesses do capital. Nos governos petistas de Lula e Dilma (2003 – 2016), a política de formação de professores deu continuidade ao projeto educacional lançado nos governos de Collor de Mello e Itamar Franco e acentuado no comando de FHC. Sob a liderança dos mandatários petistas, os educadores foram afetados de várias maneiras, inclusive na área de formação: foram pressionados pelos materiais didáticos, por dilapidar/exaurir suas economias para custear a formação inicial, pela determinação de frequentar escolas de nível superior não universitárias, pela redução teórico-prática de seus cursos e pela subordinação à modalidade de EaD (EVANGELISTA, 2019). Para Avila et al (2019), a estratégia de conciliação de classes no governo petista promoveu uma

proposta de formação de educadores impiedosa que afetou cruelmente o ensino superior sob a alegação de democratizar o acesso e ofertar oportunidade de trabalho, convertendo-o em um mercado altamente lucrativo. Olinda Evangelista (2019) acrescenta ainda que esse projeto resultou na irrupção de grandes instituições particulares, em 2006 e 2007. O fomento à EaD pelo Estado dentro de suas entidades, seguido do avanço majoritário da esfera privada sobre a atividade culminou em sua comercialização em instituições monopolizadas. Assim, o governo contribuiu para que grandes instituições privadas formassem os monopólios educacionais para a oferta da educação superior, principalmente na formação de professores, como a Kroton, Estácio de Sá, Ânima e Ser Educacional. Cinco das seis maiores mantenedoras de cursos de licenciaturas no Brasil são particulares e três são do grupo Kroton S.A. . (SEKI, 2019)

Avila et al (2019) explica que, no referido governo, o projeto político de formação docente inicial e continuada envolveu medidas como parcerias público-privadas, aparelhamento tecnológico, material didático, política de editais, avaliação em larga escala e infraestrutura escolar. Mas teve como núcleo central a abertura de fatias de mercado por meio da entrega da formação nacional de docentes à fúria capitalista e do incentivo à expansão ilimitada da EaD sobretudo no ensino superior, especificamente nas licenciaturas. Além de financiar a iniciativa privada por meio do aumento de repasses de recursos de verba pública, mediante isenções e incentivos fiscais e concessão de bolsas de estudos para alunos estudarem em faculdades particulares. No governo Lula, a ampliação do FIES e a criação do Prouni (Programa Universidade para todos) foram políticas essenciais para a expansão das matrículas nas IES privadas (SEKI, 2019). Foi uma forma de transferência do dinheiro público para a iniciativa privada, no lugar de alocar essa verba para expandir as vagas nas universidades públicas. Toda essa conjuntura de fomento à iniciativa privada, precarização do preparo de professores e de subordinação da educação aos interesses de organismos estrangeiros levaram os autores a nomear esse período da política petista de formação de professores como “desterro docente”. (SEKI, 2019, p. 19)

Existe uma resistência por parte significativa de educadores que acredita na educação para além do capital, como defende István Mészáros; mas esse grupo é soterrado pela educação mercadológica que domina as entranhas do governo neoliberal, inclusive da política petista, como vimos. O curso de Letras da UnB frente às investidas do neoliberalismo representa uma resistência na busca pela superação da educação sob a lógica do capital, por fazer parte de uma instituição pública e por priorizar uma formação crítico-reflexiva, como discutirei adiante.

3.3 O curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília

Na educação superior, o curso de Letras tem uma grande representatividade em número de estudantes, quando observamos as estatísticas oficiais. Segundo o Censo da Educação Superior de 2019 (BRASIL. INEP, 2020), a Licenciatura em Letras-Português é o sexto curso em número e frequência de matrículas de Graduação em licenciatura, segundo os Cursos de Graduação em Licenciatura com 15 maiores números de matrículas: 77.459 matrículas.

3.3.1 Breve histórico

A Universidade de Brasília (UnB) foi fundada em 21 de abril de 1962, sendo o Instituto de Letras (IL) também inaugurado no mesmo ano, estando entre as faculdades mais antigas da Universidade. Segundo o sítio eletrônico do Instituto (BRASIL, 2022), sua composição organizacional era composta por quatro departamentos: Linguística, Língua Portuguesa, Teoria Literária e Literatura Brasileira; e por três centros: Centro de Estudos Clássicos, Centro Brasileiro de Estudos Portugueses e Centro de Estudos das Culturas e Línguas Indígenas. A ditadura militar brasileira extinguiu os três centros e reduziu o instituto a um só departamento. Reestruturado em 1974, hoje conta com três departamentos: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET), Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) e Departamento de Teoria Literária e Literaturas (TEL).

Segundo o último anuário estatístico da UnB (2020), apenas quatro unidades acadêmicas apresentavam número maior de alunos regulares registrados nos cursos de graduação presenciais, em toda a Universidade. O IL era a 5ª unidade com maior número de alunos, dentre as 27 unidades no total. Dados esses que nos mostram o tamanho relevante do Instituto e a longa trajetória que apontam para sua significativa representatividade dentro da universidade.

A UnB atravessa, atualmente, um momento desafiador, como todas as Instituições de Ensino Superior públicas do país. O corte de verbas cada vez maior, a desvalorização da pesquisa, a diminuição da autonomia da gestão são situações evidenciadoras do desmonte pelo qual passam as universidades brasileiras. Como exemplo da desvalorização da ciência, a revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea da UnB, encerrou suas atividades em maio de 2021, por falta de financiamento.

É uma grande perda para a ciência deixar de circular uma revista qualificada como A1 na avaliação da Capes e reconhecida nacional e internacionalmente.

Conforme consta no site do Instituto de Letras, no mesmo anuário, dos 134 cursos de graduação, o Instituto de Letras oferta 15 cursos presenciais e um a distância, conforme consta no quadro a seguir.

Quadro 04 - Cursos de graduação do IL

LICENCIATURA
Português do Brasil como Segunda Língua
Língua de Sinais Brasileira/Português como Segunda Língua
Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-americana
Língua e Literatura Japonesa
LICENCIATURA E BACHARELADO
Língua Portuguesa e Respectiva Literatura
Língua Francesa e Respectiva Literatura
Língua Inglesa e Respectiva Literatura
BACHARELADO
Tradução/Espanhol
Tradução/Inglês
Tradução/Francês
Línguas Estrangeiras aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (Licenciatura)

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do sítio eletrônico do IL/UnB.

Ainda segundo a mesma publicação, no 2º semestre de 2019 havia 1190 alunos matriculados nos cursos do IL no período noturno. No primeiro semestre de 2020, segundo o Departamento de Linguística, Literatura e Línguas Clássicas (LIP), encontravam-se 443 alunos ativos no Curso de Licenciatura em Letras/Português e Respectiva Literatura, período noturno. A criação deste curso data de 17 de novembro de 1995, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

3.3.2 Documentos

Considerando os questionamentos que faço acerca da natureza da formação de docentes, e de como os documentos que a norteiam foram paulatinamente moldados para atender aos interesses puramente mercadológicos, analiso-os a seguir. Levo em consideração também as normativas que foram sendo dispostas ao longo da fase restritiva da pandemia, considerando o ensino remoto emergencial e a EaD.

3.3.2.1 Projeto Pedagógico do Curso e marcos legais

Duas informações iniciais na proposta pedagógica do curso me chamaram a atenção. Primeiro que a formação de professores de Educação Básica é basilar em sua estrutura, e depois que o curso tem um comprometimento maior com a licenciatura do que com o bacharelado, por acreditar que a formação de professores é primordial para a área educacional do país. A proposta afirma atender às novas Diretrizes Curriculares do Curso de Letras (Parecer CNE/CES nº 492 de 3 de abril de 2001) e às disposições da Resolução CNE/CP nº1, de 18 de fevereiro de 2002 para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena.

Dentre as competências e habilidades propostas para serem adquiridas por seus alunos ao longo do curso, previstas no Projeto Pedagógico (2014), destaco o “domínio do uso da língua portuguesa, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos” (PPC, 2014, p. 4) pois quando se menciona recepção de textos refere-se a leitura e “visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias que fundamentam sua formação profissional” (PPC, 2014, p. 4). Isso porque o estudo das teorias literárias certamente inclui, de alguma maneira, aquelas relacionadas às práticas de leitura.

A sala de leitura, um tipo de biblioteca setorial voltada para a área de Letras, e o laboratório de textos, destinado à “prática de leitura e produção de textos referentes às disciplinas que contribuem para essa formação” (PPC, 2014, p. 5), são espaços pensados para proporcionar a realização de atividades que contribuam para a formação de leitores.

Para além da estrutura física, as disciplinas são muito mais essenciais para formar professores. De forma direta, as disciplinas constantes no currículo que aludem especificamente à leitura são “Leitura e Produção de textos”, obrigatória nos cursos de Letras – Português e em outros cursos da Universidade, e as optativas “Oficina de formação do professor-leitor”, “Processos de leitura e escrita” e “Leitura Crítica textual para tradução”. Indiretamente, outras disciplinas acabam por desenvolver habilidades relacionadas à leitura, pois é uma prática

orgânica e atrelada a áreas do conhecimento como a literatura. Outro aspecto que demonstra a preocupação com a formação do professor-leitor é a leitura reflexiva configurar como uma das metodologias usadas nas aulas e sua efetivação será discutida na análise de dados.

A Resolução CNE/CP N° 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as diretrizes para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena não alude especificamente à leitura, mas orienta que no Projeto Pedagógico dos cursos deve estar previsto o desenvolvimento de competências relativas ao domínio dos conteúdos que serão ministrados e isso com certeza inclui a competência das práticas da leitura em um curso de formação de professores de Língua Portuguesa e Literatura. O PPC atende essa orientação quando, dentre outras indicações, estabelece a formação teórica nas áreas de literatura e linguística como um dos eixos principais orientadores do currículo

De acordo com as Diretrizes Curriculares do Curso de Letras (Parecer CNE/CES 492/2001), todas as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas para o exercício de atividades do profissional de Letras necessitam da leitura como ferramenta: professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais. Leitura em sentido amplo mesmo; já a leitura como objeto de estudo está associada mais intimamente com as atividades de revisores de texto e críticos literários. As mesmas diretrizes preveem que “os estudos linguísticos e literários devem fundamentar-se na percepção da língua e da literatura como prática” (CNE/CES, 2001, p. 31). Essa concepção de língua e literatura apontam para a concepção de leitura também como prática social.

A Resolução CNE/CP n° 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica estabelece como um dos fundamentos pedagógicos para os cursos de formação de professores “o desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta” (CNE/CP, 2019, p. 5). Também institui que a carga horária prevista para o aprofundamento na área de conhecimento deve abranger a habilidade de “proficiência em Língua Portuguesa falada e escrita, leitura, produção e utilização dos diferentes gêneros de textos, bem como a prática de registro e comunicação, levando-se em consideração o domínio da norma culta”. (CNE/CP, 2019, p. 7)

Em nenhum desses documentos encontra-se alusão explícita à formação do professor enquanto leitor, o que denota que essa não é uma preocupação explícita. Claro que esta formação está implícita em outras habilidades e competências previstas para o profissional de

Letras, mas o fato de não estar enfatizada pode apontar para a necessidade de uma discussão atenta e sensível para essa questão.

3.3.2.2 Estágio Supervisionado Obrigatório: excepcionalidade em tempos de pandemia

Um dos grandes impactos da pandemia na formação inicial de professores foi a realização do estágio obrigatório ter passado, excepcionalmente, para a modalidade remota, conforme autorização do MEC por meio da portaria nº 544/2020. Para tanto, a UnB adicionou um termo ao convênio de estágio com a Secretaria de Educação do Distrito Federal em 31 de agosto de 2020. A Coordenação de Integração das Licenciaturas (CIL) criou a Comissão Especial de Estágio Obrigatório a qual divulgou orientações pedagógicas para o estágio obrigatório no Ensino Remoto Emergencial nas Licenciaturas da UnB. A Resolução nº 59/2020 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEP) conferiu autonomia para que cada colegiado dos cursos de licenciatura pudesse definir sobre a manutenção da oferta das disciplinas de estágio supervisionado. O parecer CNE 11/2020 também dá encaminhamentos sobre a substituição das atividades práticas pelas não-presenciais e reitera o uso da TDICs também como forma de aprendizagem e preparação para o trabalho.

O estágio é composto pelas etapas de observação e regência e ambas, em decorrência da covid-19, passaram a ser realizadas de forma remota. As orientações e sugestões pedagógicas recomendam a leitura e a análise do PPP da escola e a entrevista do professor supervisor e da turma do estágio para conhecer melhor a realidade da escola, diante da impossibilidade de fazê-lo pessoalmente. Quanto à observação das aulas remotas, sugere-se um roteiro para a assistência às atividades síncronas e assíncronas. Para a regência, há recomendação de uma metodologia para organização do plano de aula. O retorno para a realização do estágio presencial foi condicionado à comprovação de imunização dos estagiários por meio da vacina.

De acordo com informações da Secretaria da Graduação do Instituto de Letras da UnB, o estágio na modalidade remota ocorreu, principalmente, durante o ano de 2021, quando as aulas remotas e a documentação contratual de estágio já estavam estabilizadas e o voltou para a modalidade presencial em 2022. Com relação à oferta das disciplinas teórico-práticas, houve a suspensão de algumas disciplinas majoritariamente práticas. Outras foram adaptadas para a realidade do momento. Houve pouco acolhimento dos estagiários nas escolas pelos professores regentes durante a modalidade remota. Também informaram que houve diversas dificuldades

encontradas pelos estagiários durante a modalidade remota, desde a dificuldade contratual, para oficializar o registro de estágio, à dificuldade de acompanhar as aulas.

Os estudantes em formação durante a pandemia serão professores quando a pandemia acabar ou antes mesmo que ela acabe, portanto não terão experiência quando retornarem, mas terão a experiência de um momento único que trouxe vários aprendizados e quero crer que estarão mais familiarizados com as TDCIs.

Reiterando a influência das organizações multilaterais e o crescimento da iniciativa privada durante a pandemia, em abril de 2020, a empresa de educação Ânima contraiu um empréstimo no valor de R\$450 milhões da International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial.

Na edição nº 28 do boletim do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), 2021 apresenta e analisa os desafios impostos pela pandemia na área das políticas sociais e mostra o que foi feito para enfrentá-los. Com relação à educação, e especificamente ao ensino superior, primeiramente é feita uma contextualização sobre a natureza e organização das instituições, quando se observa o reconhecimento da qualidade superior das públicas, mas frisa que as privadas também proporcionam qualidade. Constata-se a partir de dados de 2018 – período não muito distante da pandemia, portanto – 75% dos alunos do ensino superior estavam em instituições privadas. Fato evidenciador da política de expansão de vagas na rede particular por meio de investimentos públicos, como mostrei anteriormente. Relevante também é o fato de o ingresso de estudantes ser mais concentrado nas parcelas mais abundantes da sociedade brasileira. Sendo que o Brasil apresenta um número reduzido de população certificada no ensino superior.

Em 2018, 46,8% dos estudantes tinham financiamento ou bolsa (FIES, PROUNI e outras modalidades), mas a pandemia diminuiu o número de alunos detentores desse auxílio. Inclusive, foi proposto um projeto de lei (nº 1841/2021) para suspender o pagamento das parcelas do FIES durante a pandemia para estudantes desempregados ou com renda familiar de até 3 salários mínimos. Sua tramitação ainda está em andamento (SENADO, 2021).

Debruçando-se sobre os dados estatísticos é possível anotar o crescimento da EaD²⁰ em detrimento do o ensino presencial, o que pode respaldar o *lobby* dos conglomerados

²⁰ Segundo o INEP, que elaborou o Censo da Educação Superior, os cursos de graduação na modalidade Educação a Distância, em uma década, cresceram, em alunos matriculados, na ordem de 274, 3%, ao mesmo tempo que os cursos presenciais registraram queda de 8,3%. In: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada#:~:text=Em%202021%2C%20foram%20mais%20de,queda%20de%208%2C3%25>.

educacionais para que essa modalidade de ensino, a médio ou longo prazo torne-se a preponderante, ao menos para uma parcela específica da população. Confirmando, desse modo, o êxito do projeto neoliberal da educação das organizações multilaterais.

Sobre o perfil de formação de docentes a presença de doutores e o contrato de trabalho em tempo integral é majoritária nas instituições públicas, enquanto nas privadas a maioria é de mestres com contrato de tempo parcial, respeitando-se o número mínimo de professores doutores exigidos por lei. Dados que apontam para a precarização da relação de trabalho dos docentes.

A evasão escolar já era alta antes da pandemia, o fechamento das escolas causou um aumento desse número sobretudo nas IES privadas, devido a dificuldade dos alunos de efetuarem o pagamento das mensalidades, por conta da crise financeira agravada no período pandêmico.

É possível afirmar, a partir de dados do Censo da Educação Superior de 2020 e do ano seguinte, que os alunos do ensino presencial foram mais afetados que os da EaD. Embora a evasão escolar registrada nos cursos presenciais não chegue a 10% é inegável não admitir que a aqueles que não se evadiram os riscos da crise econômica resultante da pandemia são mais afetados, reflexo provavelmente, segundo o documento, das dificuldades decorrentes do ensino remoto na pandemia e do fato de apresentarem cursos mais altos e com mensalidades mais elevadas.

Num evidente ataque às IES públicas, os defensores dos interesses da educação privada, até mesmo dentro da antiga gestão do MEC, em diversas manifestações públicas, falaram que as instituições privadas foram as que reagiram melhor na adaptação às novas condições pandêmicas em se comparando com as públicas. Note que em outros aspectos foram apresentados dados estatísticos para argumentar e aqui apenas o debate público afiançou a constatação. A demora de atuação é pautada no fato da reduzida oferta de EaD, levando à conclusão de que oferta a modalidade à distância é mais benéfica. A partir de gráficos apresentados busca-se provar que não havia necessidade de estender a suspensão de aulas sob a alegação de que os alunos não tinham acesso à internet, já que a maioria deles estão na faixa etária de 18 a 24 anos de idade, para a qual é mais difundida a disponibilidade de equipamentos de acesso à internet.

A defesa das instituições privadas e da EaD é evidente e mostram a opção do governo em tratar a educação como um bem mercadejável ao desmerecer as instituições públicas e exaltar as privadas, numa clara continuidade de subordinação aos preceitos bancomundialistas.

Dermeval Saviani e Ana Carolina Galvão (2021) criticam e apontam as graves consequências da adoção apressada do ensino remoto emergencial, como a marginalização tecnológica de inúmeros alunos, a exploração e a precarização do trabalho docente, a falta de amplas discussões democráticas para definição do modelo adotado e a subordinação da educação aos interesses mercadológicos. Contra o ensino remoto emergencial ser apontado como única possibilidade para a educação durante a pandemia, os autores propõem soluções alternativas à modalidade implementada que preservem a tríade vista por eles como essencial para a manutenção da qualidade do processo de ensino aprendizagem, qual seja “conteúdo-forma-destinatário”. No ERE, esses três elementos, para os autores, correspondem a “conteúdo esvaziado, forma empobrecida e destinatário excluído a priori ou ludibriado sobre sua aprendizagem”. (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 43)

Os autores lembram que o ensino virtual adotado agora abre as portas para ceder às pressões e atender aos interesses mercadológicos de implementação da EaD como substituição do presencial de forma permanente após a pandemia, devido também à falta de comprometimento por uma educação pública de qualidade, a letargia das entidades de classe e movimentos sociais e no âmbito da educação superior pública, a anuência dos reitores, sobretudo daqueles indicados pelo presidente, em detrimento do respeito à escolha da comunidade acadêmica.

A mercantilização da educação é impulsionada pela perspectiva de grandes lucros a partir de investimentos menores. É a “uberização” da docência que submete os professores a vínculos trabalhistas precários, jornadas extensas de trabalho e grande número de alunos; situação aprofundada pelo ensino remoto. O trabalho remoto dificulta a imposição de limites e sua fiscalização, o que acaba levando a exaustivas jornadas, que por sua vez levam a adoecimento por questões patológicas osteomusculares, gastrointestinais e socioemocionais e saúde mental. Os professores além de terem que preparar aulas com ferramentas as quais não estavam habituados, fazem atendimentos por *WhatsApp* 24h, porque os alunos também não estavam preparados, participam de reuniões, webinários. E ainda precisam conciliar tudo isso com os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos que estão sem aula. Segundo o PNAD COVID (IBGE, 2020), 7,9 milhões de pessoas estavam em trabalho remoto de maio a novembro de 2020. E as mulheres são maioria no número de pessoas no teletrabalho. Como geralmente a maioria dos docentes são mulheres, podemos inferir que são elas também na docência que mais tiveram que lidar com a dupla jornada em casa. Tal situação no contexto profissional da educação é uma vertente dessa “uberização” do trabalho, em que o progresso da tecnologia é transformado em meio de submeter o trabalhador a exaustivas jornadas, ao invés de liberá-lo

para ter mais tempo livre, assim como ocorreu na Revolução Industrial. Fenômeno esse que acentua a marginalização e reduz os trabalhadores a seres descartáveis. “Além de se apropriar do agir do docente em seu processo de trabalho, retém o seu saber.”. (ALESSI *et al*, 2021 p. 18)

Amanda Moreira da Silva (2020) faz uma análise da frágil situação dos docentes e observa que já antes do isolamento social estava em andamento o processo de precarização de seu trabalho, devido a processos como a “uberização”, que agora soma-se ao que ela denomina de “youtuberização”²¹ (SILVA, 2020, p. 590), com a imposição de que o ensino se faça por trabalho remoto, agravando a precarização das relações laborais desses profissionais.

As formas de contratação, a baixa remuneração e as extensas jornadas de trabalho já eram a realidade de milhares de educadores. A autora define essa dura realidade docente de “preariado professoral”: uma camada da classe trabalhadora docente que atua no setor público, mas possui uma condição diferenciada dos professores estáveis-formais, sendo estes últimos aqueles grupos concursados, que possuem acesso aos direitos trabalhistas, possibilidade de organização sindical, perspectiva de carreira profissional e, por isso mesmo, tendencialmente mais estáveis. (SILVA, 2020, p. 590)

A conjuntura pandêmica intensificou essas condições com a suspensão de contratos de trabalho, a demissão e o aumento de carga de trabalho de profissionais que tiveram repentinamente que migrar para uma modalidade de trabalho à qual não estavam preparados além de não ter respeitado sua jornada diária de trabalho, estendida pelas condições do *home-office*.

O ensino remoto foi mais um elemento da precarização pois inseriu bruscamente os professores numa nova dinâmica de trabalho e tendo como ferramenta de trabalho seus próprios computadores e dispositivos eletrônicos e como local de trabalho suas próprias casas. Segundo a pesquisa “Trabalho docente em tempos de pandemia” realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG), em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)²², 89% dos professores da educação básica pública não possuía experiência anterior com o ensino remoto; 41,8% não participou ou está participando de alguma formação

²¹ Para a autora, *uberização* é o intenso movimento de precarização das relações de trabalho para profunda exploração dos trabalhadores. Enquanto *youtuberização* define o processo que muda o ensino presencial para *on-line*, ainda que as ferramentas usadas vão para além do uso da plataforma do youtube.

²² Disponível em: <https://gestrado.net.br/pesquisas/trabalho-docente-em-tempos-de-pandemia-cnte-contee-2020/> Acesso em 16 fev 2023.

para uso de tecnologias digitais em sala de aula; 50,9% compartilha os recursos tecnológicos com outras pessoas da casa e, por isso, o tempo para utilização é restrito. Dados esses que evidenciam o tamanho do desafio enfrentado pelos professores que sequer tinham vivências com o modelo de ensino adotado às pressas.

Os autores (ALESSI *et al*, 2021) sugerem propostas alternativas para a educação durante a pandemia, que inclusive dizem muitas já terem sido levantadas por outros educadores e instâncias coletivas. Dentre elas, a construção participativa e democrática das diretrizes sobre o funcionamento das instituições escolares, condições de trabalho, auxílios estudantis para os universitários e criação de plataformas virtuais públicas. A não implementação e a resistência ao aligeirado ERE era necessário pois ele atendia aos interesses intencionais de ampliar a EaD.

Entretanto, considero um pouco quiméricas suas proposições, já que propõem condições de trabalho que sequer existiam antes da instalação da crise sanitária. A construção democrática sugerida tampouco ocorria anteriormente para decisões importantes da educação.

Como se não bastasse a educação está a serviço do capital, a corrupção no MEC no governo durante a pandemia foi apurada pela Polícia Federal e no dia 22/06 o ex-ministro (terceiro a comandar a pasta) Milton Ribeiro foi preso por ser acusado de corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência por suspeita de participação em esquema de favorecimento de liberação de verbas do FNDE. A investigação apura a influência de dois pastores, sem cargo no governo, Gilmar Santos e Arilton Moura, junto ao MEC que atuavam de maneira informal junto a prefeitos para liberar recursos do ministério em troca de propina. (G1, 2021)

A agenda neoliberal foi péssima para o combate à pandemia porque a defesa de gastos sociais e a redução do tamanho do Estado fez com que a pandemia encontrasse um Estado com lento poder de intervenção e com capacidade insuficiente para reagir rapidamente principalmente com relação à saúde. O desmonte da saúde praticado há anos, fez com que a pandemia encontrasse o SUS sucateado, com capacidade de atendimento e internações insuficientes para a rotina normal, logo quase impraticável para uma situação de aumento exponencial de doentes. O subfinanciamento do SUS e a inexistência de uma articulação e coordenação nacional no enfrentamento à pandemia foram catastróficas para a população. O Ministério da Saúde sem a condução de um profissional defensor da ciência e desligado dos interesses políticos do governo, o governo não assumiu a compra dos respiradores, máscaras e vacinas e fez a aquisição por meio de consórcio. O que acarretou em materiais pagos e não

recebidos e em muitas denúncias de superfaturamento dos produtos²³. Em 2021, o governo federal deixou de gastar 20% do orçamento previsto (R7, 2021). E em 2020, até o mês de julho, o Ministério da Saúde havia gastado apenas 29% da verba destinada ao combate da pandemia. (RBA, 2020)

Na educação, as escolas públicas já afundadas em uma infraestrutura precária, não apresentavam o mínimo de condições sanitárias de lidar com a pandemia, de manter os alunos afastados ou de reduzir o número de alunos por sala de aula, de ofertar máscaras e álcool em gel a todos. Some-se a isso o aumento do nível de insegurança alimentar de parcela significativa da comunidade discente que encontra na escola a possibilidade de perfazer pelo menos uma refeição diária, ou até duas, em escolas de configuração integral e que com as instalações fechadas, viu-se desamparada. Mesmo com vários governos estaduais oferecendo cestas básicas ou eventualmente abrindo os colégios somente para as refeições, ainda assim foi um paliativo frente ao tamanho da crise.

A realidade dos professores durante a pandemia não está sendo favorável, em que os aspectos do capitalismo estão exacerbados, que a vida humana é colocada em segundo plano em relação à economia. Como a crise sanitária afeta a educação, consequentemente impacta duplamente os professores. Por serem responsáveis diretos pela formação dos alunos para o mercado capitalista e por sua própria formação visar a atender as necessidades do capital.

3.4 O professor-leitor: a formação docente e os impactos da pandemia

Para António Nóvoa (2022), as melhores respostas aos impactos pandêmicos causados pela educação não vieram dos governos, mas dos professores que trabalharam coletivamente para manter o processo de aprendizagem e que seu papel sofrerá alterações intensas, já esperadas anteriormente, mas agora serão inevitáveis. Às ações de dar aula serão integradas as de orientar, apoiar e acompanhar os educandos em seus trabalhos, em um movimento de globalização do trabalho educativo.

O ato de ler, inicialmente uma prática individual, é intermediado, atualmente, por “profissionais da leitura” (LAJOLO, 2006, p. 105), como os professores, a exemplo, que podem incorrer no fato de distanciar ainda mais o leitor e o significado do texto. Por isso, é fundamental que o estudante de licenciatura reflita em sua formação sobre sua futura prática enquanto

²³ Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/debate/2020/Os-desafios-da-pandemia-em-meio-ao-desmonte-neoliberal-no-pa%C3%ADs> <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-e-pandemia/>. Acesso em 03 jan 2022.

intermediador da leitura na sala de aula. Fundamentado pela perspectiva sociointeracionista, Vygotsky atribui ao “outro”, o papel de mediador.

O fundamento primordial para a construção do sujeito-leitor é o diálogo estabelecido a partir destas mediações com o "outro", vislumbrando a defesa pelo letramento, através do uso efetivo dessa tecnologia em práticas sociais que envolvem a língua escrita, em uma prática de formação de professores engajada com uma formação omnilateral e que envolve uma dimensão política na relação com os sistema, alunos e categorias.

Para atingir tais objetivos, os professores de Língua Portuguesa e Literatura precisam ser, sobretudo, leitores, tendo a graduação como um importante espaço para formação inicial de leitores em nível profissional. Partindo da máxima que “pode-se ensinar o que desconhece”, a filosofia *Panecástica*, trabalhada no capítulo anterior, está em consonância com a perspectiva freireana ao vislumbrar uma concepção de educação pautada na lógica das associações a serem realizadas pelo sujeito autônomo, na contramão de um mestre explicador que, detendo todo o caminho metodológico, indicará uma sucessão de textos a serem recebidos de forma passiva pelos alunos. Há nestas concepções filosóficas uma viragem epistemológica referente ao espaço de formação inicial de leitores em nível profissional; ao pensar na educação como prática de liberdade para uma formação omnilateral, estes espaços revestem-se de um caráter de resistência política e pedagógica contra o autoritarismo, a educação bancária, o controle das mentes e corpos, afirmando-se como espaço de construção da cidadania.

Mas não é sem motivo que os poderes tenham temido tanto as leituras não controladas: a apropriação da língua, o acesso ao conhecimento, como também a tomada de distância, a elaboração de um mundo próprio, de uma reflexão própria, propiciados pela leitura, podem ser o pré-requisito, a via de acesso ao exercício de um verdadeiro direito de cidadania.”. (PETIT, 2009, p. 148)

Embora a leitura literária seja extremamente relevante, ainda mais para a formação inicial do profissional de Letras, não é a única possibilidade de leitura formativa. Há uma infinita gama de possibilidades de gêneros para agradar a uma diversidade de leitores, mas, mesmo assim, o percentual de brasileiros que têm a prática de leitura, conforme a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2020), ainda é baixo: 52%. E o pior é que, se comparado à pesquisa anterior, de 2015, esse número diminuiu, pois era 56%. A definição da pesquisa de leitor como “aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses” (IPL, 2020, p. 19) revela como a leitura fragmentada caracterizada por Chartier (2020) e Horellou-Lafarge e Segré (2010) forjou a concepção de leitor da pesquisa por ser consonante com o modo de leitura praticado no século atual. Essa ideia é corroborada pela constatação de que 87% dos participantes leram livros em partes, ao passo que 59,9% leram livros inteiros.

Como mencionei anteriormente, a fragmentação das atividades (HAN, 2015) praticada por nossa sociedade resulta também na leitura fragmentada fortemente praticada em decorrência dos usos da mídia social (CHARTIER, 2020). Entretanto, Nicolás Kwiatkowski em entrevista com Roger Chartier problematiza o fato de que essa leitura entrecortada não seria anterior ao mundo digital e praticada no mundo impresso, inclusive fortemente no contexto universitário contemporâneo. As leituras acadêmicas com os fins pragmáticos de preparo para avaliações podem levar os estudantes a ler partes de livros sobre um mesmo assunto, por exemplo.

Na capital federal, onde este estudo é realizado, ainda citando a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (IPL, 2020) 50% dos brasileiros são leitores. O perfil do leitor é majoritariamente feminino, 51%; 58% é estudante; e 33% têm formação em nível superior. Dos consultados, 57% começaram a se interessar por literatura (contos, crônicas, romances ou poesias) porque viram filmes baseados em livros ou histórias de autores; e 51%, por causa de indicação da escola ou de um professor ou professora. E há um dado surpreendente em um contexto de mediação tecnológica tão difusa: sobre o último livro que os respondentes leram ou estão lendo, 30% foram comprados em lojas físicas e 9% pela internet; 67% preferem ler livros em papel; já entre os leitores de literatura, esse número aumenta para 70%, diferentemente do 17% que preferem livros digitais; para 16% tanto faz. Esses dados podem revelar o quanto boa parte da população ainda sofre de uma exclusão digital.

Um resultado interessante é a motivação para terem se interessado por literatura: 52% disseram ser por causa de indicação da escola ou de um professor ou professora. O que reforça as afirmações dos teóricos ao mostrarem que historicamente as instituições de ensino sempre foram espaços de difusão de leitura. Mais uma razão para preocupação com a formação de professores futuros formadores de leitores. Reforço que esta pesquisa foi realizada no período pré-pandemia, muito embora não mensure possíveis impactos que ela tenha causado, revela importantes dados referentes às práticas dos leitores da cidade – Brasília – em que esta pesquisa se realiza e, portanto, ajuda na compreensão do leitor pesquisado.

O impacto da pandemia nas instituições de ensino superior pode ser observado, além de vários outros elementos, pelas estimativas do UNESCO-IESAL (2020) que apontam que 3,4 milhões de estudantes e 1,4 milhão de docentes na América Latina e Caribe vêm sendo afetados pelo fechamento temporário destas instituições. Um número muito significativo por equivaler a quase mais de 98% da população docente e discente de nossa região. Uma pesquisa realizada no início da pandemia pelas cátedras da UNESCO indica que as principais questões enfrentadas pelos graduandos ibero-americanos são a conectividade à internet, preocupações econômicas e

manutenção de uma rotina regular. Certamente algumas dificuldades se acentuaram e outras surgiram em decorrência, principalmente, da súbita virtualização do ensino nos cursos de licenciatura também, acirrando as desigualdades históricas e sociais no ensino superior brasileiro. Dentre todos esses aspectos no contexto da educação superior, interessa-me investigar como o flagelo da covid-19 está afetando a apropriação da leitura dos licenciandos em Letras. A mencionada crise mantém grande parte da população brasileira marginalizada, que por estar excluída do acesso a direitos sociais, sofre ainda mais com as consequências da virulência da nova doença. Segundo Santos (2020), embora a etimologia do termo *pandemia* indique a abrangência de todo o povo no surto da doença, suas consequências alcançam mais intensamente uma parte dele. Em uma sociedade que tem presente e acentuada a vulnerabilidade social, em que grande parte da população não tem acesso aos direitos básicos, tampouco terá acesso à literatura (e a outras leituras) que também é um direito humano, como defende Antonio Candido (1995). Quem pode e consegue ler, portanto, está resistindo a um sistema desigual e excludente.

Ao investigar os impactos da pandemia nas representações e práticas de leitura dos licenciandos, busca-se entender como o leitor se relaciona com o texto e o recebe, os efeitos da obra sobre ele, analisar como os fatores sociais do momento pandêmico interferiram na prática da leitura dos alunos, identificar suas preferências, seus modos de leitura e se isso atuou sobre a produção dos materiais de leitura durante a pandemia. O conhecimento desses aspectos é fundamental para analisar as práticas de leitura neste momento de crise. Conjugando os fundamentos teóricos da História da Leitura, da Estética da Recepção e da Sociologia da Leitura levará à compreensão desses elementos. Essa associação, inclusive, é apropriada em pesquisas como a nossa, como o esclarecimento de Regina Zilberman (2008) de que

A Sociologia da Leitura, quando associada à perspectiva histórica, dimensiona o campo literário em termos que extravasam o foco adotado pela Teoria da Literatura, fecundando o diálogo com a pesquisa com fontes primárias, que alarga as fronteiras das duas áreas de conhecimento (ZILBERMAN, 2008, p. 91).

Abordar estas concepções de educação pautadas em práticas emancipatórias do professor em tempos de pandemia é coadunar com a importância do papel social da universidade para além de seus muros. Para Roger Chartier (2020), os professores são leitores profissionais e a leitura é uma maneira de se apropriarem intelectual e esteticamente do texto. A leitura literária pode contribuir profundamente para essa formação, não só de forma profissionalizante, como também no nível humanizador proposto por Antonio Candido – (...) “

ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e inconsciente”. (CANDIDO, 1995, p. 175)

Esse nível é alcançado pela organização da estrutura da poesia: (...) “o conteúdo só atua por causa da forma, e a forma traz em si, virtualmente, uma capacidade de humanizar devido à coerência mental que pressupõe e que sugere” (CANDIDO, 1995, p. 178). De igual modo, Michèle Petit, 2010 ressalta o caráter organizador dos textos cuja

a ordenação sequencial, a elaboração estética contida nos textos tranquiliza: o tempo é ordenado, os acontecimentos contingentes ganham sentido em uma história vista em perspectiva. E é como se mediante a ordem secreta que emana da literatura, o caos do mundo interior pudesse assumir uma forma”. (PETIT, 2010, p. 114)

O autor de *O direito à literatura* reitera ainda a dimensão dos desdobramentos da estrutura da obra literária quanto ao seu nível humanizador: (...) “o caráter de coisa organizada da obra literária torna-se um fator que nos deixa mais capazes de ordenar a nossa própria mente e sentimentos; e, em consequência, mais capazes de organizar a visão que temos do mundo”. (CANDIDO, 1995, p. 177)

Dessa forma, o estudante poderá adentrar esse universo de composição e compreendê-lo, o que lhe tornará um leitor mais crítico e reflexivo e contribuirá, portanto, para sua formação, evidenciando a função educativa e formativa da literatura, para além da visão exclusivamente pedagógica, preconizada por Antonio Candido:

A literatura pode formar; mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como um veículo da tríade famosa – o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida. Longe de ser um apêndice de instrução moral e cívica (...), ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela – com altos e baixos, luzes e sombras (CANDIDO, 2002, p. 83).

3.5 Os impactos da crise do capital nos cursos de formação de professores e os rearranjos realizados no formato remoto decorrentes da pandemia

Os impactos destas crises cíclicas do capital nos cursos de formação de professores impõem a lembrança que “o marxismo é a ciência do capitalismo” (JAMESON, 1994) e, que, portanto, não podemos postular sua morte já que seu objeto não desapareceu. Ao contrário,

segundo Frigotto (2003), o marxismo é a única teoria capaz de pensar o capitalismo dentro de uma perspectiva histórica e dialética evitando reducionismos, não sendo, todavia, imune a estes reducionismos e à reificação conceitual.

Na contramão de uma concepção de formação docente para um pragmatismo de executor de tarefas, sem uma crítica e sem a necessária mobilização para a luta, rememorar o arcabouço teórico e histórico desta tese traz à tona o desafio de pensar, por exemplo, a filosofia *Panecástica* que, embora tenha circulado em solo nacional, fora silenciada por motivos mais latentes do que nunca nestas crises do capital e neste contexto de pandemia. Há projetos de formação humana envolvidos em cada projeto de nação e, o sentido criador e emancipador do trabalho humano, que estimula a autonomia do aluno, definitivamente não atende aos interesses do capital. Como o ensino não é neutro, rearranjar o ensino em tempos de pandemia impôs lutas de interesses, sendo o Ensino Remoto Emergencial e suas manobras mercadológicas uma saída para este tempo, a qual analisarei no próximo tópico.

3.5.1 Ensino Remoto Emergencial

O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) por meio do discurso de atuar para melhorar a educação, saúde e infraestrutura da América Latina e do Caribe através de apoio financeiro e técnico, propaga os fundamentos capitalistas e contribui para a continuidade da supremacia estadunidense sobre o continente latino-americano. Em contrapartida aos empréstimos e doações, costumam fazer exigências aos países devedores, interferindo em suas políticas econômicas. Durante a pandemia, o BID divulgou documentos com orientações, principalmente econômicas e políticas, destinadas aos países da América Latina (TUÃO, 2020).

O documento *Do confinamento à reabertura: considerações estratégicas para a retomada das atividades na América Latina e Caribe no contexto da covid-19* sugere que embora o isolamento tenha sido importante para diminuição do número de mortes devido à COVID, a economia mundial não pode mais ser sacrificada. Propõe, portanto, o avanço do relaxamento do confinamento para que se conheça o nível de imunidade da população e o aumento de contágio do vírus sem as restrições. Fica compreensível o posicionamento de preocupação com o mercado capitalista ao priorizar a economia em detrimento de arriscar a vida das pessoas. Toma como modelo as medidas de países desenvolvidos, reforçando a colonização que os países ricos submetem os mais pobres.

Com relação à reabertura das escolas deixa claro, em mais de uma menção, que o motivo fundamental de sua reabertura são os aspectos econômicos, como de os pais poderem retornar aos seus postos de trabalho e não os estudantes voltarem às aulas, ainda que as crianças sejam superdisseminadoras, pois o importante é

(...) gerenciar a abertura gradual e segura das unidades de ensino, de forma que crianças e jovens possam continuar a educação e seus pais possam sair para trabalhar e, por último, criar as condições mais seguras possíveis para minimizar os riscos de contágio no local de trabalho (BID, 2020, p. 54)

Recomenda-se que o retorno às aulas inicie pela educação infantil e pelas primeiras séries, pois é a faixa etária que tem mais dificuldade para se adaptar ao ensino à distância e pelos moradores da zona rural devido à falta de internet ou eletricidade. Aventa-se de igual modo a continuidade da educação a distância depois que a pandemia acabar. A constituição de programas de formação de monitoria de voluntários com estudantes dos cursos de graduação e aposentados para auxiliar os alunos que precisarem é outra recomendação dada.

Interessante notar que a todo momento, cita-se os países desenvolvidos como modelos colocados a serem seguidos pelos subdesenvolvidos. Além de não considerar as imensas diferenças entre eles, desconsidera a experiência e capacidade de nossos países. Um documento do Banco Mundial apresenta as experiências internacionais para diminuir os efeitos pandêmicos na educação, no sentido de contribuir ao mostrar o que o Brasil pode aprender com o resto do mundo. Renata Tuão lembra que as orientações dadas pelo BID, especialmente as relacionadas à educação estão alinhadas as concepções educacionais do capital.

Tal defesa está intrinsecamente ligada aos pilares centrais das diretrizes educacionais propostas pelo capital, como a mercantilização da educação, o estreitamento da relação público-privada e o processo de aligeiramento da formação. Partimos do pressuposto que, sob o discurso da democratização do acesso ao ensino, da modernidade e da neutralidade tecnológica, as políticas de EAD são uma construção do capital com o objetivo de aprofundar a ofensiva capitalista no campo educacional. O período da pandemia tornou-se uma oportunidade para a classe dominante ampliar as suas estratégias políticas de dominação, sem maiores resistências dos setores populares que se encontram isolados socialmente e são a parcela da sociedade historicamente excluída no sistema capitalista (TUÃO, 2020, p. 32).

Rodrigo Lamosa (2020) fala da atuação das classes sociais dominantes por meio da fundação de organizações atuantes na educação brasileira e que, no contexto pandêmico, buscaram influenciar as políticas educacionais adotadas relacionadas ao fechamento das escolas e ao momento pós pandemia. Tais organizações têm apresentado iniciativas correspondentes ao projeto de educação neoliberal de formação para a classe trabalhadora. Elas estão divididas em duas frentes de tendência liberal representadas pelo movimento empresarial contrarreformista “Todos pela Educação” (TPE) e “Escola sem partido”, o qual unifica a vertente

ultraconservadora e que encontrou maior ressonância e visibilidade durante o governo do ex-presidente, embora a partir do golpe institucional de 2016 já se articulavam em defesa de pautas de extrema-direita e de fundamentalismo religioso. Esta última tem um grupo de empresários influentes politicamente sob o título de Instituto Brasil 200 que era contra o isolamento social, mesmo diante de tantas mortes causadas pelo contágio do vírus; além do estar à frente do projeto de lei proponente do *homeschooling*, aprovado em maio deste ano na Câmara dos Deputados.

Essa e outras propostas são a materialização de ações de investida contra a educação pública escamoteadas sob o pretexto de uma reforma educacional. Na pandemia, ficaram evidentes na Educação a Distância e em suas variantes – ensino híbrido, ensino remoto emergencial e outros –, ampliando-se fundamentalmente nas universidades privadas pela possibilidade de redução de custos e aligeiramento do ensino.

Desde o início da pandemia, algumas semanas após o fechamento das escolas e universidades, ocupando o espaço deixado pelo Ministério da Educação, o TPE colocou-se como responsável pela educação brasileira, promovendo uma articulação com o Conselho Nacional de Educação entre organismos brasileiros e internacionais para estabelecer diretrizes fundamentadas nas disposições da Coalizão Mundial pela Educação e do Banco Mundial que ressoaram e influenciaram as políticas educacionais do período pandêmico (HERDADE, 2020). Consonante com as recomendações da referida coalizão, o Ensino Remoto Emergencial foi posto, pelo TPE, como única alternativa para a continuidade das aulas durante a pandemia e defende, em nota técnica, a permanência do ensino remoto junto ao presencial, no formato híbrido no momento pós-pandemia. Herdade (2020) acredita que as discussões empreendidas pelo TPE são usadas para camuflar a propagação das diretrizes estabelecidas pelo Banco Mundial e podem ser notadas pela imprensa em remodelar a educação pública, pressionando pela regulamentação de políticas educativas durante a pandemia e pela constituição de um novo Sistema Nacional de Educação.

Letícia Fiera et al (2020) explicam que a continuidade da Educação a Distância após a pandemia interessa às corporações privadas disfarçada sob o pretenso intuito de contribuir para garantir o direito de aprendizagem aos vulneráveis; quando na verdade esperam lucrar, através dos fundos públicos, com a comercialização de toda a gama de produtos necessária para sua implementação em escolas públicas. Além de explorar os professores e familiares dos estudantes. Os autores ressaltam a clareza no documento da organização, que para a OCDE, a pandemia acabou por criar um "modo a eliminar barreiras existentes para ampliação da modalidade de ensino", posto que

As reformulações propostas implicam em mudanças ligadas ao mundo do trabalho em razão da reestruturação produtiva e da reconversão laboral docente. Está no horizonte o recrudescimento da exploração da força de trabalho para a produção de valor e consequente lucro. O desenvolvimento de estratégias de convencimento, de consenso, de hegemonia, para a incorporação deste projeto educativo restrito é imprescindível para a sociabilidade capitalista e as demandas do mercado. (FIERA *et al*, 2020, p. 26)

A pressão para a continuidade da EaD no período pós-pandemia e a defesa dos pressupostos neoliberais de mercantilização da educação também ficam nítidas na reportagem veiculada no site da Associação Nacional das Universidades Particulares, em 27 de abril de 2020, intitulado “Educação pós-pandemia e a urgência da transformação digital”. A permanência da EaD é defendida sob a constatação do fracasso do ensino presencial. Em um breve texto, a ideologia da mercantilização da educação é expressada em suas bases principais: na defesa da formação aligeirada dos estudantes ao questionar o modo de computação de horas previstas nos currículos, a defesa da inclusão de empresas na retomada da inovação na educação. Contraditoriamente, travestida da defesa da função social da escola e da escola pública, remonta ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, movimento elitista, ao defender a alegada inovação, quando na verdade em todo o restante do documento mostra acreditar na educação a serviço do capital. Defende de igual modo o apoio a empresas de produção tecnológica para educação. O oportunismo em um momento tão trágico para a humanidade fica evidente na declaração de que o melhor momento para a mudança educacional é durante a pandemia.

Há incoerências no documento da Associação, já que ao mesmo tempo que critica a falta de infraestrutura para a EaD, defende sua ampliação para pós pandemia. Ainda que defenda que a EaD que deve ser implantada permanentemente seja de “boa qualidade” diferentemente desta em prática no ensino emergencial, não aponta como superar os problemas de falta de capacitação dos professores, a equivocada replicação do modelo presencial para o remoto e a desigualdade de acesso às TDCIs.

A EaD, nos moldes defendidos pela iniciativa privada, tende a trazer uma série de prejuízos ao corpo docente: exploração e precarização do seu trabalho ao dispor das tecnologias para reduzir custos com a contratação de professores e aumentar a jornada de trabalho em casa, desvalorização do esforço dos profissionais ao trocar o conceito de contabilização do trabalho em horas/aula por tarefas realizadas, incorporação do conhecimento nos aparatos tecnológicos, expropriando, portanto, o conhecimento dos professores ao afetar sua autonomia pedagógica na elaboração de materiais, reduzindo-o ao papel de entregar saberes sistematizados antecipadamente. (COLEMARX, 2020)

A despeito da questionável qualidade do ensino superior privado, seu crescimento tem sido notado. Isso deve-se, em grande medida, ao aporte financeiro do governo federal por meio dos programas de financiamento de vagas na rede privada, PROUNI e FIES. Segundo COLEMARX (2020), no Censo da Educação Superior de 2018 o número de matrículas em licenciaturas foi maior na rede privada do que na rede pública. O aumento de 993% da modalidade EaD nos cursos de licenciatura, de 2005 a 2015, revela a tendência desta categoria na formação docente e aponta para a lucratividade das corporações educacionais com venda de materiais didáticos, menor gasto com infraestrutura e a transferência da responsabilidade para o aluno do acesso virtual.

No documento do Banco Mundial “América Latina e Caribe: educação superior” (Latin America and the Caribbean: Tertiary Education) em que são feitas orientações para apoiar a região durante a pandemia no combate ao coronavírus na educação superior, alude-se à continuidade da forma híbrida no período pós-covid, ao afirmar que as recomendações visam “apoiar a região com medidas não apenas para mitigar o impacto da COVID-19 no curto e médio prazo, mas também para melhorar a equidade, qualidade, relevância, eficiência e sustentabilidade do setor no longo prazo e, assim, “reconstruir melhor”. (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 5)

No mesmo documento, quando se menciona que os sistemas de ensino têm feito uso limitado da tecnologia, excetua-se Brasil, Colômbia e México, que produzem juntos mais da metade dos cursos *on-line* abertos em grande escala. Deixando claro que nosso país já se curvou à imposição das diretrizes do banco e que fatidicamente já adotou uma prática mercadológica na educação superior.

O Banco Mundial e a UNESCO sugeriram como uma das soluções para manutenção das aulas durante a pandemia a flexibilidade na regulamentação relativa a EaD para que possa ser realizada a aquisição de materiais de corporações para serem usados e considerados como atividades letivas. Dentre os produtos recomendados por eles, a plataforma Rede Escola Digital, segundo levantamento feito por COLEMARX, foi adotada por 16 estados, mostrando a influência/interferência e a adesão dos sistemas de ensino público à recomendação dos organismos internacionais.

Inclusive, o ensino remoto esteve sujeito às manobras mercadológicas como evidenciam os resultados de um estudo da Human Rights Watch de que 89% das plataformas de educação virtual de ‘edtech’ violaram a privacidade de crianças e adolescentes, com a conivência de 49 países. A análise técnica, realizada de março a agosto de 2021 mostra que os produtos avaliados vigiaram ou poderiam vigiar crianças e adolescentes e invadiram suas vidas privadas. Hábitos

e informações sobre quem eram e seus familiares, onde estavam e que tipo de dispositivo era acessível a suas famílias eram colhidas pelas plataformas e fornecidas para empresas de tecnologia de publicidade (*adtechs*). No Brasil, o envolvimento de compartilhamento de dados de crianças e adolescentes foi identificado na iniciativa “Estude em casa no estado de Minas Gerais”, e em São Paulo, na plataforma oficial do estado Centro de Mídias da Educação e em outras. A organização alerta para a responsabilidade do governo sobre a proteção das crianças e adolescentes e adverte sobre a urgência da necessidade de se tomar medidas reparadoras diante dessa situação. (Carta Capital, 2022)

Tal situação comprova os sórdidos interesses das empresas privadas escondidos sob a falsa intenção de contribuir para a formação de crianças ao oferecer plataformas virtuais gratuitas, além de mostrar o endosso do governo ao permitir que essas plataformas atuem livremente ao desrespeitar a privacidade dos alunos.

Ainda no bojo das recomendações das organizações supranacionais, o Banco Mundial e a OCDE recomendaram “Que os currículos da formação de professores sejam ajustados para flexibilizar a carga horária do estágio docente” e “Que se flexibilize a regulamentação dos fundos de forma a permitir o uso de recursos para auxiliar os pais a se formarem como tutores e a criar caminhos alternativos para a formação de professores” (COLEMARX, 2020b, p. 10). Recomenda que, nos casos em que se utilizem programas de televisão como meio educacional, o trabalho pedagógico do professor possa ser substituído por outros profissionais como atores, músicos ou médicos, ficando o professor responsável por tirar dúvidas e fazer contato com as famílias por meio de mensagens de e-mail ou por telefonia (SMS).

A culpa da recessão econômica foi toda colocada no isolamento social e para resguardar o funcionamento do mecanismo neoliberal foi adotado o discurso do voltar ao normal (ALESSI *et al*, 2020). Durante a pandemia, a precarização do trabalho docente foi ainda mais cruel. Com o emocional abalado, carga horária mais exaustiva, pois além da jornada referente a que seria presencial, ainda tinha que dar conta de alunos querendo sanar dúvidas a respeito da nova modalidade, trabalhar em casa e cuidar dos filhos ao mesmo tempo, já que não iam mais à escola, lidar com tecnologias que não tinham familiaridade, pois a EaD não era a realidade da maioria dos professores.

A formação inicial de professores foi afetada com relação ao estágio. Como eu disse na Introdução, as práticas profissionais de estágio foram suspensas no início da pandemia e posteriormente foi autorizada sua realização de forma remota (Portaria nº 544/2020 do MEC) consultar portaria e cuidar para não repetir o que já está na tese, mas mencionar aqui de novo.

Com relação à formação de professores continuada, o impacto foi na realização de cursos e treinamentos de ferramentas em TDCI (tecnologias da informação) que algumas instituições ofereceram para o corpo docente. “Instituições como o Senar e a plataforma Avamec, do Ministério da Educação, lançaram vários cursos gratuitos *on-line*. Algumas instituições públicas também investiram em cursos virtuais sem custo, para ajudar o docente a se qualificar para esse período de transição”²⁴.

A EaD atende também às demandas de capital de formação de trabalhadores aptos a se inserirem na nova configuração do mercado. Uma formação acelerada e com capacidade para formar uma grande quantidade de trabalhadores com baixos investimentos, por meio de transferência de responsabilidade da educação para professores e familiares.

Como as universidades têm autonomia, dentro dos parâmetros legais, cada instituição definiu como lidar com as aulas no período da pandemia, mas no geral, inicialmente, as públicas, suspenderam o calendário acadêmico.

Pelo que podemos ver das ações de cada estado para continuidade das aulas durante a pandemia, a maioria atendeu à orientação do Banco Mundial e OCDE, já que a maioria dos estados usa a plataforma Rede Escola Digital.

A LDB nº 9394/1996 sofreu alterações²⁵ em virtude da pandemia, como a flexibilização do calendário, dispensando a obrigatoriedade de cumprimento dos dias letivos, em 2020; a inclusão no currículo da educação básica de conteúdos relacionados à prevenção da violência contra a mulher e a instituição da Semana Escolar de Combate à violência contra a mulher; definição da educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino em 2021; e em 2022 foi incluída a obrigação do poder público de oferecer além da educação básica gratuita, os insumos necessários ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

²⁴ Disponível em: <https://www.plannetaeducacao.com.br/portal/a/459/formacao-de-professores-antes-durante-e-pos-pandemia> Acesso em 03/02/2022.

²⁵ Disponível em: https://pedagogiaparaconcurso.com.br/alteracoes-ldb-2019/#Alteracoes_LDB_2020 Acesso em 05 jun 2022.

4. Impactos da pandemia na prática de leitores licenciandos: uma análise da comunidade de leitores formada por alunos da licenciatura durante a pandemia

A leitura foi a minha maior arma para lidar com as situações que estamos vivendo. Eu li como nunca havia lido em toda a minha vida. Me deu forças, aprendizados e pude me conhecer melhor a partir das leituras que fiz, além de conhecer o mundo e compreender melhor as pessoas. Ter mais empatia, tolerância e resiliência com todos à minha volta. Com toda certeza, os livros foram os meus maiores educadores.

Participante 25

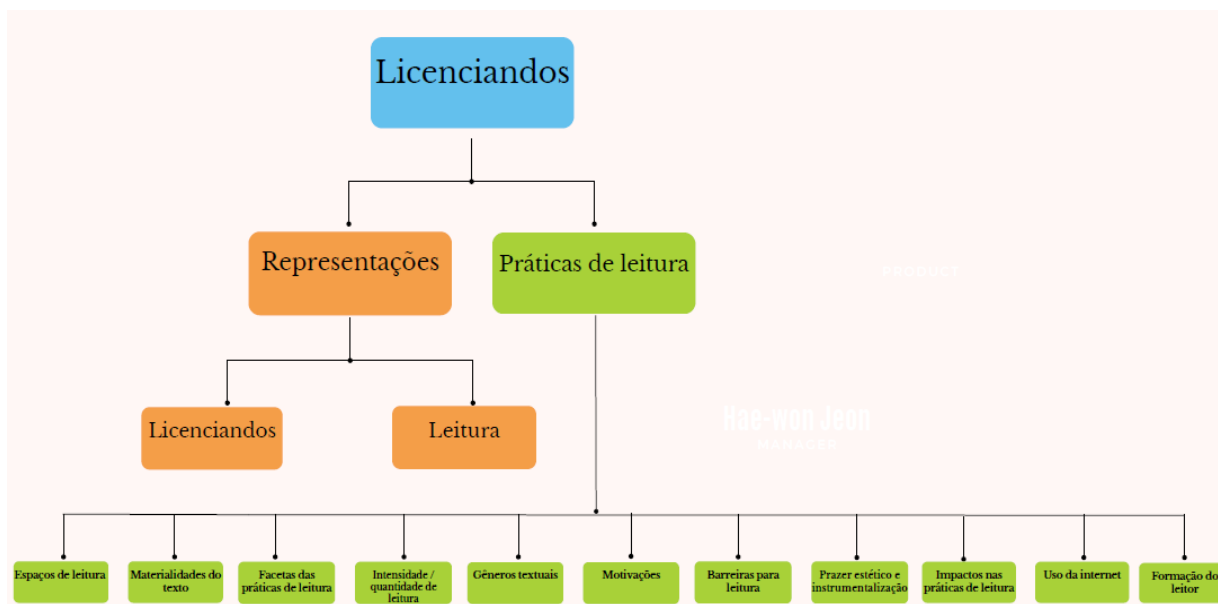
Na presente análise, focalizarei os modos de leitura apresentados pelos participantes - professores em formação -, partindo dos pressupostos teóricos abordados nos capítulos 02 e 03. Por meio do estudo histórico sobre a leitura nos capítulos anteriores foi possível compreender suas nuances como leitura literária, de fruição, enquanto potência no ato de resistência, passatempo, deleite, pragmática e de qualificação profissional, leituras comuns, de documentação, práticas, autodidáticas, entretenimento, recreativa, leitura para aprender a ler, dentre outros.

Por estarem em processo de formação inicial para a docência, os alunos da licenciatura, durante sua formação na graduação, estão empenhados em desenvolver a leitura com objetivos intelectuais e estéticos. É por isso que no presente capítulo, dedicar-me-ei a compreender o perfil do aluno que faz parte desta pesquisa, seu contexto de formação e como se constituem suas práticas de leitura sob a égide da História Cultural, da Estética da Recepção e Sociologia da Leitura, buscarei descrever o leitor e as práticas de leitura projetados nas respostas a fim de compreender os modos de leitura dos alunos durante a pandemia do SARS-CoV-2.

Como mencionei no capítulo 02, tanto a produção quanto a recepção de um texto constituem uma prática cultural (BARROS, 2005). Os sujeitos produtores e receptores circulam entre as práticas e representações; as práticas correspondem aos modos de fazer/de ler e as representações aos modos de ver a leitura. Práticas e representações se relacionam de forma complementar e mútua. Para Roger Chartier (2002), a leitura do livro gera práticas criadoras e

sociais simultaneamente. A classificação dos dados, guiada pelos pressupostos teóricos para compreender os modos de leitura durante a pandemia, levou às seguintes categorias analíticas:

Diagrama 01: Categorias analíticas



Fonte: Elaboração própria.

A partir dessa categorização, pode estabelecer uma estrutura para avaliar os impactos da pandemia na leitura que consistirá em examinar o corpus de análise constituído pelas respostas ao questionário aplicado. Obviamente, é compreensível que, nas respostas dadas pelos entrevistados, ocorra uma inevitável intersecção entre diversas categorias; ao longo da análise levaremos em conta, para a devida classificação, a hierarquia estabelecida.

No total foram 27 perguntas, sendo que a primeira se refere à concordância em participar da pesquisa e à ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A adesão dos participantes às perguntas deu-se na maioria das perguntas, como podemos visualizar na tabela abaixo:

Quadro 05 - Resumo da adesão dos alunos participantes às perguntas do questionário

ADESÃO ÀS PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO	
TOTAL DE PARTICIPANTES: 55	
PERGUNTA	RESPONDENTES
PERGUNTA 1	55
PERGUNTA 2	55
PERGUNTA 3	54
PERGUNTA 4	55
PERGUNTA 5	55
PERGUNTA 6	55

PERGUNTA 7	55
PERGUNTA 8	46
PERGUNTA 9	43
PERGUNTA 10	55
PERGUNTA 11	55
PERGUNTA 12	55
PERGUNTA 13	55
PERGUNTA 14	55
PERGUNTA 15	55
PERGUNTA 16	55
PERGUNTA 17	55
PERGUNTA 18	55
PERGUNTA 19	55
PERGUNTA 20	55
PERGUNTA 21	55
PERGUNTA 22	55
PERGUNTA 23	55
PERGUNTA 24	55
PERGUNTA 25	55
PERGUNTA 26	55
PERGUNTA 27	55

Fonte: Elaboração própria

As perguntas que não tiveram adesão total foram a número 3, que perguntava a idade e as número 8 e 9 com 83,63% e 78,18% de participação respectivamente. Essas perguntas que não tiveram 100% de participação foram justamente as abertas, que implicavam uma maior dedicação do participante. Considero um resultado relevante já que ainda que não tenham sido em totalidade, teve uma grande participação. Seguirei agora para análise de dados selecionados.

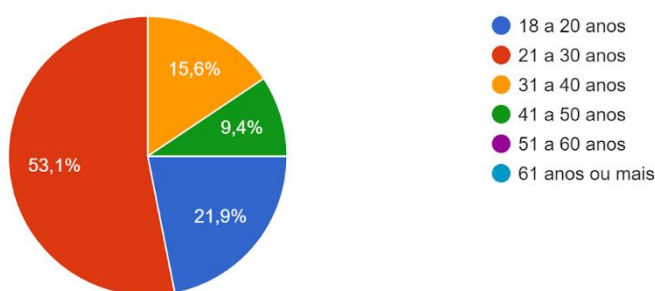
4.1 Representação dos licenciandos: a comunidade de leitores da Licenciatura em Letras

O gráfico abaixo ilustra o perfil dos participantes da pesquisa, os quais são majoritariamente jovens de 18 a 30 anos: a maior parte possui de 21 a 30 anos e em seguida estão os alunos entre 18 e 20 anos de idade, totalizando 75%. Tais dados apontam para a configuração do perfil que corresponde à “Geração Z”, composta por pessoas que nasceram entre 1990 e 2010 (o período varia de acordo com a literatura consultada). Por terem nascido em um ambiente totalmente digital, têm uma imensa familiaridade com o universo tecnológico, são realistas, independentes, comunicativas e preocupadas com a sustentabilidade. Com relação à aprendizagem, acedem às informações principalmente em *smartphones*, desempenham múltiplas tarefas ao mesmo tempo, possuem raciocínio não-linear, aprendem de maneiras variadas, preferem conteúdos em vídeos e pesquisam sozinhos informações que precisam. Presenciaram grandes avanços na era digital: a evolução para a internet móvel, o

armazenamento de dados em nuvem e a ampliação e popularização da realidade virtual. (DOT)²⁶. Por dominarem as ferramentas tecnológicas, os indivíduos dessa geração têm acesso à leitura de maneiras diversas: e-books, arquivos digitais, sites, *smartphones*, etc.

Gráfico 2 - Dados relativos à idade dos alunos participantes da pesquisa.

Sua idade:
32 respostas



Fonte: Gerado pelo Google Forms após a apuração automática dos dados.

Ter os jovens como a maioria dos respondentes é uma representatividade muito simbólica. A juventude é a fase que compreende o ciclo de vida que vai da infância à maturidade de um indivíduo (FREITAS, 2005). É preciso ter em mente que por ela se situar em um período histórico é uma construção também histórica, e portanto, para estudá-la faz-se necessário levar em consideração as circunstâncias sociais do momento histórico que a circunda (LEÓN, 2005). Logo, o jovem brasileiro, em 2020 e 2021, durante a pandemia da covid-19 é um sujeito social que está sendo afetado por suas consequências e está participando ativamente da elaboração deste momento da história não só do Brasil, mas do mundo.

No período juvenil a identidade vai sendo construída em um coletivo, num espaço de tempo que tem suas próprias características – uma geração. Assim, há uma busca não só por se constituir enquanto sujeito, mas de identificar-se nessa geração em que se sente inserido – é a “identidade geracional” (LEÓN, 2005, p. 14). É nesta fase que a maioria dos alunos de Letras está, e ao mesmo tempo em que se encontra em um processo de construção de identidade, já se prepara para formar alunos que logo estarão também nesse mesmo processo.

Além de serem majoritariamente jovens, os participantes apresentam uma singularidade distintiva e extremamente relevante para minha análise: são nativos digitais. Para Marc Prensky

²⁶ Disponível em: http://www.fatecsp.br/dti/pdf/geracao_z.pdf Acesso em 22 jan 2023.

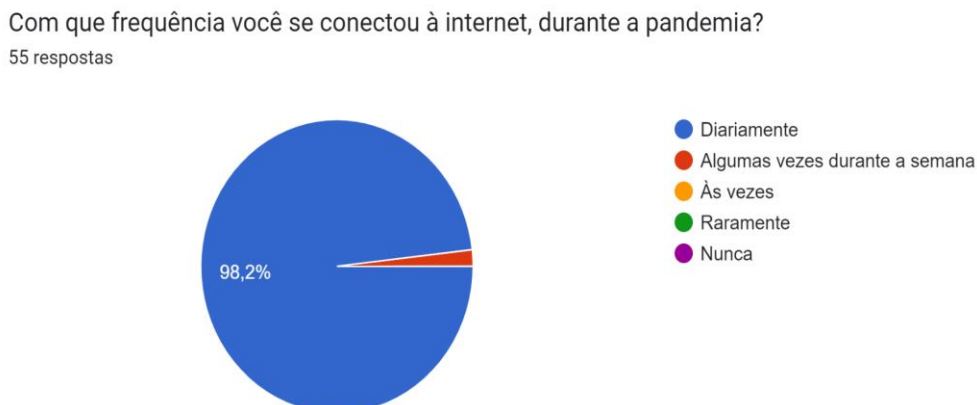
(2001), a expressão refere-se a pessoas que nasceram na geração em que os meios tecnológicos digitais se disseminaram largamente, e, portanto, são falantes nativos da linguagem digital da internet, *videogames* e computadores. É por isso que têm familiaridade com os produtos tecnológicos.

Embora os alunos pesquisados sejam nativos digitais, habituados desde sempre a usar os recursos tecnológicos, a pandemia os forçou a usarem integralmente as tecnologias digitais (TD) para assistir às aulas e realizar as atividades acadêmicas. 69,1% realizou suas leituras em formatos digitais. As atividades mais realizadas por eles demandaram o uso da internet ou dispositivos eletrônicos: redes sociais, ler (já que a maioria leu em formato digital), assistir a filmes e vídeos e ouvir música ou rádio. Informações demonstrativas de que os participantes dominam a linguagem digital mencionada por Prensky (2001).

O dado de que 98,2% dos estudantes (ver gráfico abaixo) conectou-se à internet diariamente, durante a pandemia, reforça que os respondentes de fato podem ser considerados nativos digitais. Pois, ainda que a denominação de Prensky (2001) abarque todos os nascidos nesse ambiente tecnológico de forma generalizada, a realidade brasileira de profunda desigualdade social não garante que todos tenham acesso ou saibam manejar os recursos tecnológicos. Aqueles que não usavam a internet diariamente antes da pandemia foram impelidos a fazê-lo para dar continuidade à rotina de estudos durante o isolamento social.

Nos capítulos anteriores, em uma perspectiva histórica, foram analisadas as transformações no suporte dos textos, da argila até o livro eletrônico, bem como nos modos de leitura desde a invenção da escrita até os dias atuais, sendo demonstrada a preocupação de Chartier com o uso perigoso do mundo digital no sentido de dominar todas as demais práticas e experiências de leitura, a partir da defesa que o digital e o impresso ocupem seus espaços sincronicamente. Com a expansão dos textos eletrônicos, escritores midiáticos e desmaterialização do livro, a revolução nos suportes do texto também contempla as maneiras de ler. Neste contexto de crise em que a leitura se tornou uma prática restritiva aos que sabiam ler, que tinham dispositivos eletrônicos, acesso à internet, moradia em dignas condições, saúde, dentre outros direitos, utilizar os meios tecnológicos digitais disponíveis para mediar o ensino não foi problema para os alunos que participaram desta pesquisa. As objeções apontadas foram o cansaço das telas, a falta do encontro entre as pessoas, já que professores e alunos não compartilham o mesmo espaço durante as aulas remotas.

Gráfico 3 - Frequência de uso da internet durante a pandemia



Fonte: Gerado pelo Google Forms após a apuração automática dos dados.

Apesar de não ter sido problema para este público específico, o estudo teórico desenvolvido nesta tese busca por caminhos para a superação do fosso da desigualdade gerada pelo neoliberalismo e capitalismo em seu permanente estado de crise e, principalmente neste contexto de crise sanitária, social e política agravada pela pandemia do coronavírus. Adentrar inúmeras janelas virtuais, em um contexto nacional que não tem efetivado direitos básicos de defesa à vida, liberdade, igualdade, moradia, saneamento, educação, internet, dentre outros, é um desafio imposto à maioria da população brasileira. À essa faixa etária correspondem as culturas digitais, mais ainda na pandemia, e as culturas juvenis, que têm se tornado representativas de diversos grupos sociais e múltiplas na contemporaneidade e vêm impondo sua inserção nos espaços de ensino, incluindo a educação superior. Mas,

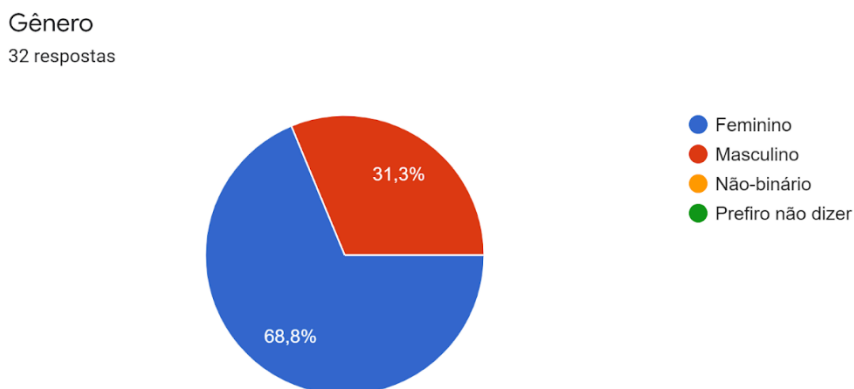
Por outro lado, esse novo paradigma de cultura tem fortemente se entranhado nas práticas sociais brasileiras e tem pressionado por mudanças na escola, provindos de setores em luta pela inclusão, democracia e igualdades de direitos, mediante movimentos sociais como os de gênero, raça, culturas populares, setores que têm lutado para se ver representados e que, como se disse encontram eco em estudos acadêmicos e em currículos do ensino superior, bem como em leis e documentos oficiais federais, estaduais e municipais (REZENDE, 2021, p. 92).

Considerar que o sujeito-leitor pesquisado está mergulhado nessa imensa gama de culturas é importante para analisar a conformação de seu horizonte de expectativas na sociedade atual e pandêmica.

Assim como na pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, 52%, em nosso recorte, a maioria dos participantes pertencem ao gênero feminino, sendo mais que o dobro do gênero masculino. O fato de o gênero feminino ser mais que o dobro do gênero masculino não é específico deste curso de Licenciatura da UnB. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2019

(BRASIL. INEP, 2020), há predominância das mulheres na participação percentual do número de matrículas em cursos de graduação em licenciatura: 72,2%, contra 27,8% de homens.

Gráfico 4 – Dados relativos aos gêneros dos alunos participantes da pesquisa



Fonte: Gerado pelo Google Forms após a apuração automática dos dados.

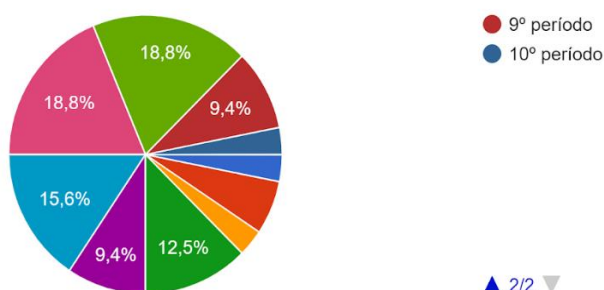
Tradicionalmente, desde a baixa Idade Média (MANGUEL, 1997), a profissão do magistério é exercida por mulheres, devido a questões históricas. O papel de educar os filhos em casa foi estendido para a educação formal na escola, conforme esclarecem Lajolo e Zilberman,

Destinar a mulher ao ensino resolvia diferentes problemas: justificava pragmaticamente a necessidade de educá-la; solucionava a falta de mão-de-obra para o magistério, profissão pouco procurada porque mal remunerada; desobrigava o Estado de melhorar os proventos dos professores, porque o salário da mulher não precisava (e nem deveria) ser superior ao do homem, e sim complementar o dele. Essas considerações recobriam-se por outras, de caráter ideológico: idealizava-se a professora, chamando-a de mãe, sugerindo assim que lecionando, ela continuava fiel à sua natureza maternal. Negava-se o elemento profissional da docência, porque a sala de aula convertia-se num segundo lar. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 262)

A maioria dos alunos entrevistados estava cursando os 4º e 8º períodos no início da pandemia, praticamente a metade e o final do curso. A hipótese de a incidência da maioria dos alunos estar cursando estes períodos decorre de maior insistência no pedido de divulgação aos professores que conseguiram maior adesão.

Gráfico 5 – Dados relativos ao período do curso dos alunos participantes da pesquisa no momento da pandemia da covid-19

Em qual período do curso você estava quando a pandemia começou no Brasil (março/2020)?
32 respostas



Fonte: Gerado pelo Google Forms após a apuração automática dos dados.

A maioria dos estudantes são trabalhadores. A carga horária de trabalho para a maioria dos participantes é de 20h a 40h semanais e 20% trabalham por mais de 40h por semana. Dos 55 participantes, 35 estudam e trabalham e, destes, 13 já atuam como professores. A maioria dos estudantes trabalhar é uma realidade dos alunos do período noturno, já que precisam ter o dia livre para exercerem suas atividades laborais. Isso significa que terão um tempo reduzido para se dedicarem aos estudos e que precisam se desdobrar mais que outros alunos que se dedicam integralmente à graduação. Um dado preocupante é que 20% trabalha mais do que 40h semanais, o que somado às prováveis 20h de faculdade pode exceder 60h semanais de estudo e trabalho. Uma das alunas reconhece o quanto uma menor carga horária de trabalho favorece a dedicação à leitura: “Sei que sou privilegiada pois não trabalho, sou apenas estagiária, com carga horária de 4h por dia; logo, tenho muito tempo livre e sem cansaço mental para ler.”. (PFI 50²⁷)

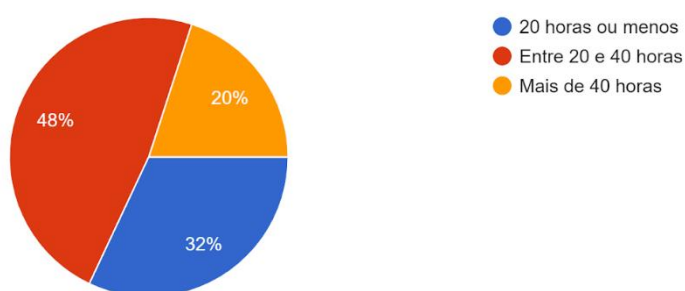
Conforme descrito em capítulos anteriores, o tempo pandêmico ao qual fomos arremessados escancarou o fosso da desigualdade de um país com 11 milhões de analfabetos, com escolas públicas precárias, alunos socialmente marginalizados e professores desvalorizados. Pensar a formação do jovem trabalhador que cursa uma licenciatura no período noturno para o exercício da docência e em suas representações e práticas de leitura em um contexto de crise sanitária letal num momento de tensão política, inflação alta e negacionismo

²⁷ A autoria dos recortes discursivos selecionados será identificada a partir da expressão PFI (Professor em Formação Inicial), acompanhada de um número que indica a quantidade de sujeitos participantes da pesquisa, isto é, de 1 a 55.

generalizado, germinados por uma presidência desastrosa e desumana torna-se um ato político. Trata-se de buscar sobreviver frente à “falta física e psicológica de ar por toda parte, nas megacidades sufocadas pela poluição, nas condições sociais precárias da maioria dos trabalhadores explorados, na disseminação do medo da violência, da guerra e de agressões”. (BERARDI, 2020, p. 137)

Gráfico 6 – Dados relativos à carga horária de trabalho semanal dos alunos participantes

Qual sua carga horária de trabalho semanal?
25 respostas

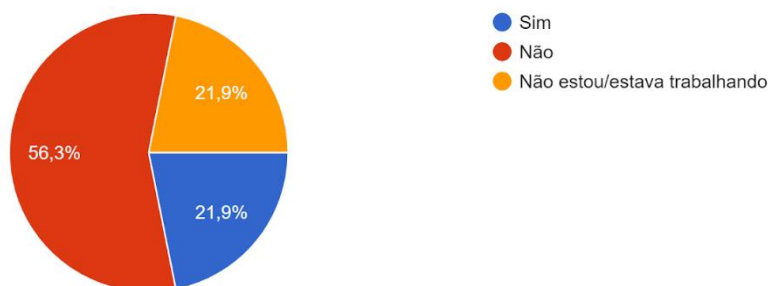


Fonte: Gerado pelo Google Forms após a apuração automática dos dados.

A carga exaustiva de trabalho pode comprometer a qualidade da formação dos alunos. Conforme dados do gráfico abaixo, uma parte significativa dos estudantes já está atuando como professor antes de concluir a licenciatura; pode ser que antes mesmo de terem iniciado a realização do estágio. Ao serem questionados sobre a atuação docente, mesmo como licenciandos em formação, a terça parte deles responderam que já atuam como professores.

Gráfico 7- Quantitativo de alunos que atuam como professores

A sua atuação profissional, durante a pandemia, é/foi como professor(a) em sala de aula?
32 respostas



Fonte: Gerado pelo Google Forms após a apuração automática dos dados.

4.2 Representações de leitura

Analisar os impactos da pandemia na leitura dos alunos implica, prioritariamente, identificar que representações têm da leitura. É importante lembrar que as respostas podem não estar isentas de um olhar enviesado de um estudante de Letras e podem expressar mais o ideal de representação de leitura projetado pela Academia do que de fato corresponde à sua realidade. Por outro lado, o anonimato de sua participação pode ter deixado o respondente à vontade para expressar suas percepções.

As representações que os alunos apresentam da leitura mostram como se identificam enquanto leitores e como se relacionam com o ato de ler no tempo específico da pandemia. Mas também abarcam as representações que já tinham dela no tempo anterior ao surto viral e que foram construídas no bojo de um contexto acadêmico de uma formação de leitores, em que há pré-definido um estereótipo de leitor ideal, de um leitor que se espera de um curso como esse, em que já há no inconsciente coletivo que a leitura deve representar erudição e prazer. Há definido um modelo de leitores tido como paradigma para os estudantes de Letras. Essas representações que vêm à tona durante a pandemia não podem ser apartadas do período anterior porque já vinham sendo construídas previamente. Há representações de leitura construídas historicamente e validadas no contexto acadêmico da formação de leitores e traduzem os interesses desse grupo, além de regerem as convenções postas para as práticas de leitura. Busco aqui verificar se foram continuadas, rompidas, reconstruídas ou agregados novos valores, já

que a situação excepcional trouxe novos elementos sociais que ressoaram na realização de suas práticas culturais, como no ato de ler.

Segundo a abordagem da história cultural proposta por Roger Chartier (2002), na qual esta pesquisa se ancora, as representações do mundo social são os interesses dos atores sociais manifestados em formas e motivos que refletem suas noções e percepções de sociedade. São, portanto, definidas pelos interesses dos grupos que as elaboram. Para compreendê-las, é preciso associar os discursos enunciados com a posição de quem os emprega. Nessa perspectiva, para a presente análise, o discurso dos participantes será vinculado à sua posição de graduando de Letras. Em meu contexto de pesquisa, interessam-me as representações de leitura que os graduandos apresentam, ou seja, as formas e motivos que revelam seus posicionamentos sobre o ato de ler durante o período pandêmico.

Como mencionado o esclarecimento feito por Barros no capítulo 02, para Chartier, a cultura pode ser analisada através da relação entre as práticas e representações, que se influenciam concomitantemente: as práticas culturais geram representações e vice-versa. Por serem complementares, possibilitam que sejam analisados os objetos culturais e seus sujeitos produtores e receptores, bem como os processos, sistemas e normas envolvidos em sua produção e difusão. (BARROS, 2005)

As representações de leitura puderam ser notadas a partir de práticas dos leitores durante a pandemia não só nos meios educacionais, mas em contextos mais abrangentes e generalizados. Manguel menciona, como recuperei no capítulo 02, que a posse de livros, durante o Iluminismo (séc. XVIII) denotava intelectualidade, cultismo e posição privilegiada na sociedade. Tal atitude ainda permanece e está mais atual do que nunca. No início da pandemia, essa representação tornou-se bastante notória quando especialistas em entrevistas ou em *lives* a partir de suas casas tinham sempre suas bibliotecas ao fundo na exibição de suas imagens. Em fevereiro de 2022, durante sessão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, transmitida ao vivo, o fundo falso reproduzindo uma estante de livros do desembargador Yedo Simões desabou com o seu movimento de empurrar a cadeira para trás. O magistrado levantou-se e recompôs a pseudo biblioteca sem esboçar nenhuma reação, bem como os demais participantes da sessão. As reações dos internautas nas redes sociais foram críticas e criativas. Desde a insinuação de que o presidente Jair Bolsonaro e seu filho Carlos Bolsonaro usaram do mesmo artifício de simulação de estante, mas com o recurso de efeito visual *Chroma-key*²⁸, à exibição do anúncio de venda de autoadesivo de parede de livros.

²⁸Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/colunas/denise-tremura/2022/02/05/twitter-estante-fake-falsa-viralizou-video.htm> Acesso em 10 dez 2022.

Prova de que a recorrência de exibição de livros como fundo tornou-se a favorita nas videoconferências foi sua motivação para a criação do perfil *BookCase* no *Twitter* para analisar, de forma cômica, a presumida credibilidade dos acervos de livros de participantes de programa de televisão por videoconferência. Anderson Cooper, o âncora da rede norte-americana, ganhou o prêmio por ter a imagem de fundo de estante que expressava mais bom gosto.²⁹

A publicação de uma seguidora no dia 05 de julho de 2021 em resposta ao *tweet* postado por outro seguidor que incluiu Carlos Bolsonaro juntamente com o primeiro ministro britânico Boris Johnson sob o título: “O que você diz não é tão importante quanto a estante atrás de você”.³⁰ A legenda para o vereador “Carlos Bolsonaro, filho do presidente de extrema-direita, tem uma foto de uma estante de livros como plano de fundo. Mais barato do que comprar livros.” reforçou a prática de simulação e a essa representação de leitura também aqui no Brasil.

Diante dessa ilustração e da recuperação histórica que fiz no capítulo 02, parece-me que a representação da leitura como intelectualidade, cultura e conhecimento atravessou os tempos históricos e ficou muito evidente durante a pandemia por haver uma maior exposição das pessoas e de suas casas através das videoconferências. O que reforça o conceito de práticas e representações como fruto de determinados motivos e demandas sociais. A prática social de exposição nas telas a um grande público, em situações até de repercussão nacional, gerou a necessidade de ser representada como uma pessoa culta para validar seu discurso e transmitir o merecimento de respeito e confiabilidade por parte dos assistentes. E isso, partindo de uma representação maior de que ler livros impressos, transmite a imagem de uma pessoa culta e logo, como um cidadão melhor. O *Kindle*, por exemplo, não possibilitaria exibir seus livros da forma que o livro impresso o faz. E é um contraste, a transmissão de uma videoconferência que é uma prática tão avançada tecnologicamente fazer uso da representação da leitura de livros impressos, prática que tem suas origens distantes temporalmente da atualidade.

A visão do livro como instrumento de aquisição de conhecimento é uma representação cultural que gerou a prática na postura de indivíduos, durante a pandemia, em relação à leitura, no caso das videoconferências ou o costume, como especificou Barros (2005), de exibir as bibliotecas particulares. Esse modo de viver isolado em casa integra, portanto, o conjunto de práticas culturais da sociedade pandêmica, a qual realiza suas atividades profissionais em casa, boa parte por meio de telas, pois o insulamento tornou-se uma norma de convivência e propiciou e estimulou a atitude de exibir-se como um intelectual, que se tornou um costume durante a

²⁹ <https://veja.abril.com.br/tecnologia/a-estante-de-livros-virou-a-decoracao-preferida-para-as-videoconferencias/>

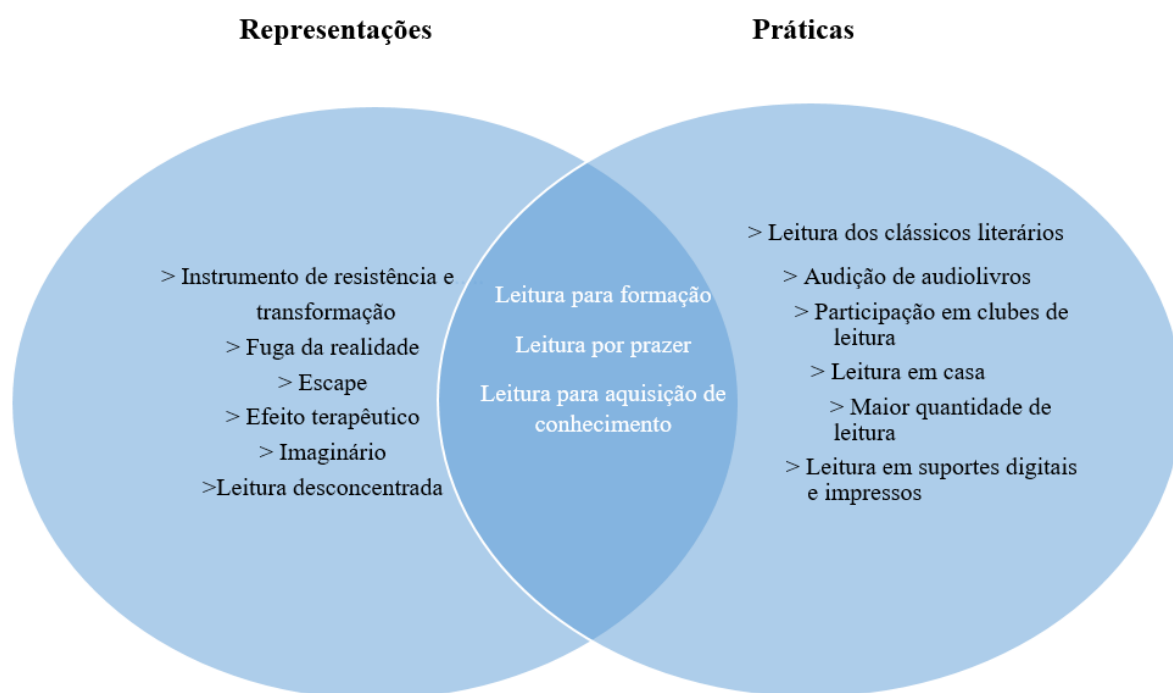
³⁰ <https://twitter.com/thevectoria/status/1412046468320579590>

pandemia. Logo, essa atitude faz parte do conjunto das práticas culturais da sociedade pandêmica.

Chartier propõe “compreender as práticas que constroem o mundo como representação” (CHARTIER, 2002, p. 28). Desse modo, as práticas de leitura dos alunos me levam a enxergar a representação que têm do ato de ler, além da expressão de suas representações de leitura declaradas explicitamente. As práticas de leitura descritas pelos alunos convergem para a representação de leitura que têm, como pode-se constatar no quadro abaixo, elaborado a partir das respostas ao questionário. Como práticas e representações se interpenetram, algumas situações relatadas pelos alunos são tanto práticas como representações. Como leitura para aquisição de conhecimento, enxergam a leitura como uma forma de aprender e fazem leituras para aprender.

Embora, por questões pragmáticas de análise, tenha separado as práticas e representações em categorias distintas, elas se interseccionam em muitos momentos. O gráfico abaixo traz os elementos descritos pelos participantes que correspondem tanto a práticas quanto representações.

Diagrama 02 - Mostra de ocorrências de representações e práticas durante a pandemia relatadas pelos alunos



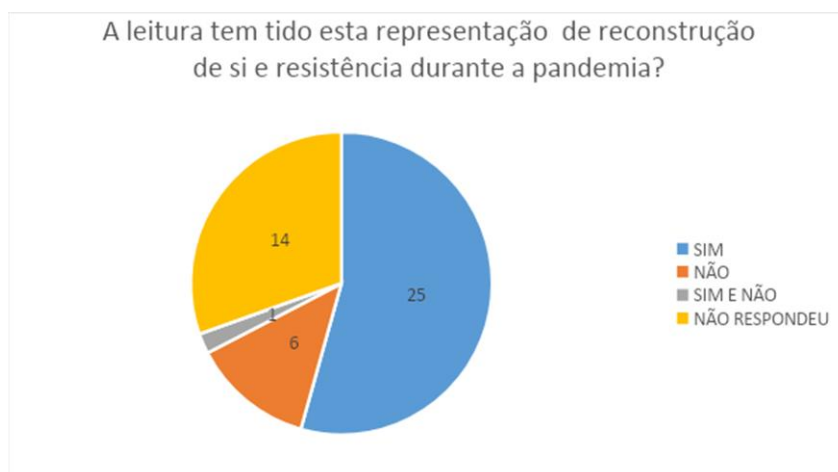
Fonte: Elaboração própria.

A definição de representação de Luiz Costa Lima, tomada como embasamento para a presente análise, contribui para meu estudo, ao considerar que

A representação é o produto de classificações. Ou seja, cada membro de uma sociedade se representa a partir dos critérios classificatórios a seu dispor. As representações são, por conseguinte, os meios pelos quais alocamos significados ao mundo das coisas e dos seres. (LIMA, 1981, p. 3)

A representação que esses alunos têm de leitura reforçam a formação de seu imaginário acerca do ato de ler. Assim sendo, a partir das representações que os graduandos têm da leitura durante a pandemia, avaliarei e atribuirei sentido ao que é relatado por eles. A maior parte dos alunos afirma que a leitura tem representado reconstrução de si e resistência durante a pandemia, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 8 – Quantitativo de representação de leitura entre os alunos participantes



Fonte: Elaboração própria.

Vemos que dos 46 participantes, 26 confirmaram a representação de leitura como reconstrução de si em momentos de crise, o que equivale a 56,52%. Isso representa a maior parte, que só não foi maior porque foi bastante considerável a quantidade de pessoas que não respondeu, o equivalente a 30,43%. Mas se consideramos o total de respondentes, que foi de 32 pessoas, 26 respostas “Sim” nos levam a uma maioria das respostas. Provavelmente o fato de ser uma pergunta aberta e demandar mais tempo para responder levou os participantes a não responderem a pergunta que se referia a essa temática.

Os alunos expressaram que a leitura, especialmente a literária, tem sido um instrumento de ajuda para atravessar os momentos de pandemia. A participante nº 01 reconheceu a leitura como um instrumento de resistência tanto pessoal quanto coletivo durante a pandemia, embora,

apesar de seus esforços, tenha perdido um pouco das práticas de leitura e escrita. Acrescentou também que “o exercício de ler havia se tornado mais desgastante”, a despeito de sempre ter sido para ela um hábito “tão orgânico”. Ela relata que se deve ao fato de que costumava ler “ao ar livre, no ônibus, nas filas de espera, e não havia perspectiva de voltar a caminhar despreziosamente com um livro debaixo do braço até encontrar um bom lugar para leitura” e na pandemia isso já não era possível. Por isso ler tornou-se desgastante.

Assim como mencionei anteriormente no capítulo 02, que leitores distintos podem atribuir representações diferentes para a mesma obra, embora estejamos nos referindo ao mesmo período histórico - o da pandemia - e ainda que os leitores façam parte da mesma comunidade leitora, podem conferir representações diferentes para esse momento pandêmico.

O quadro abaixo sintetiza a representação que a leitura tem tido para os alunos durante a pandemia. Alguns não deixaram claro qual seria a sua representação e para outros, o ato de ler teve mais de uma representação:

Quadro 06 - Representações de leitura entre os alunos participantes

Representação	Número de participantes
Instrumento de resistência	8
Formação	12
Escape, refúgio, imaginação	5
Distração	4
Fins terapêuticos (apoio, contra ansiedade,...)	2
Desmotivação	2
Renovação/transformação	2
Diversão/prazer	2
Desenvolvimento do pensamento crítico	1
Autoconhecimento/conhecimento do mundo	2
Inspiração para escrita	1
Esperança	1
Dolorida	1

Rotina	1
--------	---

Fonte: Elaboração própria.

As representações variadas e algumas até divergentes sinalizam para a diversidade de sentimentos despertados pelo ato da leitura no contexto pandêmico.

A resposta da participante “Não tem representado bem, praticamente abandonei a leitura voluntária na pandemia, tenho lido as bibliografias obrigatórias da faculdade apenas, e elas são tantas que nem sempre consigo ler tudo.” (PFI 55) mostra que o conceito de “representar” não está claro para todos, já que representação é o modo subjetivo de ver a leitura (CHARTIER, 2002), não existe uma representação boa ou ruim e no restante da resposta, ela descreveu quais e como têm sido suas práticas de leitura.

A leitura como um instrumento de restauração é embasada em sua contribuição para o crescimento pessoal e até para efeito terapêutico:

RECORTE [01] - PFI 17

(...) “através dela [a leitura] somos confrontados com outras situações, fictícias ou reais, de personagens ou de pessoas, que passaram por problemas diferentes, mas que conseguiram superar e isso ajuda-nos a superar os nossos próprios problemas e tornarmo-nos pessoais (sic) melhores.” (...)

e (...) “diminui a ansiedade nesse momento tão complicado que estamos passando.” (PFI 44). Assim como a leitura diminuiu a ansiedade e o estresse causados pelo isolamento social para 66% dos participantes da pesquisa *Retratos da leitura Retratos da Leitura em eventos do livro e literatura* e os auxiliou a enfrentar o distanciamento, já que 87% reconheceu que leram mais durante a pandemia. Similitude que indica para uma tendência de motivação para a leitura.

A abordagem comparativa com a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* levou-me a refletir sobre o fato de que pessoas que frequentam feiras de livros não representam toda a comunidade nacional de leitores, já que a própria pesquisa, ao comparar com a edição nacional, constatou a partir dos dados coletados que os leitores que frequentam a bienal do livro de São Paulo que a média de leitura de números de livros é muito superior à geral. Portanto, a representação dos alunos da licenciatura da UnB tem mais proximidade com o nicho de leitores frequentadores de feiras de livro e não com a maioria dos leitores brasileiros, com a representação macro de leitores. A representação terapêutica da leitura contra a ansiedade também se confirmou na pesquisa de *Retratos*, localizando os alunos de Letras dentro da realidade de outros leitores. Os dados da pesquisa *Retratos nos eventos literários* convergem com os dados da minha pesquisa, reforçando a leitura como terapêutica durante a pandemia.

Esses relatos dos participantes acerca do que a leitura tem representado para eles na crise sanitária, deixa aparente a mesma atribuição dada ao ato de ler por indivíduos investigados por Michèle Petit em sua trajetória como pesquisadora. A partir de inúmeros exemplos de episódios reais vivenciados por escritores e leitores, Petit defende que a leitura tem um papel relevante em situações de crise individuais ou coletivas: “A literatura deve ser um meio para que possamos enfrentar a tristeza da realidade, os nossos medos e o silêncio. (BARICCO apud PETIT, p. 136, 2009)

Seja na reconstrução das pessoas que passam por momentos de perdas ou de dores, ou em eventos de crises que atingem um extenso número de sujeitos, a leitura pode ajudá-los a atravessar ou compreender esses períodos. A estudiosa comenta que suas pesquisas desenvolvidas em vários espaços distintos, levaram-na a constatar (...) " a importância dessa atividade na construção ou reconstrução de si mesmo, ainda nos casos em que a leitura fosse realizada esporadicamente. ”. (PETIT, 2010, p. 23)

Embora Petit saiba que só a leitura não basta para compor todas as representações necessárias para superar os momentos de tensão, é parte dos elementos necessários e para tanto,

Não importa o meio onde vivemos e a cultura que nos viu nascer, precisamos de mediações, de representações, de figurações simbólicas para sair do caos, seja ele exterior ou interior. O que está em nós precisa primeiro procurar uma expressão exterior, e por vias indiretas, para que possamos nos instalar em nós mesmos. Para que pedaços inteiros do que vivemos não fiquem incrustados em zonas mortas do nosso ser. De outra forma, não temos condições de fazê-lo”. (PETIT, 2010, p. 115)

Em uma perspectiva antagônica, a participante nº 35 disse que leitura não teve representação de resistência, embora tenha continuado as leituras por estar vinculada a um subprojeto de leitura literária do PIBID, “o cansaço e as dificuldades enfrentadas pelas aulas à distância, dificultou o rendimento de certas leituras e causou certo desânimo”.

72,2% dos alunos disseram que a leitura lhes serviu para aprender, além disso, para a maioria dos participantes, a leitura representou aquisição de conhecimento, obtenção de prazer ou intervenção contra a ansiedade como ilustra o gráfico em seguida:

Gráfico 9 – Representações da leitura entre os alunos participantes durante a pandemia

No geral, a leitura (refere-se a todo tipo de leitura) durante a pandemia:

54 respostas



Fonte: Gerado pelo Google Forms após a apuração automática dos dados.

Esse resultado reforça as respostas subjetivas que se concentraram muito nas práticas de leitura relacionadas aos estudos acadêmicos e como forma de atravessar o momento desafiador. Para alguns alunos, a leitura representa mais de uma dimensão concomitantemente: “Além de me divertir com os textos literários, pude os utilizar como forma de inspiração para a minha própria escrita.” (PFI 06); para outros a leitura como forma de se distrair representa a única dimensão: “Porque tem sido fundamental para trazer leveza aos dias difíceis. Uma distração, um pensar sobre coisas diferentes, etc.” (PFI 32).

Petit (2013) aposta muito na dimensão reparadora da leitura, quando ela possibilita a construção ou reconstrução de si mesmo e aceitação do outro. Para a autora, tal dimensão diferencia-se da leitura tida como distração, a qual é uma experiência para esquecer ou para se entreter. A perspectiva de leitura como reparação é reconhecida pela participante 16: “A leitura me ajudou a reorientar perspectivas e a abrir novas, a imaginar, a ter esperança, a ser empática e a me colocar no lugar do outro. Em resumo, certamente contribuiu para reconstrução (sic) de mim mesma durante este período de pandemia e isolamento.”

Ainda sobre as representações de leitura, a respondente nº 1 metaforiza, baseando-se em uma citação, em uma *live*, da multiartista Cristiane Sobral que compartilhou que seu processo criativo sempre se deu em momentos difíceis:

Eu nunca escrevi em momentos fáceis, eu nunca li em momentos fáceis... Ela tem razão, né? Não faz sentido a gente ficar esperando por um momento fácil para ler, como quem espera um peixe fregar o anzol. Quem sabe os peixes foram para outro canto do rio, mergulha! (PFI 01)

Nessa reflexão, ela evidencia sua opinião e concordância com o fato de que a leitura pode estar presente em momentos difíceis, como nos fáceis e pode ser uma forma de encontrar respostas.

O contexto da pandemia, é o contexto do estado de exceção, como falei no capítulo 02. A exceção como normalidade veio como tentativa de conter a disseminação da doença. Medidas excepcionais de isolamento social adotadas restringiram os direitos do cidadão e causaram prejuízos não só econômicos, mas sociais e psicológicos. O confinamento é experimentado de formas diferentes pelas pessoas (CHARTIER, 2021), de acordo com suas condições socioeconômicas, emocionais e com as situações enfrentadas por elas. Para quem perdeu parentes, teve sequelas da doença ou perdeu o emprego, o contexto pandêmico foi muito mais sofrido do que para aqueles que tiveram seus trabalhos mantidos e sua família a salvo da doença. Quem tinha uma casa confortável para se insular ou morava com parentes pôde atravessar a pandemia de forma mais suportável. De todo modo, manter a saúde mental preservada foi um desafio para grande parte da população. Isolamento, medo de contágio, os desafios do ensino remoto e o luto foram situações e sentimentos que rondaram a vida dos estudantes neste contexto, como podemos ver em tais depoimentos: “é difícil você se concentrar em estudos ou leituras, quando parentes ou amigos são atacados por essa doença e, quando se atinge um número de 300 mil mortos” (PFI 27); “Primeiramente por não ter tido o primeiro semestre do ano de 2020, e quando tentamos entrar no ensino EaD (sic), que no momento era desconhecido, não tinha vontade de participar das aulas, tirar dúvidas e outros.” (PFI 23). 37% dos alunos afirmaram se sentir distraídos/pouco concentrados para realizar leituras.

Surgiu também a representação de dor para a leitura, formando um processo antagônico ao lado do sentimento prazeroso: “De forma geral, a leitura durante esse tempo de pandemia foi dolorosa, por conta das notícias ruins e prazerosa por conta de novas descobertas feitas”. (PFI 38)

As situações indicadas acima fazem do contexto pandêmico um “mal-estar psíquico somático” singular e específico, de acordo com as análises de Ana Archangelo (2020), mencionadas no capítulo 02, por conta dos sentimentos provocados pela iminência da morte que pode ser causada pelo vírus, pelas formas de marginalização e exclusão juntamente com as relações de poder às quais somos sujeitos. Por isso os momentos difíceis que a participante 1 e os participantes relatam deixam muito evidente quando reafirma o que disse no início de sua resposta sobre o ato de ler ter sido uma forma de resistir a esse momento de crise, o que é corroborado ao declarar que leu “livros que me ajudaram a atravessar os momentos de isolamento social” ao ser perguntada sobre “Como a pandemia afetou sua prática de leitura? ”

As respostas subjetivas indicam que os alunos estão lendo mais do que liam antes da pandemia - 50,9% dos participantes, enquanto 34,5% afirma ler menos. Inclusive uma participante disse que “leu menos e com menos qualidade” pelo fato de ter ficado isolada em casa com toda a família. Outra, leu menos devido ao cansaço: “Pelo fato de estar mais cansada ou mais indisposta, leio menos e, quando leio, é numa intensidade bem menor do que deveria.” (PFI 51). Um fator que contribui para que lessem menos foi a falta de tempo. 38,8% (19 pessoas) alegaram que a principal razão para não ter lido ou para não ter lido mais foi por falta de tempo. Ao passo que 10 pessoas alegaram ter mais tempo em casa para ler, e portanto, leram mais. Temos aqui um dado paradoxal mostrando não existir um comportamento padrão e reafirmando as individualidades e as diversas condições para a leitura, relacionadas aos contextos sociais e familiares dos indivíduos.

A leitura representou resistência para uma quantidade significativa de participantes. Para três deles, a leitura tem simbolizado resistência porque foi um caminho de fuga da realidade e refúgio para essa: “Como leitora, ler se tornou uma fuga da realidade ou até mesmo acrescentou conceitos e estilos de leitura que eu ainda não havia tido contato. (...)” (PFI 38); para essa: (...) “ Pois durante esse período difícil, a leitura tem sido um refúgio, e por meio dela que eu pude imaginar novos mundos, enxergar novos horizontes e também me redescobrir como pessoa (...) (PFI 18). ” E essa: (...) “ é uma forma de escapismo de todo o caos que temos vivenciado (...). ” (PFI 29)

Para a participante abaixo, a leitura não só foi um instrumento de resistência:

A leitura foi a minha maior arma para lidar com as situações que estamos vivendo. Eu li como nunca havia lido em toda a minha vida. Me deu forças, aprendizados e pude me conhecer melhor a partir das leituras que fiz, além de conhecer o mundo e compreender melhor as pessoas. Ter mais empatia, tolerância e resiliência com todos à minha (sic) volta. Com toda certeza, os livros foram os meus maiores educadores (PFI 25).

Seu relato confirma o posicionamento de Tzevan Todorov (2009, p. 17) sobre o livro promover o autoconhecimento e uma melhor compreensão do mundo. Entrar em contato com a obra literária integralmente é fundamental para a formação de um aluno que seja capaz de ler e construir seus próprios sentidos para a obra, e conseqüentemente, de mundo e do humano, como defende o linguista. Falar sobre literatura pressupõe discutir suas inúmeras possibilidades de impactos e uma delas, segundo Todorov, é poder revelar o mundo e mudar o interior do ser humano; ele teoriza: “A literatura é o pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social em que vivemos” (TODOROV, 2009, p. 77). Portanto, a análise das obras realizada nas instituições de ensino deve ser a de mediar o acesso à construção de sentido delas, que de modo conseqüente, levará a um conhecimento humano. Em consonância com as concepções de

Todorov, Regina Zilberman também discorre sobre a ampliação da compreensão humana e do mundo que a obra provoca:

Transmuta-se na mediadora entre o indivíduo e sua circunstância, e decifrá-la quer dizer tomar parte na objetividade que deu lugar à sua existência. Por isso, ler passa a significar igualmente viver a realidade por intermédio do modelo de mundo transcrito no texto (ZILBERMAN, 1991, p. 18)

O caráter da obra de atribuir sentido ao mundo também é resgatado por Marisa Lajolo quando ela afirma que se o texto não der sentido ao mundo, ele não tem sentido algum. (LAJOLO, 2006). Para tanto, a autora reitera que leitura literária é uma modalidade de leitura essencial, principalmente no currículo escolar, porque para que o cidadão efetive sua cidadania, necessita tomar posse da linguagem literária e usá-la eficientemente para ler em variados contextos. A leitura literária é uma das modalidades de leitura apreendida nesta presente pesquisa. Apropriei-me aqui do entendimento de leitura em sentido amplo, entretanto é inegável a relevância dessa modalidade para os leitores, ainda mais em se tratando de alunos futuros professores de língua e literatura. O papel central da literatura na leitura dos graduandos fica evidente relato seguinte:

A leitura sempre me renova e me desarma de mim mesma. Durante a pandemia, em específico, meus conflitos internos tornaram-se mais e mais frequentes — Já que estava enclausurada nas paredes da minha própria casa, eu tinha que conviver com 100% do tempo com os meus pensamentos tortuosos e com a minha família. Para cessar essa celeuma recôndita, eu recorria à literatura. A boa e velha literatura que me apraz, ao passo que também me constrange. (PFI 41)

A fala do participante número 2 corrobora a teoria de Todorov:

Nunca havia tido uma experiência como esta, antes eu sabia a importância da literatura, pelas aulas que eu tive na graduação, ou até mesmo por gostar de algumas leituras, mas a loucura do dia a dia não me deixava ler com a devida atenção e cuidado. Claro, que em uma pandemia, mesmo com o privilégio de ter ficado em casa, as incertezas e o medo de algo acontecer é muito maior. Mas, justamente pelo impacto emocional que estamos vivendo, eu soube entender a real importância da literatura na vida humana. A leitura pode nos proporcionar soluções quando estamos perdidos e solitários, nos ajuda a alimentar os pensamentos com esperança e autoestima, pois nos sentimos mais capazes de enfrentar o mundo e a nós mesmos. Eu, com toda a minha sinceridade, devo muito aos livros. (PFI 25)

A ideia da literatura como força humanizadora também foi reforçada pelo respondente XX quando evidencia como a pandemia transformou sua postura em relação à leitura:

Recorte [1] – PFI 13

Antes da pandemia eu tinha pouco tempo para me dedicar as leituras (sic), então, li apenas o exigido na faculdade. Era muito tempo gasto em transporte público e cansaço do dia a dia, isso não me deixava com ânimo nem energia para ler. Pelo contrário, a leitura era um mártir, pois me lembrava cobrança, trabalho e mais cansaço físico e mental. No entanto, com o "tempo" que a pandemia me proporcionou, percebi a importância da leitura e vivenciei um outro lado que não havia percebido antes. Dessa

forma, vi o tanto de tempo que perdi com uma ideia errada sobre a leitura, ela pode ser sim uma fonte de prazer, companhia e autocuidado emocional.

Antonio Candido (1995) é uma referência teórica incontestável quando se discute o caráter humanizador da leitura literária e sua atuação sobre o consciente e inconsciente por meio da organização poética de forma e conteúdo. O autor considera humanização o meio pelo qual se valida atributos considerados essenciais, elencados por ele: “o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos à natureza, à sociedade e ao semelhante”. (CANDIDO, 1995, p. 180)

As características humanizadoras especificadas por Candido estão presentes nos depoimentos dos alunos, confirmando a tese do estudioso e minha crença na atuação da leitura literária e na legitimidade da intervenção de seus pressupostos no período pandêmico. Destaquei em seguida excertos das falas dos alunos que o comprovam ao possibilitar vivenciar realidades e situações, olhar para o próximo, o afinamento das emoções e reflexão, superação de percalços através da representação de personagens e aprofundamento no autoconhecimento: (...) “através dela [leitura] somos confrontados com outras situações, fictícias ou reais, de personagens ou de pessoas, que passaram por problemas diferentes, mas que conseguiram superar e isso nos ajuda a superar os nossos próprios problemas e nos tornarmos pessoas melhores.” (...) (PFI 17); (...) “ por meio dela que eu pude imaginar novos mundos, enxergar novos horizontes e também me redescobrir como pessoa. ” (...) (PFI 18).

A leitura literária tem a potência de contribuir para a formação de professores na medida em que os confirmando em sua humanidade os direciona para a prática de uma educação omnilateral, além de contribuir para sua formação acadêmica ao auxiliá-los na organização mental a partir da organização estrutural da obra. O depoimento da aluna valida tal força humanizadora ressonante no papel de professor:

(...)“Entretanto, me fez pensar, sobre minha formação como professora, como posso ajudar a mudar esse cenário através desse papel tão importante, e pouco valorizado, ajudando os alunos a refletirem o papel deles nessa sociedade que está mudando, porque eles são sim o futuro do Brasil. ” (PFI 54).

Uma das participantes (PFI 25) reconhece ter compreendido a relevância da literatura na vida humana, embora ela não detalhe de que forma entende essa importância e como ela se dá, seu reconhecimento e afirmação de que a literatura a deixa mais preparada para enfrentar o mundo apontam para uma ampliação de mundo a partir da leitura.

A leitura como representação de refúgio e escape da dramática situação vivida diante do espraiamento da covid-19 emergiu nas exposições dos alunos: “Durante a pandemia tentei focar no que podia e a leitura foi um escape”. (PFI 14). O ato de ler como algo inserido na dinâmica da criação do imaginário será analisado mais detidamente no tópico sobre as práticas leitoras.

A representação da leitura como prática de cognição e acesso à informação é confirmada pelo fato de 72,2% considerar que a leitura serviu para aprender; 66,7% para se divertir/distrair e 55,6% por cultura geral. A literatura como forma de conhecimento, defendida por Todorov, Cândido e Lajolo povoa as crenças dos estudantes. Antonio Candido (1995), mais especificamente, defende o direito a seu acesso. “Para entender melhor o contexto que estamos vivendo” ficou com o total de 24,1%, assim como “Para ter mais oportunidades de trabalho”. Isso mostra que os estudantes estão buscando se informar sobre o contexto pandêmico.

A literatura simboliza o reflexo do mundo para este aluno: (...) “ Como a literatura é reflexo de mundo no qual o autor se insere, é importante que avaliemos e discutemos (sic) nossas interpretações e ideias advindas da leitura, sendo estas (sic) produto de uma reflexão direcionada pelo autor do texto ou surgida de nós, leitores (...)”. (PFI 10)

Os alunos estão incluídos num espaço de recepção e produção de conhecimento e leitura para eles, portanto, tem essa representação acentuada.

4.3 Práticas de leitura

É importante destacar que uma das principais características que permeiam a idealização da leitura durante a pandemia está atrelada a como a figura do livro como fetiche e respaldo de um saber maior é ainda quase inalcançável. Tal caráter é um fator de legitimação cultural a *tudo* que se apresenta sob a forma de livro. Leitura e livro - e se o livro for físico, tal legitimação é ainda maior -, transportam seus praticantes a uma instância superior dentro da sociedade. Importante observar que geralmente os formandos e profissionais da área de Humanas, notadamente as licenciaturas, as quais a leitura é algo presente e corriqueiro, a representação de tal instância é frequentemente obnubilada, pois criou-se o senso comum de que professores não possuem sólida formação teórica, sendo meros reprodutores de conteúdo. Logo, de tal maneira, o fetiche que envolve a leitura e o livro passa a outros atores que dizem conseguir usufruir dos saberes em disputa. Os estudantes e profissionais de Letras, objetos de nossa análise, precisam

lutar em várias frentes para superar as questões da leitura do âmbito da formação profissional e intelectual e estabelecer reconfigurações de si e da própria formação, no que concerne às suas representações.

4.3.1 Espaços de leitura

Como em qualquer época de crise, a pandemia trouxe à tona discussões acerca do relacionamento da humanidade entre si e com a Natureza. No que diz respeito às relações interpessoais, o já tão estudado estranhamento Eu x Outro, ou a da natureza da Providência Divina, a questão dos flagelos físicos e morais, como falamos anteriormente, filósofos como Agamben até considerou que as medidas restritivas aplicadas na Itália e usadas por outros países fariam das pessoas deladoras das outras, por exemplo. Berardi, com quem já dialogamos aqui, considera os espaços vazios do Lá-Fora e o Vazio do Cá-Dentro, onde subsiste essa lacuna estranha preenchida pela comunicação digital. Logicamente que nosso comportamento de práticas de leitura adequou-se às necessidades e apuros da crise pandêmica, notadamente em seu início, quando, ainda que precariamente, tentávamos observar a uma espécie de quarentena. Desprovidos das bibliotecas, das praças, dos cafés, até mesmo da leitura no transporte público, restou para nós a casa como um espaço insular no qual teríamos de viajar, como disse certa vez Xavier de Maistre, lá pelos idos de 1794.

4.3.1.1 A casa como espaço insular

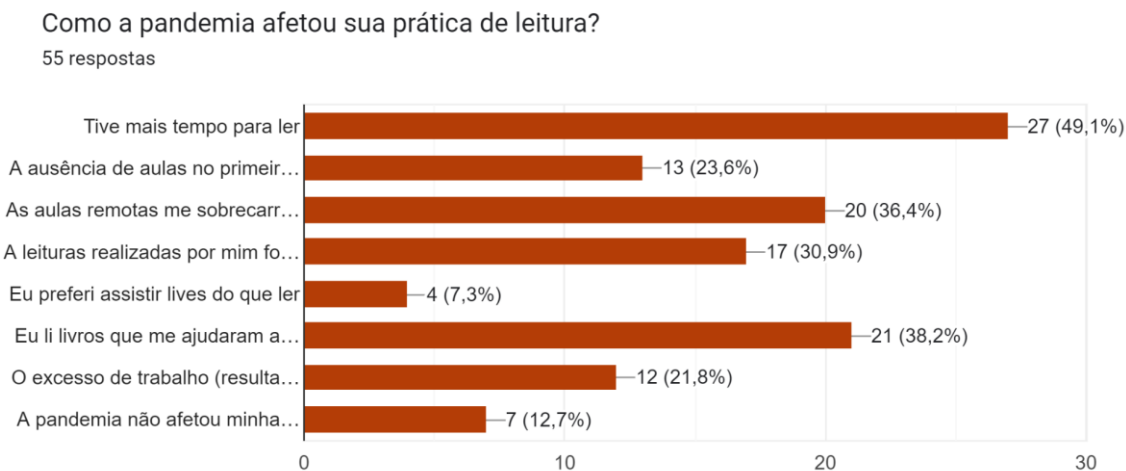
A leitura é mais do que uma ação intelectual abstrata, como definem Cavallo e Chartier (1998), “ela é uso do corpo, inscrição dentro de um espaço, relação consigo mesma e com os outros” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 8). O corpo do leitor no contexto pandêmico está isolado, em um espaço muito limitado e restrito, impossibilitado de interagir com outros corpos presencialmente, mas possibilitado de estabelecer interações virtuais que tornam o espaço cambiante e livre de barreiras físicas, concretizando ainda mais a teoria de Zygmunt Bauman (2001) de que a relação mutável entre tempo e espaço acarreta em, dentre outras características da vida moderna, uma individualidade norteadora de vínculos sociais fugazes. No contexto da crise sanitária em curso, essa individualidade está ainda mais exacerbada pela restrição dos espaços e laços sociais entre os corpos, os quais estão tendo que enfrentar a individualidade, em uma maior intensidade, que a própria modernidade concebeu.

As respostas dos estudantes revelam que está sendo desafiador lidar com a individualidade acentuada pelo distanciamento social. A participante nº 1 afirma: “Uma das coisas que mais dói no isolamento é a falta do encontro, certo? E a gente busca alternativas para suprir a falta do encontro, por isso que os artistas não se aguentaram e encheram o público de *lives*.”; sua fala aponta para o sentimento de falta de vínculos, fugazes ou não. E a participante 20, afirma que sua educação literária tem sido afetada por conta da falta de afetividade inerente à EaD. As dificuldades para vivenciar o distanciamento social mencionadas por elas evidenciam que os indivíduos ainda não se apropriaram do isolamento social e que a EaD não supre a necessidade de estabelecimento de encontros pessoais, embora tenham sido forçados na sociedade moderna de seu tempo.

Ao mesmo tempo que a pandemia demandou e ampliou a emancipação dos alunos, impediu a liberdade de buscar espaços distintos para leitura, impondo apropriações e atos de ler que conciliem o isolamento social e a leitura. Isso mostra também o aspecto paradoxal dos impactos da pandemia no cotidiano familiar, todos os moradores em casa por conta do isolamento, com as atividades presenciais suspensas, dificulta a realização da leitura em um ambiente mais privativo, calmo e silencioso. O isolamento compulsório transformou a casa em um espaço único para a realização de todas as suas atividades e de todos os seus integrantes, inclusive a leitura. Os alunos passaram a assistir às aulas e a realizarem as tarefas acadêmicas em casa. Os espaços destinados à leitura foram reduzidos na pandemia e trouxe desafios de se ler em espaços que não tinham condições adequadas para a leitura, como a dificuldade de ler com outras pessoas em casa: “A leitura foi totalmente prejudicada durante o período de pandemia, uma vez que aumentaram as demandas dentro de casa e todos estavam em um mesmo lugar, o que auxiliava na distração. ”. (Participante 34)

O gráfico abaixo exhibe os elementos apontados pelos respondentes como impactos em sua leitura:

Gráfico 10 – Impactos da pandemia sobre as práticas de leitura dos alunos participantes



Fonte: Gerado pelo Google Forms após a apuração automática dos dados.

A pandemia favoreceu a maior disponibilidade de tempo para leitura para 49,1% dos participantes, porque tiveram mais tempo em casa, atribuindo à casa o espaço destinado à leitura durante a pandemia. Ao nos debruçarmos sobre os relatos dos participantes, vemos que seus discursos reforçam questões tais como o tempo livre que o *home office* e o ensino remoto ofereceram para retomar leituras interrompidas ou empreender novas leituras.

Entretanto, o espaço doméstico não foi um ambiente favorável para todos, provocou sentimentos de clausura nos licenciandos: (...) “ Durante a pandemia, em específico, meus conflitos internos se tornaram mais e mais frequentes, já que estava enclausurada nas paredes da minha própria casa, eu tinha que conviver com 100% do tempo com os meus pensamentos tortuosos e com a minha família. ” (...) (PFI 41). E a leitura foi uma forma de resistir aos conflitos internos causados por esse encarceramento nos dizeres dessa mesma aluna.

A casa como lugar dificultador para a realização da leitura foi reiterado por outros participantes, como já foi disposto mais acima, há reclamações quanto ao ambiente doméstico não ter sido amigável para a prática da leitura, uma vez que ela era efetuada nos deslocamentos para o trabalho ou para a universidade. A questão de gênero também aparece como fator fundamental devido os afazeres do lar, em sua maioria demandadas pelas mulheres, além das demandas interpessoais do contexto familiar. Não foi incomum nos depararmos, como já dito, com relatos que declararam até um prejuízo significativo em suas práticas de leitura. Mais raro, entretanto, foi encontrarmos relatos de quem só se ateu às leituras do curso. Esses elementos trazidos revelam um paradoxo: o espaço doméstico como favorável e desfavorável para leitores

diferentes. Os sujeitos apresentam visões distintas de possibilidades e desafios da leitura em casa. Logo, o isolamento é vivenciado de maneiras diferentes por cada cidadão de acordo com sua condição socioeconômica. E essas diferenças produzem conseqüentemente uma diversidade de leituras, como observa Chartier (2021). Muitas pessoas não puderam deixar de sair de casa para trabalhar, expondo-se ao risco de contrair o vírus; enquanto outras tiveram a oportunidade de ter suas atividades adaptadas à rotina doméstica, como reconhece a participante: (...) “Claro, que em uma pandemia, mesmo com o privilégio de ter ficado em casa, as incertezas e o medo de algo acontecer são muito maiores”. (PFI 25).

Nesta estrutura classista e desigual que temos constituída em nosso país, as conseqüências desta crise pandêmica são conseqüências também de uma exploração econômica selvagem, da parte de processos de segregação historicamente engendrados em um processo de longa duração e de processos de exclusão naturalizados, sendo o ato de ler, em uma perspectiva freireana, um processo de resistência da cultura pela defesa do direito ao pensamento crítico e emancipador.

A defesa pela leitura e escrita como direitos tem como pressuposto que “os livros lidos ajudam algumas vezes a manter a dor ou o medo à distância, transformar a agonia em ideia e reencontrar a alegria” (PETIT, 2010, p.16) sendo que sua privação alimenta o contexto de exclusão social e restringe ao sujeito experiências e práticas sociais. Esta defesa coaduna com a luta freireana pela consciência do mundo e de cada sujeito nesta realidade.

A consciência do mundo, que implica a consciência de mim no mundo, com ele e com os outros, que implica também a nossa capacidade de perceber o mundo, de compreendê-lo, não se reduz a uma experiência racionalista. É como uma totalidade – razão, sentimentos emoções, desejos – que meu corpo consciente do mundo e de mim capta o mundo a que se intenciona. (FREIRE, 1995, 75-76)

O ato de ler e a difusão da escrita são atos de resistência nesta sociedade classista e desigual.

Tomar a palavra e a pena, eis o objetivo de vários movimentos sociais no decorrer da história, unindo homens e mulheres que não tinham voz e não aguentavam mais outros falando em seu lugar. A intenção de difundir a cultura escrita é também, claro, de não deixar o monopólio do sentido e das narrativas nas mãos dos poderosos políticos, econômicos, simbólicos ou domésticos (que sempre foram muito ambivalentes com os seus rivais, os livros), e desses demagogos, extremistas religiosos, gurus ou charlatães que, em tempos de crise, se metem a falar rapidamente. (PETIT, 2010, p.136)

Michèle Petit (2013) trata a leitura como via de acesso à construção de um espaço íntimo, de um mundo próprio porque é um caminho para o imaginário e para o uso não utilitário imediato da linguagem. Nesse contexto, o leitor está dispondo de um tempo para si, em que pode fantasiar sem a preocupação de elaborar pensamentos. Ler, segundo a autora, auxilia na

elaboração do sentimento de individualidade. O período pandêmico favoreceu as condições apontadas pela autora.

Em uma entrevista realizada por Roger Chartier, Pierre Bourdieu (2011) fala justamente sobre o fato de que para determinados leitores, a leitura é feita quando se tem tempo sobrando e se está sozinho em algum lugar. O participante 20 reforça a perspectiva de Bourdieu: “A pandemia me fez depreender mais tempo na leitura, ou seja, foi um ponto positivo, pois mais tempo em casa me fez ter mais tempo livre para ler.”

Embora atualmente a leitura já não aconteça mais em um único lugar, mais reservado como antes; historicamente, a mobilidade anterior à pandemia, possibilitava ao leitor buscar um local mais apropriado para leitura. No capítulo 02 mostrei como os espaços destinados à leitura foram sofrendo variações ao longo da história. Com a leitura em voz alta, as práticas de leitura eram coletivas nos mosteiros, em 529; na Idade Média, desde as casas mais humildes até à corte; entre os operários nas fábricas cubanas em 1866; em leituras realizadas pelo próprio autor da obra para um público reunido nas civilizações grega e romana, do século I d.C ao V e, mais tarde, entre os europeus no século XIX.

Ao passo que a leitura silenciosa (1ª revolução da leitura), adotada a partir do século II e a leitura extensiva (2ª revolução), no século XVIII, tornaram o ato de ler individual, mais solitário e privativo. Os espaços de leitura mais íntimos e domésticos variavam desde as camas até às bibliotecas. A educação escolástica introduziu uma maior autonomia para as interpretações, além de contribuir para a leitura mais intimista, já que os professores e pessoas eruditas se insularam em seus lugares privados para lerem a sós. Embora haja divergências entre os teóricos sobre a invenção da imprensa ter revolucionado ou não a leitura, é inegável que os livros impressos, mais acessíveis e em tamanhos reduzidos, facilitavam que fossem carregados para toda parte, favorecendo a leitura em diversos ambientes. A ruptura que a leitura silenciosa trouxe no século II foi aprofundada com a pandemia na medida em que a tornou mais privativa ainda quando limitou os espaços de leitura para o ambiente doméstico. Para Cosson (2021), a leitura silenciosa acentua o seu caráter solitário, ainda que, claro, exista a interação entre escritor e leitor. Mas o ato físico de ler é solitário: o leitor e o objeto de leitura. Então, a pandemia acentuou essa característica por isolar o leitor no espaço doméstico, sendo que antes a leitura já era solitária, mas podia acontecer em espaços distintos, próximo a outras pessoas, como em bibliotecas, transporte público, parques, etc.

A leitura durante a pandemia possibilitou um caminho para amenizar o isolamento social, pois por meio dela as pessoas puderam interagir em redes sociais e com os livros. É claro que essa interação já ocorria antes, mas a pandemia a intensificou e fez da interação virtual a

única possível. Além da interação da fala, por meio de vídeo chamadas e ligações, a leitura, através de *WhatsApp*, *direct no instagram*, *chats* em plataformas como o *Meet*, foi o que viabilizou a comunicação para aqueles que se isolaram.

Atualmente, os espaços de leitura são mais variados ainda por conta do tempo que se leva em locomoção nas metrópoles e por conta dos textos eletrônicos, surgidos com a 3ª revolução da leitura, que possibilitam que se possa ler em vários suportes diferentes, permitindo uma mobilidade e uma diversidade de possibilidades de formas de leitura. Além dos espaços mais usuais, desde os séculos passados, destinados à leitura, como a biblioteca e a casa; no contexto pós-moderno, pode-se ler no ônibus, no metrô, em filas de espera, porque inclusive ajuda a passar o tempo. A leitura em praças e parques também é comum. A modernidade intensificou a autonomia e a mobilidade trazidas pela leitura silenciosa ao introduzir os dispositivos eletrônicos como suporte do texto. Além de poder ler em qualquer lugar, cada indivíduo, de posse de um diminuto aparelho eletrônico, à sua disposição 24 horas por dia, desfruta de um poder leitor emancipatório ainda mais amplo, já que não precisa se deslocar em busca de materiais e nem se submete à supervisão ou acompanhamento de outrem, como ocorria durante as leituras oralizadas. Está tudo à mão em um universo virtual infinito de leituras multimidiáticas acessadas por um simples clique a qualquer hora do dia e em qualquer lugar. A pandemia exacerbou essa potencialidade de liberdade ao forçar a implementação das aulas *on-line*. Os alunos assistindo às aulas isoladamente têm mais autonomia ainda no seu processo de aprendizagem. Os suportes digitais e as tecnologias possibilitaram a continuidade das aulas, ao mesmo tempo que excluíram alunos de assistirem-nas, pela limitação de acesso de muitos. Sem dúvida foram essenciais para a manutenção do contato entre as instituições escolares e seus sujeitos, ainda que de maneira precária, em muitas situações.

Michèle Petit ressalta o poder emancipatório da leitura por sua possibilidade de munir o leitor com ferramentas para que se torne sujeito de um discurso próprio e para que esteja mais preparado para resistir a ações de marginalização ou a mecanismos de opressão. (PETIT, 2013). Definida como “processo em que cada homem e cada mulher podem ser mais sujeitos de seu destino, singular e partilhado” (PETIT, 2013, p. 102), a emancipação leva à democratização. Com efeito, a estudiosa considera que se dedicar ao gesto de ler presume uma emancipação. Pensando assim, a pandemia forçou os alunos a buscarem por conta própria maneiras de manter a leitura, compelindo-os a se tornarem ainda mais autônomos com relação a seus métodos de estudo. A participante 01 cita as estratégias usadas por ela para se manter escrevendo e lendo: “me matriculei em dois cursos de escrita, um deles voltado para a formação de professores no ensino de línguas e o outro para escrita criativa e poesia. Apesar de conseguir acompanhar as

leituras, parece que o exercício de ler havia se tornado mais desgastante (...)” (PFI 01). O fato de ter mais tempo para ler apontado por muitos estudantes também contribuiu para o caráter emancipatório, uma vez que a maior quantidade de leitura conduz a maior acúmulo de conhecimento e ampliação da visão de mundo.

A imobilidade compulsória prejudicou este estudante, “pois o meu acesso aos materiais de estudo vinham da Biblioteca.” (PFI 03), provavelmente a biblioteca além de ser um espaço de obtenção de material, era o lugar de leitura também. Sua apropriação da leitura foi prejudicada pela impossibilidade de se apropriar dos livros em sua materialidade. A observação dessa aluna realça a importância que Michèle Petit (2013) dá à biblioteca por disponibilizar um espaço e objetos culturais que podem ser apropriados por seus frequentadores para os ajudarem na construção de si mesmo por ser

(...) “um espaço real e metafórico onde a pessoa se sente suficientemente protegida para poder ir e vir livremente, sem perigo, para se abandonar à fantasia e ter a mente em outro lugar. A biblioteca, por facilitar o acesso ao saber, proporciona caminhos para a emancipação do sujeito.”. (PETIT, 2013, p. 110)

Para essa aluna, atua como meio de acesso e democratização da leitura, ressaltada pela mesma autora por seu papel no enfrentamento contra a exclusão e por sua contribuição para a emancipação de seus frequentadores. 10,2 % disseram não ter lido ou não ter lido mais durante a pandemia “porque não tem lugar apropriado para ler”. A leitura silenciosa e individual já era uma prática comum antes da pandemia, desde a 1ª Revolução da leitura, mas agora no contexto do colapso sanitário, está mais solitária ainda. Limitados pelas restrições compulsórias da crise viral, os graduandos se veem sem ter possibilidade de diversos espaços para se dedicarem à leitura, quando, há casos, como vimos, que a própria casa não é um local propício devido à quantidade de outras pessoas impedirem o ambiente de ser silencioso para concentração necessária.

O advento da pandemia alterou as vivências e percepções de tempo e espaço dos estudantes e trouxe um aprofundamento sobre as questões que envolvem as práticas de leitura, notadamente aquelas que estão relacionadas ao mundo virtual. A relação com a leitura é marcada pelo lugar onde leem. A imobilidade advinda da restrição espacial ao espaço doméstico contrastou com a multiplicidade de mobilidade anterior ao confinamento, levando os estudantes a experimentarem um único espaço de leitura - a casa - em uma variação de tempo, já que a suspensão de todas as atividades deixou em suspenso prazos e planos, resultando em maior disponibilidade de tempo para o ato de ler. Portanto, foi um modo de ler que sofreu um rompimento na prática de leitura dos alunos da licenciatura. A “cultura do silêncio”, nas palavras freireanas, compareceu neste contexto de isolamento social, sendo complexo decifrar

tal silêncio em cada grupo humano. Aí reside outro paradoxo. O isolamento físico pode limitar as múltiplas vozes imbuídas no ato de ler? Há uma multidão que nos habita enquanto lemos e, portanto, “sozinha, sou muito povoada dentro de mim mesma”. (PETIT, 2001, p.40)

4.3.1.2 Espaço do imaginário

Além da abordagem dos espaços físicos para a leitura, o ato de ler conduz à criação dos espaços do imaginário. A respeito, Petit mostra uma outra dimensão temporal possibilitada pela leitura a que abre um tempo próprio, distante do tempo marcado pelas obrigações cotidianas. (PETIT, 2013). Ao abordar a contribuição da leitura literária para a elaboração da subjetividade, Petit fala de como a leitura pode ser um caminho para se elaborar ou conservar um espaço próprio, privado, essencial para manter o sentimento de individualidade (PETIT, 2013). Ela insiste na leitura como via para elaboração de um espaço privado no hospital, onde a privacidade está comprometida. Apesar da presente pesquisa não ocorrer em ambiente hospitalar, mas de maneira semelhante enquanto contexto de enfermidade, ocorre em um momento em que toda a sociedade se vê ameaçada por uma doença e obrigada a reduzir seus espaços de circulação com o isolamento social imposto. A participante X menciona a redução drástica do seu espaço de intimidade, o quanto a falta de um espaço físico solitário a tolheu e prejudicou sua formação leitora: “A pandemia me prejudicou, acredito que muito por conta do ambiente. Às vezes lia no metrô e biblioteca, ter uma casa cheia de gente e um momento delicado tudo influencia.” (PFI 04). Presumo que Petit se referia ao “espaço psíquico” (2013, p. 43) como forma de elaborar ou reconquistar a posição de sujeito. Mas, o espaço físico mencionado pela participante, era importante para que ela construísse o espaço psíquico por meio da leitura. A construção do imaginário é mencionada pela seguinte aluna: (...) “Pois durante esse período difícil, a leitura tem sido um refúgio, e por meio dela que eu pude imaginar novos mundos, enxergar novos horizontes e também me redescobrir como pessoa.” (...) (PFI 18)

Enquanto ato de resistência que não se trata de evadir do mundo, mas de inventar um ponto de apoio, a leitura possibilita atravessar a fronteira e chegar do outro lado, chamando atenção para algo imprescindível que será encontrado em vários contextos e destinos, a partir da

(...) associação entre a abertura de um outro espaço, que rompe com a situação em que se encontra aquele que lê ou ouve um texto, onde ele entre de cabeça, ou cauteloso, e uma nova oportunidade de uma atividade psíquica e de uma palavra, a volta ao movimento de um tempo que parecia congelado. (PETIT, 2010, p.75)

Nestes devaneios possibilitados pela leitura, outro paradoxo apresenta-se. Trata-se de um isolamento social marcando a leitura por uma escapada solitária, mas, ao mesmo tempo, espaço de encontros, enquanto “meio de experimentar uma permanência onde não há” (PETIT, 2010, p.80). Em tempos de isolamento social decorrente de uma crise sanitária, essa tomada de consciência possibilita ao indivíduo deparar-se com a máxima que “sem o outro, não existe sujeito”.

Em outras palavras, o gesto da partilha ou da troca, a relação, está na origem mesma da interioridade, que não é um poço onde se mergulha, mas que se constitui entre dois, a partir de um movimento de direção ao outro. Está também na origem mesma da identidade (se é que esta existe, o que pode ser discutido), que se constitui em um movimento simultaneamente centrífugo e centrípeto, em um impulso em direção ao outro, um desarraigamento de si, uma curiosidade - uma vontade também, por vezes feroz. Na origem mesma da cultura. (PETIT, 2010, p.51)

Por outro lado, apesar do confinamento levar à leitura individual, plataformas de encontro, como o *Meet* e *Zoom*, ou até as próprias redes sociais, permitiam o encontro virtual para trocas e discussões, inclusive por clubes de leitura, como aponta este participante:

No início da pandemia, eu e alguns amigos de um grupo de leituras criamos um grupo de leitura e discussão de contos, para nos apoiarmos, nos vemos semanalmente e para lermos textos menores que romances transformando a leitura em algo mais leve. Esse grupo nos ajudou muito durante os primeiros meses da pandemia. (...) (PFI 12)

Os alunos apontaram também a prática de leitura para ampliação de seus repertórios: (...) “Tendo mais tempo em casa, tenho conseguido organizar melhor minha rotina e tirar um tempo diário para a leitura, além de ler vários tipos de livros, construindo um repertório maior.” (PFI 32); (...) “tenho me dedicado a ler os clássicos que as escolas nos pedem,” (PFI 09); (...) “A pandemia favoreceu minha formação como leitora: dentre todos os livros que andei lendo (75, contando 2020 e 2021 até agora, sem contar os que estão sendo lidos no momento), li “Os Miseráveis”, “Grande sertão: veredas”, “Ulysses”, “Avalovara”, dentre outros. Sinto que estou pegando livros mais complexos do que pegaria com a ‘vida lá fora’.” (PFI 50)

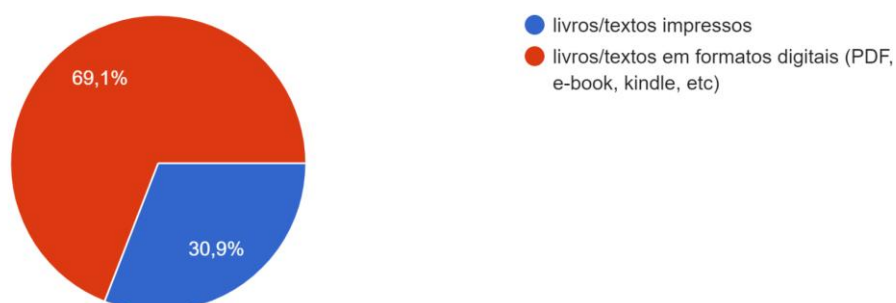
4.3.2 Materialidades do texto

A materialidade da leitura consolida-se nos suportes do texto. No capítulo 02, mostrei como sua evolução ao longo da história da humanidade modificou as práticas de leitura. Ancorada na teoria de Chartier que considera o estudo dos suportes do texto tão importantes quanto o estudo do próprio texto, por serem eles que o disseminam, analisá-los-ei agora.

Gráfico 11 – Suportes de texto

Durante a pandemia, na maioria das vezes, você está lendo:

55 respostas



Fonte: Gerado pelo Google Forms após a apuração automática dos dados.

As respostas dos alunos indicarem que 69,1% deles estão lendo em formatos digitais e 30,9% em material impresso revelam um dado já presumido no contexto da revolução tecnológica que vivemos. Ainda que os digitais sejam predominantes, essa proporção mostra que ambos coexistem no contexto pandêmico. A mencionada coexistência possibilita acesso a recursos particulares a ambos, ampliando as possibilidades para os leitores. Do impresso, as marcas intencionais, o manuseio do papel e a oportunidade de fazer anotações de maneiras variadas; do digital³¹, os *hiperlinks*, a facilidade em encontrar palavras específicas, por exemplo. O que é um ponto positivo, como aponta Roger Chartier (2020), por proporcionar mais oportunidade de escolhas aos leitores, como mencionei no capítulo 02. Esse dado além de reforçar também o compartilhamento da experiência de uma existência digital, causado pela pandemia, torna ainda mais válida a preocupação do historiador com a continuidade dos livros impressos e das livrarias.

Os alunos mais compraram livros: 72,2% do que baixaram em dispositivos eletrônicos, 63%, contrariando o aniquilamento do consumo de livros em detrimento dos arquivos digitais. Esse dado foi surpreendente para o contexto digital e pandêmico que vivemos, ainda mais se levamos em consideração que geralmente os universitários, por questões financeiras, fazem mais downloads de livros e fotocópias do que compram. Antagonicamente, a pesquisa “The

³¹ O Kindle, a exemplo, oferece ao leitor as ferramentas de marcadores de páginas, grifar partes do texto, fazer anotações e buscar palavras no dicionário.

<https://www.techtudo.com.br/listas/2021/10/oito-dicas-e-truques-do-kindle-que-nem-todos-conhecem.ghtml>

digital consumer book barometer - Covid-19 Special Edition Brazil” mostra que houve um aumento de vendas de e-books no pico do isolamento.³²

Com o advento da imprensa, no século XV, os livros impressos se popularizaram e contribuíram para a difusão da leitura. Contudo, a transmissão eletrônica dos textos marcou a terceira revolução da leitura e, na modernidade, o hábito de ler arquivos baixados pela internet tornou-se extremamente comum e praticado por todos. A impossibilidade de sair de casa, devido às medidas restritivas para barrar o contágio da covid-19 aumentou a venda de livros *on-line*, como constata a Pesquisa Produção e vendas do Setor Editorial ano base 2020 (realizada pela Nielsen Book, com coordenação da Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Foi registrado o crescimento de 84% na participação das Livrarias Exclusivamente Virtuais no faturamento das editoras. Enquanto o fechamento das lojas físicas impactou o faturamento do mercado editorial, causando um decréscimo de 8,8% em comparação a 2019. A preocupação de Chartier com o futuro do livro impresso é válida e real, mas há um exagero. A última pesquisa ampla de Retratos da leitura no Brasil, identificou que 67% dos leitores preferem ler em livros em papel. Com essa maior preferência pelo impresso, a possibilidade de os livros impressos acabarem parece remota. O autor fala inclusive sobre o ato de resistir, no âmbito individual, ao imediatismo do mundo digital ao consumir os impressos, para manter vivas as práticas e instâncias envolvidas na cultura impressa. O fato de que os acadêmicos de Letras compraram mais livros do que baixaram, ainda que o dado não especifique o suporte desses livros comprados, constata uma resistência destes alunos que vão na contramão da maioria dos leitores. Na mesma pesquisa citada, 25% dos leitores leem livros digitais contra 14% que leem livros impressos, na faixa etária de 18 a 24 anos de idade, faixa em que a maioria dos participantes se incluem. Provavelmente, isso se deve por uma consciência crítica que esse nicho de estudantes futuros formadores de leitores têm e pelo apreço que têm pelos livros, objeto de estudo deles.

Surpreendente também é a quantidade significativa de alunos que leram livros que foram presenteados: 35,2%.

Apenas um aluno disse ler em suporte que não seja digital ou impresso, o audiolivro: (...) “Contudo, descobri os audiolivros e eles funcionaram perfeitamente para mim, pois mesmo estando cansado ou atarefado, conseguia apreciar a leitura por meio de uma terceira pessoa.” (PFI 17)

32

https://www.bookwire.de/fileadmin/downloads/whitepapers/Brazil_Covid_Special_ConsumerBookBarometer2020_PT.pdf

4.3.3 Facetas das práticas de leitura (*Repertório, gêneros e intensidade*)

A maioria lê mais (quantidade) do que liam antes da pandemia - 50,9% e 61,8% realizou leituras que não eram feitas antes. A tabela construída a partir das respostas especificando as leituras que fizeram que não haviam feito antes da pandemia juntamente com o livro que estavam lendo ou leram por último evidenciam os impactos da pandemia no repertório dos alunos.

Quadro 07 - Leituras realizadas pelos alunos participantes durante a pandemia³³

Leituras feitas após a pandemia		
Gênero	Temas/títulos/autores	Suporte
Dramaturgias		
Literaturas não obrigatórias da faculdade		
	Virginia Woolf, Oscar Wilde, José Saramago, Tolkien, Kafka	
literatura marxista	Introdução à Filosofia de Marx, Pele Negra Máscaras Brancas, Contribuição à crítica da economia política, Manifesto Comunista, Sintomas Mórbidos	
		Revistas impressas
Leitura de clássicos da literatura, que eu nunca me dediquei muito a apreciar e livros de autoconhecimento		
filosofia clássica		
Contos		
Livros de terror		
Autoajuda		
		ebook-s Audiolivros / Ouvir audiobook
livros de auto-ajuda e muitos clássicos da Literatura, não só ocidental.		

³³ As respostas transcritas no quadro correspondem a exatamente como os alunos escreveram.

	Maria Montessori e já li alguns livros como A Formação do homem e O potencial religioso da criança.	
Textos teóricos		
Revista em quadrinhos		Revista
Leituras de livros que não se relacionam, diretamente, com estudos na faculdade ou trabalho		
Autoconhecimento e desenvolvimento pessoal		
	Utopia, de Thomas Morus	
romances longos		
Artigos, livros que não faziam parte do meu roteiro de leitura		
obras brasileiras		
Livros teóricos e livros em língua estrangeira		
Textos científicos		
Clássicos literários	tais como Ilíada e Odisseia	
Mais livros teóricos		
Livros clássicos		
literatura: ficção		
teoria social, referente ao racismo e feminismo; bíblia		

Fonte: Elaboração própria.

Os alunos leram mais autores e romances estrangeiros e a maioria esmagadora leu prosa. Apenas dois participantes disseram estar lendo poesia. Segue a especificação dos gêneros lidos: 30 pessoas - dramaturgia: 1, romance brasileiro: 9, romance estrangeiro: 18, autores estrangeiros: 10, autor brasileiro: 6, didática: 1, autobiografia: 2, ensaio: 1, religioso: 2 best-seller estrangeiro: 1, autor oriental: 1, instrucional: 1, poesia estrangeira: 1, poesia brasileira: 1, crônica brasileira: 1.

A lista é eclética e, embora seja composta majoritariamente por obras consideradas canônicas na literatura universal, há o autor da trilogia fantástica de *O Senhor dos Anéis*, J. R. R. Tolkien. As obras literárias predominam como leitura dos alunos, assim como entre os leitores frequentadores da Bienal Internacional do Livro em São Paulo, 76% afirmaram ler livros literários.

Os impactos podem ser percebidos também quando o respondente XX teve menor rendimento e a dificuldade de concentração a forçava a reler páginas completas. O participante XX sentiu-se estafado sem conseguir ler muito. Enquanto participante XX voltou a ler livros frequentemente e estava tentando ler livros diferentes.

4.3.4 Intensidade/quantidade de leitura

Busquei avaliar a quantidade das amplas práticas de leitura. 40% afirmou estar lendo uma quantidade razoável; 36,4% muito e 14,5% pouco. Logo, se dos 55 alunos pesquisados, 20 estão lendo bastante, temos uma parcela muito boa de leitura. Este resultado vai ao encontro da predominância dos 50,9% que está lendo mais do que lia antes da pandemia, pois se estão lendo mais é porque estão lendo muito ou razoavelmente, como indicam as respostas à pergunta anterior. 34,5% está lendo menos do que lia antes da pandemia e 14,5% lendo a mesma quantidade que lia. Dados esses que convergem com a pesquisa *Retratos da Leitura* em eventos do livro e literatura realizada durante a Bienal Internacional do Livro em São Paulo, em 2022, na qual 87% dos participantes informaram que leram mais durante o período de isolamento social. Isto posto, identificamos que a pandemia impactou positivamente o modo de leitura dos estudantes, nos levando a descrever uma parte dos “modos de utilização, de compreensão e de apropriação dos textos” desses alunos (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 7).

Com relação à quantidade de livros lidos em números, quem leu mais (4 livros ou mais era a alternativa com a maior quantidade) foi, em sua maioria, por vontade própria: 36 participantes. Mas a diferença é pequena: 33 pessoas leram a mesma quantidade por obrigação. O que observamos é que a motivação para ler por vontade própria ou por obrigação fica muito próxima, a diferença é muito pequena em todas as quantidades de livros. 5 alunos não leram nenhum livro. Na mesma pesquisa mencionada acima, a média de livros lidos (quaisquer gêneros) pelos respondentes, 7%, está consideravelmente acima da dos brasileiros em geral, 2,6%.

4.3.5 Gêneros textuais

A Pesquisa Produção e vendas do Setor Editorial, ano base 2020, coordenada pela CBL e SNEL, aponta que as obras gerais foram o único setor que apresentou crescimento nas vendas ao mercado, marcando um aumento de 3,8%, ultrapassando os didáticos, religiosos e científicos, técnicos e profissionais. Enquanto na presente pesquisa, o gênero didático/teórico foi o mais lido pelos alunos.

Os gêneros mais lidos foram “Didático/teórico/crítico/acadêmico” - no formato digital, “Redes sociais” e “romance/novela” (nessa ordem). Portanto, os estudantes buscam mais por leituras utilitárias, provavelmente por obrigação, como abordarei em outro item. E em todos os gêneros, o suporte digital foi mais usado que o impresso, à exceção de romance/novela (25 pessoas contra 17 pessoas). O que vai ao encontro do dado obtido de que 69,1% lê em formato digital.

Posso teorizar que tal preferência vá à uma determinada urgência, levantada pelo ambiente atípico da pandemia, reforçando o espaço insular e fazendo com que o compartilhamento das leituras via redes sociais de leituras e escrita (como Skoob, Goodreads ou Wattpad) ou não (compreendemos aqui as mais utilizadas já citadas, dos ambientes Meta e Twitter), tenha se intensificado. Isso é um ato típico dos nativos digitais, comentários ou compartilhamentos em tempo real de suas próprias leituras, que pode endossar pensamentos teóricos já dispostos aqui, sobre legitimação de saberes e demarcação de territórios culturais. Os nativos digitais demonstram sempre essa ideia de desempenhar múltiplas tarefas ao mesmo tempo. Por outro lado, é sabido o quanto a permanência demorada nos ambientes das redes sociais onde há um ambiente de discussão mais ativo (*Instagram, Facebook, Twitter* etc.) gera um foco ou uma mudança de foco que ao mesmo tempo provoca extrema desatenção e procrastinação, também típico dos nativos digitais, e todo o ato de fruição de leitura tende a ser extremamente problemático.

Podemos nos perguntar o que faz o romance ser o gênero mais lido em formato impresso? Uma das hipóteses é o valor, relativamente baixo, e o nicho que representa os famosos folhetins (“romances de moças”, ou de conteúdos mais picantes, também em geral voltado ao público feminino), e que, pelo suporte físico, o “aproxima” do que se acostumou a chamar de “alta literatura”. O conceito de “alta literatura” outrora correspondia aos romances escritos e academicamente aceitos, mas hoje parte dos chamados *best-sellers* entraram em tal categorização, mas ainda há aqueles enxergados como subprodutos da indústria cultural.

Atualmente há uma taxonomia fluida acerca de tal gênero, uma vez que os romances, correspondendo a uma visão próxima a de Ian Watt (*A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*, 2010), que situa a sua gênese na Inglaterra oitocentista, seriam por si só, elementos de entretenimento, convergindo para o formato do *rocambole* folhetinesco francês do século XIX. A atitude da Academia, em fazer uma diferenciação entre “romances sérios” e aqueles indignos de estudo ainda persiste, muito embora hoje a chamada “literatura de entretenimento”, que engloba diversos subgêneros - desde literatura *young adult* à literatura de fantasia, entre outros -, tenha até seu lugar em prêmios consagrados como o Jabuti.

Embora a leitura das redes sociais esteja em segundo lugar - 29 pessoas, está muito próxima do gênero mais lido - 31 pessoas. Esse dado representa muito para o panorama de uma leitura multimidiática durante a pandemia. A leitura das redes é uma leitura fragmentada e acelerada, como aponta Chartier (2020) e Raffaele Simone (2010), além de levar a um descuido com a autenticidade e comprovação do que se lê e logo à acentuação da falsificação de informações. Prova disso foi a quantidade de “*fake news*” vinculadas durante a pandemia. As redes sociais compõem gêneros que conduzem a leituras apressadas e descontinuadas. O modo de leitura linear empregado no século XX foi substituído pela leitura fragmentada, dispersa e desconcentrada, justamente por conta da variação nos suportes do texto e dos objetivos de leitura, segundo Horellou-Lafarge; Segré, (2010). Os textos nas redes sociais são curtos, sem divisão em parágrafos, usam uma linguagem mais objetiva e coloquial, fazem uso de *emojis* e vêm acompanhados de imagens ou vídeos e apresentam sinais de interlocução com o leitor. Essas são características gerais, pois cada rede social apresenta suas particularidades. No *Twitter*, as postagens podem ter no máximo 280 caracteres e no *Instagram* 2200. Desse modo, quem desejar se expressar mais longamente terá que fazer mais de um *post*, o que tornará a leitura ainda mais fragmentada.

Nas redes sociais, as operações de produção do texto podem ser exercidas pelo mesmo profissional, a um só tempo; diferentemente do que ocorria desde a imprensa, quando as tarefas na produção do livro eram separadas entre os profissionais. Roger Chartier lembra que, devido à rede eletrônica, as operações realizadas separadamente por editor, autor e outros, “podem ser acumuladas e tomadas quase contemporâneas umas das outras” (CHARTIER, 1998, p. 17). Dessa forma, o leitor vai recepcionar o texto que tem marcas intencionais de um único produtor que configurará definitivamente o texto e o difundirá de modo instantâneo. Neste caso, os estudantes são os leitores que estão recepcionando majoritariamente os textos produzidos nas redes sociais, que inclusive atuam como os maiores mediadores de leitura, segundo as respostas

dos alunos. Tais redes possibilitam uma leitura multimidiática e de temas muito diversos em um suporte eletrônico.

As redes sociais são lidas predominantemente nos *smartphones*. Raffaele Simone (2010) discute como o livro perdeu espaço para outros meios de comunicação nos últimos 20 anos, principalmente para televisão e computador. Todavia, no tempo pandêmico o *smartphone* é que tem sido o grande usurpador do livro e dos outros meios. Ele desempenha a função de todos esses elementos juntos: da tv, do computador e do livro. O autor defende que o principal adversário do livro é a televisão, para ser mais geral, o vídeo. No contexto do início dos anos 2000, data da publicação do livro, a televisão era o grande meio de comunicação. Vinte anos depois, ela perdeu espaço para os *smartphones* que desempenham as funções da tv e mais ainda tantas outras que ela não pode fazer, além também de desempenhar muito das funções dos computadores.

Como mídia, a internet surgiu levantando a polêmica de sempre acerca do quanto uma nova plataforma poderá ou não substituir a outra. Quando ainda se discutia de maneira acalorada a influência televisiva no cotidiano, a internet ameaçava a estrutura da televisão por conta de seu caráter libertário e pretensamente libertador. Contudo, a ideia de que todas as oportunidades econômicas e financeiras estariam convergindo para a *World Wide Web* - que hoje conhecemos como a "internet de superfície" -, levou ao estouro da bolha logo na virada do século, lançando desconfianças sobre a capacidade de a mídia estabelecer-se. Ela estabeleceu-se, mas ficou clara a cisão da chamada *World Wide Web* com a *Deep Web*; nesta última, não confundamos com a *Dark Web* a parte mais problemática da rede, pode-se encontrar quase tudo, arquivos digitais de músicas, livros e filmes, o que a parte da WWW restringiu principalmente com o "loteamento" do espaço virtual por conglomerados como Meta, Twitter e Google. Tal cisão permitiu que houvesse uma espécie de sequestro da internet pela lógica televisiva a qual todos supunham que seria abandonada. Hoje em dia a televisão se faz presente em todas as frentes, promovendo a destruição da linearidade com a qual a internet e seu conceito original de navegabilidade da rede se fundou, e sobre a qual Simone (2010) escreveu.

O teórico italiano explica que a linearidade que predominava na formação e difusão do conhecimento foi substituída pela simultaneidade: "Passamos, portanto de uma modalidade de conhecimento na qual prevalecia a linearidade para outra na qual prevalece a simultaneidade dos estímulos e a elaboração."³⁴ (SIMONE, 2010, p. 37). O autor ao abordar a perda do gosto

³⁴ Tradução livre de "Hemos pasado, así pues, de una modalidad de conocimiento en la cual prevalecía la linealidad a otra en la que prevalece la simultaneidad de los estímulos y de la elaboración."

pela leitura, pelo escrito, mostra como o vídeo é mais fácil que o escrito e elenca as características que diferenciam a recepção e elaboração de ambos.

A pandemia também impactou o gênero das leituras buscadas para quem lia literatura estrangeira: “Sai (sic) da minha zona de conforto com obras brasileiras” (PFI 14). Inclusive, detectei uma ocorrência maior de literatura de outros países. Dentre os títulos citados (sem levar em conta os gêneros e autores mencionados), a grande maioria são de literatura estrangeira.

A maioria dos livros lidos são literatura estrangeira e clássicos, como: “Crime e Castigo” e “Dom Quixote”. Da literatura brasileira os citados também são clássicos e todas as leituras citadas são em prosa, a exceção de Fernando Pessoa e Carlos Drummond de Andrade. Há uma autora feminista, Bell Hooks, autora de *best-seller* J. K. Rowling e constam dois livros religiosos: “Ave Cristo”³⁵ e “Ego transformado”³⁶. Observamos, portanto, que a comunidade de leitores do Instituto de Letras é diversificada, composta por obras que compreendem desde os clássicos aos de *best-sellers* juvenis. Mesmo no meio de obras diversas, os clássicos se sobrepõem aos demais, se consideramos a quantidade, conforme mostra o quadro “Livros lidos durante a pandemia”, que está mais abaixo.

“A este respeito não podemos ignorar a existência de uma hierarquização dos conteúdos das obras e dos leitores correspondentes aos níveis escolar e cultural. Os leitores selecionam suas leituras a partir do lugar que ocupam nessas classificações e dos seus interesses no momento. ” Só que isso é da Sociologia da leitura, ver se essa linha teórica permanecerá. A leitura dos clássicos literários mostra que o processo de formação e o lugar que ocupam enquanto graduandos em Letras influenciam as leituras que fazem.

Os textos literários clássicos lidos apresentam condições de recepção que antecipam a presença de um receptor projetado como apto a produzir sentido ao preencher seus vazios deixados pelo autor. Nas palavras de Wolfgang Iser: “O preenchimento dessa forma vazia e estruturada não se deixa prejudicar quando os textos afirmam por meio de sua ficção do leitor que não se interessam por um receptor ou mesmo quando, através das estratégias empregadas, buscam excluir seu público possível” (ISER, 1996, p. 73).

Lembrando de que as preferências leitoras, os comportamentos e as maneiras de ler são diversificados e variam conforme as condições e os momentos que lhe são dedicados e as funções que lhe são conferidas pelos leitores. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010). Pelo que os alunos falaram, eles apresentam amplas práticas leitoras.

³⁵ Obra psicografada de Francisco Cândido Xavier, ditada pelo espírito de Emmanuel.

³⁶ Autor: Timothy Keller.

4.3.6 *Motivações*

A representação de leitura como passatempo que foi disseminada em campanhas publicitárias no início da pandemia, como eu mencionei na Introdução, se confirmou também entre os estudantes.

A motivação para leitura que atinge a maioria dos estudantes é a obrigatoriedade: 87,3% estão lendo por exigência da faculdade, aquelas com finalidades pragmáticas; em seguida, mas não distante, estão os 81,8% que leem por gosto/prazer. E aqui está construída a dicotômica relação entre leitura por obrigação e por prazer estético, que será abordada na categoria 08. Seguidos pelos expressivos números referentes a entretenimento/passatempo (63,3%), conhecimento geral (60%) e crescimento pessoal (58,2%). Os elementos motivadores convergem com a representação que os alunos têm da leitura, analisados anteriormente.

55,6% sente-se interessado/motivado e 31,5% animado e feliz para ler. Essa motivação pode ser por causa do maior tempo que tiveram para leitura, inclusive gêneros que não costumavam ler antes, como muitos disseram nas perguntas abertas. A despeito da situação de crise que assola esses sujeitos, há um paradoxo nesta forma de encarar a leitura como potência de projeto reparador.

Para além dessas situações extremas, a contribuição da leitura para a reconstrução de uma pessoa após uma desilusão amorosa, um luto, uma doença, etc. - toda perda que afeta a representação de si mesmo e do sentido da vida - é uma experiência corrente, e numerosos escritores a testemunharam (...) (PETIT, 2010, p.17).

A potência expressa na máxima que “uma obra, às vezes, nutre literalmente a vida” (PETIT, 2010, p.17) alimenta o paradoxo da leitura ser uma aliada tanto nos momentos de desarranjos internos quanto nos momentos de “crises que afetam simultaneamente um grande número de pessoas” (PETIT, 2010, p.18). Em um momento de crise sanitária mundial, observa-se nas falas dos sujeitos entrevistados a potência de vida gerada pela leitura, tornando necessário esclarecer a contribuição da leitura em contextos críticos.

Tudo começa, como veremos, com situações gratificantes de intersubjetividade, encontros personalizados, uma recepção, uma hospitalidade. A partir daí as leituras abrem para um novo horizonte e tempos de devaneios que permitem a construção de uma posição do sujeito. (PETIT, 2010, p.32)

A leitura neste contexto de crise torna-se um modo de habitar o mundo, estando leitura e vida engendradas. Pensando com Freire, para além de um ato de recreação, a importância do ato de ler coloca em jogo a possibilidade de tornar o mundo habitável. (...) “ajuda a desenvolver o pensamento crítico e diminui a ansiedade nesse momento tão complicado que estamos

passando. A pandemia contribui de forma quantitativa em relação a (sic) leitura, pois passei a ficar mais em casa durante o período de isolamento” (PFI 44).

Os 37% dos alunos que se sentiram distraídos/pouco concentrados, são representados pelos relatos, citados anteriormente de que se tornou difícil a concentração em leituras diante do contexto de tantas mortes e perdas de familiares.

Do total, 29, 6% sente-se esgotado: (...) " a demanda de trabalhos aumentou bastante, sendo assim ficava esgotado para fazer qualquer leitura. " (...) (PFI 17). 27,8% sente-se ansioso. O relato da PFI 54 reflete os 16,7% que estão desmotivados para leitura.

Ao meu ver, e pela minha experiência nessa fase, tem momentos que não tenho vontade de ler as notícias por medo, porque tem coisas absurdas e inaceitáveis acontecendo. Infelizmente, por egoísmo e autopreservação, as vezes (sic) preciso me privar disso. E sem motivação e desânimo e sem conseguir me concentrar para ler, recorri aos filmes e séries, uma bela ferramenta de fuga dessa realidade (...).

A maioria dos participantes leu para aprender ou para se divertir/distrair. E uma aluna admitiu a leitura como inspiração para sua escrita (PFI 06) e disse que leu os contos, poemas e romances estudados nas disciplinas de literatura.

4.3.7 Barreiras para leitura

38,8% diz não ter lido mais por falta de tempo, o que contradiz o discurso de muitos participantes nas perguntas abertas que disseram ter mais tempo para ler com a pandemia por não gastarem tempo se deslocando e por passarem mais tempo em casa. 22,4% por falta de dinheiro. Mas se a maioria tem acesso à internet é possível que a leitura seja realizada em mídias gratuitas ou em livros baixados em PDF. A falta de dinheiro impossibilita a compra de livros específicos, não a leitura em geral. 10,2% dizem não ter lugar apropriado, como mencionei antes, pelo fato de haver muita gente em casa levando à distração e a maior quantidade de afazeres domésticos.

4.3.8 Prazer estético e instrumentalização

Em minha pesquisa optei por estudar a leitura em sentido amplo - todo tipo de leitura. Entretanto, como os sujeitos pesquisados são estudantes de Letras, foi natural que a leitura literária emanasse como ponto de abordagem, como tipo de leitura prevalecte sobre as demais ou tida como leitura no sentido geral. Nas respostas subjetivas, quando se referiam à leitura,

falavam da leitura dos materiais acadêmicos ou de livros literários. Ao abordar o caráter humanizador da leitura na categoria “Representações”, eu não quis romantizar a literatura como redenção, mas reiterar as possibilidades da literatura para além do utilitarismo. A separação entre prática de leitura acadêmica e leitura como estética foi muito recorrente nas respostas dos alunos, como em: “Não tive tempo de ler o que gostaria na pandemia, apenas li o que era obrigatório pelo curso. (...)” PFI 24 e (...) “E também favoreceu por me proporcionar mais tempo para gerir as leituras obrigatórias, me proporcionando mais tempo para leituras não obrigatórias.” (PFI 21). A leitura prazerosa não é associada por eles às leituras pragmáticas para formação profissional e um aluno mostra que existe uma apreciação diferente para textos relacionados ao curso: (...) “ (...) mesmo lendo coisas de fora da faculdade (a maioria das leituras, aliás), me sinto apreciando o texto de uma forma não necessariamente acadêmica (ainda que também seja acadêmica) ”. (PFI 50).

Como os alunos de Letras estão sendo formados para serem professores e leitores profissionais (CHARTIER, 2020), a leitura para eles é um modo de se apropriarem de um texto estética ou intelectualmente. É natural que tenham preocupação com as leituras formativas e se concentrem nela. O que me chamou atenção, pela grande recorrência, foi o fato delas não estarem associadas ao prazer e sim à obrigatoriedade, enquanto as demais leituras - consideradas em sua maioria como literárias - foram relacionadas ao prazer e ao gostar.

Muitos participantes quando falaram sobre as leituras que estavam realizando durante a pandemia apresentaram leituras que são demandas suas, do próprio sujeito e as demandas profissionais, colocando como opostas as leituras obrigatórias e não-obrigatórias, talvez isso deve-se ao fato de que a leitura é o “instrumento de base para condução das aulas” na faculdade de Letras. “Eles constituem o fio condutor do desenvolvimento de um curso, são a unidade de planejamento pedagógico” (ANDRADE, 2007, P. 125), portanto os alunos precisam ler muito para acompanhar as disciplinas, fazendo com que grande parte de suas leituras sejam voltadas para atender a essas demandas da universidade. Para Reis e Melo (2021), a leitura para apreciação e a leitura analítica não abrangem espaços opostos do ato de ler, mas concorrem para a produção de sentido.

Em *O prazer do texto* (1987), Roland Barthes distingue o prazer do texto em duas categorias: o de prazer (clássico) e o de fruição (vanguarda), a partir da exploração da ambiguidade dos termos franceses *plaisir* (prazer) e *jouissance* (gozo, fruição). O de prazer (“contentamento”) relaciona-se a uma prática de leitura cômoda, traz contentamento e entusiasmo ao legitimar os gostos e experiências culturais, psicológicas e históricas do leitor;

ao passo que o de fruição (“desvanecimento”, deleite) rompem com elas tornando sua leitura desconfortável, além de abalar a relação do leitor com a linguagem.

No capítulo 02, abordei a teoria de Jauss sobre o rompimento do horizonte de expectativas do leitor através da obra. Dos três tipos de obra elencados por ele, o terceiro compreende as obras que transformam tal horizonte ao romperem com as expectativas dos leitores, afastando-os de seus padrões preconcebidos, estabelecendo novas preferências e percepções das coisas. Essa categoria de obra corresponde à categoria dos textos de fruição de Barthes. Relatos revelam a ruptura causada pela leitura no horizonte de alguns alunos: (...) “A leitura me ajudou a reorientar perspectivas e a abrir novas, a imaginar, a ter esperança, a ser empática e a me colocar no lugar do outro. ” (...) (PFI 16) e (...) “Pois durante esse período difícil, a leitura tem sido um refúgio, e por meio dela que eu pude imaginar novos mundos, enxergar novos horizontes e também me redescobrir como pessoa. (...)”. (PFI 18)

Para Barthes, existe apenas uma “diferença de grau” (BARTHES, 1987, p. 29), pois o texto da fruição é o progresso natural, lógico e histórico do texto de prazer. Como o prazer não é um componente do texto, só decorre da fruição quando o texto de fruição é atingido por outro texto de fruição.

Hans Robert Jauss (2002), ao formular a teoria da experiência estética, desconsidera a ambiguidade aventada por Barthes e o critica por negar o caráter dialógico da leitura comunicativa. Para o autor alemão, quando a experiência estética é restrita ao prazer do texto encontrado unilateralmente pelo leitor, a relação entre este e o texto está sendo descartada. Dessa forma, o leitor assume um papel passivo de recepção enquanto a atividade imaginativa é eliminada como fonte de prazer.

Jauss faz uma retrospectiva para buscar as origens da formação da teoria do prazer estético e percorre autores que contribuíram para a construção da história da experiência estética. Retoma, primeiramente, os conceitos aristotélicos de prazer estético que conjugam o efeito sensível e o de ordem intelectual. A realização da experiência estética se dá mediante três atividades autônomas, mas complementares entre si: a de produção, a de recepção e a de comunicação. Correspondem, respectivamente, aos conceitos de *poiesis*, *aisthesis* e *katharsis*. A *poiesis* alude ao prazer do leitor ao ter a sensação de ser co-autor da obra literária; na *aisthesis*, o prazer é obtido por meio da recepção que pode levar à renovação da percepção da realidade e a *katharsis* é o prazer advindo da recepção, passível de levar o leitor a transformar suas convicções, impulsionando-o a pensar e atuar sobre o mundo de maneiras novas. Segundo ele, a comunicação literária só se realizará como experiência estética enquanto a atividade da *poiesis*, *aisthesis* e *katharsis* conservar o caráter de prazer.

Pelos relatos, a experiência dos alunos está relacionada ao prazer estético decorrente da recepção - *katharsis* - justamente por relatarem que as leituras durante a pandemia os levaram a pensar de formas diferentes, como no caso da aluna (PFI 18) que admitiu que a leitura desenvolveu sua imaginação, trouxe novas formas de enxergar a vida e a levou a um melhor autoconhecimento. Esta última participante disse que o fator motivador de sua leitura durante a pandemia foi crescimento pessoal e quando perguntada sobre a quantidade de livros lidos por vontade própria, ela respondeu quatro ou mais e por exigência da faculdade ou trabalho, ela não marcou nenhum. Os livros que leu que não havia lido antes foram “alguns livros de auto-ajuda (sic) e muitos clássicos da Literatura, não só ocidental” (PFI 11), o fato de que escolheu sozinha os livros para ler, demonstra que não houve mediação de professores, um indício de que suas leituras não orbitam dentre as acadêmicas. Além disso, dentre nove alternativas de respostas (em que se podia marcar mais de uma), ela respondeu que a leitura durante a pandemia lhe trouxe prazer. É possível inferir que seu prazer estético não é proveniente das leituras obrigatórias, mas de outras que ela afirma ter selecionado sem mediação de outros.

A dicotomia entre leitura por prazer e por obrigação trazida pelos alunos remete à antiga oposição entre prazer e trabalho, insuflada pela noção de experiência estética desde a Antiguidade e instaurada com a consolidação da sociedade capitalista e industrial quando este converteu-se em meio de sobrevivência e ferramenta de dominação. Para Jauss, o uso moderno da linguagem permite deduzir que o prazer, além de se opor ao trabalho, se distanciou do conhecimento recentemente. Ele relata que a experiência estética não era oposta ao conhecimento desde o início. A dupla finalidade do poético horaciana de *delectare et prodesse* (deleitar e ser útil) e a tripartição da retórica *docere, delectare, movere* (ensinar, deleitar e movimentar) atestam que a função cognitiva do prazer estético não havia sido contestada desde a arte antiga até o século XIX.

Para distinguir o prazer estético dos prazeres simples, Jauss recorre aos fundamentos fenomenológicos sobre distância estética de Ludwig Giez e Jean-Paul Sartre para articular uma concepção de experiência estética apoiada simultaneamente nas noções de prazer cognoscente e entendimento prazeroso. Para Jauss, na relação entre o sujeito e o objeto estético, há uma reciprocidade entre eles e o prazer pode decorrer da liberação da realidade efetiva do sujeito ou do objeto. Logo, o prazer estético requer um posicionamento que converte o objeto em estético. O sujeito, ao se valer de sua liberdade de assumir uma posição, é capaz de gozar tanto o objeto explorado pelo seu próprio prazer quanto seu próprio eu, pois se sente liberado de sua existência cotidiana. Assim sendo, o prazer estético é obtido pela relação dialética do prazer de si no prazer do outro, é experienciar a si mesmo na faculdade de ser outro. Essa perspectiva se confirma na

ótica freudiana da compreensão de que a identificação com os heróis é, além de uma necessidade antropológica, uma função estética, pois o espectador do espetáculo teatral ou o leitor do romance pode deleitar-se como uma personalidade relevante e se entregar a emoções reprimidas. Tal entrega decorre da segurança da ciência de que a ação e sofrimento são do outro e de que é apenas um jogo. No contexto da pandemia, o leitor pode sentir-se seguro e aliviado, ao realizar determinadas leituras, porque o sofrimento não é dele, ainda que sua realidade seja de sofrimento, neste momento ele está vendo a ação do outro e não sofre os impactos na sua segurança pessoal.

Essa participante ressaltou a fruição da leitura para ela e o utilitarismo como instrumentos para a escrita: (...) " (...) Além de me divertir com os textos literários, pude os utilizar como forma de inspiração para a minha própria escrita. " (...) (PFI 06). Essa outra deixou clara a oposição entre leituras obrigatórias e não obrigatórias: (...) "E também favoreceu por me proporcionar mais tempo para gerir as leituras obrigatórias, me proporcionando mais tempo para leituras não obrigatórias. " (...) (PFI 21). Para os participantes, não há prazer nas leituras obrigatórias. As leituras que levam à fruição são outras, "de fora da faculdade" (PFI 50). A oposição entre a leitura prazerosa e as leituras obrigatórias ficou bastante evidente na fala da participante citada na página 21, quando ela diz que suas leituras foram apenas as requeridas pelo curso e que não conseguiu ler nada por prazer, ou seja, as leituras obrigatórias não são prazerosas. Aparentemente, associam o que chamam de leitura obrigatória a um ato trabalhoso ou até martirizante, como a antiga oposição entre prazer e trabalho instituída desde a antiguidade e reforçada pelo uso moderno da linguagem, como nos explica Jauss. E nessa leitura trabalhosa não há prazer. A leitura obrigatória não é tida como objeto estético, enquanto os textos literários são. O utilitarismo da leitura apontado pelos alunos é inevitável, já que a leitura é instrumento para sua formação. Para os estudantes de Letras, futuros leitores profissionais, há uma demanda profissional da leitura e por isso a apropriação do texto por eles acaba sendo intelectual ou estética (CHARTIER, 2020). A demanda profissional da leitura leva-a, inevitavelmente, para o campo do trabalho e sua obrigatoriedade é uma consequência disso.

O participante 24 deixa bem claro a apropriação de sua leitura pela dicotomia entre leitura por prazer estético e leitura pragmática (situada na esfera da obrigatoriedade), evidenciando que aquelas obrigatórias não trazem prazer, quando diz, como já mencionei anteriormente que não teve tempo para ler o que gostaria, apenas para o que era obrigatório para o curso; e que por conta do aumento da carga de trabalho, não pode ter momentos de leitura por prazer. A oposição de leitura por prazer ou utilidade fortalece a crença de que a leitura com aspecto utilitarista não pode trazer prazer e vice-versa.

Essa finalidade pragmática da leitura tida pelos participantes atende a uma necessidade de capacitação profissional das classes populares, às quais provavelmente pertencem. Ao abordar a diferença dos interesses pela leitura entre as classes dominantes e as classes populares, Soares et al (1995) identificaram, através de uma pesquisa, que para as dominantes a leitura tem como objetivos a fruição, ser instrumento para acessar conhecimentos e como forma de participação social, ao passo que para as populares, a leitura tem fins pragmáticos de qualificação profissional para responder ao modo de produção da sociedade e às imposições da cultura dominante. (SOARES *et al*, 1995, p. 49)

Nos relatos dos alunos observo que a leitura como fruição teve efeito terapêutico ao ser um caminho de refúgio, escape, a possibilidade de fuga diante da dura realidade pandêmica. Pois bem, em uma situação de exceção como essa, certamente o prazer deve ser relativizado. O prazer que pode ser encontrado em uma situação como essa não é o mesmo prazer em um contexto de normalidade, sem medo de contágio de uma doença mortífera e sem a morte de pessoas próximas. 27,8% dos alunos disseram que a leitura durante a pandemia os distraiu e 20,4% disseram que a leitura trouxe prazer.

A interação do sujeito-leitor pesquisado - o licenciando - com o texto, durante a pandemia, se dá nessa ambivalência entre prazer e fruição. Para atingir o prazer estético na leitura, o leitor precisa dar sentido ao texto a partir de sua interação com ele, segundo o pensamento iseriano. Conforme explicitado no capítulo 02, essa relação dialógica se dá quando o leitor, a partir de suas projeções, preenche as lacunas deixadas pelo autor nos textos literários. A interação com o texto tem acontecido por meio das telas. Quando os alunos expõem sobre suas leituras, inferimos que há interação com o texto, ainda que não seja possível descrever detalhadamente como ela aconteceu: “tive mais tempo de estudar e ler os contos, poemas, romances estudados nas disciplinas de literatura”; (...) “Tenho aproveitado para ler mais, ler coisas diferentes que contribuem para minha formação como leitora, na vida pessoal, quanto como futura docente.” (...) (PFI 09). Mas é possível identificar em algumas falas a construção de sentidos a partir da interação com o texto: “Eu comecei a ler mais, para poder pensar coisas, criticar, praticar o exercício da reflexão. Eu li utopia do Thomas Morus” (PFI 05); (...) “Pois durante esse período difícil, a leitura tem sido um refúgio, e por meio dela que eu pude imaginar novos mundos, enxergar novos horizontes e também me redescobrir como pessoa.”. (PFI 18)

Para os alunos, ler para “apreciar e ler para se formar são práticas dissociadas” Para a participante 5 ler para apreciar e para formar estão dissociadas: (...) “A pandemia me aproximou mais da minha formação como leitora, mas acho que não me aproximou tanto da minha

formação como professora. Passei a ler mais, porém o EaD não me foi benéfico.” (PFI 05). Enquanto esta acredita estão associadas:

(...) Ao longo da pandemia, pude me aprofundar na minha formação como leitora e na minha formação como professora por meio de cursos de escrita que me levaram de volta à leitura. Além de me divertir com os textos literários, pude os utilizar como forma de inspiração para a minha própria escrita. Acredito que isso favoreceu bastante minha visão como leitora e como futura professora. (PFI 06)

Em um total de 29 pessoas que responderam com relação a essa temática, 19 demonstraram acreditar que estão dissociadas e 10 acreditam que estão associadas.

Correspondentemente a essa oposição, a distinção de Anne Rouxel (2012) é feita entre leitura analítica e leitura cursiva (conceituação francesa para leituras pessoais, livre de fins avaliativos). A primeira está relacionada à prática escolar, de aprendizagem e de avaliação e tenciona a formação do leitor preparado para atender as indicações do texto, circunscrita no bojo dos estudos categorizados e consensuais. Enquanto a segunda remete às práticas flexíveis, autônomas, individuais e de análise mais livre do leitor. Ambas convergem para a produção de sentidos. A leitura analítica de Rouxel é a leitura obrigatória que os alunos relatam, aquela que segue um “procedimento analítico” (ROUXEL, 2012, p. 276), buscando examinar a forma a partir de estudos hierarquizados. A leitura cursiva refere-se às demais leituras, que remetem às leituras realizadas, pelos participantes, por predileção e escolha própria. No contexto dos alunos pesquisados, a leitura analítica foi a mais realizada.

Em um debate com Chartier, Pierre Bourdieu (2011) afirma que a escola destrói a forma de leitura como necessidade de guardar os segredos mágicos e como roteiro para a arte de viver encontrando caminhos para questões existenciais para criar outra, de outra maneira. Para ele, a preferência pela cultura erudita no sistema escolar retira a oportunidade de ter contato com a experiência popular. O autor deixa claro como o nível de instrução escolar está diretamente associado à formação do leitor, quando explicar que a

(...) leitura obedece às mesmas leis que as outras práticas culturais, com a diferença de que ela é mais diretamente ensinada pelo sistema escolar, isto é, de que o nível de instrução vai ser mais poderoso no sistema dos fatores explicativos, sendo a origem social o segundo fator. No caso da leitura, hoje, o peso do nível de instrução é mais forte. Assim, quando se pergunta a alguém seu nível de instrução, tem-se já uma previsão concernente ao que ele lê, ao número de livros que leu no ano, etc. Tem-se também uma previsão no que diz respeito à sua maneira de ler. Pode-se rapidamente passar da descrição das práticas às descrições das modalidades dessas práticas. (BOURDIEU, CHARTIER, 2011, p. 237)

No mesmo sentido, Petit (2013) explora a conflituosa relação entre leitura e escola, justamente por essa última acabar atuando em certas situações como uma das barreiras para a elaboração da subjetividade e conseqüentemente para a formação do gosto de ler. A leitura

peçoal possibilita uma liberdade que as atividades escolares cerceiam ao serem realizadas sob o olhar do outro.

As práticas de leitura foram afetadas pela pandemia de diversas maneiras, seja como auxílio, como elemento dificultador, dentre outros. 38,2% leu livros que ajudou a atravessar os momentos de isolamento social, como também apontam o que disse o participante: (...) “Quer dizer: sim, de fato, a leitura tem me ajudado na pandemia, mas no sentido de que ela sempre me ajudou, em qualquer contexto. (...)”. (PFI 50)

36,4% se sentiu sobrecarregado pelas atividades das aulas remotas e não teve tempo para as leituras não acadêmicas, o que é corroborado pelo aluno XX: (...) “Contudo, o cansaço e as dificuldades enfrentadas pelas aulas à (sic) distância, dificultou o rendimento de certas leituras e causou certo desânimo”. (PFI 35). Para 23,6%, a ausência de aulas no primeiro semestre de 2020 deixou sem motivação para a leitura.

Em 21,8% dos participantes, o excesso de trabalho (resultante da pandemia) impossibilitou realizar leituras, como confirmamos na resposta: (...) “A princípio a pandemia afetou negativamente minhas leituras, pois como trabalho como designer de embalagens, a demanda de trabalhos aumentou bastante, sendo assim ficava esgotado para fazer qualquer leitura.” (...). (PFI 17)

Os estudantes apontaram a leitura como estética: mesmo em tempo excepcional pandêmico permaneceu a preocupação com a estetização da leitura.

Ao enfatizar que o processo de leitura consiste na “interação dinâmica entre texto e leitor” (ISER, 1996, p. 10, v.2), Iser identifica a estrutura do texto e a estrutura do ato de leitura como polos constitutivos da comunicação. A criatividade é desenvolvida na recepção quando o texto estimula atos que são traduzidos para a consciência do leitor e que fogem ao seu controle absoluto. Ao interagirem, leitor e autor participam de um jogo de fantasia. É justamente a partir dele que o leitor irá usufruir do prazer estético: “É que a leitura só se torna um prazer no momento em que nossa produtividade entra em jogo, ou seja, quando os textos nos oferecem a possibilidade de exercer as nossas capacidades” (ISER, 1996, p. 10, v.2). Entretanto, tal produtividade é limitada quando o autor expressa tudo diretamente ou de forma difusa, tornando a leitura tediosa ou maçante. Na concepção iseriana, o prazer advém da criatividade estimulada no leitor em sua interação com o texto, possibilitando que ele apreenda os artifícios usados pelo autor em sua produção. Quando a ação criativa é limitada pelo excesso de clareza do autor, a leitura torna-se, em oposição, tediosa e resulta na impossibilidade da participação do leitor.

Essa experiência estética é produzida nos participantes da pesquisa, segundo seus relatos, nas leituras não-acadêmicas, as "obrigatórias", como se vê claramente na fala da aluna

que diz sentir apreciar o texto de uma maneira não acadêmica (PFI 50). O efeito estético do texto e a experiência estética durante a pandemia é diferente para cada aluno, os efeitos produzidos neles são variados, de autoconhecimento a conquista de valores como tolerância e resiliência. Os participantes relatam variadas interações com o texto, desde as prazerosas às angustiantes. Dizem buscar formas de interação inéditas para eles, lendo livros não lidos anteriormente. Há também relatos de dificuldade de interação devido à falta de concentração, tornando o jogo complexo.

E até o caso de a interação com o texto não ocorrer, seja por falta de tempo, falta de motivação ou receio de ler notícias ruins e desastrosas. E há caso de que o texto não produziu (ou melhor dizer que não houve interação com o texto) efeitos no leitor, porque ele não conseguiu completar os vazios deixados pelo autor em sua produção: (...) “ algumas leituras não compreendi e era difícil tirar dúvidas ou debates com o professor e a turma” (...). (PFI 35)

Tal estetização passa pela ideia de *katharsis* jaussiana, pois como relata um dos participantes, há um “peso” (PFI 50) diferenciado que implica em um impacto maior e incomum, materializado na complexidade de leituras empreendidas que não eram comumente feitas em seu cotidiano. Leituras consideradas canônicas, de várias épocas e de variados estilos, (desde “Os miseráveis”, de Hugo, a “Avalovara”³⁷, de Osman Lins), vistos como “boa literatura” apresentaram-se de maneira paradoxal, envolvendo dor e prazer, pelas reflexões que lhe causaram. Há entre os alunos dois propósitos antagônicos na busca pela leitura: a instrumentalização e o prazer estético da leitura como propósitos antagônicos ao se buscar ler.

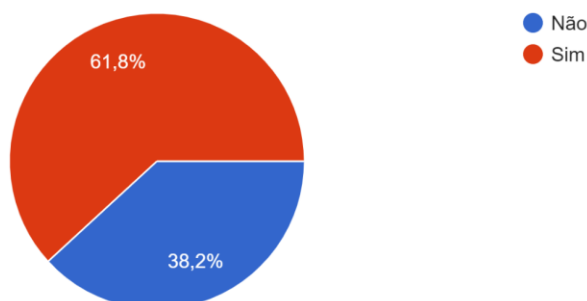
4.3.9 Impactos

Do total, 61,8% dos participantes passaram a fazer algum tipo de leitura que não faziam antes, o que equivale a 40 participantes que tiveram sua rotina de leitura impactada pela pandemia:

³⁷ Cf. relato na página 31.

Gráfico 12 – Mudanças nas práticas de leitura entre os alunos participantes

Durante a pandemia, você passou a fazer algum tipo de leitura que não fazia antes?
55 respostas



Fonte: Gerado pelo Google Forms após a apuração automática dos dados.

Perguntados sobre que leitura fizeram durante a pandemia que não havia feito antes, os participantes apontaram leituras diversas. Como a pergunta foi propositalmente bastante aberta, os alunos incluíram em suas respostas gêneros textuais, temas, títulos, autores e suportes de texto, como indica o quadro abaixo. Os clássicos, teóricos (como não especificam, provavelmente se referem àqueles relacionados às teorias estudadas nas disciplinas do curso) e autoajuda/autoconhecimento são os gêneros mais citados. O meio acadêmico do curso de Letras produz leituras destinadas à construção do professor, então mesmo que as leituras aqui analisadas não sejam especificamente as indicadas pelos professores, acabam surgindo por constituírem grande parte das leituras realizadas por eles.

Essas leituras citadas pelos alunos contribuem sobremaneira para a compreensão do seu próprio horizonte de expectativas e de como ele se constrói. Há uma noção cristalizada a respeito do perfil de leitor de um estudante ou profissional de Letras, que corresponde à leitura de obras clássicas, de títulos canônicos e de temas complexos, esperadas para um acadêmico, entretanto são leituras que não eram realizadas antes da pandemia, pelo menos era isso o que a pergunta indicava (“qual (is) leitura (s) você fez durante a pandemia que não havia feito antes?”). De algum modo, portanto, o contexto pandêmico provocou o interesse por esses títulos, o que pode ser compreendido por parte da resposta de uma aluna a outra pergunta, quando se refere ao maior tempo livre com as atividades suspensas, devido à quarentena: “Sinto que estou pegando livros mais complexos do que pegaria com a ‘vida lá fora’ ”. (PFI 50)

O que também me chamou atenção é a significativa ocorrência de leitores de autoajuda. Parte da resposta de uma aluna a outra pergunta, dizendo que a leitura a auxiliou a ser mais

esperançosa e empática, pode ter sido consequência desse tipo de leitura que leva mais diretamente a essas reflexões.

Essas leituras feitas pelos alunos são parte das “disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores, as tradições de leitura, as maneiras de ler” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 6). Além de indicar o perfil deles, sinaliza para uma conjuntura capitalista do mercado consumidor contemporâneo que transformou o livro em uma mercadoria e a leitura em consumo, como apontamos no capítulo 02, sob a análise das autoras Horrellou-Lafarge e Segré (2010). O nicho de mercado do “público letrado” abrange as obras canônicas, consagradas pela crítica especializada. Por outro lado, a academia proscree livros de autoajuda, enquanto o mercado editorial os propaga largamente por serem o gênero mais vendido³⁸. Na contramão da academia, tal gênero consta dentre as leituras que os alunos estão realizando, o que pode indicar uma não alinhamento ao perfil cristalizado de que falei e a uma certa influência dos alunos pelo mercado.

A discussão que me cabe e deve ser empreendida aqui, entretanto, é analisar se o que leva esses estudantes a consumirem esse tipo de leitura é o contexto angustiante da pandemia. Segundo o discurso de alguns alunos, sim: (...) “Dessa forma, vi o tanto de tempo que perdi com uma ideia errada sobre a leitura, ela pode ser sim uma fonte de prazer, companhia e autocuidado emocional.” (PFI 01). Do mesmo modo, para essa aluna: (...) “Creio que agora as leituras estejam tendo um "peso" maior pra mim, de alguma forma mais impacto dentro de mim.” (...). (PFI 50)

Quadro 08 - Respostas à pergunta “Qual último livro ou autor que você leu ou ainda está lendo durante a pandemia?”³⁹

Minha leitura em andamento agora é a antologia "Dramaturgia negra" pela Funarte, 2018. Presente de Natal da minha namorada.
Frankenstein
Jorge Amado
O último livro lido foi Ensaio sobre a cegueira do José Saramago.
Atualmente, estou lendo Gramática da Fantasia do Gianni Rodari.
Atualmente, Herman Hesse.
O Morro dos Ventos Uivantes da Emily Brontë.
Crime e Castigo
Ailton Krenak

³⁸ <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2022/04/18/livros-de-autoajuda.htm>

³⁹ As respostas transcritas no quadro correspondem a exatamente como os alunos escreveram.

Colleen Hoover
Marília Arnaud
O iluminado - Stephen King
Eu sou Malala, leitura em andamento
Rick Riordan
Orgulho e Preconceito (Jane Austen).
Andar a Pé, de Henry David Thoreau
Lionel Shriver
C. S. Lewis
Agora estou lendo No fundo do oceano os animais invisíveis, de Anita Deak
Crime e castigo, Dostoiévski; The Walking Dead, Robert Kirman
Crime e castigo, Dostoiévski
Dom Quixote
Ave, Cristo pelo Emmanuel (psicografado por Francisco Cândido Xavier)
Ego Transformado
Machado de Assis
Steal like an artist - Austin Kleon
J.K. Rowling
Anna Kariênina, Tolstói, e Fazendo meu filme lado B, Paula Pimenta
Taylor Jenkins Reid
Haruki Murakami
Jorge Amado
Os trabalhadores do mar - VH
Romances brasileiros
Laranja Mecânica
Gabriela Cravo e Canela - Jorge Amado
Fera - Brie Spangler
O Velho e o Mar — Ernest Hemingway
Na minha pele - Lázaro Ramos
Eça de Queirós, Primo Basílio
Como se encontrar na escrita, Ana Holanda
O homem que amava cachorros de Leonardo Padura

Fernando Pessoa
George Orwell - 1984
No momento, estou lendo "Perto do coração selvagem", "Crônica da casa assassinada" e "Capitães da areia". O último terminado foi "Brejo das almas", do Drummond.
Graciliano Ramos
O último livro que li, foi Verity da Colleen Hoover e agora estou lendo Dom Casmurro.
Lygia Fagundes Telles - O seminário dos ratos
Charlie Bakley
Bell Hooks

Fonte: Elaboração própria.

4.3.10 *Uso da internet*

Como esperado, a internet foi amplamente usada: 98,2% se conectou à internet diariamente. Esse dado é importante porque aponta para a diversidade de leituras, para a leitura multimidiática, já que na internet pode-se ler desde redes sociais, textos, *fanfics*, poesias, charges, jornais, revistas, audiolivros, obras completas, dentre uma imensa gama de gêneros. Esse dado converge para as informações do cenário nacional, pois segundo o Painel TIC Covid-19, 4ª edição, do ano de 2021- mesmo ano em que meus dados foram coletados, 98% dos usuários com ensino superior conectaram-se à internet todos os dias ou quase todos os dias. E 86% leu jornais, revistas ou outras notícias pela internet, revelando que no contexto nacional, a internet também é meio para a realização da leitura. 56% usou a internet para realizar curso à distância, ao passo que 95% para acesso às redes sociais, o qual ultrapassa, portanto, todas as outras atividades realizadas. No contexto do curso de Letras, essa realidade também se configura e reafirma a tendência nacional, já que as redes sociais foram o segundo gênero mais lido pelos alunos.

Os alunos indicaram, em sua maioria, que, dentre outras atividades, usaram a internet para baixar livros no computador ou em outros dispositivos digitais, além de o uso da internet ter sido a atividade mais praticada para ocupação de tempo (74,1%) durante a pandemia. As atividades mais realizadas foram uso da internet e uso das redes sociais com 74,1% e 70,4% respectivamente. Números que concorrem para a maioria que afirma usar a internet diariamente (em outra pergunta). A terceira atividade mais praticada é a leitura, com 68,5%, a qual é a mesma marca para a atividade de assistir a vídeos ou filmes, ocupação que requer o uso da

internet também. 44,4% é o número representativo das pessoas que se dedicaram à escrita. E o número de pessoas que se permitiu ócio é bastante considerável: 22,2%

Esses índices mostram como essa comunidade de estudantes é conectada, o que leva provavelmente a uma mente hiperconectada (BERARDI, 2020) e tal mente pode representar saber de tudo ao mesmo tempo ao mesmo tempo em que de nada se sabe, tal a torrente de informações e a dificuldade em filtrá-las. Principalmente quando o apelo é recorrente às imagens e o texto fica negligenciado ou deliberadamente confuso. Desde que os *smartphones* e a banda larga nos possibilitaram a conectividade 24 horas por dia, 7 dias por semana, nosso maior dilema foi saber identificar o quanto de leituras efetuadas no ambiente *on-line* eram realmente produtivas ou somente complexidades do vazio. A inclusão digital era realmente necessária, mas qual o custo? Qualquer reflexão rápida sobre tais custos corre o risco de ser exagerada, mas ao passo que a maturação de tal reflexão também pode nunca chegar pela absoluta impossibilidade de alcançar a velocidade desejada. O grupo de estudantes não sofre de exclusão digital (refiro-me exclusivamente à internet, uma vez que outros elementos como uso de celulares ou computadores não foi avaliada), já que acessar a internet é considerado pela ONU (2011) um direito humano básico, como mencionei na introdução. O que me leva a constatar a inclusão desses alunos no mundo digital é que 69,1% respondeu que na maioria das vezes leem em formatos digitais, os quais carecem de um dispositivo eletrônico para ser acessado – computador, *e-book*, *smartphone*, *Kindle*.

4.3.10.1 Formação do professor-leitor

Neste tópico, analiso a percepção que os alunos tiveram da educação literária recebida por eles e dos agentes atuantes como mediadores de suas leituras durante a pandemia. Nesta pesquisa, não se pode perder de vista que os participantes estão inseridos em um espaço de recepção de conhecimentos, projetados como professores-leitores em formação. É desse lugar e nesse bojo que se conformam suas percepções acerca do processo formativo e de seu letramento literário e profissional.

4.3.10.2 Formação leitora/Educação literária

A declaração de António Nóvoa (2022) de que as melhores respostas aos impactos pandêmicos causados pela educação não vieram de medidas governamentais, mas dos

professores que trabalharam coletivamente para manter o vínculo com os alunos e o processo de aprendizagens, representa o reconhecimento de grande parte da sociedade da amplitude do papel educadores no cenário de surto viral. A desvalorização da profissão docente sempre foi uma queixa entre nós. Não que a pandemia tenha rompido esse cenário, no entanto, trouxe, ao menos um olhar mais crítico e atento da comunidade para a relevância dos profissionais para a formação dos cidadãos. Professores não mediram esforços para implementar o ensino remoto e tentar manter a interação com seus alunos, ainda que sem as mínimas condições ofertadas pelas instituições competentes.

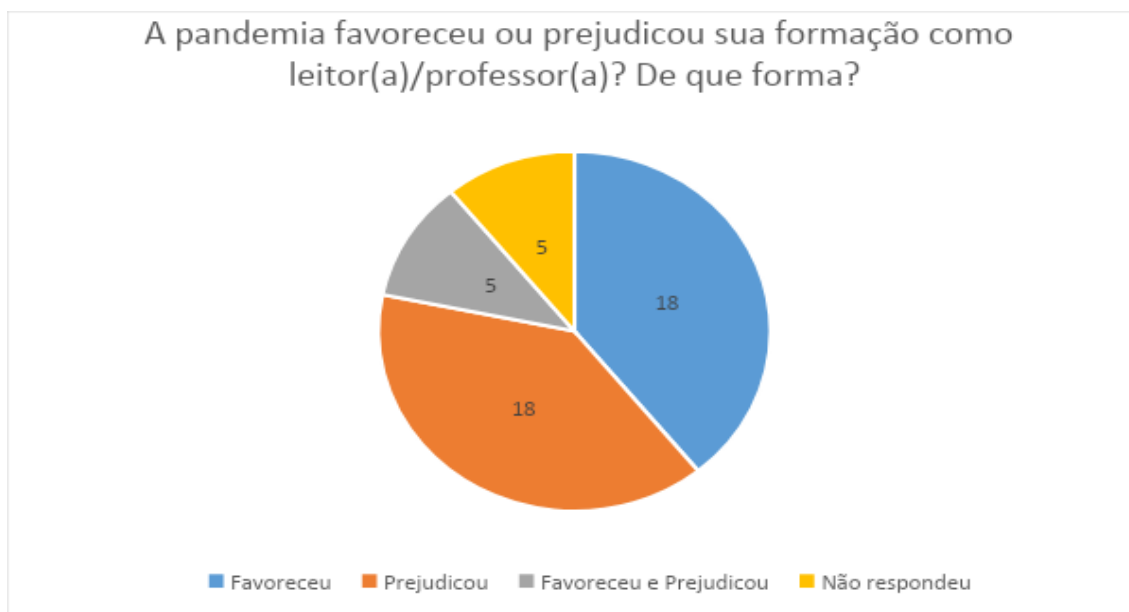
Os professores universitários inserem-se nesse cenário desafiador, inclusive aqueles envolvidos com os alunos de nossas pesquisas. Os respondentes ressaltam o esforço dos docentes percebido por meio de estratégias didáticas diferenciadas, destacando a importância deles para sua formação leitora:

(...) Os professores, por estarem de home office, decidiram abordar leituras que não compõem exatamente a cadeira direta da literatura que estão ensinando. Seja por uma possibilidade de literatura comparada ou engrandecimento de bagagem dos alunos. Essa atitude é boa de modo geral (...) (PFI 13).

A atuação dos professores é parte vital para a formação dos professores-leitores. Eles são formadores, mediadores, influenciadores, orientadores e motivadores dos discentes. Uma das alunas fala em “processo de sedução” (PFI 32) de professores para incentivá-los a manter suas práticas leitoras.

Apesar do afincamento dos educadores, a repentina suspensão das aulas e a consequente mudança para a modalidade remota de ensino, afetou, em algum nível, o processo de aprendizagem dos universitários. Através da demonstração do gráfico abaixo, vemos que a percepção dos sujeitos-leitores pesquisados sobre o impacto entre a pandemia favorecer ou prejudicar a formação leitora foi o mesmo entre os respondentes.

Gráfico 13 – Impactos da pandemia na formação inicial dos alunos participantes



Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao favorecimento, a participante 20 destacou como a grande diminuição de suas atividades fora de casa, em decorrência da pandemia, contribuiu para sua formação enquanto leitora, especialmente no que se refere à quantidade e complexidade de livros que pôde ler⁴⁰. A recepção de livros clássicos corresponde à imagem do leitor presumido no curso de Letras e a sua apropriação pela aluna. A quantidade relevante de obras lidas indica comprometimento com seu letramento literário.

Em contrapartida, o participante 20 disse que a pandemia prejudicou sua formação por conta do aumento da demanda de trabalho, porém descreve o recurso que o permitiu não se distanciar das obras literárias: os audiolivros, como já citei anteriormente.

Participantes relataram que a tensão e o estresse do contexto pandêmico impediram a motivação ou dificultaram a concentração necessária para as leituras: “Me (sic) senti desmotivada ao extremo a ponto de não ter interesse algum em ler ou estudar, logo tenho certeza que a pandemia me prejudicou. Impactando do início até hoje que estou retomando as atividades, mas com bastante dificuldade. ”. (PFI 23)

A respondente abaixo mostrou com a pandemia impactou negativamente sua formação docente, além de o contexto da pandemia interferir em sua leitura, assim como para os participantes citados anteriormente. Para ela, a

⁴⁰ cf obras já citadas na página 31: "Os Miseráveis", "Grande sertão: veredas", "Ulysses", "Avalovara" (PFI 50)

(...) pandemia prejudicou minha formação enquanto professora e não me possibilitou o estudo mais aprofundado com exemplares de livros, ao contrário por não ter perspectivas de melhoria em relação ao COVID-19, não tive oferta de estágio e algumas das disciplinas mais importantes que ajudam na didática foram fortemente impactadas, além do fato de que a leitura nunca é tão proveitosa quanto deveria ser quando o estado de espírito não está bem elevado e tranquilo. (PFI 19)

Impacto mais danoso ainda foi o trancamento do curso desencadeado pela pandemia: (...) “mas em relação à minha formação como professora, a pandemia causou destruição. Desemprego, tensão e depressão juntas me fizeram trancar o que seria o semestre 1/2020. Agora estou lutando para não desistir” (PFI 13). Já o respondente abaixo sentiu efeitos prejudiciais e benéficos, evidentes quando afirma que a

(...) pandemia me fez refletir sobre vários assuntos, mas também afetou muito a minha saúde mental e refletiu na minha saúde física, o que me fez abandonar algumas partes dos estudos e atividades prazerosas. Notícias, atrocidades, as consequências da pandemia e do desgoverno afetam o nosso viver. (...). (PFI 54)

Contudo, esse mesmo participante enxergou as reflexões trazidas pela pandemia como uma contribuição para sua formação docente:

Entretanto, me fez pensar, como futura professora, como posso ajudar a mudar esse cenário através desse papel tão importante, e pouco valorizado, ajudando os alunos a refletirem o papel deles nessa sociedade que está mudando, porque eles são sim o futuro do Brasil. (PFI 54)

A aluna que cursa a licenciatura associa suas experiências como estudante com sua formação profissional, em uma atitude crítico-reflexiva e comprometida com sua formação e a de seus futuros alunos. Revela-se também em sua fala a crença em uma educação omnilateral, que guarda grande vínculo com os postulados da Filosofia Panecástica, ao pensar na escola, que atuará futuramente, como espaço de construção de cidadãos. A potência desta filosofia está na subversão da lógica transmissora de saberes de uma educação bancária; educação essa caracterizada pelo seu fundador, Joseph Jacotot, como embrutecedora. Na contramão desta prática, defende a máxima “tudo está em tudo” que possibilita explorar o caráter relacional dos sujeitos e saberes, a partir do princípio da igualdade das inteligências. Coadunando com esta busca pela formação de sujeitos autônomos, leitores, críticos e ativos neste contexto econômico, político e social, trouxe, ao longo da tese, a oposição de Certeau (1998) pela associação da leitura à passividade, entendendo que “a autonomia do leitor depende de uma transformação das relações sociais que sobredeterminam a sua relação com os textos”. (CERTEAU, 1998, p. 268)

Aragão (2018) no lastro de postulados desenvolvidos por Goulart, coloca como objetivo central do letramento literário a formação de receptores capazes de construir sentidos a partir

da obra e através dela tecer reflexões a respeito de relações sociais e politização. A autora anuncia a relevância do letramento literário na formação inicial de professores para que se sintam habilitados a formar leitores em sua futura prática profissional. A participante 09, em uma atitude autônoma, demonstra que o período pandêmico favoreceu o engajamento com seu próprio letramento em sua formação docente e ao mesmo tempo em que manifesta seu entendimento de que a experiência individual de leitura e a leitura formativa são indicotomizáveis:

(...) Pensando em formas de conquistar meus futuros alunos para o mundo da leitura, tenho me dedicado a ler os clássicos que as escolas nos pedem, livros que vão com o meu gosto pessoal e livros que me tiram da zona de conforto, para poder saber no que apostar quando entrar em sala. (PFI 09)

A narrativa acima é a comprovação de que “os processos de formação do professor-leitor se constituem nas experiências pessoais e acadêmicas dos futuros professores de Língua Portuguesa”. (MUNIZ; VILAS BOAS, 2017, p. 29)

A pandemia foi uma oportunidade de ler livros diferentes dos costumeiros que contribuíram para sua formação como sujeito-leitora e profissional-leitora, admitindo a indissociabilidade entre esses dois papéis ao reconhecer que suas prática de leitura enquanto acadêmicos integram sua formação profissional e que tem relevância para o desenvolvimento da docência de língua materna, além de atestar o pensamento de Reis e Melo (2021) de que, a respeito de formar o profissional da área de Letras, é possível a associação entre a formação de professores de literatura - formadores de leitores, e a formação de leitores - sujeitos sensíveis à dimensão estética.

Para a maioria dos participantes - 15, 17, 18, 21, 22, 26, 29, 33, 36, 42, 44 - o ponto positivo foi ter mais tempo disponível em casa, favorecendo a organização para uma diversidade maior de leituras, “construindo um repertório maior.” (PFI 32). Diversamente os participantes 5 e 31 não tiveram tempo para ler.

A leitura como parte constituinte do letramento foi explicitada por alguns alunos. Para a participante 06 (...) “Ao longo da pandemia, pude me aprofundar como leitora e futura professora por meio de cursos de escrita que me levaram de volta à leitura. Além de me divertir com os textos literários, pude utilizá-los como forma de inspiração para a minha própria escrita.” (...). Assim como ela, a participante 01 buscou a atividade de escrita para manter suas atividades de leitura. A aluna mostra sua acurada compreensão de leitura e escrita como constituintes do letramento. Provavelmente por ser aluna do curso de Letras e por já estar no 8º período, em vias de conclusão do curso, já com sua formação avançada. A participante 01, de igual modo, demonstrou a mesma preocupação, tanto com a leitura quanto com a escrita:

Durante o período de pandemia em 2020 não foi diferente, e eu tentava me disciplinar para não perder os hábitos de leitura e escrita, mas sem muito êxito. Tive muito medo de perder as palavras de vista em algum ponto do isolamento, por isso, me matriculei em dois cursos de escrita, um deles voltado para a formação de professores no ensino de línguas e o outro para escrita criativa e poesia. (PFI 01)

Inclusive, essa participante demonstra uma grande habilidade para se expressar e um domínio muito bom da linguagem e de interpretação: estabelece um intertexto com uma autora, lança mão de metáfora, faz reflexões profundas e conscientes sobre sua formação enquanto leitora, ao procurar realizar cursos de escrita, e como professora reconhece que

(...) tive a grande oportunidade de dar aula em um cursinho pré ENEM. Novamente o encontro virtualizado não supre as nossas necessidades orgânicas, primitivas, mas é o que temos para hoje. Foi difícil, mas para falar de aspectos positivos, as trocas virtuais são muito interessantes, misturamos alunos de todas as regiões do Brasil, o que seria impossível numa sala de aula tradicional. (PFI 01)

Ela está cursando o 4º período da Licenciatura, tem entre 18 a 20 anos de idade e já atua como professora. A aluna demonstra um horizonte de expectativas amplo, reflexo do alto nível de exigência dela consigo mesma, quando ela diz, em resposta à pergunta sobre a quantidade/intensidade de leitura durante a pandemia; ela disse que está "lendo pouco" e "menos do que lia antes da pandemia", embora tenha marcado que leu 4 livros ou mais durante a mesma.

Ambas alunas apresentam a consciência do vínculo entre leitura e escrita, afinal, estão intrinsecamente interligadas sob o conceito de letramento ser resultado da condição de ter ensinado ou aprendido a ler e a escrever (SOARES, 2009). Graça Paulino observa que ainda que o letramento literário passe por uma “pedagogização” (PAULINO, 2004, p. 68), a apropriação das práticas sociais de leitura e escrita pelo indivíduo não se restringem às instituições de ensino. Entre os respondentes notamos a consciência e a responsabilidade dos alunos com seu próprio processo de letramento. Isso porque é um aluno que tem embasamento teórico e reflexivo por estar sendo preparado para ser professor e comprova, com seu relato, o desenvolvimento de seu letramento literário fora do ambiente acadêmico, favorecido pelas circunstâncias pandêmicas. As narrativas dos alunos acima sinalizam também o engajamento com o seu “letramento profissional” (ANDRADE, 2007, p. 108) quando buscam maneiras de acessar conhecimento que contribuem para sua prática profissional.

Como mencionei anteriormente, quando perguntado sobre as leituras praticadas, ainda que eu tenha deixado no sentido amplo, abrangente, a maioria dos respondentes referem-se à leitura literária: “Nunca havia tido uma experiência como esta, antes eu sabia a importância da **literatura** ...” (PFI 25); “Para cessar essa celeuma recôndita, eu recorria à **literatura**” (PFI 41);

(...) " para lermos textos menores que **romances** transformando a leitura em algo mais leve" (PFI 12); "tenho me dedicado a ler os **clássicos** que as escolas nos pedem" (PFI 09); "Além de me divertir com os **textos literários**, pude utilizá-los como forma de inspiração para a minha própria escrita. (...)" (PFI 06); "Por participar do PIBID, do subprojeto relacionado à **leitura literária**, tive que tentar manter o ritmo de antes. " (PFI 35) (grifos meus). Quando questionados sobre qual seria o último livro que estavam lendo ou leram, de 49 respostas, apenas sete não foram livros literários e desses, três foram de autoajuda. Mostram, portanto, a atitude deles de generalização da leitura como literária e o quanto privilegiam o universo literário. Tal atitude origina-se em determinado senso comum que relaciona o curso de Letras, tradicionalmente humanístico, como algo tão somente relacionado ao beletismo - quando não extremamente empoladamente erudito. "Ser de Letras" é visto por quem está de fora de maneira estereotipada como alguém que vive em eternas discussões literárias e consumo quase compulsivo de livros de ficção. Obviamente que tal imaginário acaba também contaminando quem aspira ao curso, sendo cultivado até por muitos; os que generalizam quase sempre essa ideia de leitura como algo estritamente literário.

Muitos não especificam o tipo de leitura, até porque não foi perguntado diretamente, mas quando detalham a leitura, além de se referir à literária, aludem às acadêmicas: (...) " E também favoreceu por me proporcionar mais tempo para gerir as **leituras obrigatórias**, me proporcionando mais tempo para leituras não obrigatórias. " (PFI 21); (...) "Praticamente abandonei a leitura voluntária na pandemia, tenho lido as **bibliografias obrigatórias** da faculdade apenas, e elas são tantas que nem sempre consigo ler tudo. " (PFI 55); "Não tive tempo de ler o que gostaria na pandemia, apenas li o que era **obrigatório** pelo curso. " (...) (PFI 24). Identifiquei novamente, portanto, que os alunos estabelecem uma oposição entre as leituras obrigatórias e as demais.

Além do mais, quando foram questionados sobre qual leitura fizeram durante a pandemia que não haviam feito antes, a maioria das respostas relatam experiências de leituras literárias: "Li Virginia Woolf, Oscar Wilde, José Saramago, Tolkien, Kafka" (PFI 13), "Leitura de clássicos da literatura" (PFI 09), "Ilíada e Odisseia" (PFI 15), "romances longos" (PFI 20) enquanto outras tantas mencionaram leituras de gêneros diversos: "Introdução à Filosofia de Marx, Pele Negra Máscaras Brancas, Contribuição à crítica da economia política, Manifesto Comunista, Sintomas Mórbidos" (PFI 02), "Revistas impressas" (PFI 26), "filosofia clássica" (PFI 19), "Auto ajuda" (sic) (PFI 33), "Iniciei um estudo sobre Maria Montessori e já li alguns livros como A Formação do homem e O potencial religioso da criança" (PFI 06), "Revista em quadrinhos" (PFI 21 e PFI 22), "textos científicos" (PFI 25), "Passei a (tentar mto

fracassadamente) ler teoria social, referente ao racismo e feminismo. E também comecei a ler a Bíblia (PFI 07)”, “Leitura de clássicos da literatura, que eu nunca me dediquei muito a apreciar e livros de autoconhecimento” (PFI 09), “Autoconhecimento e desenvolvimento pessoal” (PFI 17), e em diferentes suportes: ebooks, audiolivros. Também citaram Literaturas não obrigatórias da faculdade. “Livros teóricos e livros em língua estrangeira” (PFI 16) “Textos teóricos” (PFI 31), acredito que foram citados por uma falta de atenção à pergunta feita, já que é um tipo de leitura que já deviam fazer antes da pandemia. Isso me leva a crer que a faculdade de Letras favorece interações diversas com o texto literário e com gêneros variados, porque "ser de Letras" tem a ver com esse universo literário, não somente do ficcional, mas dos livros de teoria e crítica.

A leitura literária apresenta grande relevância para eles, e a pausa imposta pelo isolamento social foi uma oportunidade desta aluna experimentar a magnitude da contribuição da literatura para o aprofundamento de sua humanização e de compreensão do mundo, para além da formação profissionalizante, teorizada por Candido (1995):

Com toda certeza, os livros foram os meus maiores educadores. Nunca havia tido uma experiência como esta, antes eu sabia a importância da literatura, pelas aulas que eu tive na graduação, ou até mesmo por gostar de algumas leituras, mas a loucura diária não me deixava ler com a devida atenção e cuidado. Claro, que em uma pandemia, mesmo com o privilégio de ter ficado em casa, as incertezas e o medo de algo acontecer são muito maiores. Mas, justamente pelo impacto emocional que estamos vivendo, eu soube entender a real importância da literatura na vida humana. A leitura pode nos proporcionar soluções quando estamos perdidos e solitários, nos ajuda a alimentar os pensamentos com esperança e autoestima, pois nos sentimos mais capazes de enfrentar o mundo e a nós mesmos. Eu, com toda a minha sinceridade, devo muito aos livros. (PFI 25)

Como futuros professores da educação básica, os estudantes, em uma postura crítica quanto à leitura e a sua formação, demonstram consciência da responsabilidade que têm como formadores de leitores, inclusive se atentam que sua própria formação incidirá sobre a formação de seus futuros alunos, como a aluna já mencionada anteriormente que se dedicou à leitura dos clássicos mais solicitados no ambiente escolar para poder selecioná-los melhor quando for dar aulas. O posicionamento reflexivo dessa outra aluna diante de sua própria formação: (...) “a leitura faz parte da minha formação e aprimoramento do meu trabalho.” (...) (PFI 21) revelam que percebem que além de serem professores formadores precisam ser professores leitores.

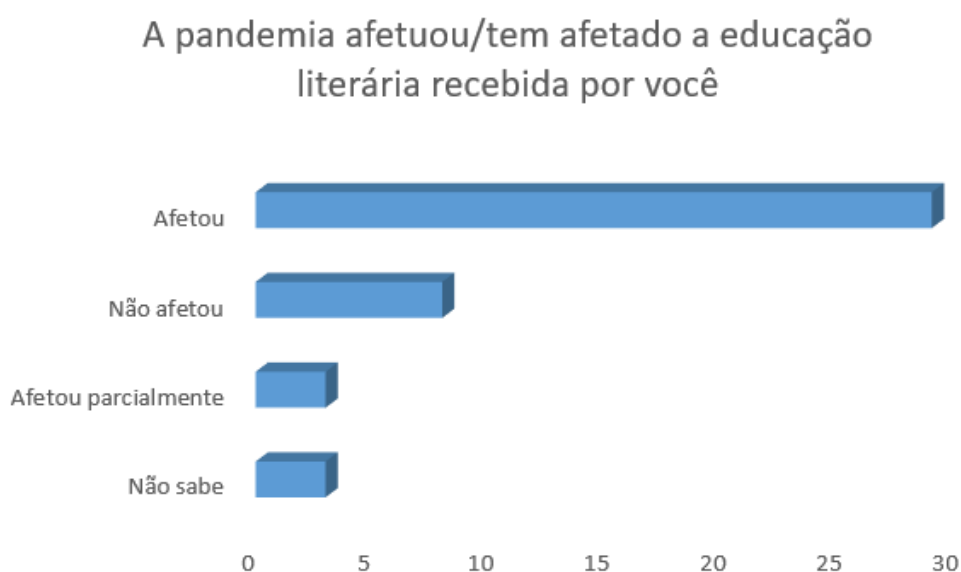
Ao afirmar que (...) “ Os professores de literatura continuam passando muitos textos tanto literários quanto de teoria literária, algumas disciplinas foram excelentes no desenvolvimento da análise crítica e interpretação das obras. (...)” (PFI 55), a respondente me leva a enxergar a efetivação do “potencial emancipatório do acesso às práticas letradas”

(ANDRADE, 2007), desenvolvido pelas estratégias de ensino dos docentes das disciplinas literárias.

A respeito ainda da didática, no Projeto Político do Curso de Letras não há referência direta à formação do leitor, mas há o oferecimento da disciplina optativa “Of de form do prof-leitor”⁴¹. É claro que em outras disciplinas, ao longo do curso, a formação leitora dos futuros professores de língua portuguesa e literatura é construída, mas deixar a referida disciplina como opcional, deixa-a vulnerável e não garante o acesso de todos os estudantes a essa formação tão importante.

Além dos efeitos da pandemia sobre a formação leitora e profissional dos alunos, investiguei exclusivamente os impactos sobre sua educação literária. Embora, já tivessem falado espontaneamente em outra pergunta sobre as leituras literárias, este questionamento era especificamente mais direcionado para tal objetivo e forneceu elementos para acurar a análise nesse quesito, como se vê nos dois gráficos seguintes:

Gráfico 14 – Impactos da pandemia na educação literária dos alunos participantes

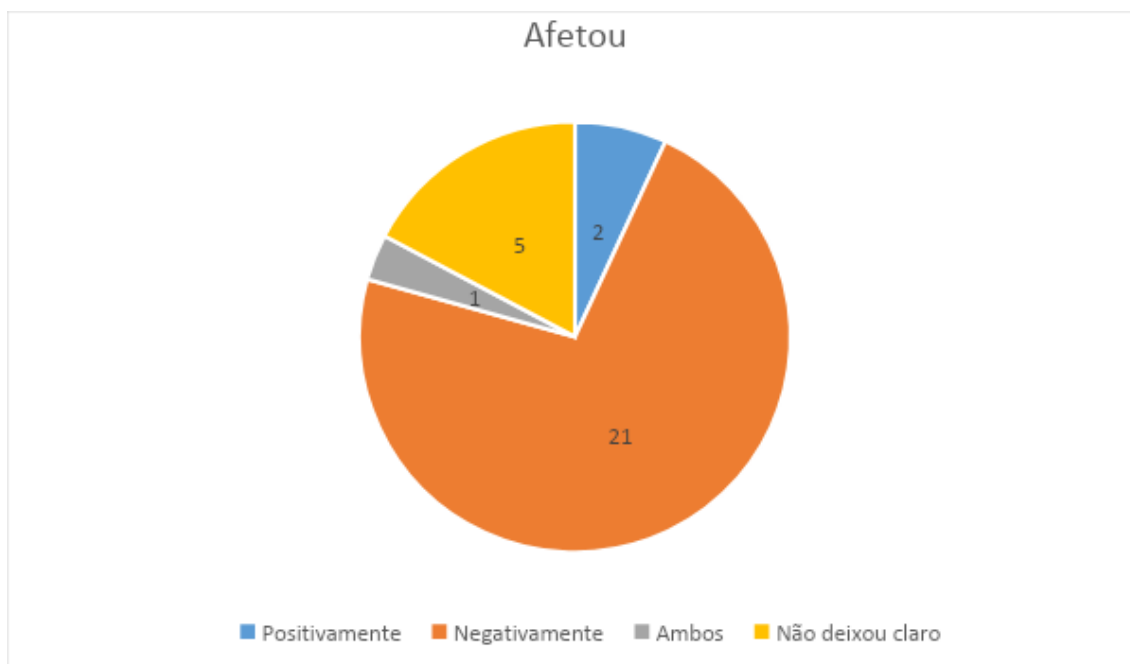


Fonte: Elaboração própria.

Dentre os que responderam que a pandemia afetou, temos essa avaliação:

⁴¹ Oficina de formação do professor-leitor

Gráfico 15 – Quantitativo de alunos participantes afetados pela pandemia com relação à educação literária recebida



Fonte: Elaboração própria.

Antonio Mendoza Fillola (2008) recomenda a renovação metodológica da concepção tradicional de ensino de literatura, que reduz a literatura a conteúdo, para dar lugar à noção de “educação literária”, uma abordagem integradora efetivamente direcionada para a formação do leitor literário, que tenha como finalidade preparar o aluno para aprender a interpretar, apreciar e valorizar as obras literárias, ao participar de fato do processo de recepção do discurso literário. Adotei a proposta de formação literária do autor para interrogar os participantes por considerá-la extremamente coerente com o contexto de formação inicial dos alunos e com a formação crítico-reflexiva que defendo.

Os relatos dos alunos para detalhar os impactos da pandemia em sua educação literária incluem: o fato de não terem cursado nenhuma disciplina de literatura (por opção), o que denota que atrelam a estas disciplinas a sua formação literária, enquanto há quem não estabeleça essa relação: (...) “ a literatura não se limita ao ler, mas a todo um momento, uma preparação” (PFI 03). Mencionam também como implicações: os desafios da educação à distância: (...) “Especialmente pela cultura muito afetiva que o Brasil tem e que quase não existe no EaD (...)” (PFI 05); a relevância da leitura como estratégia de ensino-aprendizagem para a educação à distância: (...) “ pois a leitura assume um papel ainda mais relevante nesse ensino remoto. (...)” (PFI 08)”; o menor tempo de aula: (...) “ temos menos aulas e conseqüentemente menos tempo para discutir os textos” (PFI 29); e a grande quantidade de leituras: “Afetou diretamente, a

começar pela carga de leituras que não foram proporcionais ao período em que estamos/estávamos vivendo" (PFI 40).

O ensino remoto também foi apontado como um fator impactante na educação recebida por eles. As narrativas dos alunos comprovam o que mencionei no capítulo 02 sobre o efeito de cansaço que as atividades realizadas digitalmente causam por substituírem o contato físico pelas imagens nas telas e por nos impor a ver nosso próprio rosto frequentemente (HAN, 2021), além de indicarem os prejuízos na aprendizagem, e conseqüentemente em sua formação, ocasionados pela ausência de interação entre alunos e professores. Um aluno aponta justamente o cansaço das telas: (...) “ o que tem me prejudicado nas matérias (que, aliás, são *on-line* e me forçam a estar horas em frente ao computador, o que é cansativo) ” (PFI 12), enquanto outro indicam as limitações das aulas virtuais e a falta do contato que as aulas presenciais permitiam:

Há livros e autores mais difíceis que outros, e sem aquela básica leitura analítica entre professor e aluno, a compressão torna-se menos profícua. Inevitavelmente, pois, por termos aulas virtuais, o aprendizado — no sentido de aquisição de conhecimentos — também parece tornar-se virtual: sem efeito na realidade. (PFI 41)

(...) Apesar de passarem uma grande carga de texto, não era possível atender a todas. (PFI 35)

(...) pois o ensino à distância tem trazido dificuldades para os alunos e professores e tem diminuído a convivência e partilha entre colegas de sala. Essas questões afetam o ensino da literatura. (PFI 12)

4.3.10.3 *Formadores e mediadores de leitura*

A produção científica desenvolvida na universidade propõe-se a uma desejada recepção e a um leitor pressuposto, levando à criação de uma identidade dos universitários como modelo que acaba por ser a imagem de si que almejam ou que têm. (ANDRADE, 2007). O contexto que envolve a construção da identidade e da representação de leitor almejada abrange os professores como atores influentes nesse processo. No ensino remoto do tempo pandêmico, sua atuação foi ainda mais proeminente, dado que eles agiam como praticamente o único vínculo entre a instituição acadêmica e os alunos.

Os alunos notaram o posicionamento compreensivo e de flexibilização por parte dos professores, além de motivar a leitura de títulos próximos à realidade pandêmica:

(...) A pandemia pegou todos de surpresa e todos os professores estão ajustando suas práticas de ensino. Por parte dos professores de Literatura, pude perceber o incentivo à leitura de obras relacionadas ao tema da morte e do luto, por exemplo. Notei bastante

compreensão por parte deles no sentido do ritmo de leitura, que foi flexibilizado. (PFI 16)

Ao passo que outro aluno não considera que a pandemia afetou a educação literária recebida devido à continuidade no volume de textos estudados para desenvolvimento da criticidade e compreensão das obras. A preocupação dos docentes de transcender os conteúdos que apontam para uma formação omnilateral a partir da leitura foi pontuada pelo participante que mencionou o fato de professores explorarem leituras que julgavam necessárias para o repertório dos alunos, ainda que não compusessem a ementa da disciplina.

Além da atuação como formadores, os professores atuam como inspiradores para os futuros docentes: (...) “ Porque os professores de literatura, nas disciplinas que oferecem e que eu cursei, têm esse trabalho de educação literária e, na medida do possível, tento desenvolver algo assim nas turmas que atuo. ” (PFI 20)

Houve a recorrência de mais de um aluno pontuar o ensino remoto como prejudicial, a despeito do esforço dos docentes em manter o ritmo de leitura: (...) “ Os professores sempre passam livros e obras para as aulas, entretanto, o cenário virtual não ajuda em nada, me perco muito nas explicações. ” (PFI 52)

Como o texto, na graduação em Letras, é objeto de ensino, é esperado que os professores sejam mediadores naturais de leitura tanto para fins pragmáticos, como exigência para realização de atividades, quanto para sugestões de apreciação estética do literário. Entretanto, os mediadores de leitura não estão restritos à educação formal. Michèle Petit mostra o quanto o papel do mediador de leitura pode ser o pontapé para a atividade leitora: “ Assim, o iniciador aos livros é aquele ou aquela que pode legitimar um desejo de ler que não está muito seguro de si. ” (PETIT, 2010, p. 174). A autora aborda e reflete sobre as crenças e atitudes de mediadores do ato de ler que atuam em programas voltados para a leitura em espaços em crise em diversos países com os quais ela se deparou em suas pesquisas: (...) “ ora, a maior parte dos mediadores de livros que encontrei considera o seu trabalho algo muito mais vasto do que o tratamento (aqui ela se refere ao tratamento terapêutico realizado de biblioterapia), julgam-no algo da ordem cultural, educativa e, por certos aspectos, política. ” (PETIT, 2010, p. 28)

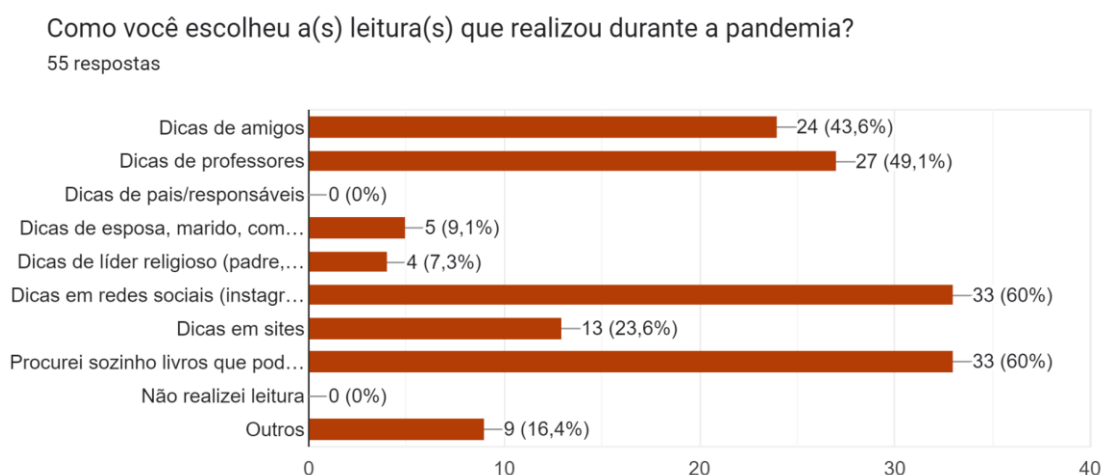
Os professores são mais que mediadores de leitura, são formadores. Mas como formar leitores passa também por mediar a leitura, os professores exercem as duas funções; sendo que a mediação exercida por eles se dá de forma institucionalizada. Os mediadores podem ser outras instâncias, mas o papel que o professor exerce em sala de aula é singular e foi reconhecido em muitas respostas, por terem sensibilidade para adaptar a quantidade e a temática de leituras ao contexto pandêmico (...) “ alguns professores, conscientes das limitações que a situação impõe,

diminuíram consideravelmente a demanda de leituras, pra facilitar o processo de ensino nesse novo formato. ” (PFI 08); (...) “Não tem como exigir uma qualidade maior, acho que os professores estão se esforçando muito para realizar um trabalho que não perca tanto a qualidade, mas é muito complicado. O estudo literário é de extrema importância para a vida humanitária.” (PFI 25)

Para esta aluna, a escritora e multiartista Cristiane Sobral foi uma mediadora e motivadora para sua leitura e escrita e a fez refletir sobre seu processo criativo: “Eu nunca escrevi em momentos fáceis, eu nunca li em momentos fáceis. Ela tem razão, não é? Não faz sentido a gente ficar esperando por um momento fácil para ler, como quem espera um peixe fisgar o anzol. ” (PFI 01)

As possibilidades de mediadores de leitura são abundantes. Os dados coletados informam que as redes sociais são os maiores mediadores em quantidade (60% das respostas), juntamente com os próprios alunos que dizem que procuram sozinhos livros que possam interessá-los, também 60% (gráfico abaixo). Em terceiro lugar estão os professores com 49,1% e para 43,6% são os amigos que influenciam a escolha dos livros.

Gráfico 16 – Mediadores de leitura



Fonte: Gerado pelo Google Forms após a apuração automática dos dados.

Os professores estarem em 3º lugar pode ter acontecido pelo fato das aulas estarem sendo virtuais e o contato pessoal ter reduzido essa possibilidade de instigar leituras. Entretanto, não deixa de representar um número significativo, ainda mais se consideramos que nessas leituras indicadas podem estar compreendidas aquelas obrigatórias constantes nas

bibliografias das disciplinas. Pela natureza de sua profissão e pelo espaço que ocupa na comunidade escolar, compete ao professor

fazer com que os alunos tenham uma maior familiaridade, que sintam mais confiança ao se aproximarem dos textos escritos. Fazer com que sintam sua diversidade, sugerir-lhe a ideia de que, entre todos esses textos escritos – de hoje ou de ontem, daqui ou de outro lugar – haverá certamente alguns que dirão algo de muito particular a eles. (PETIT, 2009, p. 178).

Por outro lado, as redes sociais serem os maiores mediadores não é uma surpresa, já que no contexto pós-moderno, as redes sociais são usadas largamente para atividades cotidianas, sobretudo pelos jovens, que como vimos, constituem a maior parte dos graduandos pesquisados. O uso dos dispositivos eletrônicos facilita e induz o acesso às mídias virtuais, e não só às redes sociais, como a sites também, como indica a marca de 23,6%. Os maiores mediadores estão relacionados a meios digitais, se somamos as redes sociais e os sites temos 83,60%. Lembrando que o participante podia selecionar mais de uma resposta.

Realidade essa também de outros leitores, apontando provavelmente para uma tendência entre as práticas leitores do público geral. Na pesquisa Retratos da Leitura em eventos do livro e literatura, influenciadores digitais e redes sociais são grandes influenciadores no interesse de ler livros. Mas os que atuaram como mediadores em primeiro lugar foram os amigos, 85% dos respondentes. Professores e escolas ficaram em quarto lugar, com 66%.

No contexto da pandemia, os atores atuantes como mediadores não podem ser facilmente personalizados e por isso, não se pode afirmar que se tratam de pessoas imbuídas de propósitos maiores, ainda mais porque pode ser que nem sequer sejam indivíduos que tenham como intuito serem de fato mediadores.

A autonomia dos alunos para selecionarem suas leituras é evidente na grande parte deles não sofrerem influência de nenhum mediador; situação indicadora de mais um aspecto do horizonte de expectativas destes alunos e ressaltadora do contexto de disponibilidade de infinitas informações em diversos meios digitais.

Michèle Petit tanto em *A arte de ler* quanto em *A leitura e os jovens* aprofunda-se na questão da presença dos mediadores de leitura em diversos projetos e programas nos países em que ela pesquisou. Mas o *corpus* desta pesquisa mostra que durante a pandemia, os mediadores, em sua maioria, não são de carne e osso. Os professores e bibliotecários que outrora ocuparam esse lugar com centralidade não são mais identificáveis, já que as redes sociais e os buscadores na internet exercem esse papel, majoritariamente, sobre os demais mediadores que eram mais comuns anteriormente. Tais mediadores são descritos pela pesquisadora francesa como sujeitos que buscam restituir o direito à apropriação da literatura ao mediar seu acesso entre os leitores:

Trata-se muitas vezes de pessoas engajadas em lutas sociais e para quem o acesso à cultura, ao conhecimento, à informação constitui um direito excessivamente desprezado. Assim como a apropriação da literatura. Ela lhes parece desejável por vários motivos, como veremos: porque quando aí se penetra, torna-se mais hábil no uso da língua; conquista-se uma inteligência mais sutil, mais crítica; e também torna-se mais capaz de explorar a experiência humana; atribuindo-lhe sentido e valor poéticos. (PETIT, 2013, p. 28)

A literatura como direito já foi defendida por Antonio Candido, como citei no capítulo 03, é acessada por meio de várias instâncias. No caso do contexto desta pesquisa, os professores exercem essa função de mediadores que por si só é imbuída de uma função social, só que institucionalizada; além das redes sociais, que como vimos tem intermediado largamente o acesso aos materiais de leitura.

Os mediadores exercem a importante função de democratizar a leitura, segundo Petit: “Para democratizar a leitura, não existem receitas mágicas. Apenas uma atenção especial às crianças, aos adolescentes, às mulheres e aos homens. Um questionamento diário sobre o exercício de sua profissão. Uma determinação. Uma exigência. Um pouco de imaginação.” (PETIT, 2013, p. 183)

Mas se eles não são mais identificáveis, quando são redes sociais ou a internet em geral, quero dizer, não são mediadores que têm um público-alvo específico que conhecem suas demandas e necessidades, como promover essa democratização efetivamente? Ainda mais se pensamos que os algoritmos das redes sociais podem atuar como influenciadores de leitura, sob uma exploração mercadológica. Embora vivamos um tempo de exceção causado por uma crise, não estamos sob uma censura controladora da leitura, como já vivemos aqui no Brasil durante a ditadura militar. Entretanto, Petit (2009) nos recorda que estamos sob um cerceamento velado dos agentes de produção de livros, que controlam sua difusão.

Michel de Certeau também manifestou sua preocupação com o controle exercido pelos produtos culturais, enquanto Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (1998) propuseram a noção da dialética de coerção e invenção, como discorri no capítulo 02. Nessa perspectiva, espera-se que os estudantes de Letras se interessem por literatura canônica e isso pode, de certo modo, impeli-los a consumir esse tipo de literatura, como uma imposição oculta. A rejeição por determinados gêneros e autores, reproduzida pela tradição acadêmica e pelo discurso elitizado da literatura, pode operar como uma forma de coibição à leitura dos graduandos, ou pelo menos causar o receio de assumir sua leitura no meio universitário ou de maneira mais pública, como em suas redes sociais; buscando atender o perfil que se deseja para um letrado. Mesmo que, historicamente, os alunos tenham se fortalecido enquanto leitores individuais ao terem liberdade para realizar suas interpretações dos textos desde a escola humanista, após terem

passado pela educação escolástica, a qual determinava como correta a leitura dos críticos legitimados, ainda há na academia uma certa imposição dos discursos de autoridade sobre a maioria dos leitores.

É por isso que mais do que em outros espaços, a leitura no ambiente acadêmico de Letras pode atuar como uma ferramenta de libertação, mesmo porque há cada vez mais espaço para a liberdade de leitura, desde que o leitor passou a ser considerado instância fundamental em sua interação com o texto. No contexto da pandemia, o ato de ler não há mais que operar como ferramenta de insubmissão social como outrora, no caso dos escravos afro-americanos, como mencionei no capítulo 02, mas assume uma representação de maior liberdade e autonomia impulsionadas pela leitura e processo de aprendizagem mais solitários.

Agora durante o colapso sanitário, por serem os principais mediadores, os meios virtuais podem estar exercendo fortemente esse controle. Indício de que os dispositivos eletrônicos são largamente utilizados é o número de 69,1% dos estudantes lendo em formatos digitais, os quais só podem ser acessados por meio de *tablets*, *notebooks* e *smartphones*. Penso não ser um cenário preocupante já que os estudantes de Letras estão recebendo uma formação crítico-reflexiva, como mostrei anteriormente, para construir seus próprios sentidos a partir da interação com o texto.

Considerações finais

Este trabalho é fruto da pandemia. Por vezes, sua escrita foi angustiante e desassossegada, senão deprimente e perturbadora. Falar da pandemia enquanto a vivia foi me debruçar sobre minha própria condição de confinada e alijada do afeto de meus familiares e amigos, de quem sempre fui tão próxima. A existência digital, alcunhada por Roger Chartier (2020), me impôs *lives* como forma de lazer e videochamadas como forma de comunicação, que depois de uns meses já não eram mais toleradas. O viver presencial gritava em mim, mas o medo de contrair e espalhar a doença esbraveja ainda mais alto. Ler e escrever sobre o colapso sanitário mundial me fazia enxergar a profundidade de sua gravidade, evidenciava impiedosamente as misérias de nosso mundo contemporâneo que nos levaram a tal condição e me impelia a admitir que eu fazia parte disso. De modo que eu não podia escapar nem da condição de cidadã enfrentando uma crise sanitária, nem de pesquisadora ao escrever sobre ela, por ter feito minha escolha de estudo. Ambivalentemente, a escrita me desafiava e me ajudava a sobreviver na medida em que me levava a crer na potência da leitura, da ciência e da educação, a partir de estudos realizados por outros e de diversos testemunhos; fazendo-me ver que eu me posicionava do lado crítico-reflexivo, enquanto estudante, pesquisadora e profissional, ainda que submersa em um contexto trágico.

Em minha vivência de atravessar a trágica crise gerada pela difusão planetária da covid-19, inúmeros questionamentos surgiram conduzindo-me a repensar e ressignificar diversos assuntos. Entretanto, a crença na leitura como instrumento de resistência, dentre tantas outras possibilidades, afirmou-se ainda mais legítima. Ciente de que somente uma maior distância temporal proporcionará uma reflexão mais totalizante, considero que a questão norteadora proposta foi atendida, já que foi possível identificar os modos como a experiência em tempos de pandemia impactou as práticas dos estudantes de Letras pesquisados. Por esse prisma, confirmo a hipótese de que a disseminação do coronavírus afetou os estudantes pesquisados. No geral, a conjuntura do surto viral impactou a formação dos estudantes, seja por ter favorecido ou por ter prejudicado o desenvolvimento das atividades formativas, desde as práticas de leitura mais teóricas até a reflexão acerca dos papéis de leitor e formadores de leitores, seja por ter mudado sua compreensão sobre a literatura, seja por ter afetado a intensidade de leituras e demais aspectos detalhados nas categorias analisadas.

As vozes dos estudantes presentes em seus relatos levaram-me a compreender suas representações e práticas de leitura diante da situação de extrema complexidade desse momento histórico de colapso sanitário mundial. Constatei que a pandemia, em relação às práticas de

leitura, foi sentida de maneiras diferentes entre os participantes: enquanto possibilitou a alguns que tivessem mais tempo para as leituras, prejudicou a concentração ou retirou a vontade de ler de outros. Essa diversidade de impactos corresponde a diferenças nos contextos sociais e perfis emocionais de cada um que resultam em modos múltiplos de viver a situação pandêmica.

As representações de leitura e os efeitos estéticos do texto produzidos na comunidade de leitores foram variados e, em certa medida, até antagônicos: terapêutico, prazeroso, refúgio, fuga, doloroso, já que os estudantes demonstraram construir sentidos para os textos lidos a partir de suas apreensões, inquietações, frustrações, expectativas de dias melhores e do desejo de aprender e se formar profissionalmente. O ato de ler foi terapêutico quando os levou a imaginar um futuro melhor e universos novos, foi refúgio para pensamentos distintos da penosa realidade e foi doloroso ao levar ao conhecimento de tristes notícias. A experiência estética variou de prazerosa e reconfortante à angustiante e desconfortante, reforçando assim seu caráter humanizador. A prática de leitura dos participantes durante a pandemia os levaram a efetivar, em suas experiências, a teoria sobre esse caráter humanizador da literatura, evidenciando sua função educativa e formativa.

Os horizontes de expectativas e os quadros de referências dos leitores pós-modernos são constituídos por uma realidade muito diversificada e a pandemia agregou a ela elementos novos e extraordinários. O horizonte de expectativas do leitor “pandêmico” assenta-se em um mundo em crise, que o limita pelas restrições impostas pelo momento pandêmico e se compõe por leituras variadas, sobretudo pelas teóricas e de redes sociais, em suportes diversos, com predominância para os eletrônicos. O leitor da pandemia é agudamente individual por seu ato de ler ser mais solitário do que nunca, em razão das limitações do isolamento social: não pode ir a bibliotecas tampouco frequentar instituições de ensino presencialmente. A leitura silenciosa que, no decorrer da história universal, tomou o lugar da oralizada na Idade Média (Alberto Manguel, 1997), está sendo mais reforçada ainda no confinamento de cada leitor. A geração dos nativos digitais em que estão inseridos conformam suas práticas, levando-os ao uso de suportes de texto digitais, leitura de redes sociais as quais atuam também como mediadoras de leitura.

Sinteticamente, durante a crise sanitária da covid-19, as “disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores, as tradições de leitura, as maneiras de ler” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 6) dos estudantes do curso de Letras são a compra de livros ser maior que seu *download*, a leitura em suporte digital e impresso; leitura de romances preferencialmente em suportes digitais e de gêneros variados; leitura de gêneros que compõem o espaço acadêmico, como os didáticos e teóricos quase na mesma proporção que leem as redes

sociais. Por suas especificidades, quanto à leitura destas últimas podem ser que pratiquem uma leitura fragmentada, dispersa e desconcentrada.

As práticas de leitura dos licenciandos, no contexto do mundo endêmico, são resultado do processo de formação inicial pelo qual estão passando, já que leem mais os livros didáticos e com fins pragmáticos. A recepção de obras clássicas literárias universais, o reconhecimento do caráter humanizador da literatura, os modos de leitura de um leitor-professor que incorpora a teoria ao adotar em suas práticas as noções e os conceitos que lhe são propostos durante sua formação, mesmo a despeito do fatigante contexto do ensino remoto reafirmam, nesta investigação, a apropriação por parte dos graduandos da representação de leitor projetado nos estudantes do curso de Letras. As representações de leitura historicamente construídas e validadas no universo acadêmico da formação desses leitores traduzem os interesses desse grupo ao assumirem em seus posicionamentos as convenções postas para as práticas de leitura. A representação coletiva de leitura dos participantes é a leitura pragmática objetivando a instrumentalização para formação profissional e para apreciação estética do literário. Tais disposições específicas os distinguem de outras comunidades de leitores.

O posicionamento autônomo em relação ao seu próprio processo de aprendizagem e a postura crítico-reflexiva ao analisar conscientemente sua formação de professores e leitores, ao terem atitudes de comprometimento com seu letramento literário e profissional confirmado pelas apropriações de textos assumidas, mesmo diante das adversidades da pior crise da saúde em um século, foi comprovado por meio da descrição de suas disposições específicas mencionada acima e das maneiras de ler dos universitários investigados.

A diversidade de práticas e maneiras de ler dos participantes – uns tiveram mais tempo para ler, outros não; para uns o espaço doméstico foi favorável para realização de leitura, enquanto foi empecilho para outros; uns leram clássicos literários, ao passo que outros tiveram dificuldade para se concentrar em suas leituras – confirmam a experimentação dos momentos decorrentes da pandemia de formas diferentes de acordo com a individualidade e realidade social e emocional de cada leitor.

Muitas práticas de leitura foram continuadas e outras rompidas, já que a situação excepcional trouxe novos elementos sociais que ressoaram na realização de suas práticas culturais, como no ato de ler, como visto nos relatos que apresentei ao longo da análise dos dados. A continuidade foi revelada nos alunos que conseguiram manter suas leituras cotidianas, além de terem tido tempo para ampliar a quantidade de leituras, lendo inclusive gêneros diversos do que liam antes do advento pandêmico. Ler para a realização das atividades acadêmicas e ler especificamente para as disciplinas de Literatura formam as práticas mais

comuns de leitura dos alunos durante a pandemia. O rompimento foi constatado naqueles discentes que não puderam realizá-las, seja por desmotivação, situações de estresse, abandonos de leituras, falta de foco, dificuldade de concentração, problemas de fruição dos textos, por não ter um lugar adequado ao enfrentarem a restrição de espaços para suas leituras. Na pandemia, nenhuma prática leitora entre os estudantes substituiu as antigas, apenas deu continuidade e aprofundou as que já existiam. Logo, não se consolidou nenhum novo costume.

A continuidade nas representações de leitura foi constatada por simbolizar conhecimento e refúgio, terreno fértil para o imaginário, como era já desde o século XIV. A histórica representação do livro como intelectualidade, poder e erudição permaneceu durante o surto viral, reforçando o importante espaço que segue ocupando na longa duração da história da humanidade, mesmo em um momento trágico e caótico. Houve situação em que novo valor foi agregado, como quando uma aluna diz ter mudado a representação de leitura literária que tinha por ter reconhecido de fato sua importância ao poder se conhecer melhor e ao mundo através dela e quando participantes admitem o efeito terapêutico da leitura. Por outro lado, o ato de ler passou a representar sofrimento por levar ao conhecimento de tristes notícias relacionadas ao efeito devastador do coronavírus.

Ainda que a parte mais tenebrosa da contaminação viral da covid-19 tenha passado, a pandemia não acabou, como atesta a OMS. Os desafios enfrentados por toda sociedade, resultados do modo que vivemos, seguem nos reivindicando a adoção de posicionamentos críticos e conscientes. Enquanto vivermos nesse contexto de indivíduos e meio ambiente tão devastados pelo modo de produção capitalista, formar cidadãos crítico-reflexivos nunca deixará de ser necessário. A leitura é um caminho fundamental para essa formação crítica e preparar leitores críticos começa na formação inicial de professores. Em um mundo em crises cíclicas e com o aumento da disseminação de informações falsas, o ato de ler é extremamente impreterível, além de representar uma possibilidade de resistência para interromper a construção de um universo pautado em inverdades e obscurantismo. Será que com a pandemia estamos aproximando conceitualmente e filosoficamente da potência da Panecástica que a “Tudo está em tudo?”. É uma reflexão que pode ser aprofundada em futuras pesquisas.

Como a leitura ao longo do curso de Letras proporciona a formação crítica dos graduandos, ações que a desenvolvam devem ser pensadas, praticadas e reestruturadas incansavelmente, não só em momentos de exceção, mas permanentemente.

Além dos resultados alcançados, destaco os efeitos desta pesquisa sobre mim. Após toda dedicação e entrega a este trabalho, já não posso mais ser a mesma professora e pesquisadora de antes. Mergulhar no universo de um mundo colapsado me fez ter mais certeza

ainda sobre a fundamental relevância dos educadores e de sua simbiose com os estudantes; fez-me aprofundar a convicção do quanto os alunos são parte do processo de ensino-aprendizagem e do quanto esse processo é vital, ainda mais em momentos de caos. Minhas preocupações com o ato de ler dos meus alunos se aprofundaram, não de forma desesperançosa, mas de maneira otimista, voraz e com mais disposição ainda para contribuir para o desenvolvimento da leitura de meus alunos. Enquanto pesquisadora, valorizo ainda mais a ciência e meus horizontes científicos se expandiram como nunca antes ao me embrenhar pelos desafios dessa investigação. As descobertas, as frustrações, o enfrentamento à pandemia, como cidadã e como pesquisadora, tornaram-me uma acadêmica mais consciente ainda de meu papel e de minhas potencialidades. A crença na leitura como parte essencial da vida tornou-se ainda mais concreta e me sinto mais preparada para exercer o compromisso e responsabilidade na participação da formação de leitores críticos. Estudar a leitura enveredou-me também pela leitura de mim mesma, das minhas relações com o outro e com o mundo e de meus valores. O crescimento não foi só acadêmico, mas sobretudo existencial. A minha visão como formadora de leitores foi ampliada de maneira incomensurável. Reiterou minha certeza da leitura como resistência em um universo de um país que nega e dificulta o acesso da população ao conhecimento e à emancipação crítica; em um país que nega os direitos básicos, quem dirá o direito à leitura. O conhecimento adquirido e as profundas reflexões realizadas tornaram meu olhar mais atento e acurado para a compreensão da educação e da sociedade. E especialmente, a leitura de mim e do mundo já não são mais as mesmas após todo o percurso percorrido na escrita desta tese.

Relevância e Limitações deste estudo e caminhos para futuras pesquisas

Como os alunos leram quase na mesma proporção os romances e as redes sociais não é possível saber ainda se o tipo de leitura decorrente das redes (fragmentada, impaciente e entrecortada) será consolidada como leitura padrão. Contudo, conduz a importante constatação de que é praticada tanto quanto, mesmo em uma comunidade que preza pela leitura reflexiva e crítica, como a dos discentes de Letras. Fato esse que conduz à necessidade de se atentar para essa iminente consolidação desta maneira de ler, investigando e buscando meios de que ela seja direcionada da melhor forma possível para que não seja um risco de comprometer as amplas práticas leitoras, já que não vejo forma de retrocesso nesse processo iniciado de práticas de leitura próprias do universo digital.

A ameaça aos livros impressos por conta do aumento do consumo dos livros digitais não foi constatada entre os discentes pesquisados, já que leram mais os físicos. A leitura tanto de livros físicos quanto digitais têm atendido aos seus horizontes de expectativas. A comunidade

de leitores da graduação analisada representa um microuniverso comparado à totalidade de leitores. Portanto, não se pode constatar ainda a impossibilidade de que o inverso venha a se concretizar. Uma pesquisa mais abrangente seria importante para um conhecimento aprofundado sobre essa realidade que permitiria um planejamento e preparação de agentes produtores de livros e do corpo docente para lidar com um possível cenário diferente do atual. Isso porque os suportes de texto físicos substituírem os digitais implicam em uma série de transformações nos modos de leitura já discutidos ao longo deste trabalho.

As análises empreendidas aqui levaram a compreender muito da singularidade histórica das representações e práticas de leitura dos estudantes no contexto do período pandêmico. Algumas transformações causadas pela tragédia da covid-19 já se mostraram temporárias, como o ensino remoto, por exemplo, já finalizado com o retorno das aulas presenciais. Assim como a leitura com a finalidade terapêutica e de fuga do momento doloroso da pandemia apontadas pelos participantes por já não serem mais fundamentais, passado o momento mais trágico do surto viral. Entretanto, as mudanças permanentes na história do livro, da leitura e da formação do sujeito-leitor só poderão ser identificadas e mensuradas com o término do evento pandêmico e com a conseqüente distância temporal dele. Passado um tempo após o fim da crise sanitária, uma reflexão mais embasada possibilitará identificar se a cultura escrita será regida pela forma digital no universo da leitura.

Esta pesquisa trouxe constatações cruciais a respeito desse momento caótico da nossa história coletiva. O mundo pandêmico evidenciou ainda mais a indiscutível relevância da formação de professores para lidar com momentos de crises extremas. Mostrou como o trabalho coletivo dos profissionais educacionais é fundamental para manter o processo de aprendizagem em situações de excepcionalidade. Realçou que a educação não pode estar a serviço dos interesses do capital, mas que precisa preparar cidadãos autônomos e leitores críticos, além de ter instituições com condições de intervenção para reagir rapidamente. Condições essas que só podem concretizadas com muita pesquisa e estudo. Temos, por conseguinte, mais um fator ratificado pelo surto epidêmico: a extrema relevância da ciência para o desenvolvimento da sociedade, essencialmente em tempos de negacionismo generalizado.

Num universo de inúmeras pesquisas sobre a leitura, nunca é demais investigá-la, visto ser um tema fundamental para o ensino-aprendizagem em todos os níveis de ensino. Cada pesquisa, em seu recorte, traz reflexões sobre um determinado contexto e assim pode contribuir especificamente para aquela realidade. Investigar a leitura na situação excepcional da covid-19 abriu caminhos para analisá-la sob uma circunstância inédita e enxergar sua importância e nuances nesse cenário.

Reitero que não temos ainda a distância temporal que possibilita uma avaliação de todo o evento, incluindo seu término, tampouco uma análise fundamentada em diversas teorias e múltiplos e inúmeros estudos aprofundados. Contudo, o desejo de estudar um episódio inédito em nossa história universal foi maior do que o receio do desafio que se apresentava. E como pesquisadora, reconheço a necessidade de estudos nesse escopo para o desenvolvimento da pesquisa científica e a inviabilidade de se esperar pelo fim do evento para que se possa analisá-lo, posto que esses estudos durante o desenrolar do acontecimento auxiliarão as pessoas a o atravessarem e o compreenderem.

Ainda que pesquisar a pandemia enquanto ocorria tenha excluído esse elemento de distância temporal, permitiu um registro de um momento histórico desafiador de uma comunidade de leitores. Para que os efeitos da pandemia da covid-19 na história da leitura sejam descritos, compreendidos e dimensionados com maior abrangência novas pesquisas precisam ser realizadas quando houver a mencionada distância no tempo.

Ciente da necessidade de mais pesquisas distantes temporalmente da crise viral, julgo que este meu estudo terá uma contribuição significativa para o campo dos estudos da leitura e que poderá alargar o painel de análises sobre o fenômeno instaurado pela presença do vírus. Espero que esta investigação reforce como a leitura pode ser instrumento de resistência em contextos sociais de crise. É necessário que mais pesquisas sobre a leitura no período pandêmico sejam realizadas em outros recortes de sujeitos para ampliação dos estudos desse momento histórico da pandemia da covid-19.

Sem dúvida, amadureci ao viver e estudar a pandemia concomitantemente a partir dos aprendizados e reflexões sobre nossa sociedade, sobre a urgência em repensar nosso modelo de produção e sobre meu papel de cidadã e profissional nesse intrincado processo. Estudar o ato de ler nessa conjuntura me fez mais segura ainda a respeito de sua importância na formação de professores e nos contextos de exceção. Fez-me também ter ainda mais certeza sobre a necessidade de estudar a leitura e de ser cada vez uma leitora melhor para que isso se reverta em prol dos meus alunos.

Os elementos políticos, sociais e econômicos dispostos pela pandemia de covid-19, fez (e faz) com que tenhamos que refletir e repensar nossa postura frente às nossas práticas de leituras, em sua continuidade e interrupções, em como procedê-las em aquisição e manutenção e em termos de ajustes e fruição frente ao nosso tempo presente. Como reflexão pessoal ou em forma de estudos mais aprofundados por meio de pesquisas acadêmicas, é uma análise imperativa e urgente.

Tendo em vista nosso compromisso com a formação de sujeitos autônomos, leitores e críticos, no contexto contemporâneo é imprescindível aprofundar, conhecer e nos tornar partícipes da história da leitura no Brasil para fortalecer a luta desta como ato de resistência. Estudar e pensar sobre o nosso papel como professores e pesquisadores na mediação de práticas e reflexão acerca das representações leitoras contribuirá para a formação de sujeitos ativos e resistentes à alienação do sistema capitalista.

A Pós-modernidade será marcada pelo evento da trágica crise sanitária causada pela disseminação do novo coronavírus e a continuidade de seus estudos pelos intelectuais de nosso tempo e dos próximos é fundamental para dimensionar seus efeitos sobre a humanidade e para evitar que outros fenômenos semelhantes venham a se repetir.

Referências

ABDO, Humberto. *Livrarias apostam em unidades menores para competir com o on-line*. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/libraria-unidade-menores-ruas-concorrencia/> Acesso em 06 abr 2022.

AGAMBEN, Giorgio. *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia*. Trad.: Carla Rodrigues. Boitempo, 2020. E-book.

AGÊNCIA BRASIL. *Brasileiro está lendo mais na pandemia, diz Sindicato dos Editores*. 23/04/2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/brasileiro-esta-lendo-mais-na-pandemia-diz-sindicato-dos-editores>. Acesso em: 29 mai 2021.

AGÊNCIA BRASÍLIA. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2020. *Coronavírus: GDF decreta suspensão de aulas por mais 15 dias*. 14/03/2020. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/03/14/coronavirus-gdf-decreta-suspensao-de-aulas-por-mais-15-dias/> Acesso em: 12 dez. 2020.

AGÊNCIA SENADO, 2020. *Reforma Tributária pode fazer o livro ficar mais caro*. 11/08/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/11/reforma-tributaria-pode-fazer-livro-ficar-mais-carro> Acesso em: 21 out. 2020.

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. *Métodos de ensino de leitura no Império brasileiro: Antônio Feliciano de Castilho e Joseph Jacotot*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ALESSI, Sandra Mara *et al.* A crise sanitária aliada às consequências da pandemia pela Covid-19 no contexto da crise do capital. In: *Pandemia da COVID-19: trabalho e saúde docente*. Ano XXXI. N. 67, Janeiro de 2021.

ALVIM, Mariana. *Coração, cérebro, pulmão: como a covid-19 afeta nossos órgãos vitais*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55596688> Acesso em 23 fev 2022

ANDRADE, Ludmila Thomé de. Que linguagem falar na formação docente de professores de língua? In: SCHOLZE, Lia; RÖSING, Tania M. K. (Orgs.). *Teorias e práticas de letramento*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2007.

ARCHANGELO, Ana (2020). Sobrevivência em tempos de pandemia ou de como seguir viagem? In: *Revista Linha Mestra – edição especial*. Ano XIV. V. 14 n. 41a (set 2020). DOI: <https://doi.org/10.34112/1980-9026a2020n41ap3-4>, set.2020. Disponível em <file:///C:/Users/loren/OneDrive/Documents/Doutorado%202022/Artigos/revista%20dossi%C3%AA%20sobre%20pandemia.pdf> Acesso em: 22 mar 2022.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *EmRede*, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 31/03/2022.

ASCOM, 2020. *Pesquisa traça perfil socioeconômico inédito da comunidade universitária*. <https://noticias.unb.br/76-institucional/4302-pesquisa-traca-perfil-socioeconomico-inedito-da-comunidade-universitaria> Acesso em: 14 abr 2022.

ASCOM, 2022. <https://noticias.unb.br/76-institucional/5602-proximo-semester-letivo-da-unb-sera-presencial>. <https://noticias.unb.br/76-institucional/5602-proximo-semester-letivo-da-unb-sera-presencial> Acesso em: 14 abr 2022.

AVILA, Astrid Baecker. *et al.* Desterro docente e formação humana nos governos petistas. In: EVANGELISTA, Olinda *et al.* *Desventuras dos professores na formação para o capital*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Do confinamento à reabertura: considerações estratégicas para a retomada das atividades na América Latina e no Caribe no contexto da Covid-19*. Washington: BID, 2020.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 5 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

BARROS, José D'Assunção. A História cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Práticas de leitura, impressos, letramentos: uma introdução. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Orgs.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 11-48.

BAÜER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BBC, 2020. *Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA*. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml> Acesso em: 22 fev 2022.

BERARDI, Francisco. *Asfixia*. São Paulo, Ubu Editora, 2020

BETHÔNICO, Thiago. *Saraiva fechou metade de suas livrarias entre janeiro e novembro do ano passado*. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/01/saraiva-fechou-metade-de-suas-livrarias-entre-janeiro-e-novembro-do-ano-passado.shtml> Acesso em: 06 abr 2022.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BOOKWIRE. *The digital consumer book barometer - Covid-19 Special Edition Brazil*. São Paulo: s.n. Disponível em https://www.bookwire.de/fileadmin/downloads/whitepapers/Brazil_Covid_Special_Consumer_BookBarometer2020_PT.pdf Acesso em: 11 jan 2023.

BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 118-135.

BOTO, Carlota. Projeto de homeschooling no Brasil coloca um muro entre a família e o mundo social. 25/05/2022. *Jornal da USP*. Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/projeto-de-homeschooling-no-brasil-coloca-um-muro-entre-a-familia-e-o-mundo-social/> Acesso em: 06 jul 2022.

BRASIL, 2014. *Marco Civil da internet*. LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm Acesso em: 31 mar 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior 2019*. Brasília. 21/10/2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados> Acesso em: 28 jul 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020. *Auxílio emergencial 2020*. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial/auxilio-emergencial-2020> Acesso em: 13 jul 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019. *Cadastro E-mec: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*. Consulta avançada. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 25 nov 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Ações do MEC em resposta à pandemia da COVID-19*. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/nota-de-esclarecimento/copy_of_notadeesclarecimento-8 Acesso em: 02 jul 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP 5/2020*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecer-cp-2020> Acesso em: 05 abr 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 329 de 11 de março de 2020. Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (COE/MEC) no âmbito do Ministério da Educação. *Diário Oficial da União*, ed. 49, seção 1, Brasília, DF, p. 165, 12/03/2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3014/portaria-mec-n-329#:~:text=Institui%20o%20Comit%C3%AA%20Operativo%20de,%C3%A9%20revogada%20por%20nenhuma%20Legisla%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 05 abr 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. *Portaria nº 343 de 17 de março de 2020*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591> Acesso em: 05 abr 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020. *A quarentena na COVID-19: orientações e estratégias de cuidado*. Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%BAde-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-A-quarentena-na-Covid-19-orienta%C3%A7%C3%B5es-e-estrat%C3%A9gias-de-cuidado.pdf> .Acesso em 11 jan 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020. *Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus*. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus> Acesso em: 22 out 2020.

BRASIL. *Universidade de Brasília*. Instituto de Letras. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.il.unb.br/institucional/a-unicidade> Acesso em 15 jul 2022.

BRIGATTI, Fernanda. *Preço do papel dispara, editoras encolhem tiragem de livros e HQs*. <https://br.noticias.yahoo.com/pre%C3%A7o-papel-dispara-e-editoras-130000346.html>. Acesso em 06 abr 2022.

CAMARGO, Brígido V.; JUSTO, Ana Maria. *Tutorial para o uso do software de análise textual IRAMUTEQ*. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (2013). Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais> Acesso em: 07 jul. 2021.

CANDIDO, Antonio A literatura e a formação do homem. *In: Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In: Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARTA CAPITAL, 2022. *Na pandemia, maioria das plataformas de ensino virtual violaram a privacidade de crianças e adolescentes*. 12/07/2022. Disponível em

<https://www.cartacapital.com.br/educacao/maioria-das-plataformas-educacionais-utilizadas-na-pandemia-violaram-a-privacidade-de-criancas-e-adolescentes/> Acesso em 12 jul 2022.

CARVALHO, Marlene. A leitura dos futuros professores: por uma pedagogia da leitura no ensino superior. *Teias*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, jan./jul. 2002.

CBL, 2020. <http://cbl.org.br/imprensa/noticias/confira-pesquisa-producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro-ano-base-2020> Acesso em 10 jan 2022.

CEREJA, William Roberto. *Ensino de literatura*. São Paulo: Atual, 2005.

CERLALC. *O setor editorial iberoamericano y la emergencia del COVID-19*. Apoio Unesco. Maio de 2020. Disponível em: <https://cerlalc.org/pt-br/publicaciones/el-sector-editorial-iberoamericano-y-la-emergencia-del-covid-19/> Acesso em: 03 jul. 2021.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Anne-Marie. Os futuros professores e a leitura. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Orgs.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 95-104.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador – Conversações com Jean Lebrun*. Trad. de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Traduções de Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difusão editorial: 2002.

CHARTIER, Roger. Do código ao monitor: a trajetória do escrito. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 21, v. 18, mai./ago. 1994.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger *et al.* (Orgs.). *Práticas da leitura*. Trad. de Cristiane Nascimento. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 77-106.

Chartier, Roger. *Léxico da la pandemia*. Primera parte. Youtube, 27/10/2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ob1QHLjY6ig&ab_channel=Fundaci%C3%B3nMedif%C3%A9 Acesso em 23 fev 2022.

Chartier, Roger. *Léxico da la pandemia*. Segunda parte. Youtube, 29/10/2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iFdmNG1zbY&ab_channel=Fundaci%C3%B3nMedif%C3%A9 Acesso em 02 fev 2022.

CHARTIER, Roger. *O que a história ou a leitura do tempo podem nos ensinar em tempo de pandemia: a escrita digital e o conhecimento histórico*. [Mediação de Hugo Coelho]. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 29 jul. 2020. 1 vídeo (1h39min). [Live]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hh0k4eIaPLc&ab_channel=InstitutoRicardoBrennand Acesso em: 23 abr 2021.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: CHARTIER, Roger *et al.* (Orgs.). *Práticas da leitura*. Trad. de Cristiane Nascimento. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 19-22.

CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (Orgs.). *História da leitura no mundo ocidental 1*. São Paulo: Ática, 1998.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET DO BRASIL. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **Painel TIC Covid-19: pesquisa sobre o uso da internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus**. 3. ed. São Paulo: CGI.br/NIC.br, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/tic-covid-19/painel-covid-19/3-edicao/C16AW/> Acesso em 06 abr 2022.

CONASS, 2022. *Pesquisa inédita mostra os impactos negativos da pandemia na saúde da população brasileira*. Disponível em: <https://www.conass.org.br/pesquisa-inedita-mostra-os-impactos-negativos-da-pandemia-na-saude-da-populacao-brasileira/> Acesso em 18 jul 2022.

CORREIO BRAZILIENSE. *Receita defende taxação de livros sob argumento de que pobres não leem*. 07/04/2021. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/economia/2021/04/4916782-receita-defende-taxacao-de-livros-sob-argumento-de-que-pobres-nao-leem.html> Acesso em: 21 mai 2021.

COSSON, Rildo. *Círculos de leitura e letramento literário*. São Paulo: Contexto, 2014.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativos e misto*. São Paulo: Artmed, 2010.

Crise de ansiedade faz 26 alunos passarem mal em escola no Recife... <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/04/09/ansiedade-escola-recife.htm> Acesso em 18 jul 2022.

DAU, Gabriel. *Redes Sociais crescem 40% durante a pandemia, possibilitando que empresas se mantivessem no mercado*. <https://www.jornalcontabil.com.br/redes-sociais-crescem-40-durante-a-pandemia/> Acesso em 26 jun 2022.

DIAS-DA-SILVA, Maria Helena G. Frem. Política de formação dos professores no Brasil: as ciladas da reestruturação das licenciaturas. *Perspectiva*: Florianópolis, v. 23, n.02, p. 381-406., jul/dez. 2005.

EVANGELISTA, Olinda. Apresentação. In: EVANGELISTA, Olinda *et al.* *Desventuras dos professores na formação para o capital*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

FARINACCIO, Rafael. *Entenda como a tecnologia não conseguiu matar os livros de papel*. <https://www.tecmundo.com.br/literatura/109244-entenda-tecnologia-nao-conseguiu-matar-livros-fisicos-papel.htm> Acesso 29 abr 2022.

FELIPE, E. da S., *et al.* (2021) O avanço do projeto neoliberal nas diretrizes para a formação de professores no Brasil. *Revista Praxis Educacional*. v. 17, n. 46, Jul/Set 2021. Vitória da Conquista, BA.

FIERA, Letícia; EVANGELISTA, Olinda.; FLORES, Renata. Chantagem como estratégia para assegurar o “direito de aprendizagem” aos “vulneráveis”. In: SOARES, Sávila Bona Vieira *et al.* *Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil*. 1ª ed. Brasil: Terra Sem Amos, 2020, v. I, p. 21-27.

FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. Trad. Cláudia Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Ranking de universidades*, 2019. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. 2. ed. Trad. de Elisabete Oliveira. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2003.

G1, 2020. *Moradores de comunidades do Rio entram na luta contra o coronavírus*. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/21/moradores-de-comunidades-do-rio-entram-na-luta-contr-o-coronavirus.ghtml> Acesso em 26 abr 2022.

GADELHA, Ana. *Procura por livros digitais aumentou durante a pandemia no Brasil*. 28/07/2020. Disponível em: <https://d.emtempo.com.br/cultura/213669/procura-por-livros-digitais-aumentou-durante-pandemia-no-brasil> Acesso em: 22 out. 2020.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÜNTHER, Hartmut (Org.). Como elaborar um questionário. In: *Planejamento de Pesquisa para Ciências Sociais*. Brasília: Laboratório de Psicologia Ambiental, UnB, 2003.

GUO, Yan-Rong; CAO, Qing-Dong, HONG, Zhong-Si *et al.* The origin, transmission and clinical therapies on coronavirus disease 2019 (COVID-19) outbreak – an update on the status. *Military Medical Research*, v. 7, Article number: 11 (2020). 13 March 2020. Disponível em: <https://mmrjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40779-020-00240-0> Acesso em: 19 out 2020.

GUSSO, Hélder Lima *et al.* Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. *Educação & Sociedade, Debates & Polêmicas*, Campinas, v. 41, e238957, 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/pBY83877ZkLxLM84gtk4r3f/?lang=pt> Acesso em: 19 dez 2020.

HAMESSE, Jacqueline. O modelo escolástico de leitura. In: CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (Orgs.). *História da leitura no mundo ocidental 1*. São Paulo: Ática, 1998. p. 123-146.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade do cansaço*. Trad.: Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. *O vírus capitalista do cansaço incessante*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/609285-o-virus-capitalista-do-cansaco-incessante> Acesso em 23 mar 2022.

HERDADE, Livia. Todos pela Educação? Classe dominante e poder frente à pandemia. In: LAMOSA, Rodrigo. (org). *Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada*. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020, p. 47-54.

HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, A. The Difference between emergency remote teaching and online learning. *Educause Review*, 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning#fn7> Acesso em 31 mar 2022.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. *Sociologia da leitura*. Trad. de Mauro Gama. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

HORTON, Richard. Offline: COVID-19 is not a pandemic. *The Lancet*, v. 396, n. 10255, p. 874, 26/09/2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext) Acesso em: 20 out 2020.

IBGE, 2020. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2020*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf Acesso em 16 abr 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD COVID 19*. 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/> <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html> Acesso em 23 jun 2022.

INSTITUTO DE LETRAS, UnB. *Cursos da graduação*. Disponível em: <http://www.il.unb.br/graduacao/secretaria-de-graduacao> Acesso em: 19 mar 2020.

INSTITUTO DE LETRAS, UnB. *Projeto Político Pedagógico do curso de Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (Noturno)*. Disponível em: https://sig.unb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=414845. Acesso em: 10 mai. 2021.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2020. *O estado de exceção e a pandemia mascarada*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598874-o-estado-de-excecao-e-a-pandemia-mascarada-artigo-de-castor-bartolome-ruiz> Acesso em: 12 abr 2022.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da leitura no Brasil*. 5. ed. 11 set. 2020. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Retratos_da_leitura_5_o_livro_IPL.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Pesquisa Retratos da Leitura eventos do livro e literatura revela perfil do leitor na Bienal de SP, com mais presença de mulheres, jovens e maior influência das redes no interesse pelos livros*. Disponível em: <https://snel.org.br/pesquisa-retratos-da-leitura-eventos-do-livro-e-literatura-revela-perfil-do-leitor-na-bienal-de-sp-com-mais-presenca-de-mulheres-jovens-e-maior-influencia-das-redes-no-interesse-pelos-livros/> Acesso em: 05 jan 2023.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e aplicada). *Boletim de Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, n. 28, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37679&Itemid=9

IPEA, MINISTÉRIO DA ECONOMIA, GOVERNO FEDERAL. *Boletim de Políticas sociais: acompanhamento e análise*, nº 28. – Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37679&Itemid=9 Acesso em: 06 abr 2022.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. v. 1. Trad. de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. v. 2. Trad. de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1999.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE *Coronavirus resource center*. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/region/brazil> Acesso em: 13 abr 2021

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE, 2020. *Global COVID 19 Map*. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 1º jul. 2021.

KLEIMAN, Angela. *Oficina de leitura – teoria e prática*. 9. ed. Campinas: Pontes Editores, 2002.

KOHAN, Walter Omar. *Paulo Freire mais do que nunca. Uma biografia filosófica*. Belo Horizonte: Vestígio, 2019.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 2006

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

LAMOSA, Rodrigo. As frentes de ação da classe dominante na educação: entre o todos pela educação e a ideologia escola sem partido. In: LAMOSA, Rodrigo. (org). *Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada*. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad.: Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEÓN, Oscar. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. 2. ed. Trad. de Elisabete Oliveira. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANDELLI, Mariana. Celular na educação: os desafios da pandemia. *EDUCAMÍDIA*: Instituto Palavra Aberta, 23/04/2020. Disponível em: <https://educamidia.org.br/celular-na-educacao-os-desafios-da-pandemia/> Acesso em: 20 jul. 2021.

MANGUEL, Alberto. *Ler é um ato de poder*. 1 vídeo (5m34s). De fronteiras do pensamento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XHBIAntmnh8> Acesso em: 30 mar. 2021.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Trad. de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARIANO, Laura Andreoli. In: ALMEIDA, Flávio Aparecido de. *Educação e linguagem: ensino, contribuições e discursos*. Guarujá: Ed. Científica, 2021. Disponível em <http://downloads.editoracientifica.org/books/978-65-5360-009-6.pdf> Acesso em 09 nov 2022.

MARQUES, Luiz. A pandemia incide no ano mais importante da história da humanidade. Serão as próximas zoonoses gestadas no Brasil? *Ciência, Saúde e Sociedade: covid-19, Cultura e Sociedade*. 05/05/2020. Disponível em: [https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/05/pandemia-incide-no-ano-mais-importante-da-historia-da-humanidade-serao-proximas#:~:text=de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20\(SEC\)-,A%20pandemia%20incide%20no%20ano%20mais%20importante%20da%20hist%C3%B3ria%20da,pr%C3%B3ximas%20zoonoses%20gestadas%20no%20Brasil%3F&text=O%20ano%20de%202020%20ser%C3%A1,no%20funcionamento%20das%20sociedades%20contempor%C3%A2neas](https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/05/pandemia-incide-no-ano-mais-importante-da-historia-da-humanidade-serao-proximas#:~:text=de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20(SEC)-,A%20pandemia%20incide%20no%20ano%20mais%20importante%20da%20hist%C3%B3ria%20da,pr%C3%B3ximas%20zoonoses%20gestadas%20no%20Brasil%3F&text=O%20ano%20de%202020%20ser%C3%A1,no%20funcionamento%20das%20sociedades%20contempor%C3%A2neas). Acesso em: 20 abr. 2021.

MARTINS, Leandro. *Vários estados flexibilizam o uso de máscaras*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2022-03/varios-estados-flexibilizam-uso-de-mascaras> Acesso em 13 abr 2022.

MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e pandemia (Pandemia Capital)* (pp. 12-13). Boitempo Editorial, 2020. Edição do Kindle.

MATEUS, Elton. Clubes de leitura aproximam pessoas durante a pandemia. *Digitais PUC-Campinas*. 29/06/2020. Disponível em: <https://digitais.net.br/2020/06/clubes-de-leitura-aproximam-pessoas-durante-o-isolamento-social/>. Acesso em: 1º dez. 2020.

MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. 2.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 37.015.4 MES /edu

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORALES, Juliana. *Ministério da educação teve o segundo maior corte no orçamento 2022*. <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/ministerio-da-educacao-teve-o-segundo-maior-corte-no-orcamento-2022/> Acesso em 07 abr 2022.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Letrar é preciso*, alfabetizar não basta...mais? In: SCHOLZE, Lia; RÖSING, Tania M. K. (Orgs.). *Teorias e práticas de letramento*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2007.

MOURA, Mariluce. *Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil*. <https://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/> Acesso em 14 abr 2022.

NÓVOA, A. A pandemia de Covid-19 e o futuro da Educação. *Revista Com Censo*, vol. 7 nº 3, agosto de 2022.

OCDE, 2020. *Um roteiro para guiar a resposta educacional à Pandemia da COVID-19 de 2020*. Disponível em: <http://tiny.cc/fhnuoz>. Acesso em: 13 abr. 2020.

OMS: Brasil não é o único epicentro da COVID-19 no mundo. *Estado de Minas*. 15/06/2020. Internacional. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/06/15/interna_internacional,1156740/oms-brasil-nao-e-o-unico-epicentro-da-covid-19-no-mundo.shtml Acesso em: 22 out. 2020.

OPAS, 2022. <https://www.paho.org/pt/noticias/16-2-2022-relaxamento-medidas-saude-publica-contribuiu-para-aumento-mortes-por-covid-19> Acesso em 13 abr 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Stay physically active during self-quarantine*. Disponível em: <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/publications-and-technical-guidance/noncommunicable-diseases/stay-physically-active-during-self-quarantine> Acesso em: 20 mai. 2021.

ORTIZ, Brenda. *UnB diz não ter verba para investir em pesquisa e inovação após corte de recursos do MEC*. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/05/12/unb-diz-nao-ter-verba-para-investir-em-pesquisa-e-inovacao-apos-corte-de-recursos-do-mec.ghtml> Acesso em: 05 out. 2021

PAIXÃO, Alexandre Henrique. Há uma felicidade para os tempos difíceis (?) In: *Revista Linha Mestra* – edição especial. Ano XIV. V. 14 n. 41a (set 2020). DOI: <https://doi.org/10.34112/1980-9026a2020n41ap3-4>, set.2020 Disponível em <file:///C:/Users/loren/OneDrive/Documents/Doutorado%202022/Artigos/revista%20dossi%C3%AA%20sobre%20pandemia.pdf> Acesso em: 22 mar 2022

Pandemia da Covid-19 está 'longe de ter terminado', alerta OMS. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/pandemia-da-covid-19-esta-longe-de-ter-terminado-alerta-oms/> . Acesso em: 12 jul 2022.

Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. Disponível em: [https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressaoem#:~:text=2%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20\(OMS\)](https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressaoem#:~:text=2%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20(OMS)). Acesso em: 30 mar 2022.

PAULINO, Graça. Deslocamentos e configurações do letramento literário na escola. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 67-78, 1º sem. 2004.

PAULINO, Graça. Letramento literário: cânones estéticos e cânones escolares. In: *Das leituras ao letramento literário*. Belo Horizonte: FAE/UFMG; Pelotas: UFPel, 2010.

PÉCORA, ALCIR. Introdução à edição brasileira: o campo das práticas de leitura. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. *Formação de professores: pesquisas, representações e poder*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Pesquisa da Uerj indica aumento de casos de depressão entre brasileiros durante a quarentena. 05/05/2020. <https://www.uerj.br/noticia/11028/> Acesso em: 30 mar 2022.

PETIT, Michèle. *A arte de ler: ou como resistir à adversidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.

PETIT, Michèle. *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. São Paulo: Editora 34, 2009.

PETIT, Michèle. *Leituras: do espaço íntimo ao espaço público*. São Paulo: Editora 34, 2013.

PIMENTA, Gisele. *Superando a pandemia com ciência, planejamento e solidariedade*. <https://www.noticias.unb.br/76-institucional/5124-superando-a-pandemia-com-ciencia-planejamento-e-solidariedade> Acesso em: 10 jan 2022.

PINHO, Maria José. *Políticas de formação de professores: intenção e realidade*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

PRADO, Carlos. *Braudel e a pluralidade do tempo: a história entre o estrutural e o factual*. *Historiæ*, Rio Grande, v. 11, n. 1, p. 9-27, 2020.

PUBLISHNEWS. *Se é para ficar em casa, eu prefiro livro*. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/etiquetas/juntos-pelo-livro>. Acesso em: 11 jul. 2021.

RAFAEL, Ivana Maria de Souza Carvalho. *et al.* A crise do capital e a relação com a educação brasileira. *Revista do Centro de Educação*, UFSM v. 41, n. 2 p. 375-386 maio/ago. 2016 Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/19221> Acesso em: 01 mai 2022.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: 5 lições sobre a emancipação intelectual*. Trad. de Lílian do Valle. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RBA, 2020. *Bolsonaro gastou apenas 29% da verba contra a covid-19, afirma TCU*. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2020/07/bolsonaro-gastou-apenas-29-da-verba-contra-a-covid-19-diz-tcu/> Acesso em: 23 jun 2022.

REVISTA INTERTELAS. *A pandemia e as lives. 2020. Mas o que é uma live?* Disponível em: <https://revistaintertelas.com/2020/07/14/a-pandemia-e-as-lives-mas-o-que-e-uma-live/>. Acesso em: 13 jul 2021.

REZENDE, Neide. Da abordagem técnica para a leitura literária: questões de didática da literatura. In: PINTO, Francisco Neto Pereira Pinto *et al.* (Orgs.). *Ensino da literatura no contexto contemporâneo*. Campinas: Mercado de Letras, 2021. p. 75-96.

RICARDO, Valverde. *Números comprovam os efeitos amplamente positivos da vacinação*. <https://agencia.fiocruz.br/numeros-comprovam-os-efeitos-amplamente-positivos-da-vacinacao> Acesso em: 13 abr 2022.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

SAENGER, Paul. A leitura nos séculos finais da Idade Média. In: CHARTIER, Roger; CAVALLLO, G. (Org.) *História da leitura no mundo ocidental 1*. São Paulo: Ática, 1998. p. 147-184.

SAMPAIO, Lucas. *Mortes por Covid despencam, mas Brasil ainda é o país com mais óbitos do mundo em 2021*. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/08/mortes-por-covid->

[despencam-mas-brasil-ainda-e-o-pais-com-mais-obitos-do-mundo-em-2021.ghtml](#) Acesso em: 13 abr 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Cláudio Wilson dos; MORORÓ, Leila Pio. O desenvolvimento das licenciaturas no Brasil: dilemas, perspectivas e políticas de formação docente. In: *Revista HISTEDBR On-line*. v. 19. Campinas, SP, 2019.

SATHLER, Luciano. Educação pós-pandemia e a urgência da transformação digital. 27/04/2020. *ANUP Notícias*. Disponível em: <https://anup.org.br/noticias/educacao-pos-pandemia-e-a-urgencia-da-transformacao-digital/> Acesso em 13 jun 2022.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. *Revista Exitus, [S. l.]*, v. 10, n. 1, p. e 020063, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1463. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463> Acesso em: 17 mai 2022.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. In: *Pandemia da COVID-19: trabalho e saúde docente*. Ano XXXI. N. 67, Janeiro de 2021.

SAVIANI, Dermeval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da Educação. In.: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval.; SANFELICE, José Luiz. (Orgs.) *Capitalismo, Trabalho e Educação*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA UNB, 2022. *UnB está preparada para a volta gradual e segura*. <https://noticias.unb.br/67-ensino/5460-universidade-esta-preparada-para-promover-a-retomada-gradual-das-aulas-presenciais> Acesso em: 10 jan 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2020. *Aulas serão retomadas na segunda-feira, 16/03*. 11/03/2020. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/aulas-serao-retomadas-na-segunda-feira-16-3/> Acesso em: 12 dez. 2020.

SEKI, A. K. *et al.* O crescimento perverso das licenciaturas privadas. In: EVANGELISTA, Olinda *et al.* *Desventuras dos professores na formação para o capital*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

SENADO FEDERAL, 2021. *Projeto de Lei suspende pagamento do FIES*. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148448> Acesso em: 05 dez 2021.

SENADO NOTÍCIAS. *Reforma tributária pode fazer livro ficar mais caro*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/11/reforma-tributaria-pode-fazer-livro-ficar-mais-caro> Acesso em: 15 abr. 2021.

SERRANO, Francisco Perujo. *Pesquisar no labirinto: a tese, um desafio possível*. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Amanda. Moreira da. Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. *Rev. Trabalho, Política e Sociedade*, Vol. 5, nº 09, p. 587-610, jul.-dez./2020. Disponível em: <http://costalima.ufrrj.br/index.php/RTPS/article/view/698> Acesso em 30 jun 2022.

SILVA, Eduardo Dias da. *No jardim das leituras: similitudes e diferenças entre o lido e o vivido pelas formadoras de leitores do Distrito Federal – o caso da pós-graduação em Literatura da Universidade de Brasília*. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVA, Silmara Dela. Sobre o discurso publicitário governamental em tempos de pandemia. In: BAALBAKI, Ângela; SILVA, Luiz Felipe Andrade (org). *Discursos da pandemia: entre dores e incertezas*. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DOS LIVROS. *3º Painel do Varejo mostra aumento nas vendas de livros em comparação ao início da pandemia em 2021*. 22/04/2021. Disponível em: <https://snel.org.br/3o-painel-do-varejo-mostra-aumento-nas-vendas-de-livros-em-comparacao-ao-inicio-da-pandemia-em-2021/> . Acesso em: 30 mai. 2021.

SNEL, 2021. *Painel do varejo de livros no Brasil*. Disponível em: <https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2021/12/SNEL-11-2021-11T-2021.pdf> Acesso em: 30 mai. 2021.

SNEL, 2022. *Terceiro período do ano apresenta resultado positivo e setor editorial fecha trimestre com ótimo desempenho*. Disponível em: <https://snel.org.br/terceiro-periodo-do-ano-apresenta-resultado-positivo-e-setor-editorial-fecha-trimestre-com-otimo-desempenho/> Acesso 29 abr 2022.

SOARES, Magda *et al.* Comunicação e expressão: o ensino da leitura. In: ABREU, Márcia (org). *Leituras no Brasil: antologia comemorativa pelo 10º COLE*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2017.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003.

SOUZA, Eliseu Clementino de. (Auto)biografias, histórias de vida e prática de formação. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria (Orgs). *Memória e formação de professores*. Salvador: 2007.

SOUZA, Gizele de. Entrevista. In: HONORATO, Tony; NERY, Ana Clara Bortoleto. História da Educação e Covid-19: crise da escola segundo pesquisadores africanos (Akanbi, Chisholm), americanos (Boto, Civera, Cunha, Kinne, Rocha, Romano, Rousmaniere, Southwell, Souza, Taborda, Veiga, Vidal) e europeus (Depaepe, Escolano, Magalhães, Nóvoa). *Acta Scientiarum Education*, v. 42, 27/08/2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/pt/covidwho-826280> Acesso em: 25 jul. 2021.

SPALDING, Marcelo. *Alice do livro impresso ao e-book: adaptação de Alice no país das maravilhas e de através do espelho para iPad*. UFRS: Tese de Doutorado, 2012.

TINOCO, Robson Coelho. Escolhas contemporâneas e leitura literária produtiva: uma dialogia responsiva. In: PINTO, Francisco Neto Pereira Pinto *et al.* (Org.). *Ensino da literatura no contexto contemporâneo*. Campinas: Mercado de Letras, 2021. p. 123-140.

TINOCO, Robson Coelho. *Leitor real e teoria da recepção: travessias contemporâneas*. São Paulo: Horizonte, 2010.

TODOROV, Tzevan. *A literatura em perigo*. Trad. de Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Diálogos com CNE: a educação frente à pandemia*. Webinar. 2020a. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/webinario-com-cne-discute-regulacao-e-gestao-educacional-durante-pandemia/> . Acesso em: 16 abr. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação à distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19*. Abril 2020. 2020b. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/425.pdf> . Acesso em: 16 abr. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Regulação e Gestão Educacional durante a emergência de saúde pública*. Abril 2020. 2020c. Disponível em: <<http://tiny.cc/aknuoz>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

TUÃO, Renata Spadetti. Estratégias do banco interamericano de desenvolvimento para educação em tempos de pandemia. In: LAMOSAS, Rodrigo (org). *Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada*. Parnaíba: Editora Terra sem amos, 2020.

UnB NOTÍCIAS, 2020. *Com criatividade e inovação, docentes reinventam ensino e pesquisa na pandemia*. 19/11/2020. Disponível em: <https://noticias.unb.br/67-ensino/4584-com-criatividade-e-inovacao-docentes-reinventam-ensino-e-pesquisa-na-pandemia#:~:text=Em%20paralelo%2C%20a%20UnB%20passou,ao%20enfrentamento%20do%20novo%20coronav%C3%ADrus>. Acesso em: 21 mai. 2021.

UNESCO, Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe. *COVID-19 e educação superior: dos efeitos imediatos ao dia seguinte*. Paris: Unesco, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374886> Acesso em: 11 jun. 2021.

UNESCO. *Educação: da interrupção à recuperação*. Paris: Unesco, 2021. Disponível em: https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse_ Acesso em: 11 jun. 2021.

UNESCO. *Respuestas educativas nacionales*. 13/04/2020. 2020. Disponível em: <<http://tiny.cc/rinuoz>>. Acesso em: 12 abr. 2020

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *Pelo direito de estudar*. Disponível em: <https://ubes.org.br/ubesnovo/wp-content/uploads/2021/04/MANIFESTO-PELO-DIREITO-DE-ESTUDAR.pdf> . Acesso em: 21 mai. 2021.

UNITED NATIONS. *Human Rights Council Report: report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression*. 16 May 2011. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-freedom-of-opinion-and-expression> . Acesso em: 21 mai. 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2020. *Informe sobre suspensão do calendário acadêmico*. 23/03/2020. Disponível em: <https://noticias.unb.br/69-informe/4022-informe-sobre-suspensao-do-calendario-academico#:~:text=Em%20reuni%C3%A3o%20realizada%20on%2Dline,novo%20%20coronav%C3%ADrus%20no%20Distrito%20Federal> . Acesso em: 12 dez. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Anuário estatístico, 2020*. Disponível em: <https://anuario-estatistico-unb-2020.netlify.app/> . Acesso em: 18 mar. 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão n. 0059/2020*. Disponível em: <https://noticias.unb.br/images/Noticias/2020/Documentos/20200807ResolucaoCEPE592020.pdf> Acesso em: 05 abr. 2021

VEIGA, Marcos da. *Brasileiro está lendo mais na pandemia, diz Sindicato de editores*. 23/04/2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/brasileiro-esta-lendo-mais-na-pandemia-diz-sindicato-dos-editores> Acesso em: 26 mai 2021.

VINHAS, Ana. *Governo deixa de gastar R\$ 26,6 bi do orçamento de combate à Covid*. <https://noticias.r7.com/economia/governo-deixa-de-gastar-r-266-bi-do-orcamento-de-combate-a-covid-23122021> Acesso em: 23 jun 2022.

VYGOSTKY, Lev Semenovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOSTKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOSTKY, Lev Semenovich. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WORD HEALTH ORGANIZATION, 2020. *Discurso de abertura do Diretor-geral da OMS no briefing para a mídia sobre COVID-19*. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020> Acesso em: 20 out. 2020.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANATTA, Deise Luzia.; VERARDI, Fabiane. A leitura em Licenciatura em Letras: o suporte impresso e digital. In: PINTO, Francisco Neto Pereira et al. *Ensino da Literatura Contemporânea*. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

ZILBERMAN, Regina. *A leitura e o ensino da literatura*. São Paulo: Contexto, 1991.

ZILBERMAN, Regina. *Fim dos livros, fim dos leitores?* São Paulo: Senac São Paulo, 2001.

ZILBERMAN, Regina. *Leitura no Brasil: sua história e suas instituições*. 2008. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/regina.html>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ZILBERMAN, Regina. Recepção e leitura no horizonte da literatura. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 85-97, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/GSVPrjyVzyWZ8LBxRt95vHz/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2021.

ŽIŽEK, Slavoj. *Pandemia: covid-19 e a reinvenção do comunismo (Pandemia Capital)*. Boitempo, 2020. E-book. Edição do Kindle.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS PRÁTICAS DE LEITURA DOS ESTUDANTES DO CURSO DE LETRAS/LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVA LICENCIATURA DA UnB

02/08/2021

Questionário sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nas práticas de leitura de estudantes do Curso de Letras/Licenciatura ...



Questionário sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nas práticas de leitura de estudantes do Curso de Letras/Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da UnB

Este questionário é destinado aos(as) alunos(as) do Curso de Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília, do período noturno. O link de acesso ficará aberto até 25/05/2021.

Prezado(a) estudante,
Meu nome é Lorena Ribeiro Melo, sou doutoranda em Literatura pela Universidade de Brasília, sob orientação do Prof. Dr. Robson Coelho Tinoco. Venho convidá-lo(a) a participar da pesquisa "Os impactos da pandemia da COVID-19 nas práticas de leitura dos alunos do curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e sua respectiva literatura da Universidade de Brasília", respondendo a este questionário. Sua participação é essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa e esclareço que as questões não buscam lhe avaliar, mas reunir informações para nosso estudo acadêmico.
Para responder a este questionário, você deve concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disposto abaixo, em que constam todas as informações necessárias para sua participação. Estou à disposição para informações adicionais.

Solicito gentilmente que compartilhem o questionário com seus colegas de curso (estudantes do período noturno de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e sua respectiva Literatura) nas redes sociais (WhatsApp, Facebook etc), a fim de ampliar a participação.

Agradeço imensamente por sua participação!

***Obrigatório**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "Os impactos da pandemia da COVID 19 nas práticas de leitura dos(as) alunos(as) do curso de Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília" de responsabilidade de Lorena Ribeiro Melo, estudante de doutorado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é verificar se a pandemia da COVID-19 impactou a leitura dos graduandos em Letras da referida instituição, para descrever seus efeitos na geração atual e na história da leitura. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

Durante a realização da pesquisa, caso você tenha dificuldade de compreensão aos questionamentos propostos, dificuldades com o uso da ferramenta (Formulário Google Forms) ou sinta que não está compreendendo alguma pergunta, é facultado o direito de deixar de respondê-la imediatamente. Ao participar desta pesquisa você estará contribuindo para o avanço de pesquisas relacionadas à história e à sociologia da leitura, por se tratar de uma investigação sobre o momento histórico da pandemia da COVID-19 e sobre seus desdobramentos na leitura como prática social dos estudantes de Licenciatura em Letras da Universidade de Brasília. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (62) 98182-5826 ou pelo e-mail lorenaribeiriomello@gmail.com. Garanto que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de divulgação da tese, encaminhando-a para o endereço eletrônico do Instituto de Letras (UnB), podendo também ser publicados posteriormente na comunidade científica. Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Aceita participar dessa pesquisa? *

Sim, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceito participar da pesquisa.

Em qual período do curso você estava quando a pandemia começou no Brasil (março/2020)?

- 1º período
- 2º período
- 3º período
- 4º período
- 5º período
- 6º período
- 7º período
- 8º período
- 9º período
- 10º período

Sua idade:

- 18 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- 51 a 60 anos
- 61 anos ou mais

Gênero

- Feminino
- Masculino
- Não-binário
- Prefiro não dizer

Qual sua ocupação?

- Estudo
- Estudo e trabalho

A sua atuação profissional, durante a pandemia, é/foi como professor(a) em sala de aula?

- Sim
- Não
- Não estou/estava trabalhando

Qual sua carga horária de trabalho semanal?

- 20 horas ou menos
- Entre 20 e 40 horas
- Mais de 40 horas

A pandemia da COVID-19 que temos enfrentado é um momento de crise sanitária, social, política e econômica, no Brasil e no mundo. Michéle Petit, antropóloga francesa, através de anos de pesquisa na França e na América Latina, mostra como a atividade de leitura pode ser crucial ao contribuir para a “construção ou reconstrução de si mesmo” (PETIT, 2010, p. 23), ainda que ocorra eventualmente em situações extremas e de crise. A estudiosa também comprovou como a leitura é instrumento de resistência para as pessoas em momentos de crise, sejam elas pessoais ou sociais: “Em tais contextos, crianças, adolescentes e adultos poderiam redescobrir o papel dessa atividade na reconstrução de si mesmos e, além disso, a contribuição única da literatura e da arte para a vida psíquica. Para a vida, em suma.” (PETIT, 2010, p. 22). Para você, como leitor(a) e futuro(a) professor(a), a leitura tem tido esta representação (defendida por Petit) durante a pandemia? Por quê? A pandemia favoreceu ou prejudicou sua formação como leitor(a)/professor(a)? De que forma?

Sua resposta

Considerando a defesa, por parte de vários teóricos, de que a recorrente prática de ensino de literatura deve dar lugar à educação literária, visando a “preparar os alunos para apreciar a literatura e desenvolver sua capacidade de interpretar e apreciar um texto literário” (ARAGÃO, 2017 apud MENDOZA, 2004, p. 4), você acha que a pandemia afetou/tem afetado a educação literária que você tem recebido na graduação? Por quê?

Sua resposta

Com que frequência você se conectou à internet, durante a pandemia?

- Diariamente
- Algumas vezes durante a semana

02/08/2021

Questionário sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nas práticas de leitura de estudantes do Curso de Letras/Licenciatura ...

- Às vezes
- Raramente
- Nunca

Durante a pandemia, você está lendo (refere-se a todo tipo de leitura):

- Nada
- Muito pouco
- Pouco
- Razoável
- Muito

Durante a pandemia, na maioria das vezes, você está lendo:

- livros/textos impressos
- livros/textos em formatos digitais (PDF, e-book, kindle, etc)

Quais os fatores motivadores de sua leitura durante a pandemia:

- Gosto/Prazer
- Entretenimento/Passatempo
- Conhecimento geral
- Crescimento pessoal
- Motivos religiosos
- Exigência da faculdade
- Exigência do trabalho

Durante a pandemia, quantos livros (refere-se a todo tipo de leitura) você leu por ?

	Vontade própria	Exigência da faculdade ou trabalho
Nenhum	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4 ou mais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Durante a pandemia, você considera que está lendo (refere-se a todo tipo de leitura):

- mais do que lia antes da pandemia
- menos do que lia antes da pandemia
- a mesma quantidade que lia durante a pandemia

Como a pandemia afetou sua prática de leitura?

- Tive mais tempo para ler
- A ausência de aulas no primeiro semestre de 2020 me deixou sem motivação para a leitura
- As aulas remotas me sobrecarregaram de atividades, o que me deixou sem tempo para as leituras não acadêmicas
- A leituras realizadas por mim foram leituras acadêmicas
- Eu preferi assistir lives do que ler
- Eu li livros que me ajudaram a atravessar os momentos de isolamento social
- O excesso de trabalho (resultante da pandemia) me impossibilitou de realizar leituras
- A pandemia não afetou minha prática de leitura

Durante a pandemia, você passou a fazer algum tipo de leitura que não fazia antes?

- Não
- Sim

Caso sua resposta anterior tenha sido sim, qual(is) leitura(s) você fez durante a pandemia que não havia feito antes?

Sua resposta



Como você escolheu a(s) leitura(s) que realizou durante a pandemia?

- Dicas de amigos
- Dicas de professores
- Dicas de pais/responsáveis
- Dicas de esposa, marido, companheiro (a)
- Dicas de líder religioso (padre, pastor, etc)
- Dicas em redes sociais (instagram, facebook, twitter, youtube, whatsapp)
- Dicas em sites
- Procurei sozinho livros que podiam me interessar
- Não realizei leitura
- Outros

Como o(s) livro(s) que você leu durante a pandemia foram adquirido(s)?

- Comprados
- Fotocopiados
- Presentes
- Emprestados de professores
- Emprestados de bibliotecas
- Emprestados por familiares e/ou amigos
- Baixados da Internet no computador
- Baixados da Internet em dispositivos digitais (celulares, tabletes, etc.)
- Eu não li nenhum livro

Qual(is) gênero(s) você mais leu, durante a pandemia?

	Impresso	Digital
Poesia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conto/Crônica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Romance/Novela	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Didático/teórico/crítico/acadêmico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espiritualidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Autoajuda	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Religioso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gastronomia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Artes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Língua estrangeiras (inglês, espanhol, francês, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esportes e viagens	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ciências	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política, economia, história	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

02/08/2021

Questionário sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nas práticas de leitura de estudantes do Curso de Letras/Licenciatura ...

Revistas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jornais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redes sociais (Instagram, Facebook, Whatsapp, Twitter, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gibi/quadrinhos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Qual último livro ou autor que você leu ou ainda está lendo durante a pandemia?

Sua resposta _____

No geral, a leitura (refere-se a todo tipo de leitura) durante a pandemia:

- te distraiu
- te trouxe prazer
- te ajudou a aprender sobre algo
- ocupou seu tempo
- te deixou mais motivado a fazer algo
- te deixou mais alegre em algum momento
- te tirou o desânimo em algum momento
- tirou ou diminui sua ansiedade
- não te ajudou em nada

Como você observa seu comportamento frente às leituras (refere-se a todos os tipos de leitura) realizadas durante a pandemia?

- Interessado(a) / Motivado(a)
- Distraído(a) / Pouco concentrado(a)
- Angustiado(a)
- Animado(a)
- Apático(a)
- Cansado(a) / Esgotado(a)
- Desanimado(a)
- Feliz
- Ansioso(a)
- Com medo
- Calmo(a)
- Não consigo avaliar

Quais são as principais razões para você não ter lido ou não ter lido mais durante a pandemia?

- Porque você não gosta de ler
- Por falta de tempo
- Porque você prefere outras atividades recreativas
- Porque tem preguiça
- Por falta de dinheiro
- Porque não sabe o que ler
- Porque não tem um lugar apropriado para ler
- Por limitações para ler
- Porque não tem acesso permanente à Internet
- Porque as bibliotecas estão fechadas
- Outros



Qual(is) atividade(s) você mais realizou na ocupação de seu tempo durante a Pandemia?

- Assisti Televisão
- Ouvi música ou rádio
- Assisti a Lives
- Usei a internet
- Assisti a vídeos ou filmes
- Usei WhatsApp, Facebook, Twitter ou Instagram
- Escrevi
- Li
- Realizei algum curso
- Realizei passeios
- Realizei atividade física (como caminhada, por exemplo)
- Desenhei, pinte, fiz artesanato ou trabalhos manuais
- Joguei games ou videogames
- Não fiz nada, descansei ou dormi

Para que você acha que lhe serviu a(s) leitura(s) durante a pandemia?

- Para aprender
- Para se divertir/distrair
- Para ter mais oportunidades de trabalho
- Para entender melhor o contexto que estamos vivendo
- Por cultura geral

02/08/2021

Questionário sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nas práticas de leitura de estudantes do Curso de Letras/Licenciatura ...

 Para nada Outra**Enviar**

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários



APÊNDICE B - NARRATIVA ESCRITA SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS PRÁTICAS DE LEITURA DOS ESTUDANTES DO CURSO DE LETRAS/LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVA LICENCIATURA DA UnB

02/08/2021

Narrativa escrita sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nas práticas de leitura dos estudantes do Curso de Letras/Licenciatura...

Narrativa escrita sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nas práticas de leitura dos estudantes do Curso de Letras/Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da UnB

Esta proposta é destinada aos docentes do Curso de Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília, do período noturno. O link de acesso ficará aberto até 26/06/2021.

Prezado(a) Professor (a),

Meu nome é Lorena Melo e sou aluna do Programa de Pós-graduação em Literatura do Instituto de Letras/UnB. Minha pesquisa de doutorado, sob orientação do Professor Robson Coelho, pretende analisar se a pandemia da COVID-19 impactou as práticas de leituras dos/as licenciandos/as em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (UnB), do período noturno.

É por isso que venho convidá-lo (la) a participar da minha pesquisa produzindo uma breve narrativa. Sua participação será anônima e é essencial para o desenvolvimento da minha investigação. Agradeço muito sua colaboração! Agradeço também se puder divulgar e estimular a colaboração de seus colegas!

Para participar, o (a) senhor (a) deve concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disposto abaixo, em que constam todas as informações necessárias para sua participação. Estou à disposição para informações adicionais.

Agradeço imensamente por sua participação!

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "Os impactos da pandemia da COVID 19 nas práticas de leitura dos(as) alunos(as) do curso de Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília" de responsabilidade de Lorena Ribeiro Melo, estudante de doutorado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é verificar se a pandemia da COVID-19 impactou a leitura dos graduandos em Letras da referida instituição, para descrever seus efeitos na geração atual e na história da leitura. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável. Durante a realização do estudo, caso o(a) senhor(a) tenha dificuldade com o uso da ferramenta (Formulário Google Forms) ou não se sinta à vontade com a proposta de narrativa, é facultado o direito de deixar de participar imediatamente. Ao colaborar com esta pesquisa, o(a) senhor(a) estará contribuindo para o avanço de pesquisas relacionadas à história e à sociologia da leitura, por se tratar de uma investigação sobre o momento histórico da pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos na leitura como prática social dos estudantes de Licenciatura em Letras da Universidade de Brasília. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. O(a) senhor(a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, poderei ser contactada através do telefone (62) 98182-5826 ou pelo e-mail: lorenaribeiromello@gmail.com. Garanto que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de divulgação da tese, encaminhando-a para o endereço eletrônico do Instituto de Letras (UnB), podendo também ser publicados posteriormente na comunidade científica. Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br pelo telefone: (61) 3107 1592.

Aceita participar dessa pesquisa?

- Sim, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceito participar da pesquisa.

A pandemia da COVID-19 tem sido um longo período de crise sanitária, social, política e econômica e tem trazido graves desdobramentos para a área educacional, dentre outras. Segundo levantamentos da UNESCO (2020)*, em março de 2020, 8.571.423 estudantes do ensino superior no Brasil foram afetados pelos efeitos da disseminação do novo coronavírus. Diante do cenário da necessidade de isolamento social para contenção da doença, a suspensão das aulas foi seguida de grandes mudanças nas práticas educacionais para que o ensino prosseguisse de forma não presencial, dentro dessa nova realidade. Para a educação superior, o parecer do Conselho Nacional de Educação n. 5/2020 deu "ênfase à adoção de atividades por meios digitais e ao uso de ambientes virtuais de aprendizagem como forma de substituir as atividades presenciais, viabilizando continuidade do ensino durante a pandemia". (GUSSO et al, 2020, p. 04). Essa repentina migração do ensino presencial para a educação a distância trouxe complexas implicações para professores e alunos de todo o país. Sobre esse contexto, gostaria de propor a escrita de uma narrativa sobre sua experiência enquanto professor (a) em relação às práticas de leitura de seus/suas alunos (as) (tomar a leitura em seu sentido amplo, de diversos gêneros) durante a pandemia. O(a) senhor (a) pode escrever sobre quaisquer aspectos que julgar pertinente, como por exemplo, se considera que a pandemia tem afetado a leitura dos discentes, como tem sido o comportamento dos graduandos frente às leituras (desmotivados, interessados, distraídos, pouco concentrados, animados, apáticos, ansiosos, calmos, felizes), sobre a interferência ou não da pandemia no desempenho dos licenciandos em relação à leitura, se a leitura de alguma forma tem servido para atravessar esse momento pandêmico etc. Não se preocupe com o tamanho do seu texto. O importante é que expresse suas percepções/opiniões, pois sua participação nesta pesquisa é fundamental para o desenvolvimento de nossa investigação.*<https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>

Sua resposta

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado fora de seu domínio. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários